

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

FLÁVIA RODRIGUES PRATES CESCUN

**MIGRAÇÃO E UNIDADES PRISIONAIS: O CENÁRIO DOS
PEQUENOS MUNICÍPIOS DO OESTE PAULISTA**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do título de Mestre
em de Demografia**

ORIENTAÇÃO: ROSANA BAENINGER

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Cescon, Flávia Rodrigues Prates, 1986-
C337m Migração e unidades prisionais: o cenário dos
pequenos municípios do Oeste Paulista / Flávia Rodrigues
Prates Cescon. -- Campinas, SP: [s.n.], 2012

Orientador: Rosana Aparecida Baeninger
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de, Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração interna - São Paulo, Oeste (Estado). 2. Prisões -
São Paulo, Oeste (Estado). 3. Crescimento demográfico. I.
Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Migration and prisons: the scenario of small towns in the
West of São Paulo

Palavras-chave em inglês:

Migration, Internal - São Paulo, West (State)

Prisons - São Paulo, West (State)

Demographic growth

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]

José Marcos Pinto da Cunha

Lilia Montali

Data da defesa: 28-02-2012

Programa de Pós-Graduação: Demografia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Migração e Unidades Prisionais: O Cenário dos Pequenos Municípios do Oeste Paulista.

FLÁVIA RODRIGUES PRATES CESCÓN

Dissertação de Mestrado em Demografia
apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas –
UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra. Rosana
Aparecida Baeninger.

Este exemplar corresponde à redação
final defendida e aprovada em,
28/02/2012.

Banca:

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger



Profa. Dra. Lilia Teresinha Montali



Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha



Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo – suplente
Profa. Dra. Claudette Vitte - suplente

CAMPINAS/2012

À minha mãe, cuja fé em mim me ensinou a acreditar
que posso, com empenho e dedicação, alcançar
maravilhas.

Ao meu amado noivo, pelo amor incondicional, imensa
paciência, apoio e encorajamento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a tudo o que me coloca em movimento, que me traz inquietação, questionamentos e curiosidade. Certamente, devo então agradecer ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), ao Programa de Pós-Graduação em Demografia e ao Núcleo de Estudos de População (NEPO) pela oportunidade dada ao meu desenvolvimento intelectual; foram anos imensamente criativos e de extremo aprendizado.

Agradeço também à CAPES pela bolsa de mestrado concedida para a realização desta pesquisa. Agradeço igualmente à FAPESP, agência financiadora do projeto “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório”, do qual faço parte.

Agradeço imensamente à Prof^a. Dr^a. Rosana Baeninger, pela orientação cuidadosa e paciente. Obrigada pela dedicação, comprometimento e carinho. Sem dúvidas, o caminho que trilho hoje tem as suas mãos. Também, não poderia, nem por um segundo, deixar de agradecer à Dr^a. Roberta Peres, que ajudou e ensinou com extrema paciência, disponibilidade e amizade.

Agradeço, ainda, a todos os professores da Pós-Graduação em Demografia e do NEPO, com quem aprendi muito nesses dois anos, e que me ensinaram não somente as técnicas, mas mais profundamente, o que é ser demógrafo.

Não esqueço também dos queridos colegas de turma que tornaram os dias de estudos muito mais agradáveis e divertidos, Juliana, Gabriela, Raquel, Rodrigo, Katiani, Julia, Viviane, Marta, Luciano e Leila.

Agradeço a todas as pessoas entrevistadas, pela disponibilidade e paciência de interromperem seus afazeres cotidianos para, desinteressadamente, me ajudarem a construir este trabalho.

Especialmente, agradeço às amigas, irmãs de coração, Camila e Heloísa, pela amizade honesta e sincera, apoio e carinho. Obrigada pelo carinho e disponibilidade com que, muitas vezes, leram os meus trabalhos e me auxiliaram a construir algo melhor. Obrigada pelas palavras doces e gentis, que me ajudaram a ser mais forte nos momentos mais difíceis. Obrigada por, junto comigo, rir das dificuldades e das conquistas. Obrigada pela companhia e por estarem sempre presentes, mesmo quando distantes.

Agradeço à minha família, sobretudo aos meus pais. Aqui, vale uma menção especial à minha mãe que, com muito esforço, cuidou para que eu tivesse uma boa educação e boa formação acadêmica. Obrigada, mãe, pelo imenso apoio e por me ensinar a ser quem eu sou hoje.

Finalmente, agradeço ao meu noivo, Flávio, por me encorajar quando eu pensei que não mais conseguiria ir em frente, por compartilhar ideias e esforços. Acima de tudo, agradeço pela paciência com que estive durante madrugadas e dias de domingo ao meu lado, fazendo-me companhia enquanto eu escrevia.

RESUMO

Esta dissertação pretende analisar o crescimento da população em pequenos municípios do Oeste paulista, em função de uma migração de contornos específicos: composta, em sua maioria, por indivíduos em regime de detenção. Essa migração compulsória culmina na produção de fenômenos demográficos importantes na esfera daqueles municípios: “inchaço artificial da população”, população flutuante e migrações temporárias. Busca-se, portanto, apontar as especificidades desses processos no crescimento populacional dos pequenos municípios com unidades prisionais do Oeste do Estado de São Paulo, os quais são decorrentes de uma política de ampliação de vagas e de desconcentração prisional dos grandes centros metropolitanos. As evidências empíricas, em conjunto com aportes teóricos explorados, permitem entender alguns dos aspectos da presença recente de detentos nesses municípios em face ao conseqüente fluxo de visitantes e a configuração da relação entre antigos residentes e novos moradores.

ABSTRACT

This dissertation seeks to analyze the population growth in small municipalities of the west of São Paulo, as the result of a specific kind of migration, mostly composed by individuals in detention regime. This compulsory migration produces important demographic phenomena in the studied municipalities, such as the “artificial swelling of the population”, fluctuating population and temporary migration. The aim, therefore, is to highlight the specificities of this type of migration in the demographic dynamics of the referred municipalities, which, as the consequence of a penitentiary redistribution policy in the state of São Paulo, have one or more prisoner units. The collected body of empirical evidence, combined with the theoretical framework, allows for the understanding of the multiple effects of the presence of this “detained population” in the municipalities, especially in regards to the increasing flux of visitors – detainees’ family members, to a large extent – and the relationship between new and established residents.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	23
1.1. O Estado de São Paulo no Contexto das Políticas Públicas para o Setor Prisional	23
1.2. Unidades Prisionais e os Municípios do Oeste Paulista	31
CAPÍTULO 2	45
2.1 A Formação do Oeste Paulista: uma síntese.....	45
2.2. O Perfil Econômico das Regiões de Governo do Oeste Paulista	48
2.3. Evolução da População e Tendências de Crescimento da População de Regiões e Municípios com Unidades Prisionais do Oeste Paulista	61
2.3.1. Movimentos Migratórios Inter e Intra-regionais	74
2.4. Análise do Setor Censitário Especial: municípios com unidades prisionais do Oeste paulista em 2000.....	87
2.5. Municípios com Unidades Prisionais e Domicílios Coletivos no Censo de 2010 ..	109
CAPÍTULO 3	121
3.1 Unidades Prisionais e a Configuração de Fenômenos Demográficos: “inchaço artificial da população”, população flutuante e migrações temporárias.....	121
3.2. A Invisibilidade Física e a Visibilidade Social da Migração de Detentos.....	124
3.2.1. Explorando Aportes Teóricos.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
ANEXOS	155

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Homens Residentes em Domicílio Coletivo com Morador Getulina, 2010.

Figura 2. Homens Residentes em Domicílio Coletivo com Morador Lucélia, 2010.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Andradina, 2000.

Gráfico 2. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Assis, 2000.

Gráfico 3. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Getulina, 2000.

Gráfico 4. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Junqueirópolis, 2000.

Gráfico 5. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Lucélia, 2000.

Gráfico 6. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Mirandópolis, 2000.

Gráfico 7. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Pacaembu, 2000.

Gráfico 8. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Pirajuí, 2000.

Gráfico 9. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Presidente Venceslau, 2000.

Gráfico 10. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial
Riolândia, 2000.

Gráfico 11. Estrutura por Sexo e Idade Destacando a Ausência da População de Detentos
Riolândia, 2000.

Gráfico 12. População do Setor 351.700.005.000.016 em Relação ao Município
Getulina, 2010.

Gráfico 13. Distribuição da População de Homens e Mulheres, Setor 351.700.005.000.016
Getulina, 2010.

Gráfico 14. População de Residentes em Domicílios Particulares e Homens Residentes em
Domicílios Coletivos, Setor 351.700.005.000.016
Getulina, 2010.

Gráfico 15. População do Setor 352.740.505.000.027 em Relação ao Município
Lucélia, 2010.

Gráfico 16. Distribuição da População de Homens e Mulheres, Setor 352.740.505.000.027
Lucélia, 2010.

Gráfico 17. População Residente em Domicílios Particulares e Mulheres e Homens
Residentes em Domicílios Coletivos, Setor 352.740.505.000.027
Lucélia, 2010.

Gráfico 18. Distribuição por Sexo e Idade em Relação ao Município, Setor
351700005000016
Getulina, 2010.

Gráfico 19. Distribuição por Sexo e Idade em Relação ao Município, Setor
352740505000027
Lucélia, 2010.

Gráfico 20. Razão de Sexo
São Paulo, Getulina, Lucélia, Setores 351700005000016 e 352740505000027, 2010.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População Carcerária Instalada e Distribuição Relativa Municípios com Unidades Prisionais do Oeste Paulista, 2011.

Tabela 2. Número de Municípios Existentes por Classe de Tamanho da População Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1991/2010.

Tabela 3. Coeficiente de Participação dos Municípios no FPM: parcela dos municípios não-capitais de Estados.

Tabela 4. Coeficiente de Participação do FPM Correspondente ao Número de Habitantes de Municípios com Unidades Prisionais do Oeste Paulista, 2000/2010.

Tabela 5. Número de Estabelecimentos do Comércio Varejista e Atacadista e Pessoal Ocupado Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1991/2009.

Tabela 6. Taxa de Crescimento (% a.a.) de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado: Comércio Varejista e Atacadista. Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1991/2009.

Tabela 7. Número de Estabelecimentos da Indústria de Transformação e Pessoal Ocupado Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1991/2009.

Tabela 8. Taxa de Crescimento (% a.a.) de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – Indústria de Transformação Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1991/2009.

Tabela 9. Produção de Álcool por Tipo (em 1000 litros) e Taxa de Crescimento (% a.a.). Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1985/2003.

Tabela 10. Produto Interno Bruto Total e Produto Interno Bruto *per capita* segundo Municípios. Regiões de Governo e Municípios do Oeste Paulista, 2000/2008.

Tabela 11. Evolução da População Total e Distribuições Relativas Regiões de Governo do Oeste Paulista e Estado de São Paulo, 1940/2010.

Tabela 12. Taxas de Crescimento da População Total, Urbana e Rural Regiões de Governo do Oeste Paulista e Estado de São Paulo, 1940/2010.

Tabela 13. Evolução da População Total, Urbana e Rural e Grau de Urbanização

Regiões de Governo do Oeste Paulista e Municípios com Unidades Prisionais, 1970/2010.

Tabela 14. Crescimento Populacional (% a.a.) e Distribuição da População (%)
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1970/2010.

Tabela 15. Crescimento Absoluto, Vegetativo e Saldo Migratório
Regiões de Governo e Municípios do Oeste Paulista, 1970/2009.

Tabela 16. Movimentos Migratórios Interestaduais
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1995/2000.

Tabela 17. Movimentos Migratórios Intra-Estaduais: Origem dos Imigrantes
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1995/2000.

Tabela 18. Movimentos Migratórios Intra-Estaduais: Destino dos Emigrantes
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1995/2000.

Tabela 19. Trocas Líquidas Populacionais Intra-Estaduais
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1995/2000.

Tabela 20. População em Setor Censitário Especial: Penitenciárias
Municípios com Unidades Prisionais do Oeste Paulista, 2000.

Tabela 21. Participação Percentual da População de Homens Recenseada em Setor
Censitário Especial de Penitenciária em cada Grupo Etário de Homens
Municípios com Unidades Prisionais do Oeste Paulista, 2000.

Tabela 22. Estado Civil da População em Setor Censitário Especial de Penitenciária
Municípios com Unidades Prisionais do Oeste Paulista, 2000.

Tabela 23. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Andradina, 2000.

Tabela 24. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Assis, 2000.

Tabela 25. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Getulina, 2000.

Tabela 26. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Junqueirópolis, 2000.

Tabela 27. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Lucélia, 2000.

Tabela 28. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Mirandópolis, 2000.

Tabela 29. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Pacaembu, 2000.

Tabela 30. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Pirajuí, 2000.

Tabela 31. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Presidente Venceslau, 2000.

Tabela 32. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Riolândia, 2000.

Tabela 33. População e Domicílios, Setor 351.700.005.000.016
Getulina, 2010.

Tabela 34. População e Domicílios, Setor 352.740.505.000.027
Lucélia, 2010.

INTRODUÇÃO

Naquela tarde, no campo do Nove, enfrentavam-se o Furacão 2000 e o Burgo Paulista na disputa do campeonato interno do pavilhão. Nos andares, os presos arrumavam os xadrezes. Tudo calmo, como imaginava o diretor. No decorrer do jogo, inesperadamente, como ocorrem os acontecimentos mais graves nas cadeias, o Barba brigou com o Coelho na rua Dez do segundo andar do pavilhão, um armado de faca, o outro com um pedaço de pau. Briga de rotina, não fossem as terríveis consequências.

(...)

A correria e os gritos disseminaram o tumulto pelos andares. Cadeia é como panela de pressão: quando explode, impossível conter.

(...)

E verdade, há tempos os funcionários alertavam que o ambiente no Nove deixava a desejar, mas fazer o que? Num pavilhão daqueles, na época com 2 mil homens espremidos feito sardinha, fases mais tensas aconteciam periodicamente.

(...)

Enquanto isso, oficiais da Polícia Militar, acompanhados de autoridades judiciárias, assumiam o comando da cadeia. O diretor ainda tentou convencê-los a deixá-lo dialogar com os prisioneiros. De fato, chegou até a porta que dá acesso ao pátio externo do Nove, mas, antes que pudesse entrar, a PM em formação militar atrás dele disparou portão adentro. Só podem contar o que se passou daí em diante, como diz o Dr. Pedrosa:

- A PM, os presos e Deus (VARELLA, 1999, p.280 a 284).

O trecho acima pertence ao livro de Dráuzio Varella, *Estação Carandiru*, e descreve os momentos que sucederam a rebelião que culminou na chacina do Complexo Penitenciário do Carandiru (Casa de Detenção de São Paulo) no ano de 1992. A tragédia do Carandiru chamou atenção para a grave crise estrutural que pairava sobre o sistema prisional brasileiro já há muitas décadas. Rebeliões, mortes, motins, tentativas de fuga em massa e intervenções violentas no interior das unidades prisionais eram situações recorrentes ao sistema penitenciário paulista. Na década de 1990, em resposta a um sistema que se encontrava em seu limite, uma nova política penitenciária surge no país, e o Estado

de São Paulo aparece como expoente desse processo, apoiado pelo aumento massivo do número de unidades prisionais, concentradas, principalmente, nas regiões interioranas.

Ao longo dos anos, várias foram as propostas políticas que visavam à amenização do problema carcerário do Estado (SILVESTRE, 2007). As tentativas de reformas do sistema prisional tiveram início no governo Paulo Egydio (1975-1979) com a construção de algumas novas unidades prisionais. O governo Franco Montoro (1983-1987) propôs ensaios de inovação a partir de uma política de “Humanização dos Presídios”, expressando um novo entendimento a respeito do papel da pena e do ambiente prisional na ressocialização dos indivíduos. No entanto, no final dos anos 1980, esta política entrou em declínio, sendo vencida pelos setores mais conservadores do PMDB, os quais provocaram o endurecimento das concepções de reformas para a área prisional concebidas pelo governo Montoro.

Os governos Orestes Quércia (1987-1990) e Luiz Antônio Fleury (1991-1994), no que tange às políticas para o setor penitenciário, caracterizaram-se por práticas de intervenções violentas para conter os frequentes motins e rebeliões e por fortes investimentos no aumento da estrutura física do sistema prisional paulista. Vale lembrar que foi justamente no governo Fleury que ocorreu a intervenção policial mais violenta em uma unidade prisional que se tem relato, o já citado “massacre do Carandiru”. Desta forma, a crise na segurança pública mostrou-se ainda mais aguda quando 111 detentos foram assassinados no momento da intervenção policial à rebelião do Complexo Penitenciário do Carandiru.

A repercussão nacional e internacional da rebelião ocorrida no Carandiru culminou em algumas ações governamentais, tais como a criação da Secretaria da Administração

Penitenciária (SAP) do Estado de São Paulo no ano de 1993 (SILVESTRE, 2007), primeira secretaria criada para assuntos penitenciários do país. Atualmente, a SAP é responsável pela administração das penitenciárias paulistas.

Em 1995, com o início do governo Mário Covas, inicia-se também um novo percurso nas políticas penitenciárias do Estado de São Paulo. Em 1997, com a intenção de sanar o déficit carcerário do país em meio à crise de segurança pública e do colapso do sistema penitenciário, o Governo Federal anunciou a liberação de verbas destinadas à construção de novas unidades prisionais. Os planos da gestão Covas para o setor prisional consistiam, inicialmente, na inusitada construção de 21 novas unidades prisionais, sendo a maioria delas situadas no interior do Estado (GÓES; MAKINO, 2002).

Desta forma, em 1998, quando o então secretário de Administração Penitenciária João Benedito de Azevedo Marques afirmou a existência de uma revolução em curso no sistema penitenciário paulista (GÓES; MAKINO, 2002), este fato refere-se ao megaprojeto idealizado pelo governo Covas para o setor prisional: “sua face mais visível é a construção simultânea de 21 novas penitenciárias e três presídios semi-abertos, no maior projeto de ampliação de vagas em 50 anos” (JOÃO BENEDITO DE AZEVEDO MARQUES, 1998 *apud* GÓES; MAKINO, 2002, p.166). Grande parte das novas unidades prisionais previstas no projeto de ampliação de vagas do governo Covas foi construída em municípios do Oeste Paulista. Aparentemente, os subsequentes governos também optaram por essa região do interior paulista para a construção de novas unidades prisionais.

Assim, a principal questão que guia esse trabalho de pesquisa¹ refere-se ao crescimento da população, em função da migração – composta em sua maioria por presidiários – e seus desdobramentos na configuração dos fenômenos de “inchaço artificial da população”, população flutuante e migrações temporárias em pequenos e médios municípios do Oeste paulista. Busca-se, portanto, apontar as especificidades dessa migração no “crescimento populacional das cidades” no Estado de São Paulo em decorrência de uma política de ampliação de vagas e de desconcentração prisional dos grandes centros metropolitanos para o Oeste do Estado.

Os três capítulos dessa dissertação procuram discutir esses novos fenômenos presentes nos pequenos municípios do interior de São Paulo que indica processos recentes na configuração da migração em espaços distintos (CESCON; BAENINGER, 2010).

Nesse sentido, o Capítulo 1 procurou explorar o conhecimento da política estadual para o setor prisional e sua inter-relação com a escolha dos pequenos municípios do Oeste paulista para a substancial localização de unidades prisionais. O Capítulo 2 busca conhecer as regiões e municípios com unidades prisionais, destacando suas especificidades em relação ao crescimento da população. Por fim, o Capítulo 3 busca analisar os aspectos teóricos referentes à presença de detentos e o consequente fluxo de visitantes na configuração da relação entre antigos residentes e novos moradores, apresentando evidências empíricas, a partir de entrevistas qualitativas locais.

¹ Esta pesquisa teve apoio da CAPES e faz parte do Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório”, financiado pela FAPESP.

CAPÍTULO 1

1.1. O Estado de São Paulo no Contexto das Políticas Públicas para o Setor Prisional

São Paulo é a unidade da Federação que possui o maior número de unidades prisionais do país (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008). Desde 1979 o Estado de São Paulo experimentou um crescimento exponencial das unidades prisionais, passando de 14 para 149 unidades em 2011 (SAP, 2011), o que representa um crescimento de aproximadamente 993%. Todo esse crescimento foi direcionado, em grande medida, para o interior do Estado, sobretudo para os pequenos e médios municípios. Em um contexto de interiorização das unidades prisionais, os pequenos e médios municípios do Oeste paulista destacam-se em termos de concentração de estabelecimentos prisionais da atual Secretaria da Administração Penitenciária (SAP). Todavia, para entendermos o processo que levou à tal concentração de unidades prisionais no Oeste do Estado torna-se necessário conhecer como se deu o desenvolvimento das políticas públicas para o setor prisional.

De 1976 a 2010 a população carcerária do Estado de São Paulo cresceu vertiginosamente, passando de 17.192 (SALLA, 2007) para 170.916 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010) pessoas presas, entre homens e mulheres em estabelecimentos do Sistema Penitenciário e da Secretaria de Segurança Pública. No entanto, tal crescimento da população encarcerada nem sempre foi acompanhado de um crescimento proporcional do número de vagas e de unidades prisionais.

Em 1979, mesmo com uma reorganização estrutural profunda, promovida pelo então Secretário da Justiça Manoel Pedro Pimentel, que criou a Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado (COESPE), o sistema penitenciário paulista apenas abrigava uma pequena parcela da população encarcerada do Estado (SALLA, 2007). A maior parcela dos detentos, provisórios ou já condenados, ainda permanecia em estabelecimentos da Secretaria de Segurança Pública, como delegacias e cadeias públicas (SALLA, 2007). Esta situação evidencia o grave problema do déficit de vagas pelo qual passava o Estado de São Paulo naquele momento.

A história do sistema penitenciário paulista caracteriza-se por momentos de importantes turbulências, expressos, entre outros fatores, pela deficiência de investimentos e falta de vagas para atender toda a população condenada, ocasionando, conseqüentemente, superlotações, rebeliões e tentativas de fuga em massa (SALLA, 2007). Entretanto, vale ressaltar que as diversas instabilidades pelas quais atravessou o sistema penitenciário, tanto o paulista quanto o nacional, não são unicamente produtos do crescimento da população prisional, mas resultados de heranças autoritárias e das inúmeras tentativas de fundação de um novo padrão de funcionamento para este sistema, gerando um percurso de políticas penitenciárias fortemente marcadas por diferenças nas concepções acerca dos tratamentos a que são submetidos os presos, dos tipos de regimes e dos modelos arquitetônicos de uma unidade prisional (SALLA, 2007).

Retrospectivamente, retomando as políticas prisionais, o Governo Franco Montoro (1983-1987), em um contexto marcado pelo debate acerca da cidadania no Brasil, procurou contrapor ao quadro de repressão das instituições penais uma política de “Humanização Penitenciária” (GÓES; MAKINO, 2002). A concepção prisional adotada nos fins da década de 1970 partia de um modelo de “correção aos presos” pautado na ética do trabalho, como

forma de retorno ao convívio social, e rígido controle exercido através de vigilância e rigorosa disciplina (OSP, 2011). Conseqüentemente, ao longo dos anos 1980, o modelo de política penitenciária passa a ser produto de uma concepção de sociedade que está articulada à moralização e ao disciplinamento dos presos (OSP, 2011).

(...) a chamada política de humanização dos presídios buscou dar transparência ao sistema e eliminar as práticas rotineiras de arbítrio, violência e tortura que se ocultavam sob a vigilância do silêncio imposto pelo regime militar. Nesse sentido, buscou estabelecer novas práticas de gestão dos presídios por meio da criação de mecanismos de diálogo entre dirigentes e presos, da renovação dos quadros técnicos que atuavam no interior das penitenciárias, da reorganização dos serviços no sentido de contemplar uma política de reintegração dos presos na sociedade e de respeito aos direitos humanos (SALLA, 2007, p.75).

Ainda no governo Montoro, tentou-se

(...) ampliar o número de vagas no sistema, fomentar as comissões de solidariedade, constituídas e eleitas por presos para um diálogo mais direto com juízes corregedores e com a administração da Secretaria, pôr fim à censura na correspondência dos presos, implementar a assistência judiciária, criar comissões de funcionários e organizar visitas conjugais (SALLA, 2007, p.75).

No entanto as inúmeras reações contrárias a essa nova política foram expressivas dentro e fora do sistema penitenciário e acabaram por solapar a mesma (SALLA, 2007).

O resultado final dessa intensa disputa de poder em torno das instituições penitenciárias concretizou-se com a proximidade do período eleitoral, quando ganharam espaço no interior do partido do governo estadual, o PMDB, aqueles que adotavam posições mais duras no tratamento da questão da segurança como um todo. O chamado “pacote da segurança”, lançado pelo então vice-governador e candidato à sucessão estadual, Orestes Quércia, constituiu-se como marco da vitória desses setores mais reacionários do partido... (GÓES; MAKINO, 2002).

Quando Franco Montoro assumiu o governo do Estado de São Paulo, havia 14 unidades prisionais em funcionamento e cerca de 10 mil indivíduos presos, sendo que

apenas a Casa de Detenção de São Paulo, mais conhecida como Complexo Penitenciário do Carandiru, correspondia a mais de 60% do total de detentos (SALLA, 2007).

Os próximos capítulos da história das políticas voltadas para o sistema prisional foram marcados por idas e vindas, recompondo políticas penitenciárias que ficaram marcadas, em grande medida, pela intervenção policial violenta (SALLA, 2007). De acordo com Salla (2007), os governos Orestes Quércia (1987-1990) e Luiz Antônio Fleury (1991-1994) apresentaram um retrocesso na área da segurança pública. Este retrocesso está ligado às práticas violentas para a contenção de problemas dentro das unidades prisionais.

Na gestão Quércia, as principais medidas governamentais estiveram voltadas para a expansão da base física do sistema penitenciário. A criação de novas unidades tinha a intenção de evitar a ocorrência de novas rebeliões e, subsequentemente, o desgaste político do seu governo perante a sociedade paulista (SALLA, 2007).

A então COESPE, que contava com apenas 14 unidades no início do governo Montoro, passa a ter 21 unidades prisionais em 1987 (SALLA, 2007). Em 1989, o sistema penitenciário paulista dobrou o número de unidades em relação início do governo Montoro, passando para 28 estabelecimentos penais (SALLA, 2007). No final do governo Quércia, em 1990, a COESPE já contava com 37 unidades.

Paralelamente ao aumento do número de estabelecimentos prisionais, há também o aumento da população encarcerada. Como já mencionado, em 1983, o movimento médio das unidades que integravam a COESPE foi de, aproximadamente, 10 mil presos; em 1990 o movimento médio foi de 23.516 detentos (SALLA, 2007). Mais uma vez, ressalta-se que o sistema prisional paulista operava sobre intensa pressão por parte da Secretaria de Segurança Pública, a qual tentava constantemente transferir de suas cadeias os presos já

condenados para uma das unidades da COESPE. Assim, “tais pressões explicam porque uma unidade como a Casa de Detenção de São Paulo mantinha uma população acima de 6.000 presos, não obstante sua capacidade ser de 3.5000, na melhor das hipóteses” (SALLA, 2007, p.77).

Em 1992, o massacre do Carandiru revelou-se um dos acontecimentos mais marcantes da história recente do país. Nesta tragédia, também reconhecida como chacina, 111 presos foram mortos, sendo que a maioria das mortes foi decorrente da violenta intervenção policial no interior daquele complexo penitenciário. A tragédia do Carandiru expressou uma tendência já visível na área de segurança pública,

um posicionamento muito mais agressivo no combate ao crime e no enfraquecimento das revoltas de presos, dentro de um padrão de baixa preocupação com negociações, conformando por vezes atuações marcadas pela arbitrariedade e pelo abuso de poder (SALLA, 2007, p.78).

O colapso Complexo do Carandiru assumiu uma dimensão específica no cenário histórico do sistema prisional paulista, uma vez que “sempre exerceu um papel de sorvedouro de presos do sistema de segurança pública e de certa forma amenizou as tensões nas delegacias e cadeias públicas” (SALLA, 2007, p.74).

Um desdobramento importante da chacina no Carandiru foi a criação da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) em 1993. No final daquele ano, a SAP passou a buscar projetos para a desativação da Casa de Detenção de São Paulo.

Desde o governo Quéricia, a resposta mais frequente das políticas públicas aos inúmeros problemas do setor penitenciário paulista foi a construção de novas unidades

prisionais (SALLA, 2007). Desta forma, quando chegou ao fim o governo Fleury, em 1994, o Estado de São Paulo contava com 43 unidades prisionais (SALLA, 2007).

O governo Mário Covas (1995-2001) continuou com a tendência de crescimento da base física do sistema prisional paulista, colocando a desativação da Casa de Detenção de São Paulo na agenda de políticas prioritárias do governo para este setor (SALLA, 2007).

Assim, em 1997, com a intenção de sanar o déficit do sistema prisional do país, em meio à crise da segurança pública e do colapso do aparelho penitenciário que se arrastava há décadas, o Governo Federal anunciou a liberação de verbas destinadas à construção de novas penitenciárias. O Estado de São Paulo, portador da maior população carcerária do país, apresentava naquele momento uma grande carência de estabelecimentos penais; havia 35.847 presos para 24.222 vagas, o que representava, portanto, um déficit de 11.652 vagas (CENSO PENITENCIÁRIO, 1997 *apud* GÓES; MAKINO, 2002).

Foi neste cenário que o Governo do Estado de São Paulo lançou o projeto de reestruturação prisional que objetivava prioritariamente a desativação da Casa de Detenção de São Paulo e o fim das superlotações dos Distritos Policiais (DPs) paulistanos (GÓES; MAKINO, 2002). Desta forma, de acordo com Góes e Makino (2002),

a partir de 1997, a mídia foi um dos espaços de divulgação dos planos do governo Covas para a área carcerária, com destaque para a inusitada construção simultânea de 21 novas penitenciárias, a maioria das quais situadas no interior do Estado (p.165).

No primeiro momento da descentralização carcerária foram construídas 21 unidades prisionais fechadas e três semi-abertas, todas no interior de São Paulo, sendo 13 delas especificamente localizadas no Oeste paulista, nas cidades de Andradina, Valparaíso,

Junqueirópolis, Pacaembu, Lucélia, Presidente Venceslau, Martinópolis, Getulina, Pirajuí, Álvaro de Carvalho, Mirandópolis, Marília e Presidente Prudente (GÓES; MAKINO, 2002).

Vale destacar que, com relação à descentralização espacial das unidades prisionais para o interior paulista, a SAP levou em conta a necessidade de ampliação de vagas prisionais, a disponibilidade de oferta de área viável para a construção da unidade e a solicitação de instalação de unidade em um município (GIL, 2007).

Em 1998, o Estado de São Paulo ainda dispunha de 43 estabelecimentos prisionais. No ano seguinte, 1999, o quadro prisional paulista passa a apresentar 64 unidades sob coordenação da SAP com cerca de 47.000 presos (SALLA, 2007). No entanto, apesar da ampliação do número de unidades prisionais, ainda existia uma forte tensão entre o elevado contingente de pessoas já condenadas, instaladas em estabelecimentos da Secretaria de Segurança Pública, necessitando de vagas em estabelecimentos da SAP.

Em Fevereiro de 2009, a SAP divulgou os mais recentes planos para o setor prisional: um projeto que prevê a construção de até 50 novas unidades prisionais com a geração de 39.5000 novas vagas e cerca de 13.000 empregos diretos (SAP, 2009). Este projeto indica a construção de 22 penitenciárias masculinas de regime fechado, seis penitenciárias femininas de regime fechado, 10 centros de detenção provisória (CDP) masculinos e seis centros de progressão penitenciária (CPP). Assim, “somando-se as Penitenciárias Femininas de Tupi Paulista e Tremembé, em vias de iniciarem as obras, além dos CDPs de Jundiaí e Franca e o CPP de São José do Rio Preto – que estão em construção – chega-se ao total de 49 novas unidades prisionais” (SAP, 2009).

Um aspecto importante desse projeto incide sobre a regionalização das novas unidades. Segundo a SAP, com os novos presídios que serão construídos haverá uma maior possibilidade de aproximar o preso da família (SAP, 2009). Segundo o atual Secretário da Administração Penitenciária, Lourival Gomes, essa é a mais nova direção que segue as políticas para o setor prisional do Estado de São Paulo:

Hoje nós não buscamos atuar pelo sistema de interiorização das prisões. Nós estamos buscando adotar o princípio da regionalização. Cola-se a prisão aonde existe uma demanda reprimida de vagas, o que é o contrario de pegar uma população de detentos de uma determinada localidade e levar para outra região. É por isso que pela primeira vez uma unidade prisional vai ser construída no Vale do Ribeira. Às vezes acontece o pedido de construção de um presídio justamente onde já tem uma unidade e isso foge do princípio da regionalização (Entrevista concedida em 16/11/2011).

A regionalização também visa deixar o indivíduo preso mais próximo do próximo da família e do processo, o que diminui em grande medida os gastos de viagens e os riscos de resgates durante o transporte. Portanto, a partir de 2006-2007, o conceito de construção de prisões até então adotado – interiorização – é substituído pelo sistema de regionalização das unidades prisionais.

Com a interiorização, os prefeitos ofereciam terrenos para a construção de uma unidade prisional, o que não atende a atual medida de colocar o preso mais próximo da família e do processo. De acordo com o Secretário da Administração Penitenciária,

Não existem mais motivos para a construção unidades prisionais no Oeste paulista, com exceção de unidades para presos provisórios e mulheres (Entrevista concedida em 16/11/2011).

1.2. Unidades Prisionais e os Municípios do Oeste Paulista

Como já mencionado, no momento recente o Estado de São Paulo apresenta a maior população carcerária do país, tendo um total de 170.916 detentos, entre homens e mulheres, em unidades da SAP e da Secretaria de Segurança Pública (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010). Em 2010, apenas nas unidades prisionais da SAP, são 163.676 indivíduos sob regime de detenção (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010) em 148 unidades prisionais, entre unidades de segurança máxima, penitenciárias, centros de detenção provisória, centros de ressocialização, centros de progressão penitenciária, institutos penais agrícolas e hospitais (SAP, 2010).

Segundo a SAP, em 2011 já são 149 as unidades prisionais e ainda há mais 13 em construção nos municípios de Bernardino de Campos, Capela do Alto, Cerqueira César, Florínia, Guariba, Jardinópolis, Pirajuí, Pontal, Taiuva, Taquarituba e Votorantim (SAP, 2011). As unidades prisionais paulistas estão divididas administrativamente pela SAP em seis coordenadorias regionais, as quais são:

- Coordenadoria da Capital e Grande São Paulo: 28 unidades prisionais (oito Penitenciárias, 17 Centros de Detenção Provisória e três Centros de Progressão Penitenciária);
- Coordenadoria do Vale do Paraíba e Litoral do Estado: 18 unidades prisionais (oito Penitenciárias, sete Centros de Detenção Provisória, dois Centros de Progressão Penitenciária e um Centro de Ressocialização);
- Coordenadoria da Região Central do Estado: 31 Unidades Prisionais (13 Penitenciárias, seis Centros de Detenção Provisória, dois Centros de Progressão Penitenciária e um Centro de Ressocialização);
- Coordenadoria da Região Noroeste do Estado: 33 unidades prisionais (19 Penitenciárias, quatro Centros de Detenção Provisória, três Centros de Progressão Penitenciária e sete Centros de Ressocialização);
- Coordenadoria da Região Oeste do Estado: 36 unidades prisionais (26 Penitenciárias, dois Centros de Detenção Provisória, três Centros de Progressão

- Penitenciária, quatro Centros de Ressocialização e uma Unidade de Regime Disciplinar Diferenciado);
- Coordenadoria de Saúde: três hospitais.

Do total geral de unidades prisionais, com exceção das unidades de saúde, 118 estão concentradas entre municípios do interior e litoral do Estado, sendo que as coordenadorias das regiões Noroeste e Oeste abrangem mais de 46% do total de unidades prisionais do Estado de São Paulo. Essas unidades estão, em sua maioria, instaladas em municípios que compõem as regiões de governo de Adamantina, Andradina, Araçatuba, Assis, Bauru, Dracena, Lins, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Votuporanga. A partir desta observação, pode-se constatar que, durante um momento específico da história do sistema penitenciário paulista, a expansão de sua base física foi massivamente direcionada para o interior do Estado, sobretudo para os pequenos e médios municípios do Oeste paulista. Este momento refere-se a um período que vai do final dos anos 1990 até meados dos anos 2000.

Assim, considerando apenas os municípios com unidades prisionais nas regiões de governo de Adamantina, Andradina, Araçatuba, Assis, Bauru, Dracena, Lins, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Votuporanga, no atual momento há 52 unidades prisionais concentradas em 34 municípios. A maior concentração espacial de presídios está na região de Adamantina, a qual apresenta sete unidades ao longo de 12 municípios. Quando se considera o corredor de presídios formado entre as regiões de Adamantina e Dracena, a imagem da concentração espacial de unidades prisionais em municípios do Oeste paulista é ainda mais significativa: são 11 unidades prisionais, em um raio de aproximadamente 100 quilômetros. No total, essas 11 unidades prisionais

disponibilizam, aproximadamente, 8.278 vagas (SAP, 2011) que, no entanto, são ocupadas por 14.179 detentos² (SAP, 2011).

Observando os dados da Tabela 1, que indica a população carcerária instalada nos municípios com unidades prisionais do Oeste paulista para novembro de 2011, e as respectivas distribuições relativas desta em relação ao total populacional dos municípios no mesmo ano, podemos notar o fundamental papel que essa população de novos moradores exerce, em muitos casos, no computo total da população.

O exemplo de Balbinos é extremamente ilustrativo dessa situação. Com população de 4.068 habitantes (SEADE, 2011), e população de detentos de 2.833 (SAP, 2011), verifica-se que a população carcerária corresponde a 69,64% do total da população municipal. O caso de Balbinos não é único; municípios como Lavínia, Pracinha, Álvaro de Carvalho, Pacaembu, Reginópolis, Marabá Paulista, Caiuá, Irapuru, Getulina, Mirandópolis, Pirajuí, Tupi Paulista, Riolândia, Avanhandava e Valparaíso exibem proporção de detentos que representa de 10 a 40% da população municipal.

Esta situação é consubstancial do fenômeno de inchaço artificial da população. Uma vez que, para muitos dos municípios, a população de detentos é responsável por considerável parcela populacional, ela não está presente no convívio social diário, havendo, portanto, uma invisibilidade física da mesma. Todavia, vale destacar que a invisibilidade física dessa população não anula a sua visibilidade social.

² Os dados referem-se à população prisional em 29 de Novembro de 2011.

**Tabela 1. População Carcerária Instalada e Distribuição Relativa
Municípios com Unidades Prisionais do Oeste Paulista, 2011.**

Municípios	População Municipal	População de Detentos	Dist. (%)
Álvaro de Carvalho	4.703	1.547	32,89
Andradina	55.353	1.331	2,40
Araçatuba	182.760	224	0,12
Assis	95.908	1.614	1,68
Avanhandava	11.569	1.385	11,97
Balbinos	4.068	2.833	69,64
Bauru	346.650	4.893	1,41
Birigui	110.167	233	0,21
Caiuá	5.125	1.042	20,33
Dracena	43.518	1.247	2,87
Flórida Paulista	13.017	1.211	9,30
Getulina	10.802	1.541	14,27
Irapuru	7.819	1.235	15,79
Junqueirópolis	18.890	1.348	7,14
Lavínia	9.218	3.893	42,23
Lins	71.960	201	0,28
Lucélia	20.031	1.479	7,38
Marabá Paulista	4.928	1.215	24,66
Marília	218.641	1.554	0,71
Martinópolis	24.400	1.254	5,14
Mirandópolis	27.630	3.765	13,63
Oswaldo Cruz	31.035	1.100	3,54
Pacaembu	13.292	3.508	26,39
Paraguaçu Paulista	42.535	1.160	2,73
Pirajuí	22.959	3.068	13,36
Pracinha	3.044	1.185	38,93
Presidente Bernardes	13.476	1.018	7,55
Presidente Prudente	209.396	1.336	0,64
Presidente Venceslau	37.962	1.308	3,45
Reginópolis	7.618	1.894	24,86
Riolândia	10.781	1.351	12,53
São José do Preto	413.198	3.284	0,79
Tupi Paulista	14.362	1.866	12,99
Valparaíso	22.982	2.335	10,16
Total	2.129.797	59458	2,79

Fonte: Fundação SEADE, 2011. SAP, 2011.

Nos municípios com menor número de habitantes, o inchaço da população em decorrência de uma população carcerária é uma característica que se destaca mais fortemente. Em um contexto regional em que, em 2010, 40,4% dos municípios em questão têm até 5 mil habitantes e que 21,7% têm de 5 a 10 mil habitantes (Tabela 2), reservadas as devidas diferenças temporais, uma população de 59.458 detentos assume a sua devida importância. Desta forma, os fenômenos que emergem da massiva concentração de unidade prisionais no Oeste paulista devem ser compreendidos e analisados em seus contextos mais expressivos, que são os pequenos e médios municípios.

**Tabela 2. Número de Municípios Existentes por Classe de Tamanho da População
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1991/2010.**

Regiões de Governo	Ano	Classes de Municípios em 1.000 habitantes													
		0 - 5		5 - 10		10 - 20		20 - 50		50 - 100		100 - 500		Total	
		Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Adamantina	1991	5	45%	1	9%	3	27%	2	18%	0	0%	0	0%	11	100%
	2000	6	50%	1	8%	3	25%	2	17%	0	0%	0	0%	12	100%
	2010	6	50%	1	8%	3	25%	2	17%	0	0%	0	0%	12	100%
Andradina	1991	3	30%	3	30%	1	10%	2	20%	1	10%	0	0%	10	100%
	2000	4	33%	3	25%	1	8%	3	25%	1	8%	0	0%	12	100%
	2010	4	33%	3	25%	1	8%	3	25%	1	8%	0	0%	12	100%
Araçatuba	1991	13	50%	5	19%	4	15%	2	8%	1	4%	1	4%	26	100%
	2000	18	58%	5	16%	4	13%	1	3%	2	6%	1	3%	31	100%
	2010	14	45%	8	26%	4	13%	2	6%	1	3%	2	6%	31	100%
Assis	1991	4	36%	2	18%	2	18%	2	18%	1	9%	0	0%	11	100%
	2000	6	46%	1	8%	2	15%	3	23%	1	8%	0	0%	13	100%
	2010	6	46%	1	8%	2	15%	3	23%	1	8%	0	0%	13	100%
Bauru	1991	7	41%	3	18%	3	18%	3	18%	0	0%	1	6%	17	100%
	2000	9	47%	2	11%	3	16%	3	16%	1	5%	1	5%	19	100%
	2010	8	42%	3	16%	3	16%	3	16%	1	5%	1	5%	19	100%
Dracena	1991	5	50%	1	10%	3	30%	1	10%	0	0%	0	0%	10	100%
	2000	4	40%	2	20%	3	30%	1	10%	0	0%	0	0%	10	100%
	2010	4	40%	2	20%	3	30%	1	10%	0	0%	0	0%	10	100%
Lins	1991	3	30%	3	30%	2	20%	1	10%	1	10%	0	0%	10	100%
	2000	3	30%	3	30%	2	20%	1	10%	1	10%	0	0%	10	100%
	2010	2	20%	3	30%	3	30%	1	10%	1	10%	0	0%	10	100%
Marília	1991	6	46%	2	15%	3	23%	1	8%	0	0%	1	8%	13	100%
	2000	7	50%	3	21%	2	14%	1	7%	0	0%	1	7%	14	100%
	2010	7	50%	3	21%	2	14%	1	7%	0	0%	1	7%	14	100%
Presidente Prudente	1991	13	50%	0	0%	6	23%	6	23%	0	0%	1	4%	26	100%
	2000	14	45%	3	10%	5	16%	8	26%	0	0%	1	3%	31	100%
	2010	13	42%	5	16%	4	13%	8	26%	0	0%	1	3%	31	100%
São José do Rio Preto	1991	10	36%	10	36%	4	14%	3	11%	0	0%	1	4%	28	100%
	2000	14	45%	8	26%	5	16%	3	10%	0	0%	1	3%	31	100%
	2010	9	29%	11	35%	6	19%	3	10%	1	3%	1	3%	31	100%
Votuporanga	1991	5	36%	6	43%	2	14%	0	0%	1	7%	0	0%	14	100%
	2000	7	47%	5	33%	2	13%	0	0%	1	7%	0	0%	15	100%
	2010	7	47%	3	20%	4	27%	0	0%	1	7%	0	0%	15	100%

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A partir dos anos 1960 até meados da década de 1980, muitos desses municípios interioranos passaram por perdas populacionais substanciais devido à emigração para áreas mais dinâmicas do Estado de São Paulo (BAENINGER et al., 2010). Essa nova especialização das políticas públicas no setor da segurança atingiu o Oeste paulista em uma fase de fragilidades e de indefinições econômicas que se arrastava há várias décadas (GIL, 2007). Sobre a Nova Alta Paulista (sub-região que abrange as regiões de governo de Adamantina, Dracena e Tupã), afirma-se que esta “não conseguiu consubstanciar-se como uma área polarizadora, que engendrasses movimentos centrífugos impulsionadores de um desenvolvimento ascendente” (GIL, 2007, p.233). Assim, com arrecadação precária, as prefeituras de muitos municípios do Oeste paulista dependem cada vez mais do repasse de recursos estaduais e federais.

De acordo com Gil (2007), a concentração espacial das políticas públicas no setor da segurança na Nova Alta Paulista está relacionada ao apelo do governo do Estado de São Paulo para que os prefeitos demonstrassem interesse na instalação dos presídios, com o objetivo de minimizar o problema do desemprego e aumentar o ganho de arrecadações orçamentárias. Especialmente na Nova Alta Paulista, a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) só construiu unidades prisionais nos municípios em que os prefeitos fizeram oferta de terrenos adequados e viáveis à construção (GIL, 2007).

Conforme analisam Goés e Makino (2002), a política de interiorização das unidades prisionais foi, portanto, a mais recente resposta do governo estadual para os prefeitos que reivindicam geração de novos empregos e de maiores receitas para os municípios. A substancial opção pelos municípios interioranos deve-se, em grande medida, à crise fiscal e

orçamentária do governo estadual, impelindo-o a buscar uniões com os municípios, principalmente os mais pobres e pouco dinâmicos (GÓES; MAKINO, 2002).

As pequenas e médias cidades do interior paulista têm vivenciado cotidianamente o fechamento de empresas que não sobrevivem à crise. É nesse contexto que as 18 mil vagas de trabalho estimadas para as novas unidades prisionais a partir de investimentos de R\$ 230 milhões, ganham dimensão específica (GÓES; MAKINO, 2002, p.167).

Os presídios são vistos, por muitas autoridades locais, como geradores de emprego e renda, que passa a circular no comércio local e das cidades mais próximas (GIL, 2007). No entanto, é importante ressaltar que nem todos os empregos gerados por uma unidade prisional são ocupados por moradores locais, uma vez que as vagas são preenchidas por concurso público estadual não limitado a um único município, fato esse que possivelmente pode gerar um pequeno fluxo de pessoas em direção a esses municípios em função das novas vagas de emprego geradas.

Sobre o processo de concurso público para o preenchimento das vagas disponibilizadas por uma unidade prisional, o Secretário da Administração Penitenciária, Lourival Gomes, afirma:

Quando se constrói uma prisão buscamos dar preferência para um funcionário da região. (...). Nós fazemos um concurso, preenchemos vagas aqui em São Paulo para poder liberar um funcionário da região. E tem uma inovação: hoje estamos priorizando pessoas que moram no município [com unidade prisional]. Tem preferência aquele que comprovar que reside no município e depois aqueles que querem ser transferidos para determinado município. Essa é também uma oportunidade para o funcionário voltar para a região (Entrevista concedida em 16/11/2011).

O prefeito de Tupi Paulista, João Carlos Feracini, também comenta sobre a geração de empregos no município:

Hoje nós temos em torno de 300 a 350 funcionários públicos que trabalham apenas no presídio. São 300 famílias a mais que vieram. Aqueles habitantes do município que passaram no concurso e foram trabalhar em outro lugar, com o presídio ele tem a oportunidade de retornar. E com a instalação de uma nova unidade [para mulheres] a tendência é que aquela pessoa que foi embora e que tem familiares radicados aqui pode querer retornar (Entrevista concedida em 21/07/2010).

Todavia, essa mesma situação não se aplica para Pracinha. Segundo o prefeito do município, Waldomiro Alves Filho:

A penitenciária gerou emprego, mas para as pessoas qualificadas. Pracinha não fez um trabalho de capacitar as pessoas para prestar o concurso. Aceitaram a penitenciária, mas não pensou na população. Era para ter feito curso... trazer curso pra Pracinha. Na época do concurso, quando inaugurou a penitenciária, só entrou uma pessoa de Pracinha. Os funcionários da penitenciária são pessoas que vieram de fora. É um emprego que não fica em Pracinha... e não estão residindo em Pracinha. (Entrevista concedida em 22/07/2010).

Para além da geração de empregos, uma das possíveis consequências mais diretas desses presídios para os municípios está no repasse de verbas pelo Fundo de Participação Municipal (FPM). A prerrogativa consiste na manutenção ou no aumento do coeficiente de arrecadação, o qual é proporcional ao número de habitantes. O FPM caracteriza-se por uma transferência redistributiva paga a todos os municípios do país, sendo a segunda maior categoria de transferência, perdendo apenas para o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos Estados para os municípios (MENDES et al., 2008). Desta forma, para os municípios que sofrem com o fenômeno da emigração e perdem no índice de arrecadação, os presidiários suprem essa perda. Trata-se, portanto, de uma população que se torna necessária para muitos municípios.

A Tabela 3 apresenta os coeficientes de participação dos municípios no FPM para municípios não capitais de Estado. O FPM distribuído para os municípios (não-capitais) é

partilhado conforme o coeficiente de participação fixado a partir do número de habitantes em cada municípios (MENDES et al, 2008).

Tabela 3. Coeficiente de Participação dos Municípios no FPM: parcela dos municípios não-capitais de Estados.

Faixa de Habitantes	Coeficiente
Até 10.188	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2,0
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 141.633 a 156.216	3,8
Acima de 156.216	4,0

Fonte: Decreto-Lei n. 1.881 de 1981 *apud* Mendes et al. 2008, p.32

A Tabela 4 ilustra qual é o possível coeficiente de FPM recebido por cada um dos municípios com unidades prisionais do Oeste paulista nos anos 2000 e 2010. Nota-se, assim, que alguns municípios pequenos como Avanhandava, Martinópolis, Osvaldo Cruz, Riolândia e Tupi Paulista podem ter aumentado em 2010 o coeficiente do FPM em relação ao ano de 2000. Entretanto, para a maioria dos municípios, o FPM manteve-se o mesmo, o que aponta para duas situações: com a ausência da população de detentos, possivelmente

ocorreriam decréscimos nos coeficientes do FPM de diversos municípios; a maioria dos municípios com unidades prisionais do Oeste paulista são ainda muito pequenos e um aumento do coeficiente do FPM significaria um substancial aumento populacional.

Para os municípios muito pequenos, de cinco até 10 mil habitantes, a existência de uma população de detentos pode ser impactante no computo total da população e em outros aspectos da vida social, econômica e política de um município, no entanto, torna-se muito difícil que a mesma possa ajudar no aumento do coeficiente de participação dos municípios no FPM, uma vez que é necessário no mínimo 10.189 habitantes para que se passe do coeficiente de 0,6 para 0,8. Assim, municípios como Balbinos, Lavínia, Pracinha, Álvaro de Carvalho, Reginópolis, Marabá Paulista, Caiuá, entre outros, apesar de terem considerável participação da população carcerária no computo total da população (69,64%, 42,23%, 38,93%, 32,89%, 24,86%, 24,66% e 20,33%, respectivamente), não conseguiram aumentar o coeficiente de FPM por serem muito pequenos, com população abaixo dos 10 mil habitantes.

Tabela 4. Coeficiente de Participação do FPM Correspondente ao Número de Habitantes de Municípios com Unidades Prisionais do Oeste Paulista, 2000/2010.

Municípios	Habitantes		Coeficiente de Participação do FPM	
	2000	2010	2000	2010
Álvaro de Carvalho	4.099	4.649	0,8	0,8
Andradina	55.134	55.300	2,2	2,2
Araçatuba	169.087	181.503	4,0	4,0
Assis	87.135	95.076	2,8	3,0
Avanhandava	8.820	11.302	0,6	0,8
Balbinos	1.312	3.929	0,6	0,6
Bauru	315.493	343.659	4,0	4,0
Birigui	94.098	108.634	3,0	3,2
Caiuá	4.183	5.031	0,6	0,6
Dracena	40.491	43.244	1,8	1,8
Flórida Paulista	11.118	12.843	0,8	0,8
Getulina	10.368	10.770	0,8	0,8
Irapuru	7.464	7.786	0,6	0,6
Junqueirópolis	17.012	18.704	1,2	1,2
Lavínia	5.134	8.780	0,6	0,6
Lins	65.886	71.448	2,4	2,6
Lucélia	18.311	19.877	1,2	1,2
Marabá Paulista	3.697	4.801	0,6	0,6
Marília	196.965	216.431	4,0	4,0
Martinópolis	22.320	24.243	1,2	1,4
Mirandópolis	25.921	27.464	1,4	1,4
Oswaldo Cruz	29.641	30.915	1,4	1,6
Pacaembu	12.517	12.935	0,8	0,8
Paraguaçu Paulista	39.559	42.244	1,8	1,8
Pirajuí	20.083	22.718	1,2	1,2
Pracinha	1.432	2.861	0,6	0,6
Presidente Bernardes	14.650	13.543	1,0	0,8
Presidente Prudente	188.949	207.461	4,0	4,0
Presidente Venceslau	37.335	37.909	1,8	1,8
Reginópolis	4.742	7.321	0,6	0,6
Riolândia	8.552	10.568	0,6	0,8
São José do Preto	357.705	407.929	4,0	4,0
Tupi Paulista	13.293	14.256	0,8	1,0
Valparaíso	18.554	22.606	1,2	1,2

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

A única exceção à manutenção ou aumento do coeficiente do FPM apresenta-se no município de Presidente Bernardes, passando de 1,0 em 2000 para 0,8 em 2010. Esta situação pode ser produto do baixo número de detentos nas unidades prisionais instaladas no município, uma vez que, em abril de 2011, são observados apenas 48 detentos entre as duas unidades do município (SAP, 2011).

Logo, em meio à estagnação da economia local das últimas décadas, muitos dos municípios dessa região do interior paulista receberam um novo estímulo através da criação das unidades prisionais. Pode-se concluir que a instalação dos presídios no interior possibilitou que o governo do Estado resolvesse três problemas principais com uma única medida: expandiu a base física do setor prisional e criou necessárias novas vagas, afastou a massa carcerária dos grandes centros urbanos, próximos de uma classe média mais organizada e de uma mídia mais influente, e atendeu as reivindicações para a criação de necessários novos postos de trabalhos nesses municípios. Os resultados não são restritos apenas aos municípios que abrigam presídios, são também percebidos nos diversos municípios vizinhos, uma vez que, como demonstrado, grande parte desses municípios do Oeste paulista são muito pequenos e próximos entre si.

Em bases gerais, o histórico das políticas para o setor prisional acabou direcionando ações que levaram a uma substancial concentração de unidades prisionais em municípios do interior. Em especial para os pequenos municípios do Oeste paulista, esta questão assumiu uma dimensão específica, principalmente quando se considera os fenômenos populacionais que emergem dessa mais recente condição de “*idades carcerárias*”. A discussão das questões emergentes que permeiam essa nova realidade, bem como o conhecimento dos municípios e regiões do Oeste paulista de importante concentração de unidades prisionais, será realizada nos próximos capítulos dessa dissertação.

CAPÍTULO 2

2.1 A Formação do Oeste Paulista: uma síntese

Utilizando a divisão proposta pela Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) do Estado de São Paulo, este trabalho concentra-se na análise das Regiões de Governo com unidades prisionais que compõem as Coordenadorias das Regiões Noroeste e Oeste do Estado. No total, essas duas coordenadorias mantêm 69 unidades prisionais em municípios de 17 regiões de governo (SAP, 2010): Adamantina, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Bauru, Dracena, Franca, Lins, Marília, Ourinhos, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Votuporanga.

Para efeito desse estudo, compreendem-se as regiões de Adamantina, Andradina, Araçatuba, Assis, Bauru, Dracena, Lins, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Votuporanga como componentes de um Oeste paulista uma vez todas estão envolvidas no mesmo processo histórico de ocupação territorial do Estado de São Paulo: avanço das ferrovias para as regiões interioranas do território paulista devido às contingências de expansão da lavoura cafeeira (GONÇALVES, 1998). No total, essas 11 regiões de governo apresentam 198 municípios.

A marcha pioneira em direção ao Oeste paulista deu-se fundamentalmente pela expansão da cafeicultura, sendo dinamizada pela linha férrea e pelas ações dos fazendeiros

interessados na ampliação do cultivo (SOUZA, 2008). A marcha pioneira de ocupação do Oeste paulista apresentou dois momentos que apontam para um o “velho” e o “novo” Oeste paulista (SOUZA, 2008).

O Oeste paulista “velho” constituía-se, nos fins do século XIX e início do século XX, de “grandes latifúndios cafeeiros de terra roxa e estavam localizados próximos dos municípios de Campinas, Limeira, Araras, Itu, Araraquara, Ribeirão Preto, Mococa entre outros” (SOUZA, 2008, p.34). Por sua vez, o Oeste paulista “novo” foi caracterizado “pela pequena propriedade e pela ausência de terra roxa, contudo, as terras areníticas virgens que tinham uma boa fertilidade despertaram interesses dos plantadores de café e algodão” (SOUZA, 2008, p.34).

A queda dos preços das sacas de café no início dos anos 1880 fez com que Estado de São Paulo implantasse uma política de sustentação da produção cafeeira, a qual possibilitou que, mesmo dentro do curso da crise, houvesse a continuidade do processo de acumulação (GONÇALVES, 1998). Assim, “se a política de valorização apenas permitia a sobrevivência do café nas zonas antigas (onde a produtividade dos cafezais era decadente), nas zonas pioneiras (onde a produtividade era muito alta) o mesmo preço fomentava grandes lucros” (GONÇALVES, 1998, p.139).

A política de sustentação da cafeicultura possibilitou o avanço do café pelo território paulista. A implantação desta medida não só permitiu que o complexo cafeeiro paulista mantivesse na organização da divisão social do trabalho em São Paulo, “mas também abriu caminho para a sua gradual transformação, conforme avançou sua expansão para o Oeste” (GONÇALVES, 1998, p.139).

Na década de 1920, a cafeicultura começa a ganhar força na região do “novo” Oeste paulista, principalmente nos municípios de Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Bauru, Valparaíso e Ourinhos (SOUZA, 2008). A estrutura de ocupação dessa região fundamentou-se no eixo duplo constituído pelas linhas ferroviárias Noroeste e Sorocabana, e tendo o desenvolvimento da linha da Alta Paulista entre esses dois eixos (GONÇALVES, 1998). Desta forma, as diversas regiões que compõem este estudo tiveram sua base de desenvolvimento econômico voltada para as atividades agrárias, determinadas principalmente pela expansão da cafeicultura, e sua ocupação conduzida pelo avanço das ferrovias.

A situação de expansão das atividades econômicas liderada pela expansão do complexo cafeeiro no Estado teve fundamental reflexo no processo de criação de municípios dessas regiões do Oeste.

Mesmo tendo as ferrovias já começado a avançar sobre o território paulista, alcançando áreas situadas nos limites da fronteira pioneira do café, entre os anos 1900 e 1909 nenhum município novo foi criado (GONÇALVES, 1998). A retomada da expansão da rede de municípios ocorreu a partir de 1910, ganhando forte impulso na década de 1920, quando foram criados 53 novos municípios (GOLÇALVES, 1998).

Muitos dos municípios das regiões de Araçatuba, Assis, Bauru, Lins, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto têm instalações que datam das décadas de 1920 e 1930. Ainda, nas regiões de estudo, os municípios mais antigos datam do final do século XIX. A região de governo de Bauru é que apresenta maior número de municípios mais antigos, instalados no final do século XIX. Nesta região de governo, o município com

instalação mais recente é Lucianópolis que data de 1953. As regiões de governo com desmembramentos mais recentes são Adamantina, Andradina, Dracena e Votuporanga. Nestas regiões, substancial parte dos desmembramentos é do final dos anos 1940³.

2.2. O Perfil Econômico das Regiões de Governo do Oeste Paulista

Segundo os dados referentes ao número de estabelecimentos do comércio varejista e atacadista e pessoal ocupado para os anos 1991, 1995 e 2009 presentes na Tabela 5, verifica-se para todas as regiões de governo, no período 1991/1995, aumentos no número de estabelecimentos comerciais e de pessoal ocupado, no entanto esses aumentos não foram acompanhados de um crescimento proporcional na relação pessoal ocupado por estabelecimento comercial.

³ Ver Anexo 1 a 11.

**Tabela 5. Número de Estabelecimentos do Comércio Varejista e Atacadista e Pessoal Ocupado
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1991/2009.**

Regiões de Governo	1991			1995			2005			2009		
	Número de Estab.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estab.	Número de Estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estab.	Número de Estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estab.	Número de Estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estab.
Adamantina	623	2.505	4,00	741	2.898	3,90	1.179	4.330	3,70	1.326	5.351	4,04
Andradina	777	2.781	3,58	1.012	3.427	3,39	1.552	5.976	3,85	1.787	7.223	4,04
Araçatuba	2.227	9.431	4,23	2.948	11.550	3,92	5.077	20.861	4,11	5.757	26.088	4,53
Assis	945	4.109	4,35	1.376	4.965	3,61	2.421	10.574	4,37	2.681	13.005	4,85
Bauru	2.559	14.332	5,60	3.474	16.611	4,80	5.266	28.680	5,40	6.230	34.119	5,48
Dracena	492	2.385	4,80	632	2.490	3,90	1.099	4.362	4,00	1.293	5.689	4,40
Lins	680	2.831	4,20	847	3.405	4,00	1.307	4.950	3,80	1.465	6.266	4,28
Marília	1.456	8.153	5,60	1.953	9.165	4,69	3.066	13.183	4,30	3.459	17.000	4,91
Presidente Prudente	2.693	12.215	4,50	3.450	13.793	4,00	5.261	20.954	4,00	5.783	26.278	4,54
São José do Rio Preto	2.832	15.311	5,40	3.650	17.623	4,80	7.257	33.800	4,70	8.533	43.448	5,09
Votuporanga	590	2.562	4,30	696	2.583	3,70	1.420	5.288	3,70	1.627	7.127	4,38

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995, 2005 e 2009.

Essa situação é mais bem compreendida quando se observa as taxas de crescimento de estabelecimentos comerciais e pessoal ocupado presentes na Tabela 6. De acordo com a Tabela 6, em todas as regiões de governo, a taxa de crescimento do número de estabelecimentos comerciais no período 1991/1995 foi superior a taxa de crescimento do número de pessoas ocupadas nesses mesmos estabelecimentos. Este fato pode indicar duas situações: a) o aumento de estabelecimentos não gerou um crescimento no número de vagas ocupadas por serem, em grande parte, estabelecimentos pequenos; b) o aumento de estabelecimentos não produziu um aumento proporcional na taxa de crescimento de pessoal ocupado por não existir oferta suficiente de mão-de-obra ou mão-de-obra qualificada para a ocupação de possíveis novas vagas.

**Tabela 6. Taxa de Crescimento (% a.a.) de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado: Comércio Varejista e Atacadista
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1991/2009.**

Regiões de Governo	1991-1995		1995-2005		2005-2009	
	Número de Estab.	Pessoal Ocupado	Número de Estab.	Pessoal Ocupado	Número de Estab.	Pessoal Ocupado
Adamantina	4,43	3,71	4,75	4,10	2,98	5,43
Andradina	5,43	4,27	4,37	5,72	2,86	3,86
Araçatuba	5,77	4,14	5,59	6,09	2,55	4,57
Assis	9,80	4,80	5,80	7,90	2,60	5,30
Bauru	7,94	3,76	4,25	5,61	4,29	4,44
Dracena	6,46	1,08	5,69	5,77	4,14	6,86
Lins	5,64	4,72	4,43	3,81	2,89	6,07
Marília	7,60	3,00	4,60	3,70	3,10	6,60
Presidente Prudente	6,39	3,08	4,31	4,27	2,39	5,82
São José do Rio Preto	6,55	3,58	7,11	6,73	4,13	6,48
Votuporanga	4,22	0,20	7,39	7,43	3,46	7,75

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995, 2005 e 2009.

No ano de 2005, em relação ao momento anterior, observa-se grande crescimento no número de vagas e de pessoal ocupado em todas as regiões de governo, no entanto a

proporção pessoal ocupado por estabelecimentos só é menor, em relação a 1995, para as regiões de governo de Adamantina (3,70 em 2005 e 3,90 em 1995), Lins (3,8 em 2005 e 4,00 em 1995), Marília (4,30 em 2005 e 4,69 em 1995) e São José do Rio Preto (4,70 em 2005 e 4,80 em 1995). Analisando as taxas de crescimento para o período 1995/2005, apenas as regiões de governo de Adamantina, São José do Rio Preto e Votuporanga registraram taxa de crescimento do número de estabelecimentos comerciais superiores às verificadas no período de 1991/1995 (4,43% a.a. para 4,75% a.a., 6,55% a.a. para 7,11% a.a., 4,22% a.a. para 7,39% a.a., respectivamente). Ainda com relação ao período 1995/2005, a única região a apresentar taxa de crescimento de pessoal ocupado inferior ao período 1991/1995 foi Lins (4,72% a.a. para 3,81% a.a.).

Seguindo a mesma tendência do momento anterior, em 2009 observam-se crescimentos para todas as regiões no número de estabelecimentos comerciais, assim como no número de pessoal ocupado. Verificam-se também aumentos na proporção de pessoas ocupadas por estabelecimento comercial. Em 2005/2009, todas as regiões de governo apresentam arrefecimento na taxa de crescimento do número de estabelecimentos comerciais, com exceção da região de Bauru que registra em 2005/2009 taxa de 4,29% a.a. apenas um pouco maior que a taxa observadas em 1995/2005 (4,25% a.a.).

Em termos gerais, São José do Rio Preto é a região de governo que apresentou o maior número de estabelecimentos comerciais e de pessoal ocupado dentre todas as regiões ao longo dos anos analisados. Em contrapartida, Dracena é a região que apresentou ao longo dos anos menor número de estabelecimentos comerciais; sua região vizinha, Adamantina, registrou ao longo dos anos o menor número de pessoas ocupadas (com

exceção 1995 quando a região de Dracena apresenta o menor número de pessoas ocupadas) em relação às regiões estudadas.

Acerca do setor secundário da economia, os dados das Tabelas 7 e 8 ilustram a evolução da atividade industrial no período 1991/2009. Em comparação com o setor de serviços, os números absolutos são bem menos expressivos. Ao longo dos anos, os números de estabelecimentos da indústria de transformação e de pessoal ocupado aumentaram em todas as regiões de governo. Assim como para os estabelecimentos comerciais e pessoas ocupadas no comércio, as regiões de governo de Araçatuba e São José do Rio Preto apresentaram os maiores número de estabelecimentos da indústria de transformação e de pessoal ocupado no segundo setor dentre todas as regiões as regiões. Em contrapartida, Lins é a região com menos estabelecimentos industriais, todavia, não é a que manteve o histórico de menor número de pessoal ocupado no setor, apresentando uma proporção de 76,35 pessoas ocupadas por estabelecimentos da indústria de transformação em 2009. Esta informação indica que apesar dos poucos estabelecimentos industriais presentes na região de governo de Lins, estes conseguem absorver considerável contingente de trabalhadores.

Analisando as taxas de crescimento dos estabelecimentos da indústria e de pessoas ocupadas, nota-se que no período 1991/1995 as regiões de Lins, Presidente Prudente e São José do Rio Preto foram as únicas localidades a apresentar crescimento negativo do número de estabelecimentos industriais (-014% a.a., -0,16% a.a. e -0,5% a.a., respectivamente). Por outro lado, essas regiões não registraram taxas negativas de crescimento do número de pessoas ocupadas (7,74% a.a. para Lins, 3,08% a.a. para Presidente Prudente e 0,98% a.a.

para São José do Rio Preto), o que indica que mesmo havendo um crescimento negativo do número de estabelecimentos da indústria de transformação, os estabelecimentos existentes conseguiram ocupar mais pessoas.

**Tabela 7. Número de Estabelecimentos da Indústria de Transformação e Pessoal Ocupado
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1991/2009.**

Regiões de Governo	1991			1995			2005			2009		
	Número de Estab.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estab.	Pessoal Ocupado	Número de Estab.	Pessoal/Estab.	Número de Estab.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estab.	Pessoal Ocupado	Número de Estab.	Pessoal/Estab.
Adamantina	207	2.204	10,60	245	3.012	12,30	239	4.762	19,90	259	7.127	27,52
Andradina	199	4.406	22,14	203	3.394	16,72	223	6.261	28,08	234	8.879	37,94
Araçatuba	1.096	22.989	20,98	1.120	25.948	23,17	1.552	38.105	24,55	1.789	46.469	25,97
Assis	328	5.428	16,55	364	6.416	17,63	405	5.316	13,13	394	7.156	18,16
Bauru	858	22.931	26,70	975	26.242	26,90	1.125	28.387	25,20	1.212	33.382	27,54
Dracena	212	1.925	9,10	234	1.823	7,80	245	4.128	16,80	265	5.699	21,51
Lins	176	3.809	21,60	175	5.133	29,30	191	13.600	71,20	228	17.407	76,35
Marília	497	13.169	26,50	575	13.772	23,95	751	17.195	22,90	848	21.330	25,15
Presidente Prudente	870	11.530	13,30	802	12.842	16,00	945	23.151	24,50	1.034	29.204	28,24
São José do Rio Preto	1.416	22.574	15,90	1.388	23.469	16,90	2.062	32.120	15,60	2.375	45.375	19,11
Votuporanga	276	3.454	12,50	324	4.552	14,00	495	8.087	16,30	539	12.600	23,38

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995, 2005 e 2009.

Ainda acerca do crescimento do número de pessoas ocupadas, as regiões de governo de Andradina e Dracena foram as únicas a registrar taxas negativas de crescimento (-6,32% a.a. e -1,35 % a.a), mesmo tendo apresentados taxas positivas de crescimento do número de estabelecimentos industriais; ou seja, o crescimento de estabelecimentos industriais dessas duas regiões de governo não conseguiu gerar crescimento proporcional no número de pessoas ocupadas.

**Tabela 8. Taxa de Crescimento (% a.a.) de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado – Indústria de Transformação.
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1991/2009.**

Regiões de Governo	1991-1995		1995-2005		2005-2009	
	Número de Estab.	Pessoal Ocupado	Número de Estab.	Pessoal Ocupado	Número de Estab.	Pessoal Ocupado
Adamantina	4,3	8,12	-0,25	4,69	2,02	10,6
Andradina	0,5	-6,32	0,94	6,31	0,97	7,24
Araçatuba	0,54	3,07	3,32	3,92	2,88	4,05
Assis	2,64	4,27	1,07	-1,86	-0,69	7,71
Bauru	3,25	3,43	1,44	0,79	1,88	4,14
Dracena	2,5	-1,35	0,46	8,52	1,98	8,39
Lins	-0,14	7,74	0,88	10,23	4,53	6,63
Marília	3,71	1,13	2,71	2,24	3,08	5,54
Presidente Prudente	-0,16	3,08	1,1	6,13	2,18	7,01
São José do Rio Preto	-0,5	0,98	4,04	3,19	3,6	9,02
Votuporanga	4,09	7,14	4,33	5,92	2,15	11,72

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995, 2005 e 2009.

No período 1995/2005, a região de governo de Adamantina registra taxa de crescimento do número de estabelecimentos industriais de -0,25% a.a., recuperando o crescimento no período seguinte (2,02% a.a.). Ainda em 1995/2005 a região de Assis apresenta taxa de crescimento de pessoas ocupadas no segundo setor de -1,85% a.a.; em

2005/2009 a taxa de pessoas ocupadas salta para 7,71% a.a mesmo com crescimento - 0,69% a.a. do número de estabelecimentos industriais.

Quanto às atividades ligadas ao setor primário da economia, destaca-se como foco de análise o cultivo da cana-de-açúcar na produção de álcool. A Tabela 9 apresenta dados do volume da produção e taxas de crescimento para álcool Anidro e Hidratado entre o período 1995 a 2003. Em termos de valores absolutos, a região de governo de Araçatuba é a que apresenta maior volume total da produção de álcool ao longo dos anos analisados, registrando em 2003 o total produzido de 642.941.000 litros. Em termos totais, a segunda maior produção das regiões é de São José do Rio Preto, 542.488.000 litros em 2003. A menor produção de álcool é registrada pela região de governo de Dracena, 21.624.000 litros em 2003.

Apesar de a região de governo de Araçatuba registrar os maiores volumes totais de produção de álcool, no período 1995/2005 essa região apresenta taxa de crescimento de - 5,45% a.a., porém passando para 20,94% a.a. no período 2000/2003. Em 2000/2003 é observado para a região de Presidente Prudente a maior taxa de crescimento da produção do setor alcooleiro entre as regiões, 26,37% a.a. Em contrapartida, mesmo região de Adamantina tendo apresentado um substancial crescimento da produção de álcool em relação ao período anterior, 0,90% a.a. para 4,47% a.a., sua taxa é a menor dentre todas as regiões.

**Tabela 9. Produção de Álcool por Tipo (em 1000 litros) e Taxa de Crescimento (% a.a.).
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1985/2003.**

Regiões de Governo	Produção de Álcool (em 1000 litros)			Taxa de Crescimento (% a.a.)	
	1995	2000	2003	1985-2000	2000-2003
RG Adamantina	131.107	137.098	160.890	0,90	4,47
Anidro	0	68.832	89.531	*	9,15
Hidratado	131.107	68.266	71.359	-12,20	1,48
RG Andradina	57.096	68.888	118.915	3,83	19,96
Anidro	0	11.515	108.570	*	111,26
Hidratado	57.096	57.373	10.345	0,10	-43,51
RG Araçatuba	481.130	363.498	642.941	-5,45	20,94
Anidro	69.242	193.867	368.275	22,86	23,85
Hidratado	411.888	169.631	274.666	-16,26	17,43
RG Assis	350.944	255.087	389.673	-6,18	15,17
Anidro	137.550	156.534	258.643	2,62	18,22
Hidratado	213.394	98.553		-14,32	9,96
RG Bauru	356.098	337.818	438.995	-1,00	9,13
Anidro	177.603	201.816	281.472	2,60	11,73
Hidratado	178.495	136.002	157.523	-5,30	5,02
RG Dracena	16.368	14.912	21.624	-1,80	13,18
Anidro	0	13.947	2.060	*	-47,13
Hidratado	16.368	965	19.564	-43,20	172,67
RG Lins	152.247	113.146	146.942	-5,80	9,10
Anidro	35.552	92.162	140.170	21,00	15,00
Hidratado	116.695	20.984	6.772	-29,00	-31,41
RG Marília	*	*	*	*	*
Anidro	*	*	*	*	*
Hidratado	*	*	*	*	*
RG Presidente Prudente	143.174	46.987	94.839	-20,00	26,37
Anidro	15.592	38.620	78.527	19,90	26,68
Hidratado	127.582	8.367	16.312	-42,00	24,92
RG São José do Rio Preto	158.246	325.948	562.448	15,50	19,94
Anidro	35.155	185.854	397.624	39,50	28,25
Hidratado	123.091	140.094	164.824	2,60	5,57
RG Votuporanga	*	*	*	*	*
Anidro	*	*	*	*	*
Hidratado	*	*	*	*	*

Fonte: Fundação SEADE. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1995, 2000 e 2003.

(*) Dados não disponíveis

As informações acerca do produto interno bruto (PIB) total e *per capita* para o conjunto total do Estado de São Paulo e para as regiões de governos do Oeste Paulista, no

período 2000 a 2008, presentes na Tabela 10⁴, permitem observar que dentre todas regiões de governo, São José do Rio Preto e Dracena têm, respectivamente, maior e menor PIB total nos dois anos analisados. A região de governo de São José do Rio Preto registrou PIB de 5.168,81 milhões em 2000 e 11.805,38 milhões em 2008 enquanto a região de Dracena o PIB atingiu modestos 501,68 milhões em 2000 e 1.181,97 milhões de reais em 2008.

Em relação ao PIB *per capita*, nota-se que, para os anos de 2000 e 2008, Andradina configurou-se como a região de maior PIB *per capita* (11.805,54 milhões de reais em 2000 e 19.006,24 milhões de reais em 2008). Os menores PIB *per capita* estão na região de Dracena em 2000 (4.642,09 milhões de reais) e Adamantina em 2008 (9.939,34 milhões de reais).

Entre os municípios, São José do Rio Preto mantém os maiores valores de PIB para os dois anos analisados, sendo 3.378,53 e 7.056,70 milhões de reais em 2000 e 2008, respectivamente. Os municípios de Ilha Solteira e de Sandovalina registram os maiores PIB *per capita* em 2000 e 2008 (28.118,64 milhões de reais em 2000 para Ilha Solteira e 44.203,96 milhões de reais para Sandovalina em 2008)⁵. Em ambos os anos, os menores PIB municipais dessas regiões do Oeste estão em Pracinha (5,27 milhões de reais em 2000 e 15,64 milhões de reais em 2008). Com relação ao PIB *per capita*, Euclides da Cunha apresenta os menores valores dentre todos os municípios das regiões estudadas (2.730,07 e 5.838,35 milhões de reais em 2000 e 2008, respectivamente)⁶.

⁴ A tabela completa com informações para todos os municípios das regiões de governo está disponível no Anexo 12

⁵ Ver Anexo 12.

⁶ Idem.

Analisando apenas os municípios com unidades prisionais, após Pracinha, Balbinos apresenta os menores valores de PIB (5,85 milhões em 2000 e 20,01 milhões em 2008). No quesito PIB *per capita*, Irapuru registra 3.191,23 reais em 2000 e Balbinos 4.563,65 reais em 2008, ambos os valores são os mais baixos verificados para o conjunto de municípios com unidades prisionais.

Os maiores valores de PIB municipais e PIB *per capita* são observados para a maioria dos municípios-sede das regiões de governo. Assim, com exceção dos municípios-sedes, Birigui e Paraguaçu Paulista registram os maiores PIB municipais em 2000 e 2008, sendo estes de, respectivamente 567,12 e 1.258,66 milhões para Birigui e 197,24 e 600,21 milhões para Paraguaçu Paulista. Da mesma forma, os PIB *per capita* mais expressivos estão em Lavínia em 2000 (6.491,76 reais) e Caiuá em 2008 (15.132,20 reais).

É importante ainda ressaltar que grande parte dos municípios dessas regiões do Oeste paulista registram PIB *per capita* bem inferior ao do conjunto do Estado de São Paulo, o qual foi de 11.345,91 milhões de reais em 2000 (F. IBGE *apud* F. SEADE, 2000) e de 24.457,00 milhões de reais em 2008 (F. IBGE *apud* F. SEADE, 2008).

Tabela 10. Produto Interno Bruto Total e Produto Interno Bruto *per capita* segundo Municípios.

Regiões de Governo e Municípios do Oeste Paulista, 2000/2008.

Regiões de Governo e Municípios com Unidades Prisionais	PIB (em milhões de reais)		PIB <i>per capita</i> (em reais)	
	2000	2008	2000	2008
RG Adamantina	656,06	1.399,17	5.041,50	9.939,34
Flórida Paulista	45,31	127,50	4.113,17	9.427,44
Irapuru	23,63	50,98	3.191,23	6.501,24
Lucélia	95,96	190,62	5.229,81	9.475,45
Osvaldo Cruz	192,83	309,96	6.493,57	9.897,51
Pacaembu	43,94	93,66	3.507,70	6.850,50
Pracinha	5,27	15,64	3.690,75	5.042,23
RG Andradina	2.018,43	3.602,77	11.239,10	19.006,24
Andradina	426,07	746,20	7.699,33	13.205,94
Lavinia	33,18	83,61	6.491,76	9.238,25
Mirandópolis	122,15	227,43	4.692,11	8.516,44
RG Araçatuba	3.262,69	7.269,88	6.560,12	13.312,28
Araçatuba	1.261,76	2.723,58	7.407,59	15.035,53
Birigui	567,12	1.258,66	5.935,93	11.499,80
Valparaíso	109,04	262,12	5.829,61	11.826,02
RG Assis	1.626,74	3.596,08	7.181,82	14.495,82
Assis	557,89	1.093,82	6.340,34	11.192,79
Paraguaçu Paulista	197,24	600,21	4.932,10	13.564,44
RG Bauru	4.249,52	10.397,35	7.734,64	16.904,01
Balbinos	5,85	20,01	4.438,94	4.563,65
Bauru	2.573,41	6.004,12	8.051,50	16.880,91
Pirajuí	82,94	184,08	4.110,49	8.361,91
Reginópolis	22,96	56,84	4.844,38	7.232,48
RG Dracena	501,68	1.181,97	4.642,09	10.064,26
Dracena	216,73	496,76	5.344,41	11.292,91
Junqueirópolis	82,72	191,52	4.877,36	9.714,48
Tupi Paulista	62,39	136,96	4.713,45	9.578,79
RG Lins	955,28	2.954,64	6.162,62	17.384,93
Getulina	43,76	88,84	4.213,66	8.139,68
Lins	484,81	1.575,69	7.298,32	21.713,35
RG Marília	2.107,17	4.561,80	6.661,41	13.363,80
Álvaro de Carvalho	13,49	38,30	3.233,51	7.806,09
Marília	1.443,13	3.056,84	7.227,11	13.679,94
RG Presidente Prudente	3.635,37	8.012,57	6.569,33	13.725,23
Caiuá	20,05	80,72	4.719,98	15.132,20
Marabá Paulista	21,30	47,75	5.737,08	8.251,20
Martinópolis	104,04	224,45	4.620,08	8.886,96
Presidente Bernardes	50,77	116,46	3.443,49	7.598,56
Presidente Prudente	1.658,94	3.182,33	8.698,35	15.435,91
Presidente Venceslau	173,43	383,50	4.633,93	9.995,29
RG São José do Rio Preto	5.168,81	11.805,38	7.870,54	15.898,93
São José do Rio Preto	3.378,53	7.056,70	9.294,18	17.033,99
RG Votuporanga	826,52	2.065,95	5.305,96	12.626,76
Riolândia	38,90	81,83	4.516,85	7.894,58

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 2000 e 2008.

2.3. Evolução da População e Tendências de Crescimento da População de Regiões e Municípios com Unidades Prisionais do Oeste Paulista

O estudo das regiões de governo aqui propostas reveste-se de substancial importância para o entendimento das mudanças significativas na dinâmica populacional, assim como seus desdobramentos sociais e econômicos, de uma localidade que passou a abrigar unidades prisionais.

Analisando o conjunto de informações dispostas nas Tabelas 11 e 12, as quais abrangem a evolução da população, distribuições relativas e taxas de crescimento das selecionadas do Oeste paulista e do conjunto do Estado de São Paulo no período de 1940 a 2010, é possível observar o comportamento da dinâmica demográfica dessas regiões em paralelo com o Estado de São Paulo. Nota-se que no decorrer do período 1940/1950 as regiões de governo de Bauru, Lins e São José do Rio Preto sofreram efeitos do esvaziamento populacional provocado pelo êxodo rural. Essas regiões apresentaram taxa de crescimento populacional negativas (-1,16% a.a. para Bauru, -0,92% a.a. para Lins e -0,49% a.a. para São José do Rio Preto) em concomitância com taxas negativas de crescimento da população rural (-2,88% a.a. para Bauru, -1,99% a.a. para Lins e -1,53% a.a. para São José do Rio Preto). Neste mesmo período, o conjunto do Estado de São Paulo apresentava uma média de crescimento populacional de 2,4% a.a. A região de governo de Andradina foi a que apresentou taxa de crescimento da população total mais elevada das 11 regiões analisadas (18,08% a.a.), crescimento este que esteve muito atrelado à elevada taxa de crescimento da população rural (17,60% a.a.).

**Tabela 11. Evolução da População Total e Distribuições Relativas
Regiões de Governo do Oeste Paulista e Estado de São Paulo, 1940/2010.**

Regiões de Governo e Estado de São Paulo	1940		1950		1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	População	Distribuição Relativa - RG/ESP (%)	População	Distribuição Relativa - RG/ESP (%)	População	Distribuição Relativa - RG/ESP (%)	População	Distribuição Relativa - RG/ESP (%)	População	Distribuição Relativa - RG/ESP (%)	População	Distribuição Relativa - RG/ESP (%)	População	Distribuição Relativa - RG/ESP (%)	População	Distribuição Relativa - RG/ESP (%)
RG Adamantina	*	*	135.368	1,48	185.200	1,44	149.036	0,84	137.726	0,55	130.726	0,42	130.165	0,35	137.520	0,33
RG Andradina	25.177	0,35	132.618	1,45	154.256	1,20	182.079	1,02	157.042	0,63	171.617	0,55	179.048	0,48	190.411	0,46
RG Araçatuba	232.594	3,24	283.834	3,11	344.322	2,68	344.265	1,94	367.583	1,47	441.422	1,40	493.524	1,33	545.239	1,32
RG Assis	94.401	1,31	131.648	1,44	156.705	1,22	164.380	0,92	158.694	0,63	198.209	0,63	224.580	0,61	239.825	0,58
RG Bauru	267.718	3,73	238.263	2,61	263.606	2,05	280.460	1,58	364.523	1,46	462.667	1,47	543.462	1,47	597.577	1,45
RG Dracena	*	*	26.533	0,29	121.979	0,95	108.755	0,61	106.538	0,43	107.523	0,34	108.041	0,29	116.102	0,28
RG Lins	151.236	2,11	137.940	1,51	158.184	1,23	121.545	0,68	125.735	0,50	138.988	0,44	153.859	0,42	166.881	0,40
RG Marília	206.632	2,88	241.395	2,64	250.829	1,96	220.826	1,24	236.176	0,94	273.869	0,87	313.408	0,85	334.395	0,81
RG Presidente Prudente	216.500	3,02	349.755	3,83	386.915	3,02	425.929	2,40	416.852	1,66	494.553	1,57	549.355	1,49	579.321	1,40
RG São José do Rio Preto	300.772	4,19	286.335	3,13	315.434	2,46	330.187	1,86	400.688	1,60	526.629	1,68	647.725	1,75	740.889	1,80
RG Votuporanga	*	*	99.892	1,09	118.600	0,92	132.677	0,75	129.817	0,52	142.744	0,45	154.877	0,42	169.171	0,41
Estado de São Paulo	7.180.316	100	9.134.423	100	12.829.806	100	17.771.948	100	25.040.712	100	31.436.273	100	36.974.378	100	41.252.160	100

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2010.

(*) Dados não disponíveis para o período

Durante a década de 1950, todas as regiões de governo registraram taxas de crescimento populacional positivas, com destaque para a região de Dracena (16,48% a.a.) muito superior a taxa de crescimento verificada para o Estado de São Paulo (3,46% a.a.). Neste período, apenas as regiões de Adamantina, Dracena, Lins e Votuporanga mantiveram taxas positivas de crescimento da população rural (2,07% a.a., 16,09% a.a., 0,18% a.a. e 0,30% a.a., respectivamente). Ainda, dentre as regiões do Oeste analisadas, a região de Dracena apresenta a menor distribuição relativa da população no total do Estado (0,29%), enquanto que a região de governo de Presidente Prudente configura-se entre a maior (3,83%).

No período 1960/1970, com exceção para a região de Andradina – que demonstrou um pequeno aumento em sua taxa de crescimento populacional (1,67% a.a.) –, as demais regiões caracterizaram-se por arrefecimentos em seus ritmos de crescimento. Enquanto o conjunto do Estado de São Paulo demonstrava taxa de crescimento de 3,31% a.a., dentre as regiões que compõem este estudo, todas registraram taxas muito abaixo dessa média. As regiões de Adamantina, Dracena, Lins e Marília configuraram-se entre as localidades com taxas negativas de crescimento (2,15% a.a., -1,14% a.a., -2,60% a.a. e -1,27% a.a., respectivamente). Ainda nesse decênio, a região de Andradina foi a única que não apresentou queda na taxa de crescimento da população urbana em relação ao período anterior (6,39% a.a. em 1950/1960 para 6,63% a.a. em 1960/1970) e Lins foi a região que apresentou taxa de crescimento da população rural mais acentuadamente negativa (-7,39% a.a.). A queda no ritmo de crescimento da população total e a acentuação das taxas negativas de crescimento da população rural dessas regiões do Oeste paulista são, em grande parte, reflexos do processo de mudança na estrutura produtiva do campo,

culminando na intensificação do fluxo populacional campo cidade (BAENINGER et al., 2010).

**Tabela 12. Taxas de Crescimento da População Total, Urbana e Rural
Regiões de Governo do Oeste Paulista e Estado de São Paulo, 1940/2010.**

Regiões de Governo e Estado de São Paulo	Taxas de Crescimento (% a.a.)																				
	1940/1950			1950/1960			1960/1970			1970/1980			1980/1991			1991/2000			2000/2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
RG Adamantina	*	*	*	3,18	5,70	2,07	-2,15	0,74	-4,09	-0,79	1,33	-3,05	-0,47	2,07	-5,47	-0,05	1,07	-4,50	0,55	0,76	-0,21
RG Andradina	18,08	20,08	17,60	1,52	6,39	-0,20	1,67	6,63	-1,96	-1,47	2,07	-7,88	0,81	1,73	-2,89	0,47	0,97	-2,63	0,62	0,41	2,05
RG Araçatuba	2,01	4,81	1,06	1,95	4,96	-0,06	0,00	4,37	-3,67	0,66	3,15	-4,66	1,68	2,90	-3,77	1,25	1,81	-3,52	1,00	1,25	-2,31
RG Assis	3,38	5,52	2,64	1,76	5,20	0,00	0,48	3,60	-2,25	-0,35	2,91	-6,26	2,04	3,28	-3,10	1,40	1,96	-2,75	0,66	0,89	-1,79
RG Bauru	-1,16	2,44	-2,88	1,02	4,22	-1,64	0,62	3,60	-4,15	2,66	4,20	-2,43	2,19	3,08	-3,27	1,80	2,26	-3,74	0,95	0,98	0,54
RG Dracena	*	*	*	16,48	17,36	16,09	-1,14	3,40	-4,17	-0,21	1,74	-2,59	0,08	2,53	-5,61	0,05	0,94	-4,15	0,72	0,97	-0,93
RG Lins	-0,92	1,86	-1,99	1,38	3,54	0,18	-2,60	2,07	-7,39	0,34	1,18	-1,30	0,92	2,29	-3,09	1,14	2,18	-4,36	0,82	1,15	-2,00
RG Marília	1,57	2,05	1,36	0,38	3,32	-1,19	-1,27	2,45	-4,79	0,67	2,89	-3,49	1,36	2,68	-3,44	1,51	1,92	-4,19	0,65	0,91	-2,15
RG Presidente Prudente	4,91	6,91	4,34	1,01	5,86	-0,52	0,97	4,94	-3,67	-0,22	3,12	-6,03	1,57	2,60	-2,54	1,17	1,43	-0,23	0,53	1,02	-2,90
RG São José do Rio Preto	-0,49	2,28	-1,53	0,97	4,93	-1,24	0,46	3,54	-3,03	1,95	4,15	-3,29	2,52	3,73	-3,55	2,33	2,65	-0,29	1,35	1,55	-0,68
RG Votuporanga	*	*	*	1,73	5,69	0,30	1,13	5,17	-1,49	-0,22	0,10	-4,47	0,87	0,90	-3,56	0,91	0,91	-4,17	0,89	0,89	-1,68
Estado de São Paulo	2,44	4,25	0,77	3,46	5,26	1,01	3,31	5,94	-3,10	3,49	4,51	-2,04	2,12	2,56	-2,01	1,82	1,84	0,78	1,10	1,37	-3,54

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2010.

(*) Dados não disponíveis para o período

Nos dez anos seguintes, 1970/1980, verifica-se uma diversidade nos ritmos de crescimento das regiões analisadas. Enquanto algumas regiões registraram a continuidade do arrefecimento no ritmo do crescimento demográfico, outras, por sua vez, reverteram a tendência de queda verificada no período anterior. As regiões de Adamantina, Assis, Dracena, Presidente Prudente e Votuporanga são exemplos das localidades que mantiveram o ritmo de queda com taxas de, respectivamente, -0,79% a.a., -0,35%, -0,21% a.a., -0,22% a.a. e -0,22% a.a.). A região de Andradina que vinha apresentando taxas positivas de crescimento populacional desde o período 1940/1950 registra em 1970/1980 taxa de -1,47% a.a. Vale destacar que nesse momento verificava-se o Estado de São Paulo taxa de crescimento de 3,49% a.a., no entanto todas as regiões analisadas registraram taxas menores que a observada para o Estado.

Nos períodos subsequentes, 1980/1991, 1991/2000 e 2000/2010, para grande parte das regiões de governos segue-se a tendência de crescimento negativo da população rural e queda no ritmo de crescimento da população urbana. A região de São José do Rio Preto é a única a registrar nesses três períodos consecutivos taxas de crescimento populacional acima da taxa observada para o conjunto do Estado de São Paulo (2,52% a.a., 2,33% a.a. e 1,35% a.a. para a região de governo de São José do Rio Preto e 2,12% a.a., 1,82% a.a. e 1,09% a.a. para o Estado de São Paulo).

É interessante também notar que a região de governo de Adamantina foi a única a registrar uma sequência de taxas negativas de crescimento da população desde o decênio 1960/1970 até 1991/2000 (-2,15% a.a., -0,79% a.a., -0,47% a.a. e -0,05% a.a.), revertendo essa tendência apenas no período 2000/2010 (0,55% a.a.). A partir da década de 1970,

notam-se, para todas as regiões analisadas, quedas consecutivas na participação da populacional destas sobre o total populacional do Estado. Em 2010, verifica-se em muitas das regiões distribuição relativa bem inferior às porcentagens verificadas para 1940 e 1950. Pode-se exemplificar essa afirmação com a situação de Adamantina, região que registrava 1,48% do total populacional do Estado em 1950 e 0,33% em 2010.

No que se refere a uma análise mais detalhada dos diversos municípios com unidades prisionais que compõem as regiões de governos selecionadas, a evolução da populacional destes, no período 1970 a 2010, pode ser observada nas Tabelas 13 e 14. A Tabela 13⁷ destaca a evolução da população total, urbana e rural, assim como o grau de urbanização, das regiões de governo e dos municípios. A Tabela 14⁸ ilustra as taxas de crescimento da população total, urbana e rural e a distribuição relativa da população dos municípios na composição da população da região de governo.

A evolução da população tem pontos comuns em muitos dos municípios das regiões de governo. Com exceção de alguns casos, a maioria dos municípios registrou perdas nos valores de sua população absoluta no período 1970/1980, o que acaba refletindo nas muitas taxas negativas de crescimento da população total⁹. Por outro lado, o período 1980/1991 caracteriza-se, no geral, ainda que timidamente, pela recuperação do crescimento. No entanto, regiões de como Adamantina, Dracena e Lins ainda apresentam a maioria de seus municípios com taxas negativas de crescimento.

⁷ A tabela completa com informações para todos os municípios das regiões de governo está disponível no Anexo 13.

⁸ A tabela completa com informações para todos os municípios das regiões de governo está disponível no Anexo 14.

⁹ Ver Anexo 13.

Neste momento, o menor crescimento populacional refere-se ao município da região de governo de Dracena, Santa Mercedes, passando de uma população de 4.137 para 2.997 habitantes, o que representa um crescimento de -2,89% a.a¹⁰. Todavia, o maior crescimento populacional absoluto é registrado pelo pequeno município de Bady Bassit, localizado na região de governo de São José do Rio Preto, o qual passa de uma população de 2.806 em 1980 para 5.659 habitantes em 1991, representando um crescimento de 6,58% a.a¹¹.

Em comparação com os decênios anteriores, o período 2000/2010 apresenta grande parte dos municípios crescendo a taxas positivas, mesmo estas sendo modestas. Neste momento, o município de Balbinos, Lavínia, Pracinha e Reginópolis registraram as maiores taxas de crescimento populacional, sendo estas de, respectivamente, 11,59% a.a., 7,17% a.a., 5,51% a.a. e 4,44% a.a (Tabela 14). Curiosamente esses municípios têm unidades prisionais dentro de seus limites administrativos. Tais unidades foram instaladas nos anos 2000.

¹⁰ Ver Anexo 14.

¹¹ Idem.

**Tabela 13. Evolução da População Total, Urbana e Rural e Grau de Urbanização
Regiões de Governo do Oeste Paulista e Municípios com Unidades Prisionais, 1970/2010.**

Regiões de Governo e Municípios com Unidades Prisionais	População Total					População Urbana					População Rural					Grau de Urbanização				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010
RG Adamantina	149.036	137.726	130.726	130.165	137.520	69.723	79.534	99.666	109.774	117.561	79.313	58.192	31.060	20.391	19.959	46,78	57,77	76,24	84,33	85,49
Flórida Paulista	17.741	15.197	12.543	11.118	12.843	6.418	6.669	8.242	8.992	10.133	11.323	8.528	4.301	2.126	2.710	36,18	43,88	65,71	80,88	78,90
Irapuru	12.058	9.773	8.272	7.464	7.786	4.879	4.829	5.392	5.634	5.504	7.179	4.944	2.880	1.830	2.282	40,46	49,42	65,18	75,48	70,69
Lucélia	20.472	18.697	19.275	18.311	19.877	11.173	12.597	15.688	15.694	17.215	9.299	6.100	3.587	2.617	2.662	54,58	67,37	81,39	85,71	86,61
Oswaldo Cruz	23.377	26.071	28.880	29.641	30.915	13.904	17.586	23.578	26.135	27.780	9.473	8.485	5.302	3.506	3.135	59,48	67,45	81,64	88,17	89,86
Pacaembu	17.211	15.775	12.417	12.517	12.935	5.941	6.941	8.311	9.496	9.746	11.270	8.834	4.106	3.021	3.189	34,52	44,00	66,93	75,86	75,35
Pracinha	*	*	*	1.432	2.861	*	*	*	1.187	1.368	*	*	*	245	1.493	*	*	*	82,89	47,82
RG Andradina	182.079	157.042	171.617	179.048	190.411	97.676	119.885	144.709	157.876	164.471	84.403	37.157	26.908	21.172	25.940	53,64	76,34	84,32	88,18	86,38
Andradina	51.688	47.580	52.322	55.134	55.300	43.515	41.978	47.446	50.811	51.613	8.173	5.602	4.876	4.323	3.687	84,19	88,22	90,68	92,16	93,33
Lavínia	8.372	6.127	5.450	5.134	8.780	3.206	3.392	3.936	4.136	4.286	5.166	2.735	1.514	998	4.494	38,29	55,35	72,22	80,56	48,82
Mirandópolis	23.549	21.485	24.391	25.921	27.464	12.295	13.945	19.399	22.274	24.445	11.254	7.540	4.992	3.647	3.019	52,21	64,90	79,53	85,93	89,01
RG Araçatuba	344.220	238.102	294.288	330.016	366.090	140.468	81.728	268.355	313.064	351.358	63.420	39.944	25.933	16.952	14.732	40,81	34,32	91,19	94,86	95,98
Araçatuba	108.512	129.303	159.027	169.087	181.503	86.884	116.43	150.318	164.287	178.005	21.628	12.873	8.709	4.800	3.498	80,10	90,00	94,50	97,20	98,07
Avanhandava	5.974	6.407	7.940	8.820	11.302	3.720	4.769	6.835	8.092	9.555	2.254	1.638	1.105	728	1.747	62,30	74,70	86,10	91,70	84,54
Birigui	34.976	50.889	74.681	94.098	108.634	27.118	45.338	70.102	90.823	105.396	7.858	5.551	4.579	3.275	3.238	77,50	89,10	93,90	96,50	97,02
Valparaíso	14.608	13.298	16.499	18.554	22.606	9.483	10.011	14.009	16.070	21.502	5.125	3.287	2.490	2.484	1.104	64,90	75,30	84,90	86,60	95,12
RG Assis	164.380	158.694	198.209	224.580	239.825	89.811	119.611	170.565	203.070	221.870	74.569	39.083	27.644	21.510	17.955	54,64	75,37	86,05	90,42	92,51
Assis	57.220	67.103	84.979	87.135	95.076	47.588	60.995	79.664	83.277	90.924	9.632	6.108	5.315	3.858	4.152	83,17	90,89	93,75	95,57	95,63
Paraguape Paulista	21.892	23.465	33.643	39.559	42.244	13.858	17.792	29.883	36.570	38.285	8.034	5.673	3.760	2.989	3.959	63,30	75,82	88,82	92,44	90,63

(Continua)

RG Bauru	280.460	364.489	462.667	543.462	597.577	199.813	301.399	419.012	512.475	564.860	80.647	63.090	43.655	30.987	32.717	71,24	82,69	90,56	94,30	94,53
Balbinos	1.116	1.173	1.219	1.312	3.929	278	437	763	1.061	1.190	838	736	456	251	2.739	24,90	37,30	62,60	80,90	30,29
Bauru	131.936	186.664	259.504	315.493	343.659	120.930	180.761	254.075	309.881	338.517	11.006	5.903	5.429	5.612	5.142	91,70	96,80	97,90	98,20	98,50
Pirajuí	20.344	19.422	18.842	20.083	22.718	11.801	13.156	15.522	16.257	18.506	8.543	6.266	3.320	3.826	4.212	58,00	67,70	82,40	80,90	81,46
Reginópolis	4.472	4.619	4.777	4.742	7.321	2.011	2.455	3.211	3.784	4.360	2.461	2.164	1.566	958	2.961	45,00	53,20	67,20	79,80	59,55
RG Dracena	108.755	106.538	107.523	108.041	116.102	54.611	64.872	85.432	92.960	102.369	54.144	41.666	22.091	15.081	13.733	50,21	60,89	79,45	86,04	88,17
Dracena	35.347	35.912	39.527	40.491	43.244	25.128	28.740	34.659	37.145	39.928	10.219	7.172	4.868	3.346	3.316	71,09	80,02	87,68	91,74	92,33
Junqueirópolis	22.638	21.425	17.757	17.012	18.704	8.723	11.007	12.761	13.426	15.381	13.915	10.418	4.996	3.586	3.323	38,53	51,37	71,86	78,92	82,23
Tupi Paulista	15.720	16.386	14.073	13.293	14.256	7.898	9.628	10.610	10.883	11.198	7.822	6.758	3.463	2.410	3.058	50,24	58,75	75,39	81,87	78,55
RG Lins	121.545	125.735	138.988	153.859	166.881	77.376	86.978	111.540	135.482	151.863	44.169	38.757	27.448	18.377	15.018	63,66	69,18	80,25	88,06	91,00
Getulina	12.067	11.073	10.130	10.368	10.770	5.030	5.888	6.991	7.533	8.334	7.037	5.185	3.139	2.835	2.436	41,68	53,17	69,01	72,66	77,38
Lins	45.555	50.902	59.098	65.886	71.448	38.115	44.624	54.865	64.154	70.614	7.440	6.278	4.233	1.732	834	83,67	87,66	92,84	97,37	98,83
RG Marília	220.826	236.176	273.869	313.408	334.395	129.517	172.147	230.323	283.787	310.561	91.309	64.029	43.546	29.621	23.834	58,65	72,89	84,10	90,55	92,87
Álvaro de Carvalho	4.200	3.931	3.140	4.099	4.649	1.152	1.715	1.793	2.431	2.951	3.048	2.216	1.347	1.668	1.698	27,43	43,63	57,10	59,31	63,48
Marília	98.176	121.236	160.229	196.965	216.431	75.953	106.832	149.553	189.357	207.494	22.223	14.404	10.676	7.608	8.937	77,36	88,11	93,34	96,14	95,87
RG Presidente Prudente	425.929	416.852	494.553	549.355	579.321	229.872	311.816	413.345	469.781	520.043	196.057	105.036	81.208	79.574	59.278	53,97	74,80	83,58	85,52	89,77
Caiuá	5.271	2.958	3.335	4.183	5.031	1.238	1.241	1.456	1.765	1.927	4.033	1.717	1.879	2.418	3.104	23,50	42,00	43,70	42,20	38,30
Marabá Paulista	7.041	3.877	3.507	3.697	4.801	1.083	1.279	1.899	2.047	2.137	5.958	2.598	1.608	1.650	2.664	15,40	33,00	54,10	55,40	44,51
Martinópolis	23.072	19.656	19.671	22.320	24.243	9.582	12.626	15.149	17.954	20.365	13.490	7.030	4.522	4.366	3.878	41,50	64,20	77,00	80,40	84,00
Presidente Bernardes	25.590	15.767	16.254	14.650	13.543	8.199	8.401	10.800	10.146	10.472	17.391	7.366	5.454	4.504	3.071	32,00	53,30	66,40	69,30	77,32
Presidente Prudente	105.707	136.425	164.980	188.949	207.461	92.711	129.255	159.701	184.997	203.209	12.996	7.170	5.279	3.952	4.252	87,70	94,70	96,80	97,90	97,95
Presidente Venceslau	25.976	30.072	36.038	37.335	37.909	18.490	26.648	34.281	34.543	36.269	7.486	3.424	1.757	2.792	1.640	71,20	88,60	95,10	92,50	95,67
RG São José do Rio Preto	331.746	400.688	526.629	647.725	740.889	205.733	309.318	462.962	585.699	682.967	126.013	91.370	63.667	62.026	57.922	62,02	77,20	87,91	90,42	92,18
São José do Preto	122.134	187.403	281.663	357.705	407.929	109.807	177.882	273.338	336.519	383.083	12.327	9.521	8.325	21.186	24.846	89,90	94,90	97,00	94,10	93,91
RG Votuporanga	132.677	129.817	142.744	154.877	169.171	63.763	86.182	113.470	134.931	152.326	68.914	43.635	29.274	19.946	16.845	48,06	66,39	79,49	87,12	90,04
Riolândia	9.640	6.830	7.737	8.552	10.568	4.197	4.902	6.808	6.854	8.360	5.443	1.928	929	1.698	2.208	43,54	71,77	87,99	80,14	79,11

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2010

(*) Dados não disponíveis para o período

Ainda em relação aos municípios com unidades prisionais, nota-se, para todos, taxas positivas de crescimento populacional. No entanto, em alguns, a taxa de crescimento da população urbana chega a ser menor que a taxa de crescimento da população rural. Os casos de Pracinha e Balbinos são ilustrativos dessa situação. Pracinha e Balbinos apresentam, respectivamente, taxas de crescimento da população urbana de 1,43% a.a. e 1,15% a.a., enquanto as taxas de crescimento da população rural são mais expressivas, atingindo os valores de 19,81% a.a para Pracinha e 27,00% a.a. para Balbinos. Tal crescimento da população rural reflete-se no grau urbanização desses mesmos municípios. Pracinha que em 2000 registrava grau de urbanização de 82,89% passa para 47,82% em 2010. Da mesma forma, Lavínia que chegou a apresentar grau de urbanização de 80,56% em 2000, atinge o valor de 48,82% em 2010. Este substancial crescimento da população rural evidencia uma face da política de instalação de unidades prisionais. Segundo o Secretário da Administração Penitenciária, Lourival Gomes, “por definição legal, as penitenciárias para homens são construídas fora do perímetro urbano, ou seja, em zona rural” (Entrevista concedida em 16/11/2011).

**Tabela 14. Crescimento Populacional (% a.a.) e Distribuição da População (%)
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1970/2010.**

Regiões de Governo e Municípios	Taxa de Crescimento (% a a)												Distribuição Relativa na População Total				
	1970/1980			1980/1991			1991/2000			2000/2010			1970	1980	1991	2000	2010
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural					
RG Adamantina	-0,79	1,33	-3,05	-0,47	2,07	-5,55	-0,05	1,08	-4,57	0,55	0,69	-0,21	100	100	100	100	100
Flórida Paulista	-1,54	0,38	-2,80	-1,73	1,94	-6,03	-1,33	0,97	-7,53	1,45	1,2	2,46	11,90	11,03	9,59	8,54	9,34
Irapuru	-2,08	-0,10	-3,66	-1,5	1,01	-4,79	-1,14	0,49	-4,91	0,42	-0,23	2,23	8,09	7,10	6,33	5,73	5,66
Lucélia	-0,90	1,21	-4,13	0,28	2,01	-4,71	-0,57	0	-3,44	0,82	0,93	0,17	13,74	13,58	14,74	14,07	14,45
Oswaldo Cruz	1,10	2,38	-1,10	0,93	2,7	-4,18	0,29	1,15	-4,49	0,42	0,61	-1,11	15,69	18,93	22,09	22,77	22,48
Pacaembu	-0,87	1,57	-2,41	-2,15	1,65	-6,73	0,09	1,49	-3,35	0,33	0,26	0,54	11,55	11,45	9,50	9,62	9,41
Pracinha	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7,17	1,43	19,81	*	*	*	1,10	2,08
RG Andradina	-1,47	2,07	-7,88	0,81	1,73	-2,89	0,47	0,97	-2,63	0,62	0,41	2,05	100	100	100	100	100
Andradina	-0,82	-0,36	-3,71	0,87	1,12	-1,25	0,58	0,76	-1,33	0,03	0,16	-1,58	28,39	30,30	30,49	30,79	29,04
Lavínia	-3,07	0,57	-6,16	-1,06	1,36	-5,23	-0,66	0,55	-4,53	5,51	0,36	16,24	4,60	3,90	3,18	2,87	4,61
Mirandópolis	-0,91	1,27	-3,93	1,16	3,05	-3,68	0,68	1,55	-3,43	0,58	0,93	-1,87	12,93	13,68	14,21	14,48	14,42
RG Araçatuba	0,66	3,15	-4,66	1,70	2,91	-3,85	1,25	1,81	-3,52	1,00	1,25	-2,31	100	100	100	100	100
Araçatuba	1,77	2,97	-5,06	1,93	2,38	-3,55	1,19	0,99	-6,41	0,71	0,81	-3,11	31,52	35,18	36,03	34,26	33,29
Avanhandava	0,7	2,51	-3,14	2	3,37	-3,58	1,17	1,89	-4,53	2,51	1,68	9,15	1,74	1,74	1,80	1,79	2,07
Birigui	3,82	5,27	-3,42	3,6	4,1	-1,77	2,6	2,92	-3,66	1,45	1,5	-0,11	10,16	13,84	16,92	19,07	19,92
Valparaíso	-0,94	0,54	-4,34	2,01	3,15	-2,54	1,31	1,54	-0,03	1,99	2,95	-7,79	4,24	3,62	3,74	3,76	4,15
RG Assis	-0,35	2,91	-6,26	2,04	3,28	-3,10	1,40	1,96	-2,75	0,66	0,89	-1,79	100	100	100	100	100
Assis	1,61	2,51	-4,45	2,17	2,46	-1,26	0,28	0,49	-3,50	0,88	0,88	0,74	34,81	42,28	42,87	38,80	39,64
Paraguaçu Paulista	0,70	2,53	-3,42	3,33	4,83	-3,67	1,82	2,27	-2,52	0,66	0,46	2,85	13,32	14,79	16,97	17,61	17,61

(Continua)

RG Bauru	2,66	4,20	-2,43	2,19	3,04	-3,29	1,80	2,26	-3,74	0,95	0,98	0,54	100	100	100	100	100
Balbinos	0,50	4,63	-1,29	0,35	5,20	-4,26	0,82	3,73	-6,42	11,59	1,15	27,00	0,40	0,32	0,26	0,24	0,66
Bauru	3,53	4,10	-6,04	3,04	3,14	-0,76	2,19	2,23	0,37	0,86	0,89	-0,87	47,04	51,21	56,09	58,05	57,51
Pirajuí	-0,46	1,09	-3,05	-0,28	1,51	-5,61	0,71	0,52	1,59	1,24	1,30	0,97	7,25	5,33	4,07	3,70	3,80
Reginópolis	0,32	2,01	-1,28	0,31	2,47	-2,90	-0,08	1,84	-5,31	4,44	1,43	11,95	1,59	1,27	1,03	0,87	1,23
RG Dracena	-0,21	1,74	-2,59	0,08	2,53	-5,61	0,05	0,94	-4,15	0,72	0,97	-0,93	100	100	100	100	100
Dracena	0,16	1,35	-3,48	0,80	1,72	-3,46	0,27	0,77	-4,08	0,66	0,73	-0,09	32,50	33,71	36,76	37,48	37,25
Junqueirópolis	-0,55	2,35	-2,85	-1,69	1,35	-6,46	-0,48	0,57	-3,62	0,95	1,37	-0,76	20,82	20,11	16,51	15,75	16,11
Tupi Paulista	0,42	2,00	-1,45	-1,37	0,89	-5,90	-0,63	0,28	-3,95	0,70	0,29	2,41	14,45	15,38	13,09	12,30	12,28
RG Lins	0,34	1,18	-1,30	0,92	2,29	-3,09	1,14	2,18	-4,36	0,82	1,15	-2,00	100	100	100	100	100
Getulina	-0,86	1,59	-3,01	-0,81	1,57	-4,46	0,26	0,83	-1,13	0,38	1,02	-1,51	9,93	8,81	7,29	6,74	6,45
Lins	1,12	1,59	-1,68	1,37	1,90	-3,52	1,22	1,75	-9,45	0,81	0,96	-7,05	37,48	40,48	42,52	42,82	42,81
RG Marília	0,67	2,89	-3,49	1,40	2,70	-3,40	1,50	2,30	-4,20	0,70	0,90	-2,20	100	100	100	100	100
Álvaro de Carvalho	-0,66	4,06	-3,14	-2,00	0,40	-4,40	3,00	3,40	2,40	1,30	2,00	0,20	1,90	1,66	1,15	1,31	1,39
Marília	2,13	3,47	-4,24	2,60	3,10	-2,70	2,30	2,70	-3,70	0,90	0,90	1,60	44,46	51,33	58,51	62,85	64,72
RG Presidente Prudente	-0,22	3,10	-6,05	1,57	2,60	-2,31	1,17	1,43	-0,23	0,53	1,02	-2,90	100	100	100	100	100
Caiuá	-5,61	0,02	-8,18	1,10	1,46	0,82	2,55	2,16	2,84	1,86	0,88	2,53	1,24	0,71	0,67	0,76	0,87
Marabá Paulista	-5,79	1,68	-7,96	-0,91	3,66	-4,27	0,59	0,84	0,29	2,65	0,43	4,91	1,65	0,93	0,71	0,67	0,83
Martinópolis	-1,59	2,80	-6,31	0,01	1,67	-3,93	1,41	1,91	-0,39	0,83	1,27	-1,18	5,42	4,72	3,98	4,06	4,18
Presidente Bernardes	-4,73	0,24	-8,23	0,28	2,31	-2,70	-1,15	-0,69	-2,10	-0,78	0,32	-3,76	6,01	3,78	3,29	2,67	2,34
Presidente Prudente	2,58	3,38	-5,77	1,74	1,94	-2,74	1,52	1,65	-3,17	0,94	0,94	0,73	24,82	32,73	33,36	34,39	35,81
Presidente Venceslau	1,47	3,72	-7,52	1,66	2,32	-5,89	0,39	0,08	5,28	0,15	0,49	-5,18	6,10	7,21	7,29	6,80	6,54
RG São José do Rio Preto	1,91	4,16	-3,16	2,52	3,73	-3,23	2,33	2,65	-0,29	1,35	1,55	-0,68	100	100	100	100	100
São José do Preto	4,37	4,94	-2,55	3,77	3,98	-1,21	2,69	2,34	10,94	1,32	1,30	1,61	36,82	46,77	53,48	55,22	55,06
RG Votuporanga	-0,22	3,06	-4,47	0,87	2,53	-3,56	0,91	1,94	-4,17	0,89	1,22	-1,68	100	100	100	100	100
Riolândia	-3,39	1,56	-9,86	1,14	3,03	-6,42	1,12	0,07	6,93	2,14	2,01	2,66	7,27	5,26	5,42	5,52	6,25

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2010

(*) Dados não disponíveis para o período

2.3.1. Movimentos Migratórios Inter e Intra-regionais

Apresenta-se, a seguir, uma tentativa de esboçar um panorama mais desagregado do crescimento demográfico das diversas regiões e municípios com unidades prisionais do Oeste paulista, buscando compreender e avaliar o papel do crescimento vegetativo e migratório na dinâmica demográfica. Desta forma, a Tabela 15¹² expõe os valores do crescimento absoluto, vegetativo e saldo migratório para as regiões de estudo e os municípios que as compõem.

No que diz respeito ao crescimento absoluto, verifica-se que grande parte dos municípios apresentaram taxas negativas durante o período 1970/1980. Para as regiões de Adamantina e Dracena essa situação é ainda mais expressiva. Na região de Adamantina apenas o município sede, Adamantina, apresentou crescimento absoluto de 238 pessoas¹³. Já na região de Andradina, nenhum município registrou crescimento absoluto positivo. Neste mesmo período, os saldos migratórios dos diversos municípios atingiram valores expressivamente negativos, evidenciando que o componente migratório foi o principal responsável pela diminuição absoluta da população.

Assim, para muitos municípios, verifica-se que, mesmo com saldos migratórios negativos nos momentos posteriores (1980 a 2000), a manutenção do crescimento absoluto da população em valores positivos foi decorrente da fundamental participação do crescimento vegetativo. Da mesma forma, no período 2000/2010, poucos foram os

¹² A tabela completa com as informações para todos os municípios das regiões de governo está disponível no Anexo 15

¹³ Ver Anexo 15

municípios que apresentam crescimento absoluto negativo; por outro lado, os saldos migratórios negativos foram ainda observados em alguns municípios, o que mais uma vez aponta para importância do crescimento vegetativo na composição do crescimento absoluto.

**Tabela 15. Crescimento Absoluto, Vegetativo e Saldo Migratório
Regiões de Governo e Municípios do Oeste Paulista, 1970/2010.**

Regiões de Governo e Municípios com Unidades Prisionais	Crescimento Absoluto				Crescimento Vegetativo				Saldo Migratório			
	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
RG Adamantina	-11.310	-7.000	-1.993	7.589	29.305	24.266	11.566	5.741	-40.615	-31.266	-13.525	1.848
Flórida Paulista	-2.544	-2.654	-1.425	1.714	3.010	2.388	1.172	639	-5.554	-5.042	-2.597	1.075
Irapuru	-2.285	-1.501	-808	322	1.986	1.208	428	156	-4.271	-2.709	-1.236	166
Lucélia	-1.775	578	-964	1.557	4.297	3.831	1.866	1.128	-6.072	-3.253	-2.830	429
Osvaldo Cruz	2.694	2.809	761	1.265	5.146	5.006	2.694	1.103	-2.452	-2.197	-1.933	162
Pacaembu	-1.436	-3.358	100	703	3.439	2.604	1.060	426	-4.875	-5.962	-960	277
Pracinha	*	*	*	1.410	*	*	34	56	*	*	*	1.354
RG Andradina	-25.037	14.575	-19.331	11.333	39.465	30.957	18.531	11.564	-64.502	-16.382	-11.100	-231
Andradina	-4.108	4.742	2.812	199	10.372	8.247	5.438	3.178	-14.480	-3.505	-2.626	-2.979
Lavinia	-2.245	-677	-316	3.606	1.178	797	467	184	-3.423	-1.474	-783	3.422
Mirandópolis	-2.064	2.906	1.530	1.549	5.355	4.858	2.188	1.474	-7.419	-1.952	-658	75
RG Araçatuba	23.322	75.042	38.201	51.496	62.199	73.429	48.347	34.745	-38.877	1.613	-10.146	16.751
Araçatuba	20.792	30.195	10.060	12.386	21.114	25.687	15.890	10.126	-322	4.508	-5.830	2.260
Birigui	15.913	24.218	19.417	14.501	7.456	12.161	9.146	7.833	8.457	12.057	10.271	6.668
Valparaíso	-1.310	3.253	2.055	3.985	2.466	3.271	2.275	1.729	-3.776	-18	-220	2.256
RG Assis	-5.686	39.515	26.371	15.208	29.427	33.628	23.848	17.224	-35.113	5.887	2.523	-2.016
Assis	9.883	17.876	2.156	7.940	12.769	14.766	8.520	6.008	-2.886	3.110	-6.364	1.932
Paraguaçu Paulista	1.573	10.178	5.916	2.696	4.150	5.730	4.909	3.540	-2.577	4.448	1.007	-844

(Continua)

RG Bauru	84.019	98.178	80.795	53.803	55.729	75.325	53.747	47.066	28.290	22.853	27.048	6.737
Balbinos	57	46	93	2.358	66	63	96	43	-9	-17	-3	2.315
Bauru	54.728	72.840	55.989	28.202	25.968	36.997	28.800	27.301	28.760	35.843	27.189	901
Pirajuí	-922	-580	1.241	2.598	3.199	3.362	1.597	871	-4.121	-3.942	-356	1.727
Reginópolis	147	158	-35	2.555	853	844	322	254	-706	-686	-357	2.301
RG Dracena	-2.217	985	518	8.038	22.531	20.265	10.909	5.627	-24.748	-19.280	-2.848	2.411
Dracena	565	3.615	964	2.743	7.163	6.871	3.466	1.713	-6.598	-3.256	-713	1.030
Junqueirópolis	-1.213	-3.668	-745	1.699	4.328	3.362	1.577	770	-5.541	-7.030	115	929
Tupi Paulista	666	-2.313	-780	968	3.749	2.547	913	84	-3.083	-4.860	50	884
RG Lins	4.190	13.253	14.871	12.954	23.587	23.429	15.178	11.584	-19.397	-10.176	-307	1.370
Getulina	-994	-943	238	394	2.345	1.732	952	621	-3.339	-2.675	-714	-227
Lins	5.347	8.196	6.788	5.499	9.176	9.488	6.130	4.211	-3.829	-1.292	658	1.288
RG Marília	15.350	37.693	39.539	21.124	48.505	49.387	33.284	24.757	-33.155	-11.694	6.255	-3.633
Álvaro de Carvalho	-269	-791	959	546	656	456	369	324	-925	-1.247	590	222
Marília	23.060	38.993	36.736	19.611	22.851	27.170	20.709	16.771	209	11.823	16.027	2.840
RG Presidente Prudente	-9.077	77.701	54.802	29.932	80.655	88.570	58.817	45.846	-89.732	-10.869	-4.015	-15.914
Caiuá	-2.313	377	848	848	706	523	278	324	-3.019	-146	570	524
Marabá Paulista	-3.164	-370	190	1.104	605	597	381	326	-3.769	-967	-191	778
Martinópolis	-3.416	15	2.649	1.883	3.556	3.381	2.120	1.622	-6.972	-3.366	529	261
Presidente Bernardes	-9.823	487	-1.604	-1.071	3.993	2.547	1.402	514	-13.816	-2.060	-3.006	-1.585
Presidente Prudente	30.718	28.555	23.969	18.500	25.067	30.983	20.225	16.369	5.651	-2.428	3.744	2.131
Presidente Venceslau	4.096	5.966	1.297	570	6.508	6.334	3.734	2.266	-2.412	-368	-2.437	-1.696
RG São José do Rio Preto	72.146	126.593	111.484	92.949	56.912	71.707	50.014	46.090	15.234	54.886	61.657	46.859
São José do Preto	66.467	94.742	76.042	0	25.331	37.318	27.985	0	41.136	57.424	48.057	0
RG Votuporanga	-2.860	12.927	10.189	14.222	21.361	23.023	12.074	7.308	-24.221	-10.096	-1.885	6.914
Riolândia	-2.810	907	815	2.004	718	1.234	785	716	-3.528	-327	30	1.288

Fonte: Fundação SEADE; Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2010

Nota: O saldo migratório estimado considera a diferença entre o crescimento populacional proveniente dos Censos Demográficos (IBGE) e o crescimento vegetativo calculado a partir da diferença entre nascimento e óbitos.

(*) Dados não disponíveis para o período.

Vale lembrar que segundo os dados, é possível notar uma queda na intensidade do crescimento vegetativo ao longo dos anos, fato este que está ligado a um cenário maior de queda da fecundidade.

Acerca dos municípios com unidades prisionais, verifica-se em 2000/2010 crescimento absoluto negativo apenas para o município de Presidente Bernardes (-1.071), o qual também apresenta saldo migratório negativo. Por outro lado, saldos migratórios negativos foram verificados em apenas cinco municípios com unidades prisionais: Andradina (-2.979), Paraguaçu Paulista (-844), Getulina (-227), Presidente Bernardes (-1.585) e Presidente Venceslau (-1.696).

Nota-se, portanto, que as regiões em questão e seus municípios caracterizam-se por crescimentos populacionais modestos. Entre 1970/1980, do total de municípios existentes, 158 apresentavam saldos migratórios negativos. No período de 1980/1991, foram 139 municípios e no momento subsequente, 121. No período 2000/2010, dos 198 municípios existentes, 77 ainda apresentaram saldo migratório negativo¹⁴.

Os movimentos migratórios em nível interestadual dessas regiões do Oeste Paulista são ilustrados na Tabela 16, a qual se refere ao período 1995/2000. O maior fluxo de migrantes que se destina as regiões aqui analisadas é originário da região Centro-Oeste (30,9%). O segundo maior fluxo de migrantes é originário da região Sul (30,4%). Nota-se que para a região de São José do Rio Preto o fluxo de maior volume tem origem na região Nordeste (38,1%), embora o fluxo proveniente da região Centro-Oeste seja também expressivo (27,2%). Os fluxos procedentes da região Sul são mais significativos na região de Assis (55%).

¹⁴ Ver Anexo 15

**Tabela 16. Movimentos Migratórios Interestaduais
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1995/2000.**

Regiões		Região Sudeste (Exceto SP)	Região Sul	Região Centro Oeste	Região Nordeste	Região Norte	Brasil S/ Espec. e S/ Decl.	Total
Adamantina	Valor Absoluto	201	150	1.238	133	13	0	1.735
	Distribuição Relativa	11,6	8,6	71,4	7,7	0,7	0	100
Andradina	Valor Absoluto	989	1.198	6.966	844	448	3	10.448
	Distribuição Relativa	9,5	11,5	66,7	8,1	4,3	0,0	100
Araçatuba	Valor Absoluto	1.106	1.555	3009	1808	373	97	7.948
	Distribuição Relativa	13,9	19,6	37,9	22,7	4,7	1,2	100
Assis	Valor Absoluto	722	4.408	1843	698	289	50	8.010
	Distribuição Relativa	9,0	55,0	23,0	8,7	3,6	0,6	100
Bauru	Valor Absoluto	1451	3271	1771	2490	314	230	9.527
	Distribuição Relativa	15,2	34,3	18,6	26,1	3,3	2,4	100
Dracena	Valor Absoluto	187	308	983	22	81	0	1.581
	Distribuição Relativa	11,8	19,5	62,2	1,4	5,1	0	100
Lins	Valor Absoluto	499	827	1.349	615	526	38	3.854
	Distribuição Relativa	12,9	21,5	35,0	16,0	13,6	1,0	100
Marília	Valor Absoluto	962	3.517	2.345	846	544	29	8.243
	Distribuição Relativa	11,7	42,7	28,4	10,3	6,6	0,4	100
Presidente Prudente	Valor Absoluto	991	6654	5458	1431	584	58	15.176
	Distribuição Relativa	6,5	43,8	36,0	9,4	3,8	0,4	100
São José do Rio Preto	Valor Absoluto	3651	2298	4447	4590	1291	50	16.327
	Distribuição Relativa	22,4	14,1	27,2	28,1	7,9	0,3	100
Votuporanga	Valor Absoluto	1107	596	1525	1000	256	0	4.484
	Distribuição Relativa	24,7	13,3	34,0	22,3	5,7	0	100
Total	Valor Absoluto	11.866	24.782	30.934	14.477	4.719	555	87.333
	Distribuição Relativa	13,6	28,4	35,4	16,6	5,4	0,6	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

As Tabelas 17 e 18 representam os movimentos migratórios em nível intra-estadual, no período 1995/2000, para as diversas regiões do Oeste paulista. De acordo com a Tabela 17, nota-se que, para todas as regiões de governo, o maior volume de imigrantes intra-estaduais alternam-se entre originários da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e o conjunto Outras Regiões de Governo. O fluxo de imigrantes proveniente da RMSP é mais expressivo na região de Assis (45,80%) e a região de governo de Campinas é a origem de 12,22% dos imigrantes da região de Adamantina.

Analisando agora o destino dos emigrantes (Tabela 18), é possível verificar para todas as regiões que um substancial percentual dos emigrantes destinam-se ao conjunto Outras Regiões de Governo. Outro destino de preferência é a região de Campinas, sendo inclusive o principal destino de 20,57% dos emigrantes da região de Dracena. A RMSP ocupa também lugar de destaque entre os principais destinos dos emigrantes, sendo o destino de 22,69% dos emigrantes da região de governo de Presidente Prudente.

Os dados da Tabela 19 referem-se às principais trocas líquidas em nível intra-estadual, no período 1995/2000, para as regiões do Oeste paulista.

Verifica-se que as únicas regiões de governo que apresentam troca líquida final negativa com as demais regiões são Adamantina (-157), Andradina (-474), Assis (-466) e Dracena (-1.016). As outras regiões de governo analisadas registram trocas líquidas em níveis positivos, muito embora o saldo final das regiões de Presidente Prudente e Votuporanga sejam consideravelmente pequenos (2.510 para Presidente Prudente e 1.699 para Votuporanga). É interessante notar que para todas as regiões de governo, os maiores

saldos positivos de trocas líquidas se estabelecem entre a Região Metropolitana de São Paulo. No contexto regional, a região de Marília é a que registra maiores saldos positivos de trocas líquidas (6.821), apresentando apenas saldo negativo para trocas entre a região de governo de Campinas (-710).

**Tabela 17. Movimentos Migratórios Intra-Estaduais: Origem dos Imigrantes
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1995/2000.**

Origem dos Imigrantes	Adamantina		Andradina		Araçatuba		Assis		Bauru		Dracena		Lins		Marília		Presidente Prudente		São José do Rio Preto		Votuporanga	
	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)
RMSP	3.687	37,60	3.478	31,84	10.161	38,97	5.067	45,80	11.750	37,35	2.570	34,99	4.442	38,70	8.271	40,16	9.718	45,09	15.550	33,81	3.662	31
Outras RGs	3.325	33,91	4.471	40,92	6.674	25,59	3.137	28,35	8.376	26,62	2.003	27,27	5.258	45,81	8.181	39,72	5.244	24,33	9.049	19,68	2.620	22
RG Adamantina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	740	10,07	-	-	-	-	556	2,58	-	-	-	-
RG Andradina	-	-	-	-	2.783	10,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	549	2,55	1.544	3,36	-	-
RG Araçatuba	-	-	1.741	15,94	-	-	-	-	1.116	3,55	-	-	-	-	-	-	517	2,40	3.465	7,53	-	-
RG Assis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.193	5,79	1.174	5,45	-	-	-	-	
RG Baretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.781	6,05	-	-	
RG Bauru	-	-	-	-	507	1,94	-	-	-	-	-	-	918	8,00	-	-	-	-	-	-	-	
RG Botucatu	-	-	-	-	-	-	-	-	1.253	3,98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RG Campinas	1.198	12,22	976	8,93	1.394	5,35	467	4,22	1.671	5,31	931	12,67	608	5,30	782	3,80	1.508	7,00	2.774	6,03	862	7
RG Catanduva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.125	4,62	165	1
RG Dracena	766	7,81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	677	3,14	-	-	-	-
RG Fernadópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.961	4,26	1.539	13
RG Jales	-	-	-	-	302	1,16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.308	5,02	789	7
RG Jau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Jaú	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Lins	-	-	-	-	931	3,57	-	-	1.180	3,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Marília	-	-	-	-	-	-	844	7,63	2.957	9,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Ourinhos	-	-	-	-	-	-	671	6,06	972	3,09	-	-	-	-	539	2,62	-	-	-	-	-	-
RG Presidente Prudente	679	6,92	-	-	-	-	-	-	-	-	913	12,43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Santos	151	1,54	259	2,37	-	-	351	3,17	799	2,54	189	2,57	228	1,99	386	1,87	573	2,66	-	-	130	1
RG São José do Rio Preto	-	-	-	-	1.493	5,73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.118	18
RG Tupã	-	-	-	-	1.269	4,87	527	4,76	-	-	-	-	-	-	1.244	6,04	1.036	4,81	-	-	-	-
RG Votuporanga	-	-	-	-	563	2,16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.431	9,64	-	-
Total Intra-Estadual	9.806	100	10.925	100	26.077	100	11.064	100	31.461	100	7.346	100	11.477	100	20.596	100	21.552	100	45.988	100	11.885	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

**Tabela 18. Movimentos Migratórios Intra-Estaduais: Destino dos Emigrantes
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1995/2000.**

Destino dos Emigrantes	Adamantina		Andradina		Araçatuba		Assis		Bauru		Dracena		Lins		Marília		Presidente Prudente		São José do Rio Preto		Votuporanga		
	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	Abs.	Dist. (%)	
RMS	1250	12,55	1340	11,76	3473	9,97	1684	14,61	3509	17,44	1246	14,90	800	9,80	2737	19,87	4320	22,69	3763	8,99	795	7,80	
Outras RGs	5.513	55,33	5.564	48,81	20.570	65,57	5.954	51,64	7.192	35,74	3.898	46,62	5.187	63,56	7.753	56,28	6.800	35,71	26.993	64,49	2.496	24,50	
RG Adamantina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	766	9,16	-	-	-	-	679	3,57	-	-	-	-	
RG Andradina	-	-	-	-	1.741	5,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RG Araçatuba	-	-	2.783	24,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	603	3,17	1.493	3,57	-	-	
RG Araraquara	-	-	-	-	-	-	-	-	973	4,84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RG Assis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	844	6,13	1.024	5,38	-	-	-	-		
RG Baretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1437	3,43	-	-		
RG Bauru	-	-	-	-	1.116	3,20	-	-	-	-	-	-	1.180	14,46	-	-	-	-	-	-	-	-	
RG Botucatu	-	-	-	-	-	-	-	-	1212	6,02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RG Campinas	1.786	17,93	1.527	13,40	1.667	4,78	1.204	10,44	1.563	7,77	1.720	20,57	446	5,47	1.492	10,83	2.411	12,66	1.621	3,87	755	7,41	
RG Catanduva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.527	3,65	111	1,09	
RG Dracena	740	7,43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	913	4,79	-	-	-	-		
RG Fernandópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	904	2,16	980	9,62
RG Jales	-	-	-	-	729	2,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	868	2,07	538	5,28	
RG Jau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	399	4,89	-	-	-	-	-	-	-	-	
RG Jaú	-	-	-	-	-	-	-	-	1710	8,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RG Lins	-	-	-	-	1.031	2,96	-	-	918	4,56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RG Marília	-	-	-	-	-	-	1.193	10,35	1.630	8,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RG Ourinhos	-	-	-	-	-	-	786	6,82	618	3,07	-	-	-	-	156	1,13	-	-	-	-	-	-	
RG Presidente Prudente	556	5,58	-	-	-	-	-	-	-	-	677	8,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RG Ribeirão Preto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1133	2,71	-	-	
RG Santos	118	1,18	185	1,62	-	-	199	1,73	-	-	55	0,66	149	1,83	190	1,38	-	-	-	-	80	0,79	
RG São José do Rio Preto	-	-	-	-	3.465	9,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	573	3,01	-	-	4.431	43,50	
RG Sorocaba	-	-	-	-	-	-	-	-	796	3,96	-	-	-	-	-	-	946	4,97	-	-	-	-	
RG Tupã	-	-	-	-	273	0,78	510	4,42	-	-	-	-	-	-	603	4,38	773	4,06	-	-	-	-	
RG Votuporanga	-	-	-	-	779	2,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.118	5,06	-	-	
Total Intra-Estadual	9.963	100	11.399	100	34.844	100	11.530	100	20.121	100	8.362	100	8.161	100	13.775	100	19.042	100	41.857	100	10.186	100	

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

**Tabela 19. Trocas Líquidas Populacionais Intra-Estaduais
Regiões de Governo do Oeste Paulista, 1995/2000.**

Regiões	Adamantina			Andradina			Araçatuba			Assis			Bauru		
	Imigrantes para a RG	Emigrantes para a RG	Troca Líquida	Imigrantes para a RG	Emigrantes para a RG	Troca Líquida	Imigrantes para a RG	Emigrantes para a RG	Troca Líquida	Imigrantes para a RG	Emigrantes para a RG	Troca Líquida	Imigrantes para a RG	Emigrantes para a RG	Troca Líquida
RMSP	3.687	1.250	2.437	3.478	1.340	2.138	10.161	3.473	6.688	5.067	1.684	3.383	11.750	3.509	8.241
Outras RGs	3.325	5.513	-2.188	4.471	5.564	-1.093	20.143	20.570	-427	3.137	5.954	-2.817	8.376	7.947	429
RG Adamantina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Andradina	-	-	-	-	-	-	2.783	1.741	1.042	-	-	-	-	-	-
RG Araçatuba	-	-	-	1.741	2.783	-1.042	-	-	-	-	-	-	1.116	507	609
RG Assis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Barretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Bauru	-	-	-	-	-	-	507	1.116	-609	-	-	-	-	-	-
RG Botucatu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.253	1.212	41
RG Campinas	1.198	1.786	-588	976	1.527	-551	1.394	1.667	-273	467	1.204	-737	1.671	1.563	108
RG Catanduva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Dracena	766	740	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Fernandópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Jales	-	-	-	-	-	-	302	729	-427	-	-	-	-	-	-
RG Jau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.387	1.710	-323
RG Lins	-	-	-	-	-	-	931	1.031	-100	-	-	-	1.180	918	262
RG Marília	-	-	-	-	-	-	-	-	-	844	1.193	-349	2.957	1.630	1.327
RG Ourinhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	671	786	-115	972	618	354
RG Presidente Prudente	679	556	123	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Santos	151	118	33	259	185	74	-	-	-	351	199	152	799	507	292
RG São José do Rio Preto	-	-	-	-	-	-	1.493	3.465	-1.972	-	-	-	-	-	-
RG Tupã	-	-	-	-	-	-	1.269	273	996	527	510	17	-	-	-
RG Votuporanga	-	-	-	-	-	-	563	779	-216	-	-	-	-	-	-
Total	9.806	9.963	-157	10.925	11.399	-474	39.546	34.844	4.702	11.064	11.530	-466	31.461	20.121	11.340

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000.

(Continua)

Regiões	Dracena			Lins			Marília			Presidente Prudente			São José do Rio Preto			Votuporanga		
	Imigrantes para a RG	Emigrantes para a RG	Troca Líquida	Imigrantes para a RG	Emigrantes para a RG	Troca Líquida	Imigrantes para a RG	Emigrantes para a RG	Troca Líquida	Imigrantes para a RG	Emigrantes para a RG	Troca Líquida	Imigrantes para a RG	Emigrantes para a RG	Troca Líquida	Imigrantes para a RG	Emigrantes para a RG	Troca Líquida
RMSP	2.570	1.246	1.324	4.442	800	3.642	8.271	2.737	5.534	9.718	4.320	5.398	15.550	3.763	11.787	3.662	795	2.867
Outras RGs	2.003	3.898	-1.895	5.258	5.187	71	8.181	7.753	428	5.244	7.236	-1.992	9.049	27.599	-18.550	2.620	2.496	124
RG Adamantina	740	766	-26	-	-	-	-	-	-	556	679	-123	-	-	-	-	-	-
RG Andradina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	549	518	31	1.544	527	1.017	-	-	-
RG Araçatuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	517	603	-86	3.465	1.493	1.972	-	-	-
RG Assis	-	-	-	-	-	-	1.193	844	349	1.174	1.024	150	-	-	-	-	-	-
RG Barretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.781	1.437	1.344	-	-	-
RG Bauru	-	-	-	918	1.180	-262	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Botucatu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Campinas	931	1.720	-789	608	446	162	782	1.492	-710	1.508	2.411	-903	2.774	1.621	1.153	862	755	107
RG Catanduva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.125	1.527	598	165	111	54
RG Dracena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	677	913	-236	-	-	-	-	-	-
RG Fernandópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.961	904	1.057	1.539	980	559
RG Jales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.308	868	1.440	789	538	251
RG Jau	-	-	-	23	399	-376	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Lins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Marília	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Ourinhos	-	-	-	-	-	-	539	156	383	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Presidente Prudente	913	677	236	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RG Santos	189	55	134	228	149	79	386	190	196	573	565	8	-	-	-	130	80	50
RG São José do Rio Preto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.118	4.431	-2.313
RG Tupã	-	-	-	-	-	-	1.244	603	641	1.036	773	263	-	-	-	-	-	-
RG Votuporanga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.431	2.118	2.313	-	-	-
Total	7.346	8.362	-1.016	11.477	8.161	3.316	20.596	13.775	6.821	21.552	19.042	2.510	45.988	41.857	4.131	11.885	10.186	1.699

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Por fim, analisando o quadro geral, substancial parcela dos municípios que compõem as regiões de estudo apresenta manutenção do baixo crescimento populacional. Apenas com relação aos municípios com unidades prisionais, nos períodos 1970/1980 e 1980/1991, a presença de taxas negativas de crescimento populacional deveu-se, em grande medida, a importantes perdas populacionais que impactavam negativamente no saldo migratório desses municípios. Em 1970/1980, saldos migratórios positivos são observados apenas para cinco municípios (Tabela 15) que atualmente abrigam uma ou mais unidades prisionais. Da mesma forma, verificam-se taxas negativas de crescimento populacional para dezessete municípios no mesmo período (Tabela 14). Para 1980/1991, oito municípios ainda registram saldos migratórios positivos (Tabela 15), porém são observadas taxas negativas de crescimento populacional para um menor número de municípios (Tabela 14). Em ambos os períodos, o crescimento vegetativo foi responsável pelo não aprofundamento das taxas negativas de crescimento populacional para os demais municípios. Por conseguinte, entre 1991/2000, vinte municípios registram saldos migratórios negativos e apenas oito tiveram crescimento populacional negativo. O período de 2000/2009 apresenta a maior mudança da situação até então observada. Neste momento, apenas os municípios de Andradina (-2.767), Bauru (-1), Getulina (-223), Pacaembu (-13), Paraguaçu Paulista (-902), Presidente Bernardes (-1.484) e Presidente Venceslau (-1.613) apresentam saldos migratórios negativos (Tabela 15). Ainda para 2000/2009, dentre todos os municípios com unidades prisionais, apenas o município de Presidente Bernardes registra crescimento populacional negativo de -0,78 (Tabela 14).

Assim, nota-se que, mesmo com modestas taxas de crescimento populacional, muitos dos municípios com unidades prisionais conseguiram reverter a tendência de

crescimento negativo observada em décadas anteriores. Esta reversão esta fundamentalmente ligada à presença mais frequente de saldos migratórios positivos, fato este que se relaciona com a hipótese de que a população de detentos torna-se necessária para muitos municípios, especialmente os pequenos, que ainda sofrem perdas populacionais.

A situação de que os saldos migratórios e crescimento populacional negativos são menos frequentes no momento mais recente não anula o fato de que possivelmente muitos desses municípios ainda registram um importante processo emigratório. Todavia, a população compulsória trazida pela instalação de uma unidade prisional pode gerar uma compensação dessa perda. Especialmente para os municípios pequenos e menos dinâmicos que dependem fortemente do repasse de verbas do FPM, como já demonstrado no capítulo I desta dissertação, a população de detentos torna-se necessária em um cenário em que o fenômeno emigratório é ainda uma constante.

2.4. Análise do Setor Censitário Especial: municípios com unidades prisionais do Oeste paulista em 2000

Segundo as definições do Censo Demográfico, setor censitário é “a unidade territorial de coleta e de controle cadastral, percorrida por um único recenseador, contínua e situada em área urbana ou rural” (IBGE, 2000). O setor censitário é classificado de acordo com a natureza dos domicílios que o compõem. Desta forma, a informação pode ser classificada em Não Especial (sendo este um setor comum, sem característica especial),

Aglomerado Subnormal (constituído por favelas e semelhantes) e setores especiais como Quartel, Alojamento, Embarcação, Aldeia Indígena, Penitenciária e Asilos.

Com a finalidade de saber quantas são as pessoas em unidades prisionais, como também conhecer algumas características dessa população, recorre-se a análise do setor censitário especial de Penitenciária (penitenciárias, colônias penais, presídios, cadeias, etc.). Estudando os municípios com unidades prisionais, a análise da população em setor censitário especial oferece um melhor entendimento da temática proposta neste trabalho. Serão, portanto, estudados nesta seção apenas os municípios que apresentaram a informação de Setor Censitário Especial de Penitenciária no Censo de 2000.

A Tabela 20 apresenta a população recenseada em setor especial de penitenciária em 2000 e suas respectivas distribuições percentuais em relação à população total do município. Pode-se observar que, com exceção de municípios como Andradina, Assis e Birigui, os demais registram considerável participação da população em setor especial, com destaque para Riolândia, Pirajuí, Getulina e Mirandópolis que, respectivamente, apresentam 8,87%, 8,33%, 7,91% e 7,77% da população municipal recenseada em setor especial de penitenciária.

Vale lembrar que a maioria dos presídios nos municípios abaixo foi inaugurada no final dos anos 1990, mais precisamente em 1998, portanto em 2000 muitos ainda não se encontravam em sua ocupação máxima ou superlotados como é a situação atual. Ainda, é importante ressaltar que a unidade prisional de Birigui só foi inaugurada em 2003, conseqüentemente, a população recenseada em setor censitário especial de penitenciária neste município é, provavelmente, referente a uma cadeia pública, que não é uma unidade

da SAP. Desta forma, devido aos objetivos deste trabalho, desconsidera-se na análise o município de Birigui.

**Tabela 20. População em Setor Censitário Especial: Penitenciárias
Municípios com Unidades Prisionais do Oeste Paulista, 2000.**

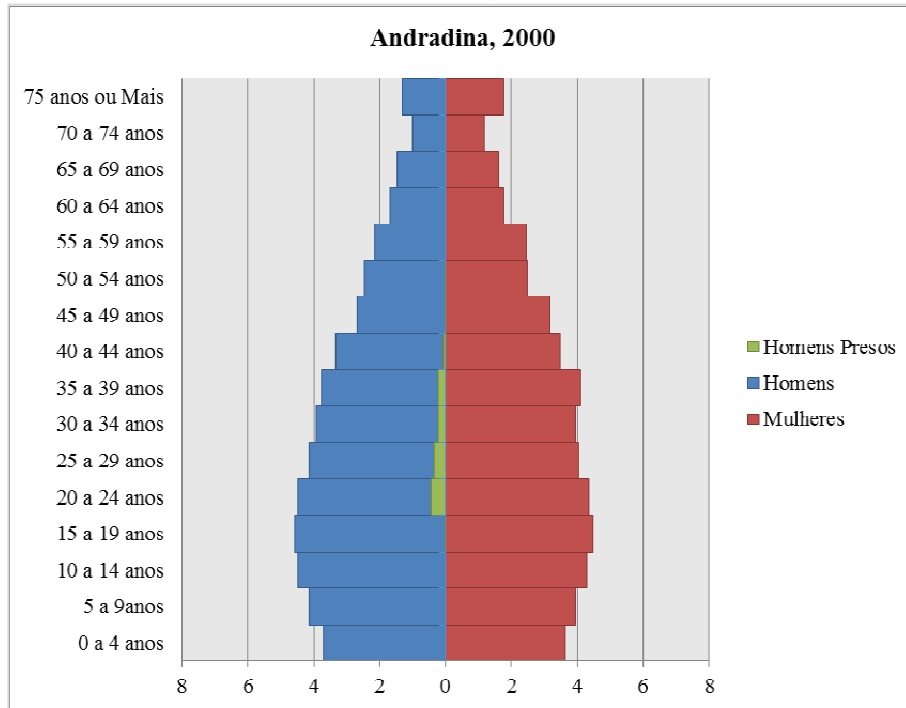
Municípios	População Total	População em Setor Censitário Especial: Penitenciárias			Dist. (%)
		Homens	Mulheres	Total	
Andradina	55.161	766	0	766	1,39
Assis	87.252	790	0	790	0,91
Birigui	94.300	57	0	57	0,06
Getulina	10.370	797	24	821	7,92
Junqueirópolis	17.005	792	0	792	4,66
Lucélia	18.316	756	0	756	4,13
Mirandópolis	25.936	2.001	16	2.017	7,78
Pacaembu	12.518	810	0	813	6,49
Pirajuí	20.095	1.666	8	1.674	8,33
Presidente Venceslau	37.347	1.509	0	1.513	4,05
Riolândia	8.560	752	12	764	8,93

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000

A influência da população de homens¹⁵ em penitenciárias, presídios, cadeias ou colônias penais torna-se mais evidente quando se analisa a participação desta na estrutura etária dos municípios. Os Gráficos 1 a 10 a trazem a estrutura por sexo e idade dos municípios que apresentaram setor especial de penitenciária em 2000. Em muitas das tabelas, pode-se notar que o desequilíbrio e desproporção na forma, decorrentes da diferença entre o número de mulheres e homens em alguns grupos etários, tem como causa a população em unidades prisionais.

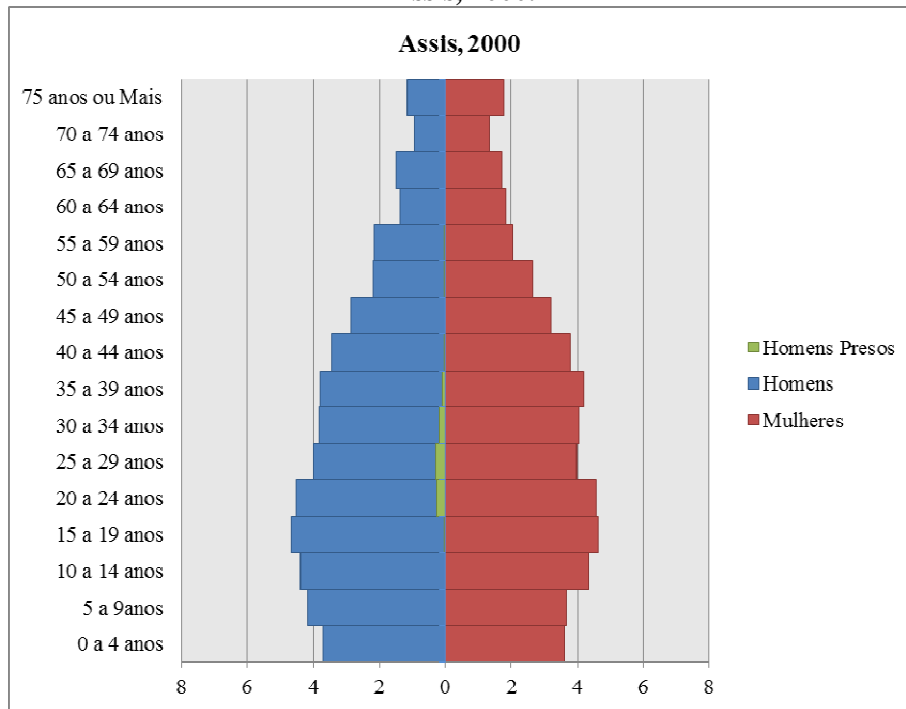
¹⁵ Por fins analíticos, considera-se apenas a população de homens em setor especial de penitenciária por esta representar o maior volume dentro deste.

Gráfico 1. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Andradina, 2000.



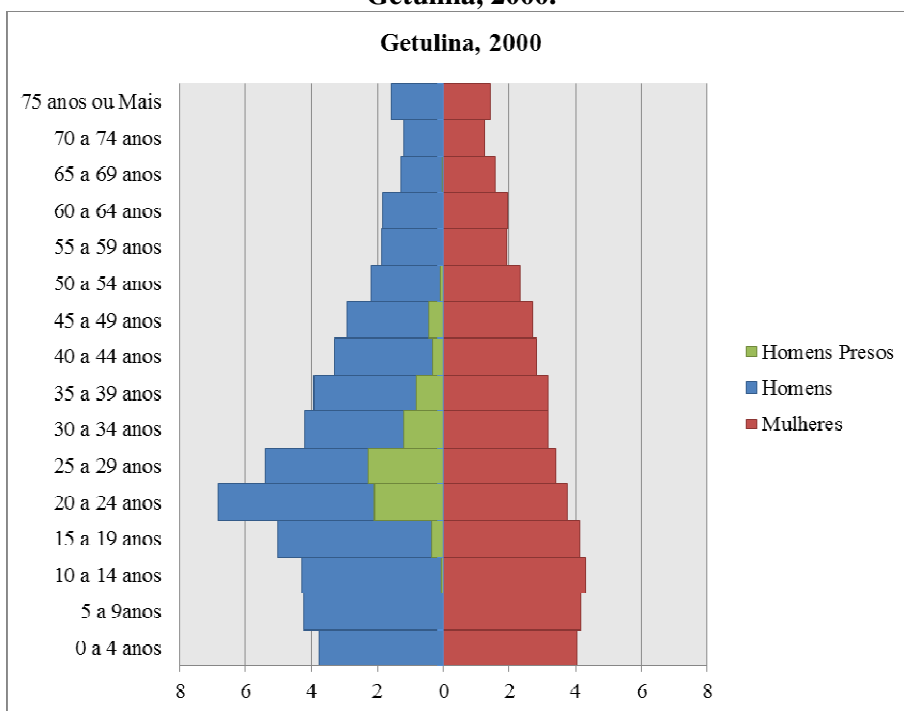
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 2. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Assis, 2000.



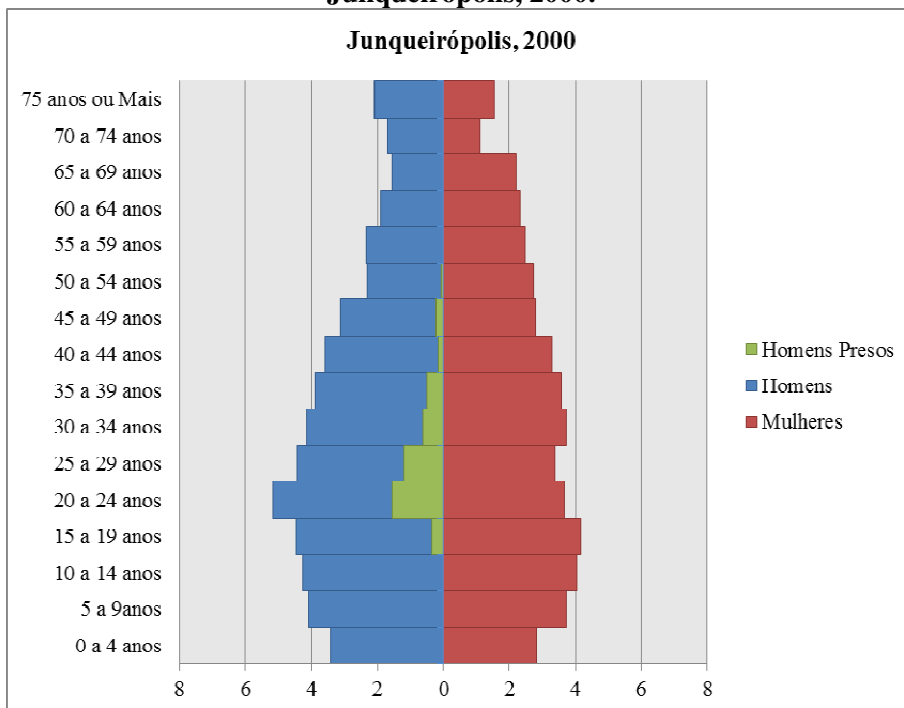
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 3. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Getulina, 2000.



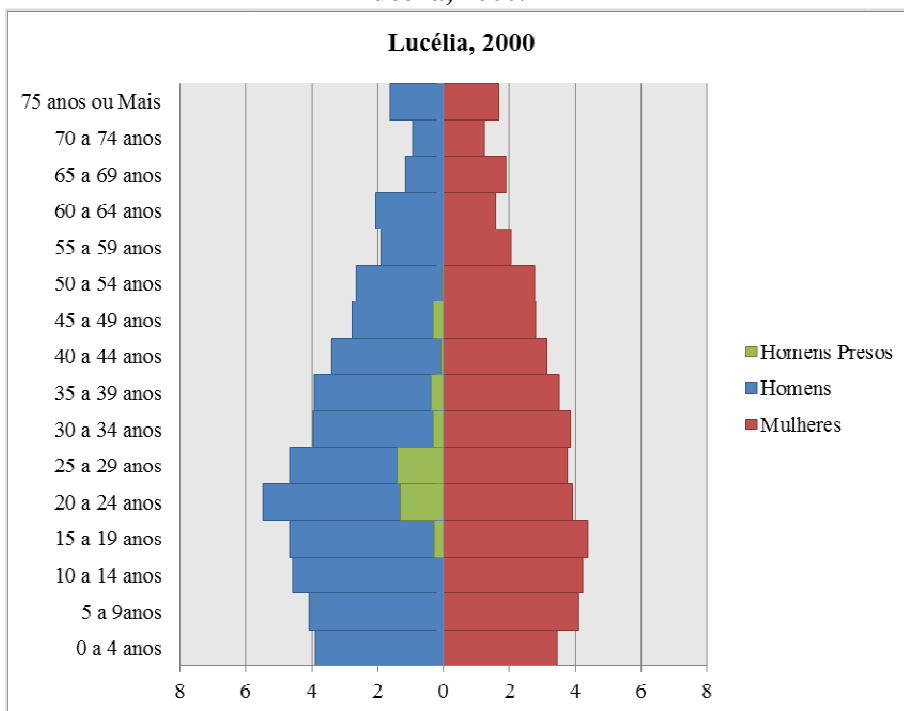
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 4. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Junqueirópolis, 2000.



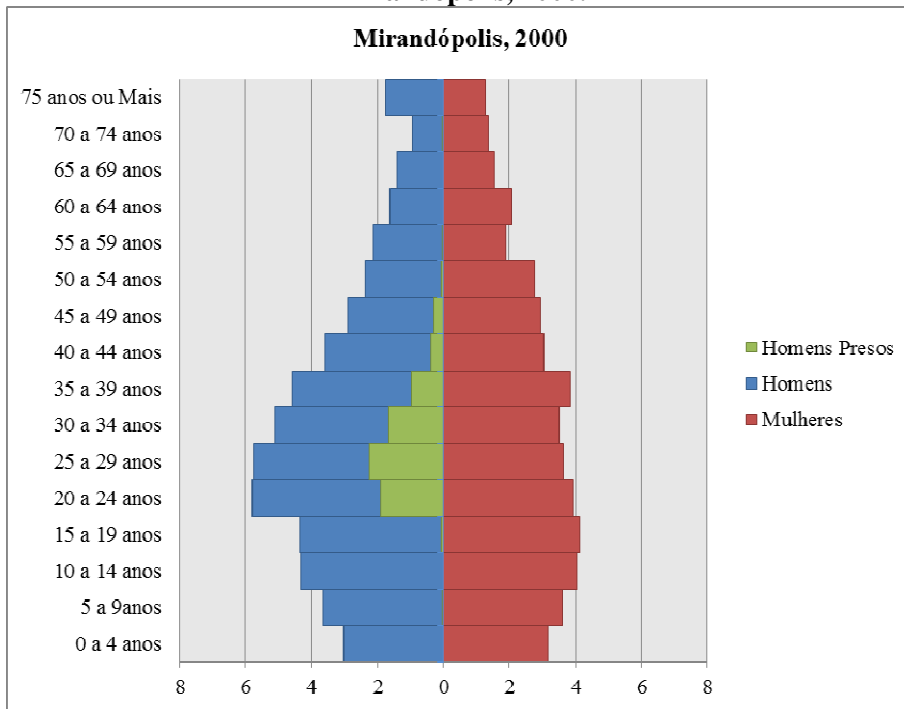
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 5. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Lucélia, 2000.



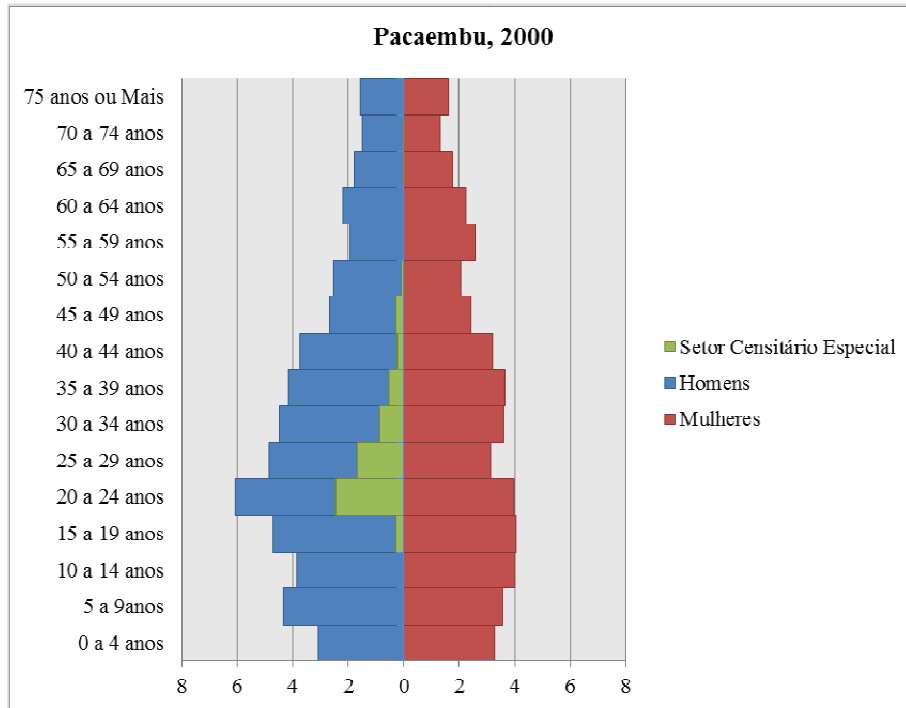
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 6. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Mirandópolis, 2000.



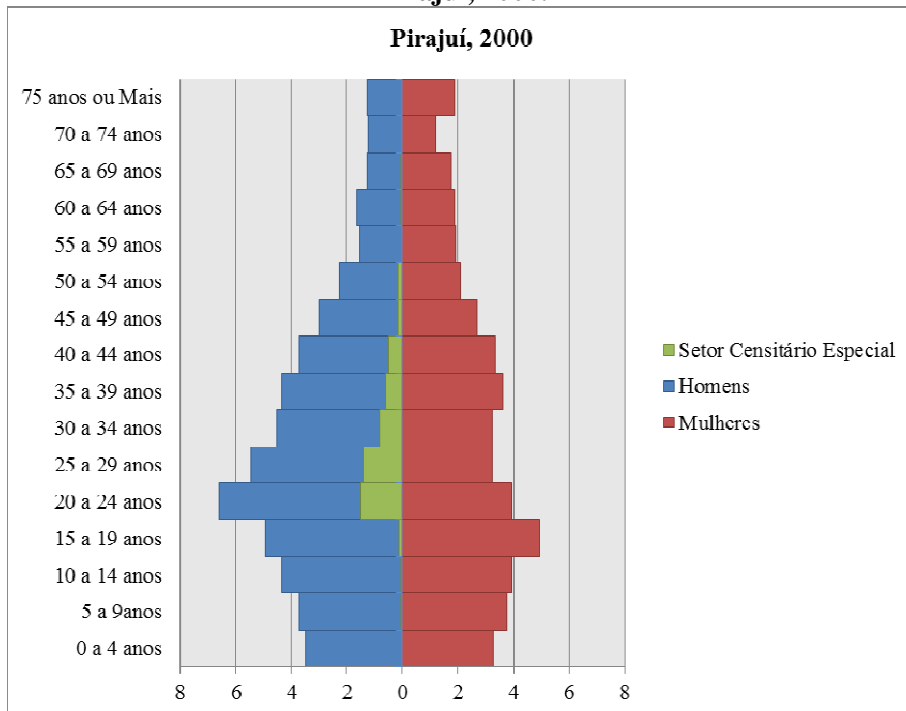
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 7. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Pacaembu, 2000.



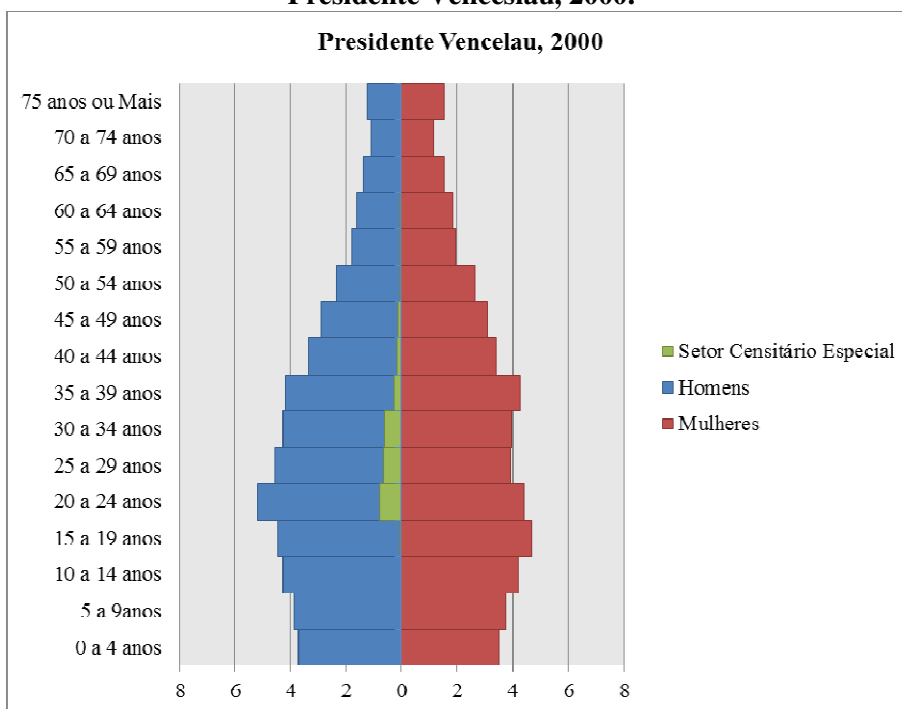
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 8. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Pirajuí, 2000.



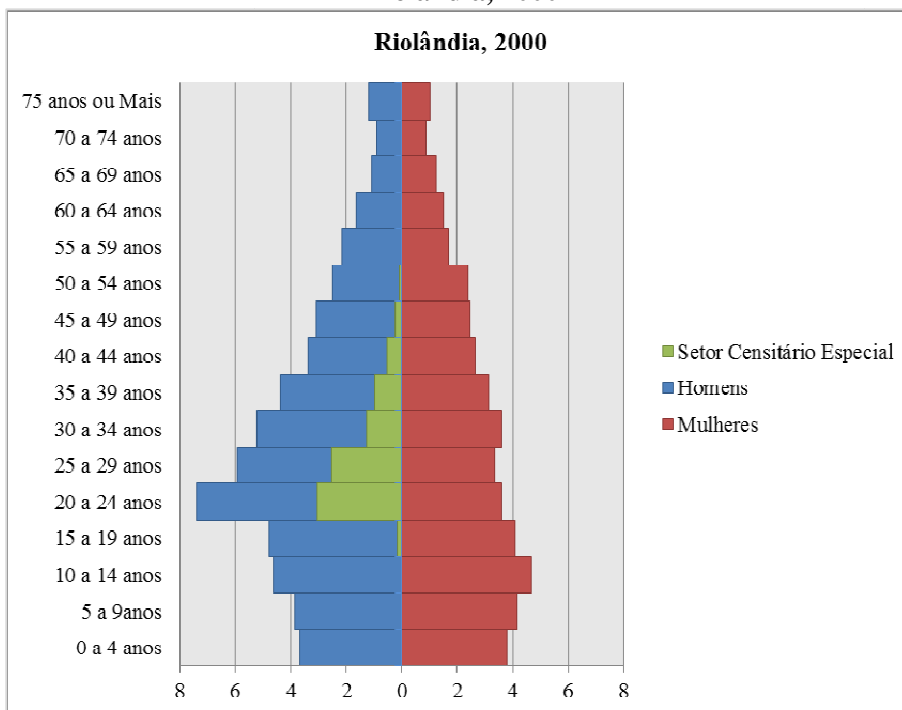
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 9. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Presidente Venceslau, 2000.



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 10. Estrutura por Sexo e Idade e Setor Censitário Especial Riolândia, 2000.



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Nos municípios de Andradina e Assis a influência da população de detentos sobre a estrutura etária geral do município é praticamente nula. No entanto, principalmente para os municípios de Getulina, Mirandópolis, Pacaembu, Pirajuí e Riolândia a população de detentos inserida nos grupos etários de 20 a 24 e 25 a 29 anos representa substancial parcela da população de sexo masculino destes grupos.

Analisando as particularidades da participação da população de detentos na composição da população municipal, a Tabela 21 traz a participação percentual da população de homens recenseada em setor especial de penitenciária em cada grupo etário da população de homens dos municípios. Nota-se que, por exemplo, em Getulina mais de 30% dos jovens de 20 a 24 anos e mais 42% da população 25 a 29 anos está reclusa em uma unidade prisional. Riolândia apresenta o caso mais expressivo: 41,07%, 42,32%, 24,22%, 22,34% e 15,22% da população de, respectivamente, 20 a 24, 25 a 29, 30 a 34, 35 a 39 e 40 a 49 anos são de detentos. É interessante ainda notar que neste município 15,76% dos homens do município estão presos.

Situações dessa magnitude são observadas para todos os municípios, com exceção de Andradina e Assis. Em Andradina um pouco mais de 10% da população de 20 a 24 anos está presa; Assis, por sua vez, o grupo etário mais expressivo é o de 25 a 29 anos, no qual um pouco mais de 7% são de detentos.

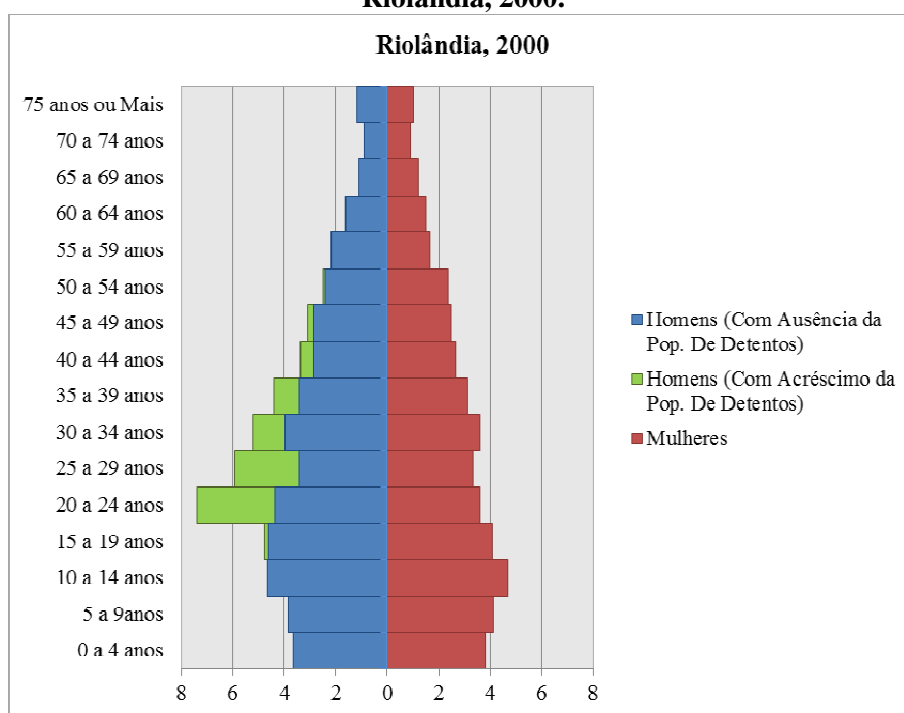
Tabela 21. Participação Percentual da População de Homens Recenseada em Setor Censitário Especial de Penitenciária em cada Grupo Etário de Homens
Municípios com Unidades Prisionais do Oeste Paulista, 2000.

Grupos Etários	Andradina	Assis	Getulina	Junqueirópolis	Lucélia	Mirandópolis	Pacaembu	Pirajuí	Pres. Venceslau	Riolândia
0 a 4 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5 a 9anos	0	0	0	0	0	0,85	0	1,07	0	0
10 a 14 anos	0	0	1,80	0	0	0	0	0,92	0	0
15 a 19 anos	0,39	0,42	7,13	8,06	5,85	1,77	5,56	3,93	1,03	3,67
20 a 24 anos	10,05	5,54	30,65	30,03	23,95	32,96	40,03	34,82	23,32	41,07
25 a 29 anos	8,49	7,25	42,14	26,90	30,37	38,96	34,53	39,63	20,81	42,32
30 a 34 anos	5,58	4,68	28,28	14,94	8,28	32,08	19,12	27,83	20,91	24,22
35 a 39 anos	6,03	3,00	20,44	12,71	9,75	21,54	12,45	21,63	9,95	22,34
40 a 44 anos	1,90	0,83	9,36	4,28	1,77	11,02	6,34	19,65	6,50	15,22
45 a 49 anos	0,74	0,00	14,85	6,77	11,02	9,45	10,32	8,99	7,00	7,60
50 a 54 anos	1,62	0,58	4,87	3,58	1,86	3,26	3,13	9,61	2,41	2,83
55 a 59 anos	0	0,59	0	0	0	1,82	0	0	1,65	0
60 a 64 anos	0	0	0	0	0	0	0	6,13	1,84	0
65 a 69 anos	0	0	3,73	0	0	0	2,23	3,91	0	0
70 a 74 anos	0	0	0	0	0	4,45	3,21	0	0	0
75 anos ou Mais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2,82	1,86	14,28	8,89	7,98	14,49	12,02	15,56	8,07	15,76

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000.

Com fins ilustrativos, o Gráfico 11 representa como seria o desenho da estrutura por sexo e idade do município de Riolândia sem a presença da população de detentos. Observa-se que sem a população em unidade prisional o município apresentaria uma forma piramidal mais equilibrada entre a proporção de homens e mulheres.

Gráfico 11. Estrutura por Sexo e Idade Destacando a Ausência da População de Detentos Riolândia, 2000.



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Visando conhecer outras características da população de detentos, busca-se informações sobre o estado civil da mesma. Assim, a Tabela 22 apresenta o estado civil da população de detentos para os municípios em 2000.

Tabela 22. Estado Civil da População em Setor Censitário Especial de Penitenciária Municípios com Unidades Prisionais do Oeste Paulista, 2000.

Municípios	Estado Civil						Total
	Menos de 10 anos de idade	Casado(a)	Desquitado(a) ou Separado(a) judicialmente	Divorciado(a)	Viúvo(a)	Solteiro(a)	
Andradina	0	84	0	0	11	672	767
Assis	0	56	0	22	11	700	789
Getulina	0	91	4	0	0	725	820
Junqueirópolis	0	107	9	22	0	655	793
Lucélia	0	67	0	0	10	680	757
Mirandópolis	16	265	64	84	0	1.587	2.016
Pacaembu	0	102	33	0	16	662	813
Pirajuf	8	252	26	0	10	1.378	1.674
Presidente Venceslau	0	263	31	30	0	1.189	1.513
Riolândia	7	78	46	16	6	606	759
Total	31	1.365	213	174	64	8.854	10.701

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Em números absolutos, nota-se para todos os municípios que a maioria dos indivíduos presos possui o estado civil de solteiro (8.854 detentos solteiros). Os casados, no entanto assumem 12,75% (1.365 indivíduos casados) do total dos detentos presentes nesses 10 municípios.

Especificamente sobre o quesito migração, as informações de residência anterior por municípios ajudam a conhecer uma parte do processo migratório da população de detentos. Desta forma, apresentam-se os dados de residência anterior na data fixa de 31 de Julho de 1995 para cada um dos municípios com unidades prisionais considerados como municípios de residência atual (Tabelas 23 de a 32). Optou-se por não utilizar a classificação dos municípios de residência anterior em grupos de regiões para, assim, apresentar um

panorama mais desagregado da migração da população em estabelecimentos prisionais¹⁶.

Discute-se a seguir as particularidades de cada município.

**Tabela 23. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Andradina, 2000.**

Município de Residência Atual: Andradina		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	270	36,19
Araçatuba	41	5,50
Bauru	21	2,82
Campinas	21	2,82
Osasco	21	2,82
São Bernardo do Campo	21	2,82
São José do Rio Preto	21	2,82
Sumaré	21	2,82
Votorantim	21	2,82
Piauí (sem especificação)	12	1,61
Outros (Conjunto de 26 Municípios)	276	37,00
Total	746	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

A Tabela 23 traz as informações de residência anterior para a população de detentos que reside na época do Censo Demográfico de 2000 em Andradina. Nota-se que 36,19% dos indivíduos residiam na data fixa no município de São Paulo. O segundo maior fluxo é de origem no município de Araçatuba, localizado na região vizinha a Andradina, e ocupa apenas a marca dos 5,5%. Os detentos que residiam em Bauru, Campinas, Osasco, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, Sumaré e Votorantim ocupam as próximas posições de relevância, representando, respectivamente, 2,82%.

¹⁶ As Tabelas Completas referentes aos municípios de residência anterior encontram-se nos Anexos 16 a 25.

**Tabela 24. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Assis, 2000.**

Município de Residência Atual: Assis		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	302	45,76
Ribeirão Preto	30	4,55
Santos	30	4,55
Marília	22	3,33
Pederneiras	22	3,33
Bauru	21	3,18
Rio Claro	21	3,18
Moji das Cruzes	20	3,03
Hortolândia	13	1,97
Araraquara	11	1,67
Outros (Conjunto de 16 Municípios)	168	25,45
Total	660	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

A Tabela 24 apresenta Assis e os municípios de residência anterior da população de detentos deste município. Assim como Andradina, o principal município de residência anterior é São Paulo, representando que 45,76% dos detentos que viviam em Andradina na época do Censo residiram em São Paulo na data fixa. Os presos que residiram em Ribeirão Preto e Santos representam, respectivamente, 4,55% do total.

**Tabela 25. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Getulina, 2000.**

Município de Residência Atual: Getulina		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	248	31,04
Assis	40	5,01
Campinas	34	4,26
São Paulo (sem especificação)	29	3,63
Lorena	22	2,75
Guarulhos	19	2,38
Carapicuíba	17	2,13
Americana	15	1,88
São José do Rio Preto	15	1,88
Santos	13	1,63
Outros (Conjunto de 54 Municípios)	347	43,43
Total	799	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Dos detentos que residiam em 2000 no município de Getulina 31,04% tiveram como residência anterior o município de São Paulo, 5,01% o município de Assis e 4,26% residiram em Campinas (Tabela 25).

**Tabela 26. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Junqueirópolis, 2000.**

Município de Residência Atual: Junqueirópolis		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	237	30,19
São Bernardo do Campo	50	6,37
Jacareí	23	2,93
Cotia	22	2,80
Piracicaba	22	2,80
Campinas	19	2,42
Bezerros	17	2,17
Limeira	13	1,66
Mogi das Cruzes	13	1,66
Pacoti	12	1,53
Outros (Conjunto de 35 Municípios)	357	45,48
Total	785	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Em Junqueirópolis (Tabela 26) 30,19% dos indivíduos presos residiam em São Paulo e 6,37% residiam no município de São Bernardo do Campo localizado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Com exceção de Mogi das Cruzes (1,66%), que também se localiza na RMSP e Pacoti (1,53%), município do interior do Ceará, os demais percentuais relevantes de residência anterior referem-se a municípios do interior paulista, sendo que dois pertencem a Região Metropolitana de Campinas (RMC), Campinas (2,42%) e Limeira (1,66%).

**Tabela 27. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Lucélia, 2000.**

Município de Residência Atual: Lucélia		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	316	41,74
São José do Campos	32	4,23
Piracicaba	30	3,96
Tupã	25	3,30
Santos	22	2,91
Catanduva	20	2,64
Guarulhos	19	2,51
Itaquaquecetuba	19	2,51
Panorama	13	1,72
Embu	12	1,59
Outros (Conjunto de 26 Municípios)	249	32,89
Total	757	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Acerca do município de Lucélia (Tabela 27), do total de detentos, 41,74% residiam em São Paulo. Três outros municípios da RMSM ocupam posição de destaque como local de residência anterior: Guarulhos (2,52%), Itaquaquecetuba (2,51%) e Embu (1,59%). São José dos Campos e Piracicaba foram local de residência anterior de, respectivamente, 4,23 e 3,96% dos indivíduos presos. Tupã e Panorama, municípios relativamente próximos a Lucélia, foram município de residência de 3,30% e 1,72% dos detentos que vivem em Lucélia.

**Tabela 28. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Mirandópolis, 2000.**

Município de Residência Atual: Mirandópolis		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	569	30,92
Araçatuba	87	4,73
São José do Rio Preto	60	3,26
Penápolis	50	2,72
Piracicaba	39	2,12
Avaré	31	1,68
Osasco	31	1,68
Franco da Rocha	29	1,58
Jundiaí	29	1,58
Ribeirão Preto	29	1,58
Pereira Barreto	28	1,52
São Bernardo do Campo	28	1,52
Taubaté	22	1,20
Campinas	21	1,14
Pirajuí	21	1,14
Praia Grande	21	1,14
Santo André	21	1,14
Barretos	20	1,09
Birigui	20	1,09
Novo Horizonte	20	1,09
Presidente Venceslau	20	1,09
Outros (Conjunto de 57 Municípios)	644	35,00
Total	1840	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Em Mirandópolis (Tabela 28), 30,92% dos detentos residiram em São Paulo. No entanto, os municípios de Araçatuba, São José do Rio Preto e Penápolis que representam local de residência anterior de, respectivamente, 4,73, 3,26 e 2,72% dos detentos, são relativamente próximos e fazem parte do Oeste paulista.

**Tabela 29. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Pacaembu, 2000.**

Município de Residência Atual: Pacaembu		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	293	35,86
Tupã	36	4,41
Guarujá	28	3,43
São Paulo (sem especificação)	25	3,06
Mogi Mirim	25	3,06
Jaú	24	2,94
Mogi Guaçú	20	2,45
Mogi das Cruzes	14	1,71
Sumaré	14	1,71
Taubaté	14	1,71
Osasco	12	1,47
Campinas	11	1,35
Mineiros do Tietê	11	1,35
Piracicaba	11	1,35
Outros (Conjunto de 50 Municípios)	279	34,15
Total	817	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Em Pacaembu (Tabela 29), 35,86% dos indivíduos presos no município residiam em São Paulo na data fixa, enquanto 4,41% residiam em Tupã. O município de Guarujá, localizado na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) foi local de residência de 3,06% do detentos de Pacaembu.

**Tabela 30. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Pirajuí, 2000.**

Município de Residência Atual: Pirajuí		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	468	29,25
Bauru	177	11,06
São Bernardo do Campo	71	4,44
Mirandópolis	41	2,56
Taboão da Serra	38	2,38
Santo André	32	2,00
Americana	31	1,94
Mauá	31	1,94
São Vicente	31	1,94
Lins	29	1,81
Araras	28	1,75
Santos	27	1,69
Itu	23	1,44
Francisco Morato	21	1,31
Ribeirão Preto	21	1,31
Agudos	20	1,25
Araraquara	20	1,25
Guarujá	20	1,25
Mogi das Cruzes	20	1,25
Suzano	20	1,25
Carapicuíba	19	1,19
Franco da Rocha	19	1,19
Hortolândia	19	1,19
Presidente Venceslau	19	1,19
Outros (Conjunto de 35 Municípios)	355	22,19
Total	1600	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Em Pirajuí (Tabela 30), 29,25% dos detentos residiam em São Paulo e 11,06% em Bauru. Neste município, nota-se grande participação dos municípios da RMSP como locais de residência anterior, entre eles: São Bernardo do Campo (4,44%), Taboão da Serra (2,38%), Santo André (2,00%), Mauá (1,94%), Francisco Morato (1,31%), Mogi das

Cruzes (1,25%), Carapicuíba (1,19%) e Franco da Rocha (1,19%). Mirandópolis, município do Oeste, foi local de residência de 2,56% dos detentos de Pirajuí – enquanto Pirajuí foi município de residência de 1,14% dos que residiam em 2000 em Mirandópolis –, o que pode apontar para uma rotatividade entre a população encarcerada desses municípios devido aos comuns e frequentes processos de transferências.

**Tabela 31. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Presidente Venceslau, 2000.**

Município de Residência Presidente Venceslau		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	441	33,28
Santos	59	4,45
Barueri	39	2,94
Campinas	39	2,94
Guaratingueta	30	2,26
Ribeirão Preto	30	2,26
Sorocaba	22	1,66
Diadema	20	1,51
Guarulhos	20	1,51
Hortolândia	20	1,51
São Paulo (sem especificação)	19	1,43
Itanhaém	19	1,43
São Bernardo do Campo	19	1,43
Taubaté	19	1,43
Bauru	18	1,36
Presidente Bernardes	18	1,36
Outros (Conjunto de 50 Municípios)	493	37,21
Total	1325	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Presidente Venceslau (Tabela 31), por sua vez, registrou que 33,28% da população de presos residiam em 31 de julho de 1995 em São Paulo. Santos ocupa a segunda posição,

sendo município de residência anterior de 4,45% dos detentos. Barueri e Campinas foram municípios de residência de 2,94% dos indivíduos em detenção.

**Tabela 32. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Riolândia, 2000.**

Município de Residência Presidente Riolândia		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	164	21,49
Ribeirão Preto	101	13,24
São José do Rio Preto	85	11,14
Votuporanga	55	7,21
Catanduva	37	4,85
Franca	33	4,33
Mogi Guaçú	16	2,10
Campinas	15	1,97
Santo Anastácio	15	1,97
Santo André	15	1,97
São Carlos	15	1,97
Araraquara	11	1,44
Frutal	10	1,31
Nova Granada	10	1,31
Cuiabá	10	1,31
Outros (Conjunto de 32 Municípios)	171	22,41
Total	763	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Por fim, em Riolândia (Tabela 32), município com maior participação relativa da população prisional, nota-se que 21,49% dos detentos residia em São Paulo, 13,24% em Ribeirão Preto e 11,14% em São José do Rio Preto. Votuporanga, município da mesma região de governo, foi local de residência de 7,21% dos indivíduos presos em Riolândia em 2000.

Logo, os dados apresentados nas tabelas acima ajudam a inferir que apesar de diversos municípios terem importante participação como local de residência anterior,

substancial percentual da população de detentos teve o município de São Paulo como etapa do processo migratório. Ainda, observa-se que considerável percentual dos detentos residiram em municípios da RMSP, RMC e RMBS.

2.5. Municípios com Unidades Prisionais e Domicílios Coletivos no Censo de 2010

Com objetivo de captar a população em unidades prisionais nos municípios através do Censo Demográfico de 2010, utilizam-se os resultados da sinopse por setores censitários e municípios disponibilizados pelo IBGE em 01 de julho de 2011. Devido à impossibilidade de empregar na análise o setor censitário especial de penitenciária¹⁷, busca-se apreender essa população através das variáveis de domicílios.

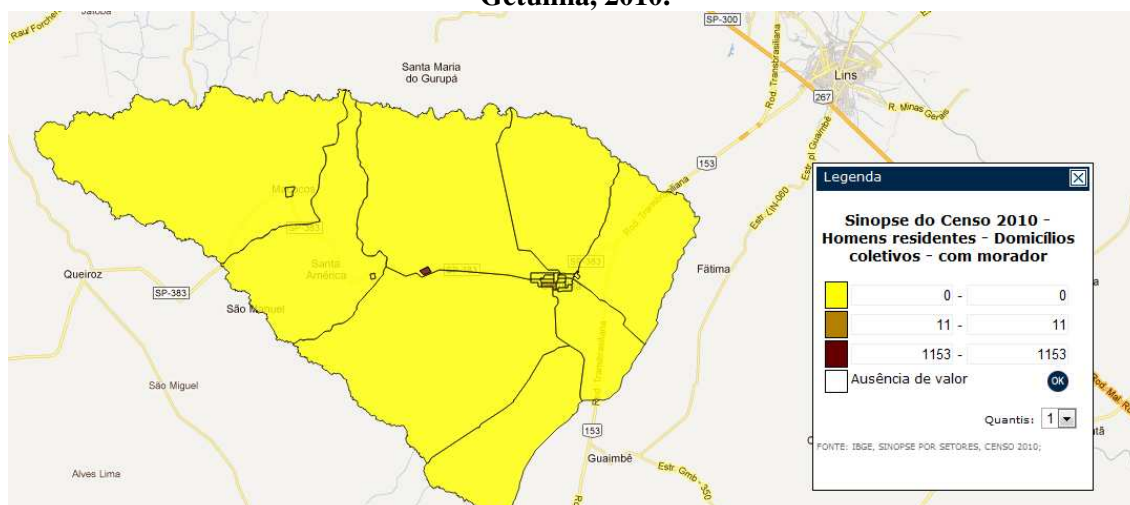
As variáveis de domicílios são característica apresentadas pelos domicílios na data da referencia do Censo, 01 de Agosto de 2010, e visa captar as condições de moradia e a qualidade de vida da população. Domicílio, por sua vez, “é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou esteja sendo utilizado como tal na data de referência do Censo” (IBGE, 2000). A informação de domicílio pode ser classificada em: Particular Permanente, Particular Improvisado e Coletivo. Para os fins desta dissertação, utiliza-se a variável Homens Residentes em Domicílio Coletivo com morador. Domicílio Coletivo corresponde à moradia de uma população em unidade prisional, sendo definida como:

¹⁷ Até 11 de Janeiro de 2012 os dados para setores especiais do Censo Demográfico de 2010 não foram divulgados.

moradia onde o relacionamento entre os seus ocupantes é restrita a normas de subordinação administrativa e ao cumprimento de normas de convivência, como, por exemplo, hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, escolas, asilos, orfanatos, conventos, mosteiros, hospitais, clínicas (com internação), alojamentos de trabalhadores, motéis, campings etc. (IBGE, 2000).

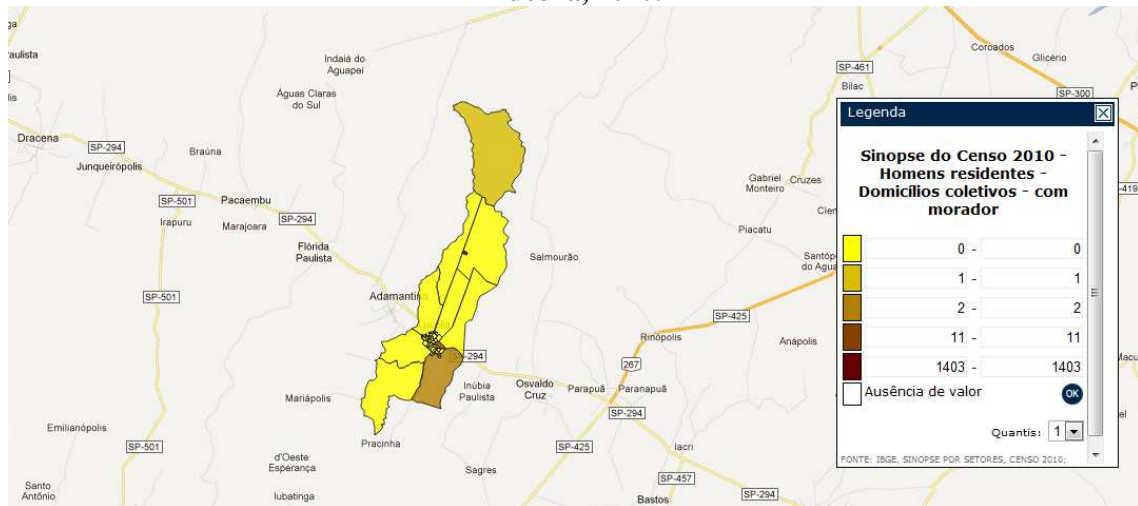
Assim, aleatoriamente, optou-se pelos municípios de Lucélia e Getulina, sendo possível identificar pelo Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) que as áreas mais escuras observadas nas Figuras 1 e 2, referentes ao maior número de homens residentes em domicílios coletivos, são, respectivamente, correspondentes aos setores censitários que estão localizadas a Penitenciária Osiris Souza e Silva de Getulina e a Penitenciária Masculina de Lucélia.

Figura 1. Homens Residentes em Domicílio Coletivo com Morador Getulina, 2010.



Fonte: Fundação IBGE. Sinopse por Setores. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 22/01/2012.

Figura 2. Homens Residentes em Domicílio Coletivo com Morador Lucélia, 2010.



Fonte: Fundação IBGE. Sinopse por Setores. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 22/01/2012.

Em Getulina e Lucélia os setores com maior número de homens em domicílio coletivo são identificados pelos números 351.700.005.000.016 (Getulina) e 352.740.505.000.027 (Lucélia). Em Getulina, tal setor apresenta seis domicílios, cinco particulares e um coletivo, sendo todos rurais. Por sua vez, o setor de Lucélia soma o total de nove domicílios, com sete particulares e dois coletivos. Assim como Getulina, em Lucélia todos os domicílios estão localizados em endereços rurais. Em ambos os municípios, os domicílios coletivos presentes nos setores são identificados como unidade prisional.

As informações disponíveis para os setores supracitados estão contidas nas Tabelas 33e 34.

**Tabela 33. População e Domicílios, Setor 351.700.005.000.016
Getulina, 2010.**

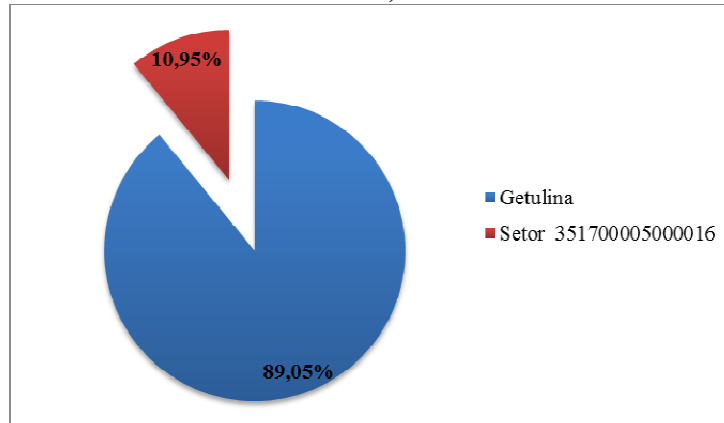
Setor 351700005000016	População
Pessoas Residentes	1.170
Homens Residentes	1.162
Mulheres Residentes	8
Pessoas Residentes - Domicílios Particulares Ocupados	17
Homens Residentes - Domicílios Particulares Ocupados	9
Mulheres Residentes - Domicílios Particulares Ocupados	8
Pessoas residentes - Domicílios Coletivos Com Morador	1.153
Homens Residentess - Domicílios Coletivos Com Morador	1.153
Mulheres Residentes - Domicílios Coletivos Com Morador	0
Domicílios Particulares e Coletivos	6
Domicílios Particulares Permanentes	5
Domicílios Particulares Permanentes Ocupados	5
Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados	0
Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados - Uso Ocasional	0
Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados - Vago	0
Domicílios Particulares Improvisados Ocupados	0
Domicílios Coletivos Com Morador	1
Domicílios Coletivos Sem Morador	0
Domicílios Particulares Ocupados	5
Domicílios Coletivos	1

Fonte: Fundação IBGE, Sinópsse por Setores. Censo Demográfico de 2010.

Em Getulina, nota-se no setor analisado população de 1.170 residentes, sendo que destes 1.162 são homens e apenas oito são mulheres. Da população total do setor, apenas 17 moram em domicílios particulares, restando 1.153 residentes de domicílios coletivos. Acredita-se, portanto, que esta população em domicílio coletivo corresponde à população da unidade prisional localizada no setor.

De acordo com o Gráfico 12, a população do setor em que está localizada a unidade prisional corresponde a 10,95% do total populacional do município de Getulina.

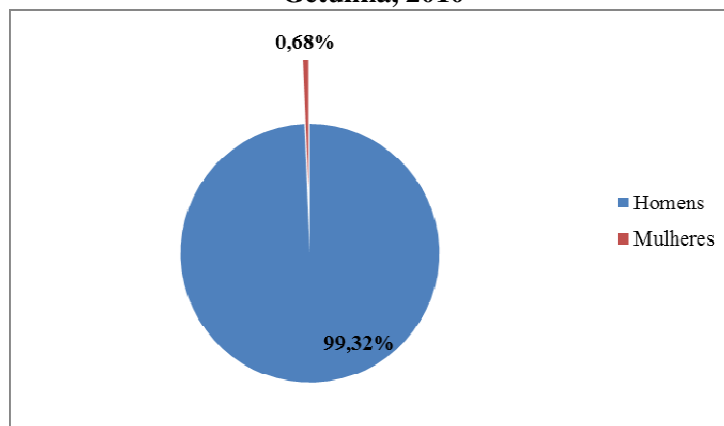
Gráfico 12. População do Setor 351.700.005.000.016 em Relação ao Município Getulina, 2010.



Fonte: Fundação IBGE. Sinopse por Setores. Censo Demográfico de 2010.

Analisando a proporção de homens e mulheres, nota-se que, de acordo com o Gráfico 13, as mulheres representam apenas 0,68% da população do setor enquanto os homens são responsáveis por 99,32%.

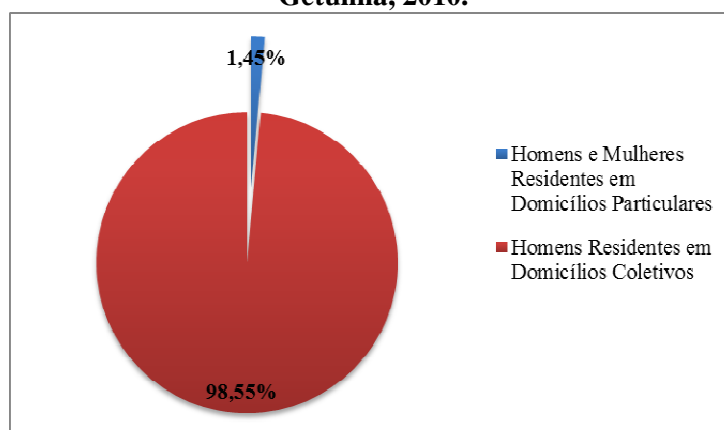
Gráfico 13. Distribuição da População de Homens e Mulheres, Setor 351.700.005.000.016 Getulina, 2010



Fonte: Fundação IBGE. Sinopse por Setores. Censo Demográfico de 2010.

O Gráfico 14 aponta que os homens residentes em domicílios coletivos, considerados, portanto, como a população de detentos, correspondem a 98,55% da população do setor.

Gráfico 14. População de Residentes em Domicílios Particulares e Homens Residentes em Domicílios Coletivos, Setor 351.700.005.000.016 Getulina, 2010.



Fonte: Fundação IBGE. Sinopse por Setores. Censo Demográfico de 2010.

A Tabela 34 contém os dados do setor 352.740.505.000.027 do município de Lucélia. Neste setor a população é de 1.431 residentes, sendo que destes 1.417 são homens e apenas 14 são mulheres. Dos residentes do setor, 26 vivem em domicílios particulares e 1.405 em domicílios coletivos. No entanto, é interessante notar que do total de residentes em domicílios coletivos, duas são mulheres. Uma vez que a penitenciária instalada em Lucélia abriga apenas homens, essas mulheres não podem ser compreendidas como população carcerária.

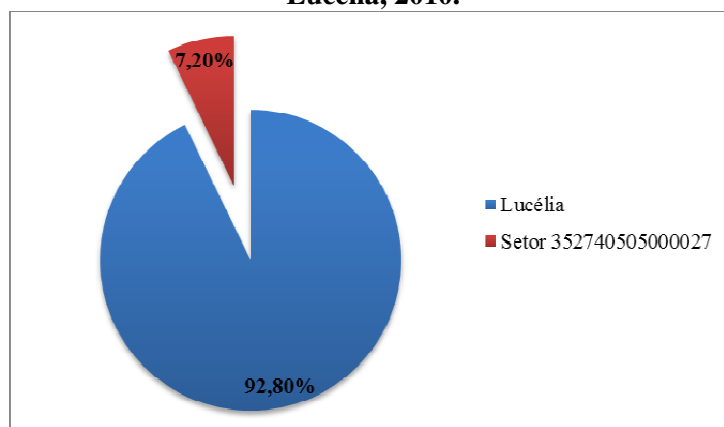
**Tabela 34. População e Domicílios, Setor 352.740.505.000.027
Lucélia, 2010.**

Setor 352740505000027	População
Pessoas Residentes	1.431
Homens Residentes	1.417
Mulheres Residentes	14
Pessoas Residentes - Domicílios Particulares Ocupados	26
Homens Residentes - Domicílios Particulares Ocupados	14
Mulheres Residentes - Domicílios Particulares Ocupados	12
Pessoas Residentes - Domicílios Coletivos com Morador	1.405
Homens Residentes - Domicílios Coletivos com Morador	1.403
Mulheres Residentes - Domicílios Coletivos com Morador	2
Domicílios Particulares e Coletivos	9
Domicílios Particulares Permanentes	7
Domicílios Particulares Permanentes Ocupados	6
Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados	1
Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados - Uso Ocasional	1
Domicílios Particulares Permanentes não Ocupados - Vago	0
Domicílios Particulares Improvisados Ocupados	0
Domicílios Coletivos Com Morador	2
Domicílios Coletivos Sem Morador	0
Domicílios Particulares Ocupados	6
Domicílios Coletivos	2

Fonte: Fundação IBGE, Sinópse por Setores. Censo Demográfico de 2010.

O Gráfico 15 apresenta a população do setor em relação ao município. Verifica-se, então, que 7,20% da população de Lucélia residem no setor analisado.

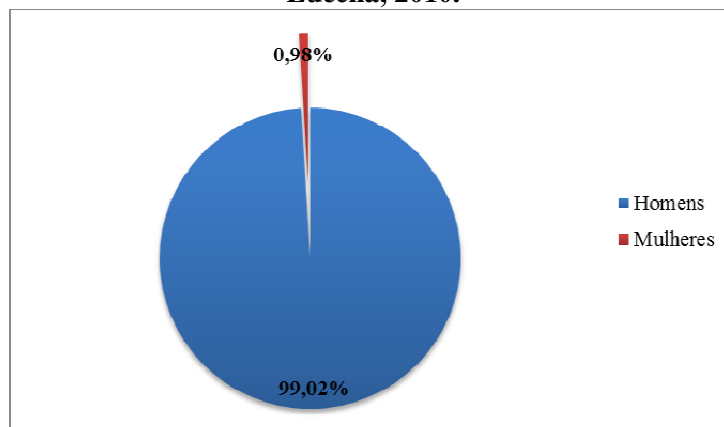
Gráfico 15. População do Setor 352.740.505.000.027 em Relação ao Município Lucélia, 2010.



Fonte: Fundação IBGE. Sinopse por Setores. Censo Demográfico de 2010.

O Gráfico 16 aponta que dentro do setor, 0,98% são mulheres e 99,02% são homens.

Gráfico 16. Distribuição da População de Homens e Mulheres, Setor 352.740.505.000.027 Lucélia, 2010.

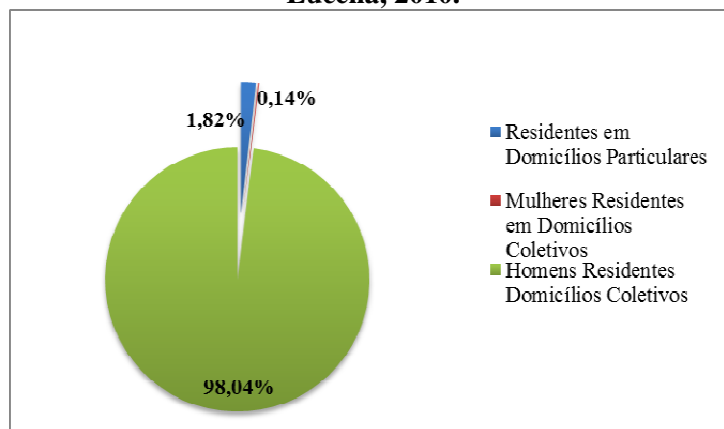


Fonte: Fundação IBGE. Sinopse por Setores. Censo Demográfico de 2010.

Do total de residentes do setor, 98,04% podem ser considerados como detentos uma vez que são homens residentes em domicílios coletivos (Gráfico 17). As mulheres que

vivem em domicílio coletivo são apenas 0,14% da população do setor, já os residentes em domicílios particulares correspondem a 1,82% dos residentes (Gráfico 17).

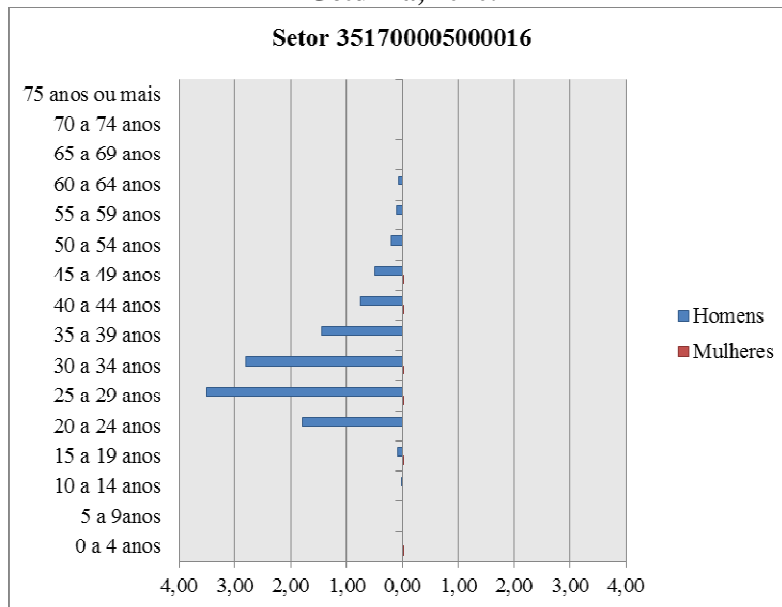
Gráfico 17. População Residente em Domicílios Particulares e Mulheres e Homens Residentes em Domicílios Coletivos, Setor 352.740.505.000.027 Lucélia, 2010.



Fonte: Fundação IBGE. Sinopse por Setores. Censo Demográfico de 2010.

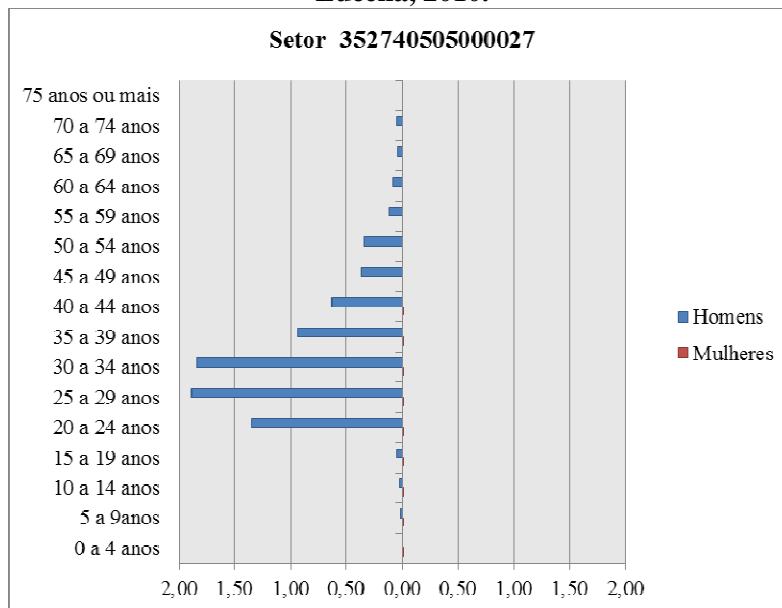
No que concerne à distribuição etária da população dos setores em relação aos respectivos municípios, observamos em ambos as mesmas características etárias de uma população de detentos, as quais já foram mencionadas no tópico anterior: homens concentrados nos grupos etários de 20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 anos (Gráficos 18 e 19).

Gráfico 18. Distribuição por Sexo e Idade em Relação ao Município, Setor 351700005000016 Getulina, 2010.



Fonte: Fundação IBGE. Sinopse por Setores. Censo Demográfico de 2010.

Gráfico 19. Distribuição por Sexo e Idade em Relação ao Município, Setor 352740505000027 Lucélia, 2010.

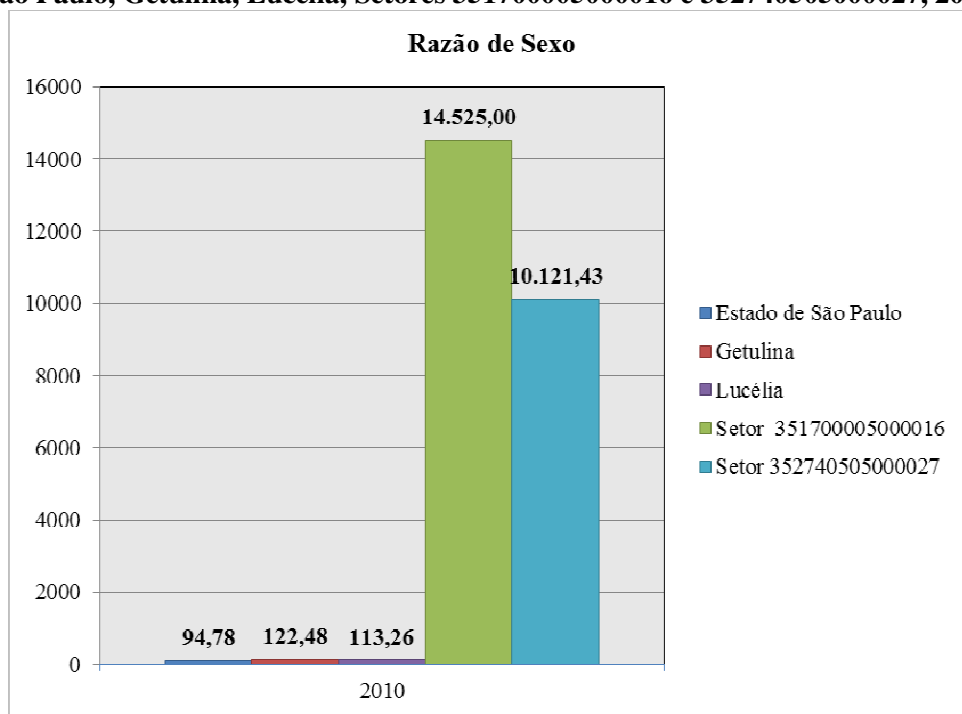


Fonte: Fundação IBGE. Sinopse por Setores. Censo Demográfico de 2010.

O Gráfico 20 apresenta a Razão de Sexo para o Estado de São Paulo, Getulina, Lucélia e respectivos setores com maior número de homens residentes em domicílios coletivos no Censo de 2010. Observa-se o fundamental papel que exerce a população de

homens, sobretudo a população em unidades prisionais, no cálculo da razão de sexo. Enquanto o conjunto do Estado de São Paulo registra razão de sexo de 94,78, o que indica a maior presença de mulheres na população, em Getulina e Lucélia são observadas razões de 122,48 e 113,26, apontando para um número de homens expressivamente maior que o de mulheres. Quando se considera os setores aqui analisados, a razão de sexo chega a 14.525,00 no setor de Getulina e a 10.121,43 no setor de Lucélia, evidenciando que a presença de mulheres na população desses setores é praticamente insignificante.

Gráfico 20. Razão de Sexo
São Paulo, Getulina, Lucélia, Setores 351700005000016 e 352740505000027, 2010.



Fonte: Fundação IBGE. Sinopse por Setores. Censo Demográfico de 2010.

Devido à impossibilidade do estudo da população em setor censitário especial de penitenciária para o Censo de 2010, a utilização na análise da população de homens em domicílios coletivos é útil para captar algumas características básicas da população de

detentos no município, como, por exemplo, número aproximado desta população e distribuição etária. Infelizmente, não se pode ir muito mais longe com esta informação. Estudos das demais características dessa população para o ano de 2010 ainda necessitam ser realizados visto que considerável número de presídios foi instalado nos municípios do Oeste após o Censo de 2000.

Todavia, com as informações disponíveis foi possível apontar que a população de detentos é atualmente parte considerável da população de muitos dos municípios do Oeste paulista, sendo fundamental, pelo menos nos aspectos econômicos da alocação de recursos municipais – em especial o FPM – para os municípios que ainda são caracterizados como áreas de emigração.

CAPÍTULO 3

3.1 Unidades Prisionais e a Configuração de Fenômenos Demográficos: “inchaço artificial da população”, população flutuante e migrações temporárias.

A instalação de unidades prisionais espacialmente concentradas entre pequenos e médios municípios do Oeste paulista dá existência a dois importantes fenômenos: o “inchaço artificial da população” e a população flutuante. Estes fenômenos apresentam inter-relações de desdobramentos sociais e demográficos que apontam para a produção de dinâmicas específicas, produtos do contato de uma população de antigos moradores e uma inesperada nova população que passa a ter presença frequente na vida cotidiana dos municípios.

Neste sentido, o “inchaço artificial da população” constitui-se no aumento populacional verificado em alguns grupos etários, em decorrência do acréscimo da população carcerária. A artificialidade desse fenômeno refere-se à existência de uma “invisibilidade” da migração em decorrência de seu aspecto específico: refere-se a uma população reclusa aos muros de uma unidade prisional. Nos dados e gráficos esta população é visualizada como presente, no entanto está longe do convívio cotidiano. Sem o “inchaço” produzido pela população de detentos, a população municipal “real”, entendida como aquela que não está detida em uma unidade prisional, mostra-se consideravelmente menor.

As observações adquiridas em trabalhos de campo¹⁸ permitem afirmar que, pelo menos para os municípios com unidades prisionais do Oeste paulista visitados, frequentemente os detentos são condenados a cumprir pena em um município que não é o seu, não possuindo, portanto, vínculos com a região e municípios. Como consequência, seus familiares (ou pelo menos aqueles que podem) acabam tendo que se mobilizar para realizar as visitas ao ente em regime de detenção. Essa mobilização para a realização de visitas comumente assume a forma de caravanas¹⁹, as quais são frequentes nos finais de semana de um município com unidade prisional. Assim, a presença dessa nova população, a de detentos, acaba ocasionando o que pode ser percebido como o fenômeno de população flutuante.

Geralmente o fenômeno de população flutuante é entendido como o movimento de deslocamento de um contingente populacional para municípios considerados turísticos, especialmente nos meses de férias escolares de verão e de inverno (GODINHO, 1988). A situação observada nos municípios com unidades prisionais não é decorrente da prática do turismo de lazer ou de negócios. Nos municípios com unidades prisionais, este fenômeno pode ser compreendido como “turismo de visita”, expresso por um constante e visível fluxo de visitantes, que um município com unidade prisional passa a apresentar, em grande parte, decorrente da distancia que se estabelece entre a família dos detentos e a localização da unidade prisional. Essa população flutuante, composta por familiares de detentos, pode se converter em migrações temporárias, vistos que muitos podem encontrar viabilidade em residir no município em que se localiza a unidade prisional. O tempo de permanência destes

¹⁸ Trabalho de campo realizado em Julho de 2009 e Janeiro de 2010 nos municípios de Florida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Pacaembu, Pracinha e Tupi Paulista.

¹⁹ Essa situação foi presenciada nas duas visitas a campo realizadas nos municípios com unidades prisionais do Oeste Paulista, em Janeiro de 2009 e Julho de 2010.

é fundamentalmente determinado pela duração da pena ou por quanto tempo o detento estiver recluso na unidade prisional de determinado município.

Nesse contexto, uma nova dinâmica social emerge nas localidades com instalação de presídios: com a presença de novos migrantes – sendo estes fundamentalmente a população de detentos –, da população flutuante e das migrações temporárias. Desta forma, o impacto da transferência de população prisional traz consigo desdobramentos relevantes para a dinâmica demográfica, em especial migratória, desses pequenos municípios interioranos.

Do ponto de vista do tecido social, o “inchaço artificial da população”, sendo fundamentalmente a população de detentos, as migrações temporárias e a população flutuante, acabam por despertar medos e preocupações, provocam “estranheza” na população local e ajudam a construir um forte imaginário social criado acerca dos presídios, visitantes e familiares dos detentos (CESCON; BAENINGER, 2010). O surgimento de novos valores e paradigmas está substancialmente relacionado à sensação de insegurança e criminalidade, a qual, conseqüentemente, acarreta mudanças nos hábitos dos residentes e alimenta inúmeros preconceitos e dinâmicas de estigmatização.

Destarte, um dos desdobramentos específicos referentes à instalação de unidades prisionais nos pequenos e médios municípios do Oeste paulista refere-se à emergência de novos tipos de relações sociais marcadas por estigmas e valores impessoais (SILVESTRE, 2008) entre o corrente fluxo de visitantes dos detentos, os novos moradores e a população local.

Para a compreensão dessas recentes relações social e demográfica que se estabelecem e se desenvolvem a cada dia, utiliza-se o ensaio sociológico sobre o estigma de Erving Goffman (1980) e o constructo relacional de *establishment* e *outsiders* presente no estudo realizado por Norbert Elias e John L. Scotson, entre 1950 e 1960. Somam-se a este prisma teórico as contribuições de Zygmunt Bauman para a temática do estranho.

Visto que a expansão do sistema penitenciário paulista é ainda um evento recente na nossa história, seus inúmeros desdobramentos, sejam eles econômicos, políticos, sociais e demográficos, indicam um vasto campo de pesquisa a ser trilhado. Os enfoques teóricos que serão aqui apresentados constituem um esforço de entender o novo. Essas perspectivas teóricas, juntamente com a preocupação dos “espaços da migração” (BAENINGER, 1999) no Estado de São Paulo, contribuirão para o entendimento da dinâmica migratória e social dos pequenos e médios municípios com unidades prisionais.

3.2. A Invisibilidade Física e a Visibilidade Social da Migração de Detentos

Cercados por altos muros em estabelecimentos prisionais – que, muitas vezes, encontram-se nos bairros mais distantes –, é manifesto o caráter específico do fenômeno demográfico aqui discutido: uma migração compulsória, determinada pela lei de execução penal, fazendo com que um importante contingente populacional passe a viver nos limites administrativos desses municípios, mas não a conviver nos municípios.

Esta invisibilidade física é o que se espera quando acontece o encarceramento de um indivíduo, porém pouca atenção é direcionada para o entendimento da questão da possibilidade dessa nova população ser frequentemente sentida como presente. Visitas a campo permitem afirmar que nos municípios com unidades prisionais do Oeste paulista, principalmente os pequenos, a nova população de detentos é fortemente sentida como presente, sendo o constante fluxo de visitantes o elemento que a torna sensível.

O fluxo de visitantes traz uma nova dimensão para a questão dos municípios com unidades prisionais, uma vez que expressa o encontro do antigo com o novo, ou seja, da população de residentes com uma população transitória, mas que se faz frequente. Desta forma, é importante tentar lançar algum entendimento acerca das contingências desse encontro.

3.2.1. Explorando Aportes Teóricos

Quando uma pessoa é sentenciada por um crime e presa, conseqüentemente sua família também é carregada para dentro do cárcere (VICENTE, 2000). A imagem do detento e da prisão se estende para aqueles que não participam do delito; amigos e parentes próximos, ou seja, a família do detento também se torna vítima da prisão e de todos os medos, inseguranças, conceitos e pré-conceitos que ela exerce no imaginário social. Pressupondo, assim, que há um estigma que cerca os presidiários, este se estende para além do indivíduo encarcerado e transmite-se para as pessoas que se relacionam diretamente com

eles, o que faz com que, muitas vezes, a sociedade passe a considerá-los como uma só pessoa (SCHILLING; MIYASHIRO, 2008).

Nos municípios com unidades prisionais do Oeste paulista, a questão do estigma aparece com uma roupagem específica. No entanto, antes de discutirmos acerca das especificidades dessa configuração, faz-se necessário apontar a construção teórica em que a questão do estigma se insere.

O termo estigma foi criado pelos gregos para se referirem aos sinais corporais que poderiam evidenciar algo de extraordinário ou mau sobre o *status* moral dos indivíduos que os apresentavam. “Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos” (GOFFMAN, 1980, p.11). No entanto, o termo passou a ser amplamente utilizado, sendo “mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal” (GOFFMAN, 1980, p.11). Para além dos atributos físicos, o estigma refere-se também à imagem social que se faz de alguém para poder controlá-lo (BACILA, 2008). O estigma pode ser compreendido como fraqueza, defeito ou desvantagem (GOFFMAN, 1980). Todos esses aspectos acabam criando a imagem de duas espécies de seres: os normais e os estigmatizados (GOFFMAN, 1980).

Visitando os municípios com unidades prisionais do Oeste paulista, não é raro obter de seus residentes verbalizações que apontem para essa direção. Ao falar de suas percepções acerca da convivência nessa nova localidade, uma visitante afirma:

Parece que para eles [moradores do município], a gente é igual a eles [detentos]. Parece que a gente vai roubar, vai matar... (Entrevista realizada em 24/07/2010).

Segundo Goffman (1980), a sociedade acaba por estabelecer as categorias as quais as pessoas devem pertencem, bem como seus atributos: determina-se um padrão externo ao indivíduo o qual permite prever a sua categoria, os seus atributos, a sua identidade social e as relações deste com o meio. Neste sentido, presidiários, ex-presidiários e seus familiares são categorizados como um grupo marginal e o padrão de conduta esperado têm características ligadas à criminalidade. O estigma estabelece uma relação impessoal com o outro, visto que o sujeito aparece como uma representação circunstancial de certas características típicas da classe do estigma, com determinações e marcas internas que podem sinalizar um desvio, mas também uma diferença de identidade social.

No contato social cotidiano, quando um estranho nos é apresentado, seus primeiros aspectos permitem prever a sua categoria e seus atributos, ou seja, a sua *identidade social* (GOFFMAN, 1980). A partir do primeiro contato, há a criação de expectativas normativas e, frequentemente, fazem-se afirmativas sobre o que o indivíduo deveria ser. Estas afirmativas *são demandas feitas efetivamente*, e o caráter que imputamos ao indivíduo é uma *caracterização “efetiva”*, ou seja, é a sua *identidade social virtual* (GOFFMAN, 1980). Conseqüentemente, a *identidade social real* é a categoria e os atributos que o indivíduo prova, na realidade, possuir (GOFFMAN, 1980). Desta forma, segundo Goffman (1980), o estigma surge a partir de uma discrepância específica entre a *identidade social virtual* e a *identidade social real* dos indivíduos. Quando conhecida, essa discrepância estraga a identidade social e tem como efeito “afastar o indivíduo da sociedade e de si

mesmo de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo” (GOFFMAN, 1980, p.28).

No contato com um indivíduo estranho podem surgir evidências de que ele possui um atributo que o distingue negativamente dos demais e, “assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída” (GOFFMAN, 1980, p.12). Tal característica é um estigma, principalmente quando há um grande efeito de descrédito (GOFFMAN, 1980). Goffman (1980) ressalta que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão,

mas somente aqueles que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo. O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem honroso nem desonroso (GOFFMAN, 1980, p.13).

Em todos os exemplos de estigma encontram-se as mesmas características sociológicas:

um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente do que havia previsto (GOFFMAN, 1978, p.14).

O estigma é, portanto, uma característica observável interpretada como falha oculta ou torpeza moral (GOFFMAN, 1978). Nestes moldes, a pessoa portadora desse traço é identificável como menos desejável, inferior, ruim e perigosa (SCHILLING; MIYASHIRO, 2008).

As situações de “contatos mistos”²⁰ podem ser um momento tenso para ambos os lados, uma vez que a simples previsão da existência de tais encontros pode levar os normais e estigmatizados a esquematizar toda a vida social de forma a evitá-los. Esta afirmação é ilustrada pela óptica das visitantes da Penitenciária de Pacaembu:

Eu só vinha de final de semana, mas teve uma vez que eu precisei ficar aqui a semana toda. (...) A cidade é diferente durante a semana, as janelas ficam abertas até tarde... Quando a gente chega, aqui em volta do hotel, tudo fica fechado (Entrevista realizada em 24/07/2010).

Que nem hoje [sábado], os mercados estão cheios de seguranças. Amanhã você vai lá, não tem um (Entrevista realizada em 24/07/2010).

Nós já ficamos aqui em dia de semana, quando geralmente não tem visita. Fomos para o mercado comprar coisas para comer porque o ônibus só ia sair no outro dia. Não tinha segurança no mercado. O pessoal do mercado ficou olhando pra gente quando viu aquele bando de mulher... Eles não esperavam. Aí logo uns funcionários começaram a andar no meio da gente. Me sinto mal. Tenho vontade de pegar as coisas e passar no caixa e falar: ‘não vou pagar e estou indo embora’. Sabe... assumir aquilo que estão achando (Entrevista realizada em 24/07/2010).

Ainda, nesses momentos, o estigmatizado pode se sentir inseguro por não saber a forma que os normais o identificarão e o receberão. Essa sensação “é ocasionada não só porque o indivíduo não sabe em qual das várias categorias ele será colocado mas também, quando a colocação é favorável, pelo fato de que, intimamente, os outros possam defini-lo em termos do seu estigma” (GOFFMAN, 1980, p.23). Entretanto, ao contrário das situações em que a discrepância entre a identidade social real e a identidade social virtual de um indivíduo é evidente e conhecida antes do indivíduo nos ser apresentado ou no momento em que o contato misto é realizado, é possível que os atributos que tornam um

²⁰ “momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma ‘situação social’, ou seja, na presença física imediata um do outro, quer durante uma conversa, que na mera presença simultânea em uma reunião informal” (GOFFMAN, 1980, p.22).

indivíduo desacreditado não sejam reconhecidos logo de imediato. “Enquanto se mantém essa atitude de cuidadosa indiferença, a situação pode-se tornar tensa, incerta e ambígua para todos os participantes, sobretudo para a pessoa estigmatizada” (GOFFMAN, 1980, p.51). Assim, quando a diferença não está imediatamente aparente ou não se tem dela um conhecimento, o indivíduo é uma pessoa desacreditável, não desacreditada. A questão que se coloca é acerca da manipulação da informação sobre o seu “defeito”.

Desta forma, é pertinente questionar: como novos moradores e visitantes são, muitas vezes de imediato, reconhecidos e classificados em função do estigma da prisão? Faz-se, então, necessário entender a importância da manipulação da informação social sobre o estigma.

A informação social tem a propriedade de transmitir as características mais ou menos permanentes de um indivíduo em oposição a estados de espírito, sentimentos e intenções. A informação mais relevante tem determinadas propriedades, sendo reflexiva e corporificada, transmitida pela própria pessoa a quem se refere através da expressão corporal e de signos/símbolos na presença imediata daqueles que a recebem (GOFFMAN, 1980). Nestes moldes, “a informação social transmitida por qualquer símbolo particular pode simplesmente confirmar aquilo que outros signos nos dizem sobre o indivíduo, completando a imagem que temos dele de forma redundante e segura” (GOFFMAN, 1980, p.53). Assim, símbolos de prestígio podem ser contrapostos a símbolos de estigma, símbolos que são efetivos para despertar a atenção para uma discrepância degradante de identidade que rompe o que poderia ser um retrato global coerente em nossa valorização do indivíduo (GOFFMAN, 1980). No entanto, é importante lembrar que existem símbolos cujo

significado varia de um grupo para outro, o que quer dizer que a mesma categoria pode ser diferentemente caracterizada.

O que se observa nos municípios com unidades prisionais é que há símbolos específicos que tornam reconhecidos os visitantes dos detentos perante a sociedade desses municípios. Símbolos que em outro contexto não transmitem as mesmas informações, mas que nestes municípios adquirem certa importância e significado particular.

Segundo uma moradora do município de Junqueirópolis, nos finais de semana é fácil reconhecer quem é visitante de detento:

Final de semana é família de preso que está aqui. Então, toda mulher que está com criança é mulher preso... sozinha, porque aqui a turma anda com o marido. Então você vê: mulher, andando pela cidade sozinha, com criança, é mulher de preso (Entrevista realizada em 21/07/2010).

Essa é uma das generalizações que servem de guia para categorizar aqueles que são estranhos no convívio social desses municípios. Além desta, o jumbo – uma espécie de sacola plástica transparente, carregada de produtos alimentícios, de higiene pessoal e cigarros – é outro sinal exterior percebido como objeto de distinção entre os munícipes comuns e os visitantes de detentos.

De acordo com uma moradora do município de Pacaembu, os jumbos denunciam de imediato os visitantes:

A gente já sabe quem é mulher de preso. A gente vê aquele bando de mulher carregando o jumbo e já sabe... Só elas usam isso aqui (Entrevista realizada em 21/07/2010).

Ainda no que se refere à informação social, deve-se atentar para o caráter informativo que tem o relacionamento “com” alguém em nossa sociedade. A manipulação que as pessoas fazem sobre as informações transmitidas sobre si próprias deve considerar a forma através da qual elas enfrentam as contingências de serem vistas na companhia de outros em particular. Segundo Goffman (1980),

em certas circunstâncias, a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre a sua própria identidade social, supondo-se que ele é o que os outros não são. O caso extremo, talvez, seja a situação de círculos de criminosos: uma pessoa com ordem de prisão pode contaminar legalmente qualquer um que seja visto em sua companhia, expondo-o à prisão como suspeito (p.57-58).

Assim, ao aplicar o conceito de estigma para o estudo do recente processo social e demográfico que envolve os municípios do Oeste paulista, é necessário atentar para o fato de que aquilo que designa a condição de estigmatizado ou não dos visitantes dos detentos (em grande parte esposas, filhos e pais) não é *a priori* apenas o encarceramento de maridos e filhos, mas o contexto sociocultural de relações em que essa informação é exposta (SCHILLING; MIYASHIRO, 2008). A condição de estigmatizados desse fluxo populacional se altera com o espaço contextual: como familiares e visitantes de presidiários, nesses municípios eles passam a ser reconhecidos em um grupo concreto – um grupo marcado pelo estigma da prisão –, conseqüentemente, passivo de estigma grupal por parte dos residentes estabelecidos. Separados, ou seja, dissociados do elemento grupo, este estigma possivelmente passa a ser abrandado (o que não significa que seja eliminado), uma vez que se muda o contexto pelo qual a informação social sobre o estigma torna-se

conhecida. Dito de outra forma, o espaço para a manipulação da informação sobre o estigma é restrito nesses pequenos municípios, visto que a informação social sobre o estigma do crime e da prisão, assim como os símbolos que a transmitem, já são amplamente conhecidos. Segundo Goffman (1980), é importante ressaltar que a visibilidade de um estigma deve ser diferenciada de sua “possibilidade de ser conhecido”, uma vez que quando um estigma de um indivíduo é muito visível, o simples fato do contato com outros levará o seu estigma a ser conhecido. No entanto, o conhecimento ou não do estigma de um indivíduo depende de um outro fato além da visibilidade corrente, “ou seja, de que elas conheçam, ou não, previamente o indivíduo estigmatizado – e esse conhecimento pode estar baseado em mexericos sobre ele ou num contato anterior durante o qual o estigma mostrou-se visível” (GOFFMAN, 1980, p.59).

Aparentemente, o grupo de familiares e de visitantes de presidiários está em uma condição que permite a vivência de dois papéis distintos de acordo com o contexto social que se está inserido, visto que as diferentes esferas sociais em que estes indivíduos transitam delimitam a posição que ocupam na estrutura social (SCHILLING; MIYASHIRO, 2008).

Incluindo neste prisma o desenvolvimento teórico de Nobert Elias e John L. Scotson presente em “*Os Estabelecidos e os Outsiders*”, obra referente ao estudo sociológico de Winston Parva (cidade de nome fictício), percebe-se que neste pequeno município inglês existia uma clara divisão entre um grupo residente desde longa data em um bairro relativamente antigo e um grupo mais novo de habitantes residentes em um loteamento

recente, cujos moradores eram vistos e tratados pelo primeiro grupo como forasteiros e estranhos, portanto, *outsiders*. Partimos, por conseguinte, da hipótese de que a relação que se estabelece entre a população local dos municípios com unidades prisionais e o fluxo populacional em decorrência das unidades prisionais (seja de visitantes, seja de novos moradores familiares de presidiários) é uma dinâmica de caráter estabelecidos-*outsiders* fundamentada em um estigma: um grupo de antigos residentes, estabelecidos na região, e um grupo de recém-chegados, em sua maioria, familiares e visitantes de indivíduos sob regime de detenção.

A relação estabelecidos-*outsiders* é “um tema humano universal” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.19): independentemente da multiplicidade de contextos, a figuração estabelecidos-*outsiders* mostra características comuns e constantes. A principal constante estrutural presente nessa relação refere-se a sociodinâmica da estigmatização. “Constata-se que *outsiders* são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros” (ELIA; SCOTSON, 2000, p.27).

Como já exposto, a sociedade frequentemente vê de maneira fundida o presidiário e as pessoas com quem eles se relacionam mais proximamente (mulheres, filhos e pais). Com base neste pressuposto, o olhar estigmatizante que é direcionado à família dos presidiários é uma extensão do estigma que os cerca (SCHILLING; MIYASHIRO, 2008), uma vez que, segundo Goffman (1980), “os problemas enfrentados por uma pessoa estigmatizada espalham-se em ondas de intensidade decrescente” (GOFFMAN, 1980, p.39). A tendência para a difusão de um estigma de um indivíduo para as suas relações mais próximas é o que, em grande medida, explica por que tais relações tendem a ser evitadas, temidas ou a terminar (GOFFMAN, 1980). A estigmatização pode estar associada a um tipo específico

de fantasia coletiva criada pelo grupo de estabelecidos; ela reflete e justifica a aversão (ELIAS; SCOTSON, 2000).

No caso deste estudo, a população flutuante advinda dos presídios instalados nos pequenos municípios do Oeste paulista despertam inúmeras fantasias e preocupações na população residente, o que acaba por edificar um forte imaginário social acerca da condição desses visitantes constantes. De acordo com Elias e Scotson (2000), as experiências efetivas e as fantasias dos indivíduos não são arbitrárias, “essas fantasias individuais, num estágio primitivo da vida, podem influenciar profundamente a moldagem dos afetos e a conduta em etapas posteriores” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.37).

É importante ressaltar que, frequentemente, os membros de um grupo estigmatizavam os de outros não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles serem compreendidos pelos estabelecidos como pertencentes a um grupo coletivamente considerado como diferente e inferior (ELIAS; SCOTSON, 2000). A dinâmica da figuração estabelecidos-outsiders constitui, portanto, um dado social *sui generis*, não sendo, portanto, racional nem irracional (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Ainda, segundo Elias e Scotson (2000), é constante a não distinção e o não relacionamento da estigmatização grupal e do preconceito individual, entretanto os contornos da relação estabelecidos-outsiders não podem ser meramente analisados em categorias como a de “preconceito social”, buscada exclusivamente na estrutura de personalidade dos indivíduos; esta relação é mais bem compreendida quando se considera a figuração formada por todos os grupos implicados na relação. Desta forma, Elias e Scotson (2000) afirmam:

há uma tendência a discutir o problema da estigmatização social como se ele fosse uma simples questão de pessoas que demonstram, individualmente, um despreço acentuado por outras pessoas como indivíduos. Um modo conhecido de conceituar esse tipo de observação é classificá-la como preconceito. Entretanto, isso equivale a discernir apenas no plano individual algo que não pode ser entendido sem que se o perceba, ao mesmo tempo, no nível do grupo (p.23).

A estigmatização grupal só é eficaz quando o grupo que estigmatiza está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído (ELIAS; SCOTSON, 2000). “Afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.24). Os estabelecidos tendem a realizar um discurso de distorções em direções opostas, atribuindo ao conjunto do grupo de outsiders as piores características da minoria anômica deste, enquanto fortalecem a auto-imagem do grupo estabelecido pela sua minoria mais exemplar. A tendência de um grupo de estigmatizar outro desempenha um papel muito importante nas relações entre os diferentes grupos em todo o mundo. Assim, mais uma vez, a possibilidade de um grupo determinar e fazer persistir um rótulo de inferioridade humana a outro grupo depende da configuração específica que os dois grupos formam entre si (ELIAS; SCOTSON, 2000).

No discurso de uma moradora do município de Pracinha e funcionária da prefeitura municipal, nota-se claramente a construção da separação de dois grupos que agora convivem no mesmo espaço social e territorial:

Tem tanta gente para ajudar com cesta-básica e a gente vai tirar de um povo nosso, que a gente conhece, pra dar pra elas [mulheres dos detentos]. Fora os roubos e tudo o que aumentou... A gente podia dormir com as portas e as janelas abertas. Acabou isso. Várias mulheres de preso vão presas por causa de droga... A gente nem sabia o que era isso... Os jovens daqui não conheciam negócio de droga. Acabou todo o nosso sossego (Entrevista realizada em 22/07/2010).

Esta separação grupal é evidenciada pelo sentimento de que a população carente, formada por antigos residentes, necessita. Em meio aos recursos escassos do município, a ajuda social tem que se compartilhada com outra população, também carente e residente, mas que são considerados como “os de fora”.

No caso desta dissertação, para o entendimento da relação entre o fluxo populacional de detentos, de seus familiares e de visitantes, em relação à população residente nos pequenos municípios do Oeste paulista há que se considerar as tensões presentes na relação estabelecidos-outsiders. O encontro entre grupos antigos e novos e a pressão que os obrigam a conviver como membros de uma mesma comunidade não são acontecimentos ao acaso; são “episódios pequenos, mas característicos dos processos a longo prazo e em larga escala a que costumamos referir-nos com termos como ‘industrialização’, ‘urbanização’ ou ‘desenvolvimento comunitário’” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.68).

A evitação ao contato social mais estreito com os membros do grupo de outsiders tem as características emocionais do “medo da poluição” e da ameaça de uma “infecção anômica” (ELIAS; SCOTSON, 2000). O estigma evidencia algo que extrapola a atitude de prejulgamento e ocupa terreno do desonroso e indigno, “pressupõe a contaminação, o contágio, a transmissão, tornando urgente e necessário o isolamento do agente contaminador. Esta ideia de contágio parte em alguma medida da crença de que algo foi herdado ou adquirido no convívio social” (SCHILLING; MIYASHIRO, 2008, p.248).

Por conseguinte, o contato mais íntimo de um membro do grupo estabelecido com os outsiders leva-o a ficar sob suspeita de estar rompendo com as normas e tabus do seu

grupo (ELIAS; SCOTSON, 2000). Esta consideração é especialmente interessante para se pensar e analisar a relação que se estabelece entre os moradores estabelecidos dos municípios do Oeste paulista com aqueles residentes que estão freqüentemente mais próximos dos visitantes dos detentos e cujo contato ultrapassa a relação estritamente profissional.

Esta é a situação relatada por uma proprietária de pensão – que tem como público alvo visitantes de detentos – e cabeleira residente do município de Pacaembu:

(...) No banco o gerente já falou: ‘tanta coisa para você trabalhar e você foi querer mexer com *esse tipo de gente*²¹’ (Entrevista realizada em 21/07/2010).

As opiniões que os estabelecidos têm sobre os outsiders, nos mais diversos contextos, não são expressões de ideias individualmente formadas,

formam-se no âmbito de uma troca de ideias contínua dentro da comunidade, no decorrer da qual os indivíduos exerciam considerável pressão uns sobre os outros, para que todos se conformassem à imagem coletiva da comunidade na fala e no comportamento (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.55).

Em adição, a ideologia de status superior do grupo estabelecido é, em muitos casos, disseminada e mantida por fluxos de fofocas que reproduzem todo e qualquer acontecimento que pode elevar a imagem do grupo de estabelecidos e de situações capazes de reforçar a imagem negativa do grupo de outsiders. Geralmente, os acontecimentos que combinam com a imagem ordinária dos outsiders são acolhidos e disseminados, enquanto aqueles que fogem do padrão creditado são contidos (ELIAS; SCOTSON, 2000).

²¹ Grifo da autora.

A fofoca não é um fenômeno independente; depende de normas, crenças coletivas e de relações comunitárias (ELIAS; SCOTSON, 2000). Pode-se, no entanto, discernir dois tipos diferentes de fofocas: depreciativa (*blame gossip*) e elogiosa (*pride gossip*) (ELIAS; SCOTSON, 2000). Estruturalmente esses dois tipos de fofocas são inseparáveis, estão ligadas à crença no carisma do próprio grupo e na desonra do grupo alheio (ELIAS; SCOTSON, 2000). As fofocas depreciativas visam, sobretudo, consolidar a má fama do grupo de outsiders. As fofocas elogiosas, por sua vez, buscam trazer boa fama para o próprio indivíduo e grupo de estabelecidos. É importante ressaltar que o elevado nível de coesão social é elemento substancialmente facilitador da disseminação das fofocas. Em grupos coesos, a fofoca, os intercâmbios de notícias e pontos de vistas têm efeito muito peculiar sobre as opiniões e crenças coletivas (ELIAS; SCOTSON, 2000). De forma semelhante, nesses municípios com unidades prisionais a sócio dinâmica da fofoca é edificadora de um grande imaginário popular criado em torno dos presídios e de seus visitantes.

De acordo com Elias e Scotson (2000) há em todo o mundo configurações da relação estabelecidos-outsiders, uma vez que as próprias condições de desenvolvimento das sociedades contemporâneas parecem direcionar para situações desse tipo (ELIAS; SCOTSON, 2000). Desta forma, nos mais diversos lugares “podemos descobrir variações dessa mesma configuração básica, encontros entre grupos recém-chegados, imigrantes, estrangeiros e grupos de residentes antigos” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.173). Os problemas sociais gerados pelo aspecto migratório da mobilidade social têm certa semelhança. Todavia,

Estamos mais acostumados a perceber as questões que lhe estão ligadas como uma multiplicidade de problemas sociais locais do que a encará-las como um problema sociológico. Os aspectos migratórios da mobilidade social são um exemplo disso. Às vezes, são concebidos simplesmente como aspectos geográficos: tudo o que parece acontecer é as pessoas se deslocarem fisicamente de um lugar para outro. Na realidade, elas sempre se deslocam de um grupo social para outro. Sempre têm que estabelecer novos relacionamentos com grupos já existentes. Têm que se acostumar com o papel de recém-chegados que tentam fazer parte de grupos com tradições já estabelecidas ou que são forçados a uma interdependência com eles, tendo que lidar com os problemas específicos desse novo papel. Muitas vezes lhes é atribuído o papel de outsiders em relação aos grupos estabelecidos e mais poderosos, cujos padrões, crenças, sensibilidades e costumes são diferentes dos seus (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.174).

De acordo com os autores, os membros do grupo estabelecido, e até mesmo os recém-chegados, não foram preparados para os, muitas vezes, súbitos problemas sociais de um mundo com uma mobilidade social cada vez mais acentuada, no qual há sempre o encontro de recém-chegados com velhos moradores.

Partindo dessas considerações, o referencial teórico de Goffman (1980) e Norbert Elias e John L. Scotson em *“Os Estabelecidos e os Outsiders”* (2000) indica possibilidades de investigação para o caso dos municípios com unidades prisionais: sendo os indivíduos que se encontram sob o regime de detenção um grupo, em si, socialmente estigmatizado, e sendo o fluxo de visitantes e de novos moradores em direção aos municípios com unidades prisionais do Oeste paulista formado, em sua maioria, por familiares dos mesmos, a condição de visitante acaba sendo também estigmatizada, pois eles estão, aos olhos da

população residente nesses municípios, indissociáveis do estigma relacionado à criminalidade.

Todavia, além dos aportes teóricos de Goffman (1980) e de Elias e Scotson (2000), as contribuições de Bauman (1999) sobre a temática do *estranho* são aqui consideradas como importantes para incrementar o quadro de análise da especificidade desse fenômeno “migratório” que cerca os municípios com unidades prisionais dessa região. Acredita-se que a incorporação das observações sobre o *estranho* realizadas por Bauman (1999) complementam e enriquecem a utilização do constructo teórico de *estabelecidos e outsiders*, como também da discussão sobre o estigma.

Bauman (1999) define o estranho como o sujeito que ocupa uma posição fronteira e possui uma identidade ambígua. Não é amigo e nem inimigo, mas pode ser ambos (BAUMAN, 1999). A oposição entre amigos e inimigos dispersa a dúvida, “torna o mundo legível e, com isso, instrutivo” (BAUMAN, 1999, p.63). A amizade e a inimizade são formas arquetípicas de toda sociação e constituem uma matriz de duas pontas:

ser amigo e ser inimigo são duas modalidades nas quais o *Outro* pode ser reconhecido como outro *sujeito*, construído como “um sujeito como o eu”, admitido no mundo em que o eu vive, ser considerado, tornar-se e permanecer relevante. Se não fosse pela oposição entre amigo e inimigo, nada disso seria possível (BAUMAN, 1999, p.64).

A sensação que melhor se adéqua ao momento atual é a sensação de incerteza (BAUMAN, 1999), que é acompanhada por um frenético movimento que visa colocar tudo em ordem para que se possa estabelecer um mundo no qual tudo tenha o seu devido lugar, instalando-se, desta forma, uma ordem segura (FREY, 2003). O antagonismo que suscita a oposição amigo-inimigo confere ordem a um mundo cada vez mais confuso e ambíguo.

Uma forma de reduzir a insegurança é combater todas as possibilidades de incerteza. O estranho é o ambíguo, portanto a personalização mais acessível do incerto (FREY, 2003); ele é a ameaça à clareza do mundo (SCHILLING; MIYASHIRO, 2008). O estranho rompe com a ordem confortável de pares de oposição claros e determinados, pois “oposições possibilitam o conhecimento e a ação: as indefinições os paralisam” (BAUMAN, 1999, p.64). A subdeterminação é a força do estranho e a sensação de incerteza que ele promove produz confusão e desconforto e pode carregar um grande senso de perigo. Assim, a ameaça que o estranho carrega é mais terrível que a ameaça que se pode temer de um inimigo, uma vez que

O estranho ameaça a própria sociação, a própria *possibilidade* de sociação. Ele desmascara a oposição entre amigos e inimigos como o *compleat mappa mundi*, como diferença que consome todas as diferenças e portanto não deixa nada de fora dela. Como essa oposição é o fundamento no qual se assenta toda a vida social e todas as diferenças que a constroem e sustentam, o estranho solapa a própria vida social. E tudo isso porque o estranho não é nem amigo nem inimigo – e porque pode ser ambos. E porque não sabemos nem temos como saber qual é o caso (BAUMAN, 1999, p.64).

Os estranhos ocorrem em uma variedade de tipos e conseqüências desiguais. Alguns estranhos são apenas os “não familiares”, outros, no entanto, são, a princípio, os indefiníveis, “os verdadeiros híbridos, os monstros – não apenas *não classificados*, mas *inclassificáveis*” (BAUMAN, 1999, p.68). Esse tipo de estranho desmascara a frágil artificialidade da divisão. Nestes moldes,

o estranho, com efeito, é alguém que se recusa a ficar confinado à terra “longínqua” ou a se afastar da nossa e, assim, *a priori* desafia o expediente fácil da segregação espacial ou temporal. O estranho entra no mundo real e se estabelece aqui, tornando-se assim *relevante* – (...) – quer seja amigo ou não. Ele entrou no mundo da vida sem ser convidado, com isso lançando-me no objeto da ação de que ele é o sujeito – tudo isso é marca notória do *inimigo*. Mas ao contrário de outros inimigos “sinceros”, este não é mantido a uma distância segura nem do outro lado da linha de batalha. Pior ainda, ele reivindica o direito de ser objeto de responsabilidade – o

bem conhecido atributo do amigo. Se lhe impomos a oposição amigo/inimigo, ele fica ao mesmo tempo sub e sobredeterminado. E assim, por extensão, expõe o fracasso da própria oposição (BAUMAN, 1999, p.68-69).

Esta situação que o estranho suscita é uma ameaça constante à ordem do mundo (BAUMAN, 1999). Porém, não é a única: “ele entrou no reino do mundo da vida num momento que pode ser localizado no tempo com exatidão” (BAUMAN, 1999, p.69). Desta forma, a memória do evento da chegada do estranho constitui sua presença como um evento histórico, mais do que um fato natural.

Este fato é especialmente curioso quando voltamos o nosso foco de análise para os municípios com unidades prisionais do Oeste paulista: a instalação de unidades prisionais nesses municípios, e os subsequentes desdobramentos, “novos moradores” e fluxo frequente de visitantes, constitui um evento histórico que marca a chegada de estranhos. Sendo um evento histórico com começo, a presença do estranho sempre tem o potencial de terminar (BAUMAN, 1999). No entanto, mais uma vez, no caso do objeto de estudo em questão, o fim da presença do estranho está intimamente condicionado à presença da unidade prisional no município; é uma união que não pode ser desfeita. Assim, o estranho que se recusa a ir embora transforma a sua residência temporária em território doméstico, mas preserva, ao menos em teoria, a liberdade de ir, tendo, portanto, uma capacidade de ver as condições locais com equidade que os residentes nativos muitas vezes não se podem permitir (BAUMAN, 1999). Por conseguinte, “o compromisso declarado pelo estranho, a lealdade que promete, a dedicação que demonstra não são dignos de confiança” (BAUMAN, 1999, p.70).

O conhecimento da presença de familiares de presidiários no convívio cotidiano da cidade sinaliza uma transformação: o que antes era considerado terreno seguro, torna-se um território inseguro e tenso (SCHILLING; MIYASHIRO, 2008), uma vez que os familiares e visitantes dos detentos aguçam a sensação de incerteza. Assim, o estigma parece ser uma arma oportuna na defesa contra a importuna ambiguidade do estranho (BAUMAN, 1999). Como já demonstrado, uma maneira de neutralizar a inerente e perigosa incongruência do estranho é desacreditá-lo, representando suas características exteriores, visíveis e fáceis de identificar como sinais de qualidades duvidosas e por essas razões ainda mais perigosas (BAUMAN, 1999). Esta é, portanto, a instituição social do estigma, a qual serve “eminente à tarefa de imobilizar o estranho na sua identidade de Outro excluído” (BAUMAN, 1999, p.78). Ainda,

O estigma parece ser uma arma conveniente na defesa contra a importuna ambiguidade do estranho. A essência do estigma é enfatizar a diferença; e uma diferença que está em princípio além do conserto e que justifica portanto a permanente exclusão. Com efeito, tais sinais exteriores de um interior supostamente mórbido são em geral escolhidos por não cederem facilmente às habilidades cosméticas humanas (BAUMAN, 1999, p.77).

Logo, o problema do estranho está em grande parte relacionado à formação de sua identidade. A ambiguidade de suas identidades os coloca em uma posição de “indefinível” (BAUMAN, 1999). No caso do estudo dos municípios com unidades prisionais, os familiares e visitantes dos detentos são encarados como sujeitos que não estão nem do “lado de lá” (detenção) nem do “lado de cá” (“boa sociedade”), desfrutando, portanto, de uma condição que causa estranheza, mal-estar e curiosidade. Desta forma, a ambiguidade de suas identidades traduz-se em algo aterrador aos olhos daqueles que vivenciam cotidianamente o medo e a insegurança diante da criminalidade (SCHILLING;

MIYASHIRO, 2008). Além de identidade ambígua, os familiares e visitantes dos detentos estão também em outra posição ambivalente, uma vez que eles não compartilham a história do grupo desses pequenos municípios do Oeste paulista, mas fazem-se presentes nesses lugares, compartilhando o presente e, possivelmente o futuro (FREY, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito dos mais visíveis aspectos políticos e burocráticos que estão por trás da instalação de unidades prisionais, pouca atenção é dada aos não tão evidentes aspectos demográficos. Este trabalho procurou discutir, através de uma perspectiva demográfica, a trama de relações existente entre instalação de unidades prisionais em pequenos municípios e migração.

A instalação de unidades prisionais no Oeste paulista indica processos recentes na configuração das migrações em distintos espaços. Assim, os municípios aqui estudados têm se deparado com uma realidade diferente daquela até então vivenciada; com economias engessadas e recursos escassos foram alvos de políticas explícitas do governo Estadual: busca de municípios parceiros no processo de expansão da base física do sistema penitenciário paulista.

Este trabalho focaliza a contribuição da instalação de presídios em municípios pequenos que passaram por processos emigratórios e que buscam maiores recursos financeiros, através da instalação de unidades prisionais. Nesse contexto, a consequente migração compulsória de detentos ajuda a tampar os buracos deixados pelo desenvolvimento desigual do Estado.

Como demonstrado no Capítulo 2, grande parte dos municípios com unidades prisionais do Oeste apresentam PIB e PIB *per capita* bem abaixo das médias do conjunto do Estado, o que expressa baixa geração de riquezas. Tendo em mente que, no período 2000/2003, a produção de álcool cresceu – em muitas das regiões estudadas, mais de 10% a.a.

– é de se supor que parte considerável dos empregos é gerada por essa atividade. A indústria é praticamente inexpressiva nesses municípios e o comércio, junto com a agricultura, concentram os maiores números de empregos. Em adição ao modesto desempenho econômico, as regiões e os municípios com unidades prisionais também demonstram modesta performance demográfica. Em 2010, a população das 11 regiões de governo representava 9,2% da população total do Estado de São Paulo, e considerando apenas os municípios com unidades prisionais, a população destes contabiliza 5,1% do Estado. Porém, vale destacar que, com exceção de municípios como Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, que são praticamente irrelevantes para a análise, uma vez que concentram os maiores volumes populacionais, os demais 29 municípios com unidades prisionais são responsáveis por apenas 1,8% do total populacional do Estado de São Paulo. A população de detentos, por sua vez, em 2011, corresponde aos modestos 2,79% do total da população dos 34 municípios com unidades prisionais e, quando comparada com a população do Estado, corresponde a 0,14%.

Estas informações servem para ilustrar que a atitude que esteve envolvida na elaboração dessa dissertação foi de encontro com a seguinte afirmação: “os dados sociais [e aqui também podem ser considerados os dados demográficos]²² podem ser sociologicamente [e demograficamente]²³ significativos sem ter significação estatística e podem ser estatisticamente significativos sem ter significação sociológica [demográfica]²⁴” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.59).

²² Idem.

²³ Idem.

²⁴ Idem.

No contexto migratório macro do Estado de São Paulo, o fluxo de detentos para os municípios do Oeste paulista pode ser observado como inexpressivo. Porém, quando se considera o micro, municípios e suas regiões, a população de detentos assume a sua importância. Os fenômenos que se originam dessa condição de “cidades carcerárias”, como o “inchaço artificial da população”, a população flutuante e as migrações temporárias só são relevantes na esfera daqueles municípios e regiões, mas são de fundamental importância para sinalizar pontos da dinâmica migratória Estadual. Sabe-se, como já mencionado, que no caso aqui estudado a migração é compulsória; o detento não escolhe o município de cumprimento de sentença, mas o Estado, representado por seus agentes, aponta o município que o sentenciado deve “viver”. Neste momento, propositalmente ou não, pode-se fixar essa população de detentos justamente em municípios pequenos, e nos quais a emigração ainda é um fenômeno frequente.

Na esfera cotidiana, apesar de os detentos estarem reclusos em uma unidade prisional, não tendo, portanto, nenhum contato direto no desenvolvimento das atividades do município, a população de visitantes – conceituada como população flutuante, que se faz frequentemente presente, sobretudo nos fins de semana, inflando os estabelecimentos de serviços das cidades –, e os que migram temporariamente – a aqueles que encontram alguma viabilidade em residir no município em que o familiar cumpre a pena – passam a ser uma população “permanentemente transitória”. É uma população sem face, sem identidade – o que não quer dizer que não sejam reconhecidos; são frequentemente reconhecidos pela denominação genérica grupal “mulher de preso”, “mãe de preso”, “pai de preso”, etc. –, transitória, de permanência individual consideravelmente breve que pode durar o final semana ou enquanto o ente preso estiver na unidade prisional do município,

porém permanente, de permanência grupal duradoura, enquanto existir unidade prisional existirá essa população que transita frequentemente pelo município, sem raízes, estão ou passam pelo município apenas por um infeliz acontecimento do destino.

Essa nova dinâmica não é de fácil adaptação, tanto para os residentes consolidados dos municípios, quanto para os visitantes e novos moradores. Os aportes teóricos apresentados no Capítulo 3 buscaram entender as contingências desse encontro a partir dos direcionamentos adquiridos nas pesquisas de campo. Quando Norbert Elias e Scotson (2000) afirmam que “a estigmatização dos outsiders exhibe traços comuns numa vasta gama de configurações de estabelecidos-outsiders” (p.27), nos municípios com unidades prisionais a relação que se estabelece entre os antigos residentes e essa população “permanentemente transitória” exhibe os traços comuns de uma configuração estabelecidos-outsiders: “outsiders são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.27). E é desta forma que os visitantes e novos moradores frequentemente são vistos.

O estigma em questão é o da prisão e do crime. Teme-se dessa população de “estranhos” o mesmo comportamento daqueles que estão presos. Nesses municípios, a sensação de insegurança passa a ser corrente e pode assumir a forma de uma fantasia coletiva. Principalmente para os mais conservadores, as piores mazelas criminais como drogas, golpes, assaltos e furtos foram geradas após a instalação dos presídios.

Todavia, acerca de um possível aumento da criminalidade, é prematuro e de senso comum afirmar que houve um aumento dos casos de crimes nesses municípios após a instalação dos presídios. As questões que emergem sobre criminalidade não foram em

nenhum momento o objetivo dessa dissertação, porém é impossível estudar a temática dos presídios em pequenos municípios sem fazer algumas reflexões sobre o assunto. É importante ter em mente que um possível aumento no número de ocorrências policiais não significa necessariamente no aumento da violência, uma vez que muitas das ocorrências registradas em uma delegacia de polícia dos municípios estão exclusivamente restritas aos muros da unidade prisional. Necessita-se, portanto, de um estudo cuidadoso que contemple essa temática. Tal estudo deve buscar conhecer as taxas de criminalidade e taxas de criminalidade por ocorrências antes e após a instalação dos presídios, e deve, ainda, traçar comparativos das informações entre os municípios, regiões, Estado e país.

Acredita-se, também, que seria de grande importância um estudo que busque apreender as características das famílias de detentos que chegam aos municípios, buscando conhecer as suas principais demandas e sua inserção na sociedade local.

Logo, pesquisas que aprofundem os estudos sobre as contingências demográficas e sociais que estão envolvidas no recente processo de instalação de presídios e da migração de detentos e familiares, poderiam elucidar os aspectos que não puderam ser explorados neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACILA, C. R. **Estigmas: um estudo sobre o preconceito**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.

BAENINGER, R. **Região Metr pole e Interior: espaos ganhadores e espaos perdedores nas migraes recentes: Brasil, 1980-1996**. 1999. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BAENINGER et al. **Polos Regionais**: Bauru, São José do Rio Preto, Araatuba e Presidente Prudente (Por Dentro do Estado de São Paulo, v.4). Campinas: NEPO/NEPP/IE-UNICAMP; 2010. 315 p.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CESCON, F. R. P; BAENINGER, R. “Cidades Carcerrias”: Migrao e Presídios em Regiões de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2010.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: a sociologia das relaes de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FREY, L. R. **A Trajetória do Estranho: percepo e compreensão do estranho na teoria social contemporânea**. Dissertao (mestrado), Campinas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2003.

FUNDAO IBGE. **Censo Demográfico 2010** – Sinopse do Censo 2010. Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>>. Acessado em: 02/06/2011.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos: do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**. 2007. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2007.

GODINHO, R.E. Projeo da Populao flutuante: uso de variáveis sintomáticas. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. ABEP. Olinda, 1988.

GÓES, E; MAKINO, R. L. As unidades prisionais do Oeste Paulista: implicaes do aprisionamento e do fracasso da tentativa da sociedade de isolar por completo parte de si mesma. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n.19, p.163-173, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulao da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GONÇALVES, M. F. **As Engrenagens da Locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 339 f, 1998.

MENDES et al., Transferências Intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma, **Texto para Discussão 40**, Consultoria Legislativa do Senado Federal: Brasília, 2008. Disponível em < http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD40-MarcosMendes_RogérioBoueri_FernandoB.Cosio.pdf>. Acessado em: 11/06/2011.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL, Execução Penal, 2008. Disponível em: < <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJC4D50EDBPTBRIE.htm>>. Acessado em: 20/06/2011.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL, Execução Penal, 2010. Disponível em: < <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJC4D50EDBPTBRIE.htm>>. Acessado em: 20/06/2011.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA (OBS), 2011. Disponível em: <www.observatoriodeseguranca.org>. Acessado em: 24/05/2011.

SCHILLING, F; MIYASHIRO, S, G. Como Incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p.243-254, 2008.

SALLA, F. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Ano 1, Edição 1, p.72-90, 2007

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA (SAP), 2011. Disponível em: <www.sap.sp.gov.br>. Acessado em: 20/05/2011.

SILVESTRE, G. Os caminhos da política penitenciária no Estado de São Paulo: O caso de Itirapina. In: XIX Congresso de Iniciação Científica da Unesp, 2007, Araraquara. **Anais do XIX Congresso de Iniciação Científica da Unesp**, 2007.

_____. O Impacto Socioeconômico das unidades prisionais no interior paulista: o caso de Itirapina. **Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão**, ANPUH/SP, USP, São Paulo, 2008.

SOUSA, A. A. A Formação Histórica do Oeste Paulista: alguns apontamentos sobre a introdução da migração japonesa. **Geografia em Atos**, n. 8, v. 1. UNESP, Presidente Prudente, 2008.

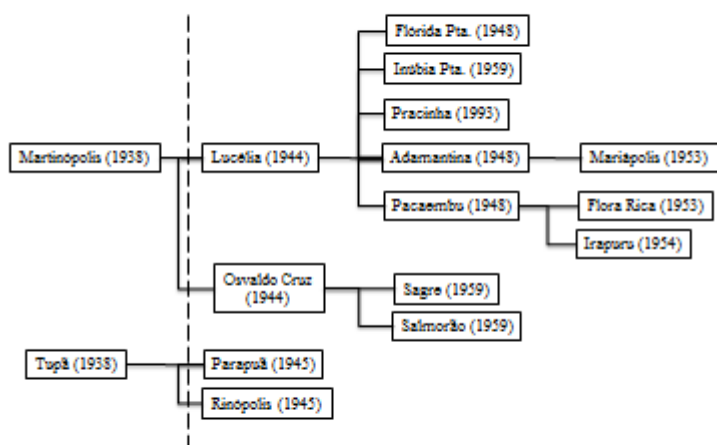
VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VICENTE, C. M. O direito á convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. KOLOUSTIAN, Silvio Manoug (organizador) IN: **Família brasileira, a base de tudo**. 4.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000.

ANEXOS

Anexo 1 – Desmembramentos Municipais Região de Governo de Adamantina, 1944/1954

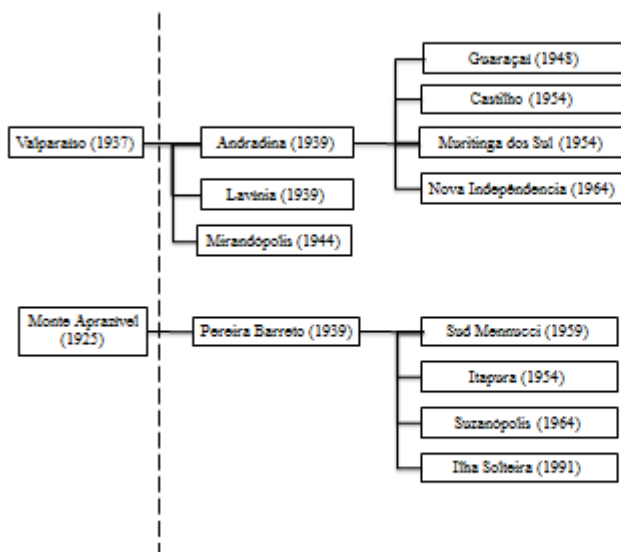
RG Adamantina



Fonte: Fundação SEADE. Memória das Estatísticas Demográficas. Disponível em:
<<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=prin>>. Acesso em: 20/05/2011.

Anexo 2 – Desmembramentos Municipais Região de Governo de Andradina, 1939/1991

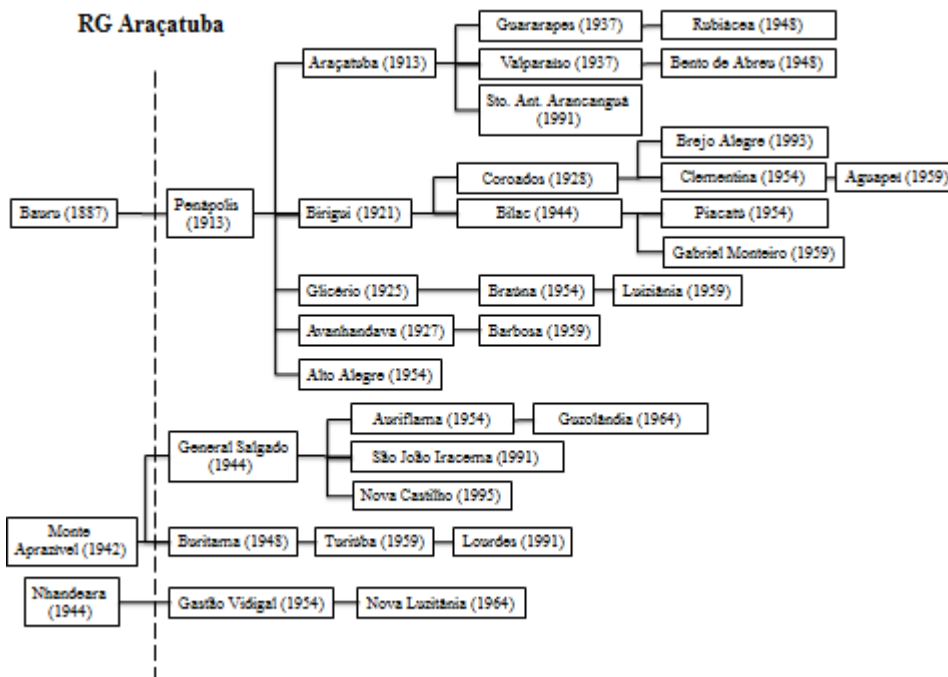
RG Andradina



Fonte: Fundação SEADE. Memória das Estatísticas Demográficas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=prin>>. Acesso em: 20/05/2011.

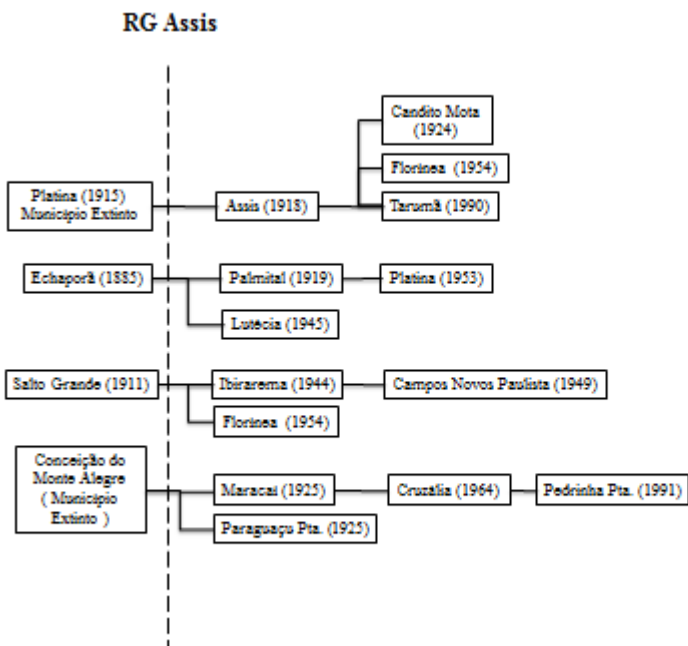
Anexo 3 – Desmembramentos Municipais Região de Governo de Araçatuba, 1913/1991

RG Araçatuba



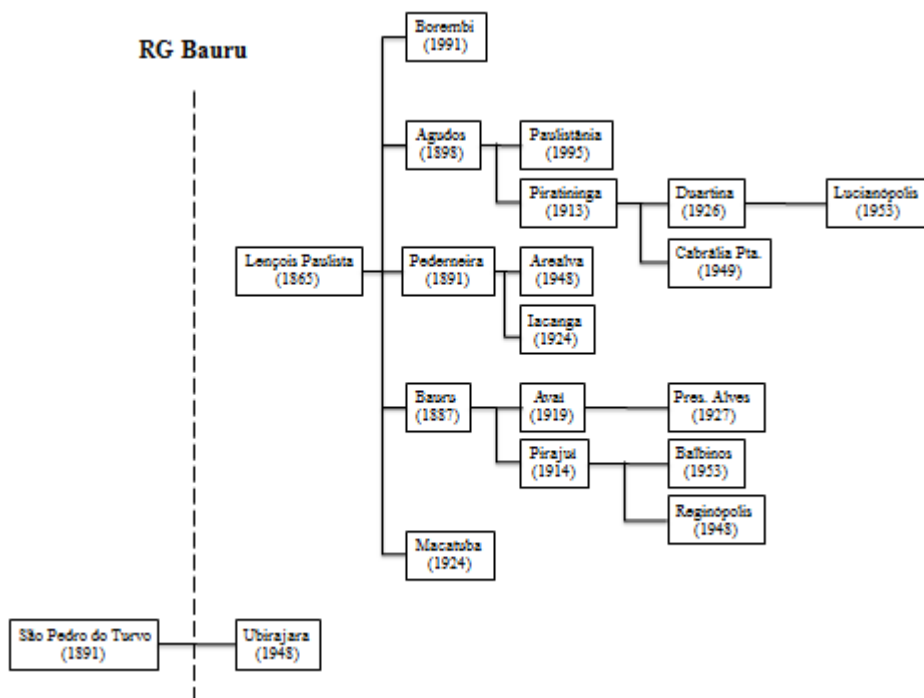
Fonte: Fundação SEADE. Memória das Estatísticas Demográficas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=prin>>. Acesso em: 20/05/2011.

Anexo 4 – Desmembramentos Municipais Região de Governo de Assis, 1918/1991



Fonte: Fundação SEADE. Memória das Estatísticas Demográficas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=prin>>. Acesso em: 20/05/2011.

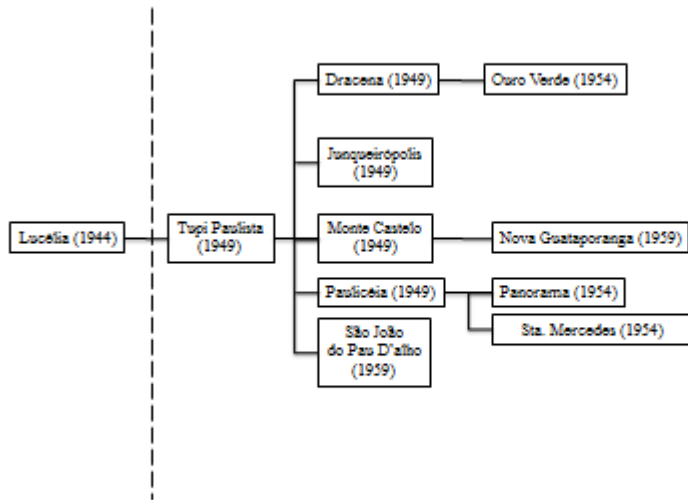
Anexo 5 – Desmembramentos Municipais Região de Governo de Bauru, 1865/1953



Fonte: Fundação SEADE. Memória das Estatísticas Demográficas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=prin>>. Acesso em: 20/05/2011.

Anexo 6 – Desmembramentos Municipais Região de Governo de Dracena, 1944/1959

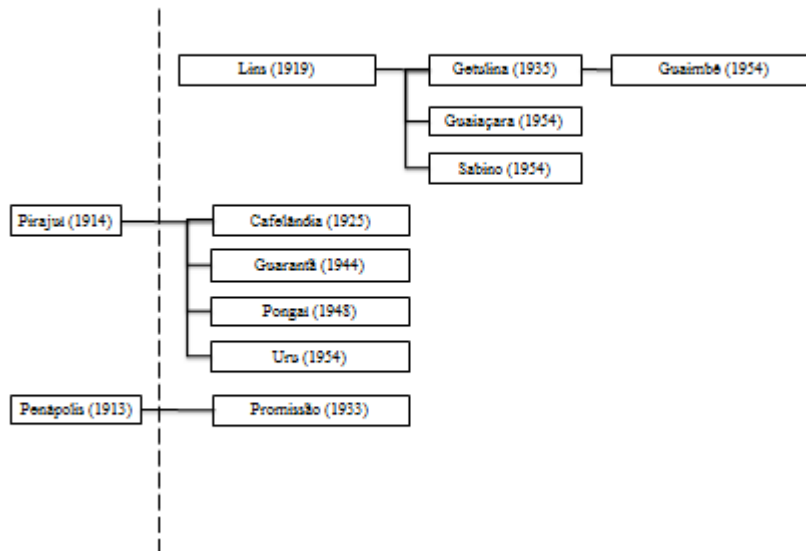
RG Dracena



Fonte: Fundação SEADE. Memória das Estatísticas Demográficas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=prin>>. Acesso em: 20/05/2011.

Anexo 7 – Desmembramentos Municipais Região de Governo de Lins, 1914/1954

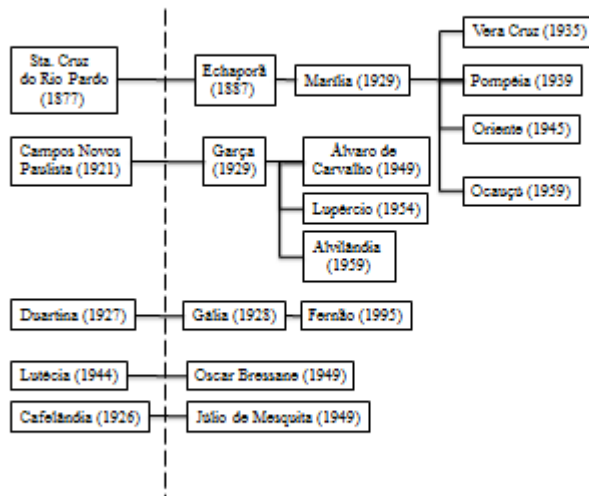
RG Lins



Fonte: Fundação SEADE. Memória das Estatísticas Demográficas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=prin>>. Acesso em: 20/05/2011.

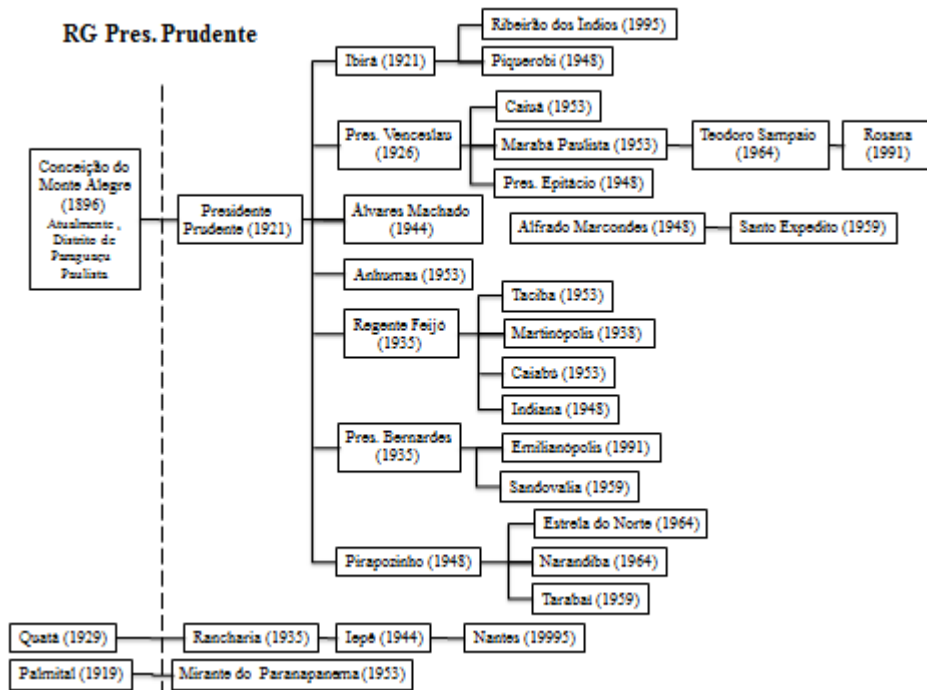
Anexo 8 – Desmembramentos Municipais Região de Governo de Marília, 1877/1959

RG Marília



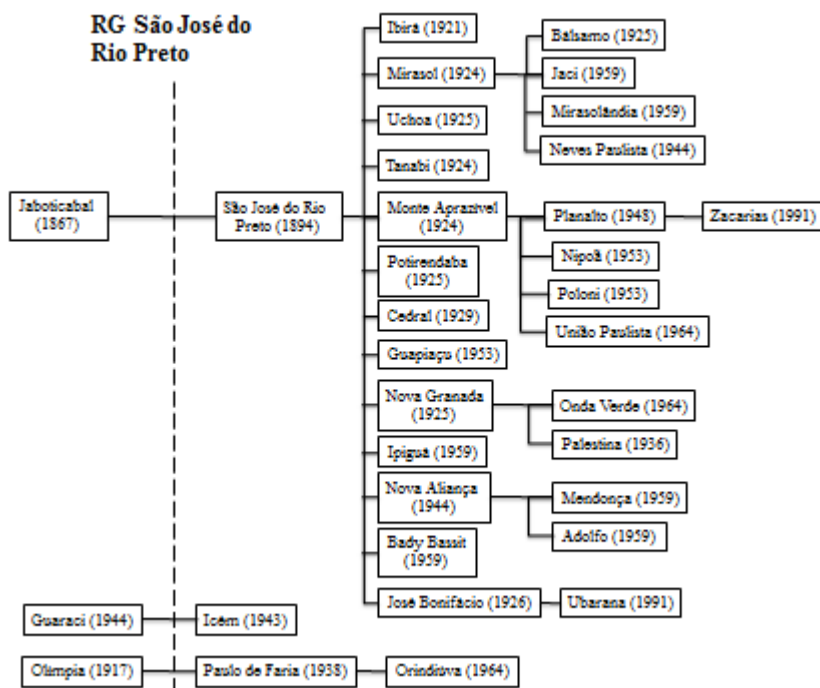
Fonte: Fundação SEADE. Memória das Estatísticas Demográficas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=prin>>. Acesso em: 20/05/2011.

Anexo 9 – Desmembramentos Municipais Região de Governo de Presidente Prudente, 1921/2000



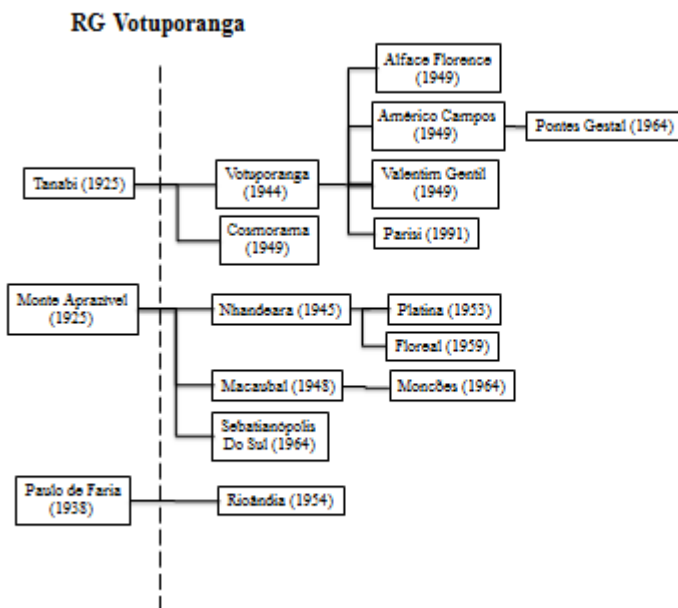
Fonte: Fundação SEADE. Memória das Estatísticas Demográficas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=prin>>. Acesso em: 20/05/2011.

**Anexo 10 – Desmembramentos Municipais
Região de Governo de São José do Rio Preto, 1894/2000**



Fonte: Fundação SEADE. Memória das Estatísticas Demográficas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=prin>>. Acesso em: 20/05/2011.

**Anexo 11 – Desmembramentos Municipais
Região de Governo de Votuporanga, 1925/1964**



Fonte: Fundação SEADE. Memória das Estatísticas Demográficas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=prin>>. Acesso em: 20/05/2011

Anexo 12 - Produto Interno Bruto Total e Produto Interno Bruto *per capita* segundo Municípios.

Regiões de Governo e Municípios do Oeste Paulista, 2000/2008

Regiões de Governo e Municípios	PIB (em milhões de reais)		PIB <i>per capita</i> (em reais)	
	2000	2008	2000	2008
RG Adamantina	656,06	1.399,17	5.041,50	9.939,34
Adamantina	180,69	443,97	5.379,70	12.918,76
Flora Rica	9,45	29,19	4.367,90	14.282,92
Flórida Paulista	45,31	127,50	4.113,17	9.427,44
Inúbia Paulista	18,98	46,10	5.724,19	12.146,81
Irapuru	23,63	50,98	3.191,23	6.501,24
Lucélia	95,96	190,62	5.229,81	9.475,45
Mariápolis	13,32	27,34	3.484,10	7.018,40
Osvaldo Cruz	192,83	309,96	6.493,57	9.897,51
Pacaembu	43,94	93,66	3.507,70	6.850,50
Pracinha	5,27	15,64	3.690,75	5.042,23
Sagres	10,87	22,84	4.483,41	9.721,68
Salmourão	15,80	41,38	3.594,37	8.715,42
RG Andradina	2.018,43	3.602,77	11.239,10	19.006,24
Andradina	426,07	746,20	7.699,33	13.205,94
Castilho	398,20	577,81	26.600,16	35.969,11
Guaraçá	46,59	91,28	5.215,40	10.508,68
Ilha Solteira	678,90	1.043,11	28.118,64	41.629,50
Itapura	20,03	45,58	5.212,22	11.582,07
Lavínia	33,18	83,61	6.491,76	9.238,25
Mirandópolis	122,15	227,43	4.692,11	8.516,44
Muritinga do Sul	21,26	35,88	5.338,15	8.414,40
Nova Independência	11,65	101,31	5.634,69	37.786,67
Pereira Barreto	206,06	470,50	8.244,86	18.955,90
Sud Menucci	37,46	117,25	5.079,33	14.519,70
Suzanópolis	16,88	62,82	6.030,15	16.914,10

(Continua)

RG Araçatuba	3.262,69	7.269,88	6.560,12	13.312,28
Alto Alegre	16,44	39,12	3.889,88	9.162,28
Araçatuba	1.261,76	2.723,58	7.407,59	15.035,53
Auriflama	67,12	149,75	4.949,14	10.473,34
Avanhandava	42,48	97,32	4.781,85	8.236,07
Barbosa	18,80	43,12	3.204,46	6.298,04
Bento de Abreu	27,68	49,38	11.564,21	16.860,45
Bilac	29,70	73,65	4.846,26	9.994,68
Birigui	567,12	1.258,66	5.935,93	11.499,80
Braúna	15,60	36,43	3.551,84	7.307,06
Brejo Alegre	13,63	32,90	5.854,41	12.903,34
Buritama	111,32	202,02	7.995,03	13.048,75
Clementina	24,85	55,54	4.568,82	8.575,15
Coroados	23,91	65,06	5.382,69	12.568,04
Gabriel Monteiro	23,98	60,99	8.746,67	22.562,17
Gastão Vidigal	13,49	33,90	3.779,46	8.326,36
Gal. Salgado	66,96	160,15	6.169,66	14.648,24
Glicério	22,72	48,22	5.116,96	10.621,55
Guararapes	241,67	519,88	8.338,71	17.570,19
Guzolândia	16,25	37,23	3.826,00	7.656,14
Lourdes	9,31	20,37	4.588,04	10.028,99
Luiziânia	17,91	46,35	4.183,63	9.157,73
Nova Castilho	9,14	26,12	9.185,90	23.511,44
Nova Lusitânia	10,54	26,08	3.826,09	7.047,51
Penápolis	339,15	837,83	6.161,23	14.156,65
Piacatu	19,97	46,27	4.311,97	8.571,92
Rubiácea	28,08	45,64	12.117,49	17.332,21
Santo Antonio Aracanguá	70,32	173,06	10.156,24	23.697,52
Santópolis do Aguapeí	20,94	37,42	5.491,29	8.910,84
São João Iracema	12,68	27,94	7.568,13	15.541,27
Turiúba	10,10	33,76	5.363,86	16.647,36
Valparaíso	109,04	262,12	5.829,61	11.826,02

(Continua)

RG Assis	1.626,74	3.596,08	7.181,82	14.495,82
Assis	557,89	1.093,82	6.340,34	11.192,79
Campos Novos Paulista	22,01	65,12	5.249,55	13.182,02
Cândido Mota	221,97	431,56	7.517,26	14.074,60
Cruzália	21,76	57,00	8.351,60	23.927,48
Florínia	50,81	95,75	16.211,61	33.211,26
Ibirarema	49,78	88,13	8.713,25	12.418,48
Lutécia	14,82	40,67	5.085,02	14.216,81
Maracaí	134,28	365,41	10.297,99	26.760,06
Palmital	192,50	360,27	9.240,74	16.235,87
Paraguaçu Paulista	197,24	600,21	4.932,10	13.564,44
Pedrinhas Paulista	39,74	70,30	13.803,74	24.049,40
Platina	16,46	55,13	5.738,78	16.411,14
Tarumã	107,48	272,72	9.934,10	20.737,74
RG Bauru	4.249,52	10.397,35	7.734,64	16.904,01
Agudos	307,26	620,68	9.415,68	17.302,49
Arealva	32,67	98,44	4.496,32	12.567,41
Avaí	18,36	45,26	3.997,12	8.839,07
Balbinos	5,85	20,01	4.438,94	4.563,65
Bauru	2.573,41	6.004,12	8.051,50	16.880,91
Borebi	9,59	29,34	4.876,88	12.688,26
Cabrália Pta.	27,04	103,05	5.745,04	23.420,03
Duartina	49,59	114,00	3.963,58	8.922,02
Iacanga	47,64	245,32	5.720,14	25.540,54
Lençóis Pta.	555,00	1.623,31	9.963,77	25.934,02
Lucianópolis	9,73	26,19	4.544,54	10.830,00
Macatuba	191,74	516,04	12.059,43	30.640,04
Paulistânia	7,06	22,01	3.934,52	11.596,34
Pederneiras	223,97	494,85	6.067,78	11.599,52
Pirajuí	82,94	184,08	4.110,49	8.361,91
Piratininga	48,07	92,12	4.516,45	7.762,05
Pres. Alves	20,30	58,94	4.716,14	13.092,94
Reginópolis	22,96	56,84	4.844,38	7.232,48
Ubirajara	16,31	42,76	3.927,15	9.618,55

(Continua)

RG Dracena	501,68	1.181,97	4.642,09	10.064,26
Dracena	216,73	496,76	5.344,41	11.292,91
Junqueirópolis	82,72	191,52	4.877,36	9.714,48
Monte Castelo	14,66	48,80	3.621,01	11.816,36
Nova Guataporanga	6,14	14,61	2.943,86	6.713,09
Ouro Verde	24,16	64,56	3.377,69	7.996,49
Panorama	55,80	121,48	4.063,44	8.376,80
Paulicéia	19,41	60,95	3.610,85	10.600,57
Santa Mercedes	9,34	23,63	3.346,42	9.030,34
São João do Pau d'Alho	10,34	22,69	4.833,30	10.354,08
Tupi Paulista	62,39	136,96	4.713,45	9.578,79
RG Lins	955,28	2.954,64	6.162,62	17.384,93
Cafelândia	71,25	169,58	4.501,45	10.155,30
Getulina	43,76	88,84	4.213,66	8.139,68
Guaiçara	35,81	104,02	3.811,88	9.431,19
Guaimbê	22,57	33,64	4.331,07	7.027,43
Guarantã	22,75	101,67	3.569,95	15.283,39
Lins	484,81	1.575,69	7.298,32	21.713,35
Pongáí	17,14	38,49	4.632,31	10.902,81
Promissão	220,04	764,84	7.028,42	20.673,11
Sabino	29,46	42,46	5.921,21	7.890,78
Uru	7,68	35,41	5.455,67	25.347,93
RG Marília	2.107,17	4.561,80	6.661,41	13.363,80
Álvaro de Carvalho	13,49	38,30	3.233,51	7.806,09
Alvilândia	11,30	26,47	3.955,65	9.231,13
Echaporã	36,99	68,57	5.391,46	10.886,37
Fernão	6,22	17,82	4.395,85	11.770,73
Gália	36,01	64,88	4.622,61	9.606,03
Garça	252,98	574,46	5.846,54	13.237,91
Júlio Mesquita	12,62	29,19	3.014,96	6.474,33
Lupércio	21,10	44,14	4.977,34	10.068,01
Marília	1.443,13	3.056,84	7.227,11	13.679,94
Ocaçu	18,72	43,40	4.506,44	10.027,66
Oriente	19,45	49,23	3.339,61	7.764,19
Oscar Bressane	11,16	26,39	4.372,04	10.390,04
Pompéia	171,15	429,18	9.388,10	21.461,06
Vera Cruz	52,83	92,92	4.764,73	9.232,48

(Continua)

RG Presidente Prudente	3.635,37	8.012,57	6.569,33	13.725,23
Alfredo Marcondes	14,06	33,87	3.789,22	8.414,03
Álvares Machado	79,68	179,01	3.478,41	7.554,93
Anhumas	12,72	34,65	3.717,60	8.883,71
Caiabu	15,25	32,48	3.727,59	7.864,84
Caiuá	20,05	80,72	4.719,98	15.132,20
Emilianópolis	10,17	25,67	3.517,90	8.126,30
Estrela do Norte	9,03	25,90	3.452,13	10.402,29
Euclides da Cunha Paulista	28,00	59,43	2.730,07	5.838,35
Iepê	33,36	111,36	4.611,93	14.266,48
Indiana	16,83	33,92	3.398,28	7.108,43
Marabá Paulista	21,30	47,75	5.737,08	8.251,20
Martinópolis	104,04	224,45	4.620,08	8.886,96
Mirante do Paranapanema	45,37	110,81	2.787,13	6.167,53
Nantes	11,54	79,95	5.102,82	30.432,33
Narandiba	15,93	98,67	4.210,95	23.884,13
Piquerobi	14,63	33,28	4.188,66	8.861,02
Pirapozinho	152,85	386,29	6.892,61	15.473,85
Presidente Bernardes	50,77	116,46	3.443,49	7.598,56
Presidente Epitácio	184,63	361,37	4.663,97	8.862,55
Presidente Prudente	1.658,94	3.182,33	8.698,35	15.435,91
Presidente Venceslau	173,43	383,50	4.633,93	9.995,29
Rancharia	173,35	598,46	5.999,82	20.538,95
Regente Feijó	95,01	248,18	5.546,63	14.044,46
Ribeirão dos Índios	10,52	25,45	4.714,69	11.016,02
Rosana	261,15	691,69	10.678,60	35.602,93
Sandovalina	75,30	148,61	24.034,49	44.203,96
Santo Anastácio	86,66	194,10	4.166,97	9.157,76
Santo Expedito	8,00	24,34	3.142,86	8.340,84
Taciba	117,32	217,74	22.342,23	38.626,55
Tarabaí	18,95	42,72	3.235,90	6.668,17
Teodoro Sampaio	116,56	179,42	5.806,87	8.500,40

(Continua)

RG São José do Rio Preto	5.168,81	11.805,38	7.870,54	15.898,93
Adolfo	27,37	70,53	7.375,35	19.006,77
Bady Bassit	54,67	166,02	4.584,07	11.945,33
Bálsamo	31,31	105,39	4.244,45	12.930,26
Cedral	33,11	139,54	4.895,15	17.186,74
Guapiaçu	202,88	463,49	14.179,26	26.345,15
Ibirá	47,61	101,72	5.014,50	9.254,15
Icém	37,58	91,79	5.513,77	14.007,97
Ipiruá	14,79	32,29	4.165,79	7.717,82
Jaci	25,75	131,31	6.169,89	24.195,99
José Bonifácio	185,72	562,38	6.394,84	17.454,90
Mendonça	16,82	39,29	4.454,16	9.405,39
Mirassol	337,29	707,52	6.895,82	13.017,88
Mirassolândia	14,49	29,22	3.826,35	6.735,50
Monte Aprazível	95,62	421,74	5.176,36	20.286,88
Neves Paulista	37,31	96,00	4.170,82	10.546,88
Nipoã	12,95	37,85	3.927,93	9.394,26
Nova Aliança	22,61	64,76	4.704,72	12.672,34
Nova Granada	102,27	188,37	5.960,70	10.158,28
Onda Verde	39,40	155,77	11.418,35	39.405,39
Orindiúva	35,68	108,94	8.428,18	20.577,96
Palestina	49,76	120,81	5.464,91	10.832,32
Paulo de Faria	48,69	103,99	5.740,03	11.088,26
Planalto	18,41	54,89	5.002,62	12.923,64
Poloni	21,89	56,16	4.569,51	11.067,56
Potirendaba	57,53	184,55	4.164,09	12.300,84
SJR Preto	3.378,53	7.056,70	9.294,18	17.033,99
Tanabi	103,91	268,27	4.586,47	10.983,98
Ubarana	31,45	69,06	7.298,04	14.390,84
Uchôa	62,32	108,52	6.863,20	11.127,20
União Paulista	9,40	30,12	6.929,12	19.971,21
Zacarias	11,71	38,39	6.019,04	16.103,66

(Continua)

RG Votuporanga	826,52	2.065,95	5.305,96	12.626,76
Álvares Florence	17,20	54,66	4.028,18	13.943,91
Américo de Campos	21,07	44,25	3.766,27	8.041,34
Cardoso	51,26	110,18	4.433,71	9.472,45
Cosmorama	32,98	80,62	4.491,71	11.400,86
Floreal	14,53	28,89	4.536,45	9.900,45
Macaubal	36,52	69,57	4.945,26	9.091,22
Magda	16,13	33,15	4.739,05	10.401,81
Monções	8,66	30,21	4.219,72	14.224,53
Nhandeara	47,60	126,29	4.674,44	11.773,85
Parisi	9,13	30,58	4.617,93	14.344,83
Pontes Gestal	13,92	94,12	5.543,25	36.809,01
Riolândia	38,90	81,83	4.516,85	7.894,58
Sebastianópolis do Sul	11,66	38,08	4.575,42	12.448,85
Valentim Gentil	52,53	134,25	5.982,44	13.489,48
Votuporanga	454,45	1.109,28	5.952,03	13.725,46

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 2000 e 2008.

**Anexo 13 – Evolução da População Total, Urbana e Rural e Grau de Urbanização
Regiões de Governo e Municípios do Oeste Paulista, 1970/2010**

Regiões de Governo e Municípios	População Total					População Urbana					População Rural					Grau de Urbanização				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010
RG Adamantina	149.036	137.726	130.726	130.165	137.520	69.723	79.534	99.666	109.774	117.561	79.313	58.192	31.060	20.391	19.959	46,78	57,77	76,24	84,33	85,49
Adamantina	31.798	32.036	32.088	33.484	33.787	21.951	24.250	27.616	30.356	31.939	9.847	7.786	4.472	3.128	1.848	69,03	75,69	86,06	90,66	94,53
Flora Rica	4.561	2.742	2.387	2.179	1.754	937	1.095	1.474	1.569	1.420	3.624	1.647	913	610	334	20,54	39,93	61,75	72,01	80,96
Flórida Paulista	17.741	15.197	12.543	11.118	12.843	6.418	6.669	8.242	8.992	10.133	11.323	8.528	4.301	2.126	2.710	36,18	43,88	65,71	80,88	78,90
Inúbia Paulista	5.238	4.309	3.368	3.318	3.627	1.585	1.703	2.464	2.764	3.174	3.653	2.606	904	554	453	30,26	39,52	73,16	83,30	87,51
Irapuru	12.058	9.773	8.272	7.464	7.786	4.879	4.829	5.392	5.634	5.504	7.179	4.944	2.880	1.830	2.282	40,46	49,42	65,18	75,48	70,69
Lucélia	20.472	18.697	19.275	18.311	19.877	11.173	12.597	15.688	15.694	17.215	9.299	6.100	3.587	2.617	2.662	54,58	67,37	81,39	85,71	86,61
Mariápolis	7.543	5.343	4.366	3.858	3.918	1.523	2.068	2.496	2.806	3.139	6.020	3.275	1.870	1.052	779	20,19	38,70	57,17	72,73	80,12
Osvaldo Cruz	23.377	26.071	28.880	29.641	30.915	13.904	17.586	23.578	26.135	27.780	9.473	8.485	5.302	3.506	3.135	59,48	67,45	81,64	88,17	89,86
Pacaembu	17.211	15.775	12.417	12.517	12.935	5.941	6.941	8.311	9.496	9.746	11.270	8.834	4.106	3.021	3.189	34,52	44,00	66,93	75,86	75,35
Pracinha	*	*	*	1.432	2.861	*	*	*	1.187	1.368	*	*	*	245	1.493	*	*	*	82,89	47,82
Sagres	4.083	3.008	2.660	2.441	2.399	535	717	1.211	1.579	1.822	3.548	2.291	1.449	862	577	13,10	23,84	45,53	64,69	75,95
Salmourão	4.954	4.775	4.470	4.402	4.818	877	1.079	3.194	3.562	4.321	4.077	3.696	1.276	840	497	17,70	22,59	71,45	80,92	89,68
RG Andradina	182.079	157.042	171.617	179.048	190.411	97.676	119.885	144.709	157.876	164.471	84.403	37.157	26.908	21.172	25.940	53,64	76,34	84,32	88,18	86,38
Andradina	51.688	47.580	52.322	55.134	55.300	43.515	41.978	47.446	50.811	51.613	8.173	5.602	4.876	4.323	3.687	84,19	88,22	90,68	92,16	93,33
Castilho	15.329	12.210	14.574	14.945	17.991	8.245	8.055	10.794	11.957	13.581	7.084	4.155	3.780	2.988	4.410	53,79	65,96	74,06	80,01	75,49
Guaraçaf	10.239	8.397	8.296	8.888	8.434	3.496	3.883	5.258	6.678	6.654	6.743	4.514	3.038	2.210	1.780	34,14	46,24	63,38	75,14	78,89
Ilha Solteira	*	*	*	23.976	25.060	*	*	*	23.199	23.513	*	*	*	777	1.547	*	*	*	96,76	93,83
Itapura	4.273	3.175	3.727	3.837	4.359	3.061	2.632	3.228	3.331	3.483	1.212	543	499	506	876	71,64	82,88	86,61	86,81	79,90
Lavínia	8.372	6.127	5.450	5.134	8.780	3.206	3.392	3.936	4.136	4.286	5.166	2.735	1.514	998	4.494	38,29	55,35	72,22	80,56	48,82
Mirandópolis	23.549	21.485	24.391	25.921	27.464	12.295	13.945	19.399	22.274	24.445	11.254	7.540	4.992	3.647	3.019	52,21	64,90	79,53	85,93	89,01
Muritinga do Sul	5.398	4.567	3.796	3.969	4.186	2.139	2.277	2.217	2.593	2.573	3.259	2.290	1.579	1.376	1.613	39,63	49,86	58,40	65,33	61,47
Nova Independência	2.052	1.865	1.992	2.062	3.063	713	978	1.278	1.503	2.441	1.339	887	714	559	622	34,75	52,44	64,16	72,89	79,69
Pereira Barreto	52.413	46.304	49.889	25.033	24.962	19.767	40.726	45.627	23.147	23.238	32.646	5.578	4.262	1.886	1.724	37,71	87,95	91,46	92,47	93,09
Sud Menucci	8.766	5.332	7.180	7.363	7.438	1.239	2.019	5.526	6.311	6.392	7.527	3.313	1.654	1.052	1.046	14,13	37,86	76,96	85,71	85,94
Suzanópolis	*	*	*	2.786	3.374	*	*	*	1.936	2.252	*	*	*	850	1.122	*	*	*	69,49	66,75

(Continua)

RG Araçatuba	344.220	238.102	294.288	330.016	366.090	140.468	81.728	268.355	313.064	351.358	63.420	39.944	25.933	16.952	14.732	40.81	34.32	91.19	94.86	95.98
Alto Alegre	7.473	6.088	4.808	4.266	4.106	1.825	2.202	2.615	3.021	3.238	5.648	3.886	2.193	1.245	868	24,40	36,20	54,40	70,80	78,86
Araçatuba	108.512	129.303	159.027	169.087	181.503	86.884	116.43	150.318	164.287	178.005	21.628	12.873	8.709	4.800	3.498	80,10	90,00	94,50	97,20	98,07
Auriflana	13.266	12.029	12.753	13.506	14.200	5.726	7.817	10.150	11.882	12.945	7.540	4.212	2.603	1.624	1.255	43,20	65,00	79,60	88,00	91,16
Avanhandava	5.974	6.407	7.940	8.820	11.302	3.720	4.769	6.835	8.092	9.555	2.254	1.638	1.105	728	1.747	62,30	74,70	86,10	91,70	84,54
Barbosa	4.871	5.584	5.385	5.833	6.588	2.463	3.440	3.901	4.872	5.571	2.408	2.144	1.484	961	1.017	50,60	61,60	72,40	83,50	84,56
Bento de Abreu	2.529	2.041	2.388	2.394	2.667	1.040	952	1.859	1.948	2.438	1.489	1.089	529	446	229	41,10	46,60	77,80	81,40	91,41
Bilac	5.938	5.333	5.456	6.082	7.041	2.527	3.601	4.404	5.367	6.475	3.456	1.732	1.052	715	566	42,20	67,50	80,70	88,20	91,96
Birigui	34.976	50.889	74.681	94.098	108.634	27.118	45.338	70.102	90.823	105.396	7.858	5.551	4.579	3.275	3.238	77,50	89,10	93,90	96,50	97,02
Braúna	5.038	4.552	4.270	4.382	5.017	2.011	2.301	2.824	3.415	4.387	3.027	2.251	1.446	967	630	39,90	50,60	66,10	77,90	87,44
Brejo Alegre	*	*	*	2.306	2.568	*	*	*	1.779	2.106	*	*	*	527	462	*	*	*	77,10	82,01
Buritama	10.019	11.582	12.705	13.843	15.409	5.634	9.410	11.284	12.625	14.518	4.385	2.172	1.421	1.218	891	56,20	81,30	88,80	91,20	94,22
Clementina	5.247	4.294	4.875	5.399	7.055	1.520	1.898	4.063	4.953	6.724	3.727	2.396	812	446	331	29,00	44,20	83,30	91,70	95,31
Coroados	6.592	5.643	5.997	4.411	5.232	1.935	2.896	3.853	3.304	4.237	4.657	2.747	2.144	1.107	995	29,40	51,30	64,20	74,90	80,98
Gabriel Monteiro	3.344	3.003	2.477	2.724	2.704	649	941	1.267	2.051	2.253	2.695	2.062	1.210	673	451	19,40	31,30	51,20	75,30	83,32
Gastão Vidigal	4.423	3.756	3.833	3.588	4.192	1.480	2.059	2.777	2.938	3.755	2.943	1.697	1.056	650	437	33,50	54,80	72,40	81,90	89,58
Gal. Salgado	16.591	11.497	12.888	10.819	10.670	3.476	4.553	9.006	8.745	9.086	13.115	6.944	3.882	2.074	1.584	21,00	39,60	69,90	80,80	85,15
Glicério	5.153	4.920	4.239	4.426	4.572	1.924	2.123	2.523	3.094	3.362	3.229	2.797	1.716	1.332	1.210	37,30	43,20	59,50	69,90	73,53
Guararapes	23.324	22.515	26.629	28.822	30.588	14.236	17.464	22.670	26.111	28.315	9.088	5.051	3.959	2.711	2.273	61,00	77,60	85,10	90,60	92,57
Guzolândia	7.605	4.311	5.040	4.301	4.752	1.295	2.367	3.363	3.369	4.019	6.310	1.944	1.677	932	733	17,00	54,90	66,70	78,30	84,57
Lourdes	*	*	*	2.004	2.120	*	*	*	1.550	1.742	*	*	*	454	378	*	*	*	77,30	82,17
Luiziânia	4.462	3.847	4.153	4.273	5.024	1.199	2.509	3.339	3.704	4.605	3.263	1.338	814	569	419	26,90	65,20	80,40	86,70	91,66
Nova Castilho	*	*	*	990	1.126	*	*	*	486	745	*	*	*	504	381	*	*	*	49,10	66,16
Nova Lusitânia	2.695	1.969	2.637	2.748	3.434	574	864	1.887	2.287	3.081	2.121	1.105	750	461	353	21,30	43,90	71,60	83,20	89,72
Penápolis	34.263	40.322	47.972	54.570	58.503	24.507	32.127	42.291	50.560	55.876	9.756	8.195	5.681	4.010	2.627	71,50	79,70	88,20	92,70	95,51
Piacatu	5.352	4.729	4.544	4.624	5.283	1.930	1.846	3.304	3.806	4.659	3.422	2.883	1.240	818	624	36,10	39,00	72,70	82,30	88,19
Rubiácea	3.376	2.203	2.632	2.340	2.724	811	834	1.213	1.270	1.560	2.565	1.369	1.419	1.070	1.164	24,00	37,90	46,10	54,30	57,27
Santo Antonio do Aracanguá	*	*	*	6.930	7.625	*	*	*	4.537	5.975	*	*	*	2.393	1.650	*	*	*	65,50	78,36
Santópolis do Aguapeí	3.596	3.468	3.842	3.816	4.280	1.881	1.852	3.457	3.587	4.133	1.715	1.616	385	229	147	52,30	53,40	90,00	94,00	96,57
São João de Iracema	*	*	*	1.671	1.782	*	*	*	1.158	1.454	*	*	*	513	328	*	*	*	69,30	81,59
Turiúba	4.993	3.999	3.752	1.897	1.932	1.204	1.858	2.429	1.493	1.581	3.789	2.141	1.323	404	351	24,10	46,50	64,70	78,70	81,83
Valparaíso	14.608	13.298	16.499	18.554	22.606	9.483	10.011	14.009	16.070	21.502	5.125	3.287	2.490	2.484	1.104	64,90	75,30	84,90	86,60	95,12

(Continua)

RG Assis	164.380	158.694	198.209	224.580	239.825	89.811	119.611	170.565	203.070	221.870	74.569	39.083	27.644	21.510	17.955	54.64	75,37	86,05	90,42	92,51
Assis	57.220	67.103	84.979	87.135	95.076	47.588	60.995	79.664	83.277	90.924	9.632	6.108	5.315	3.858	4.152	83,17	90,89	93,75	95,57	95,63
Campos Novos Paulista	4.148	3.736	4.015	4.179	4.534	1.209	1.778	2.463	2.987	3.524	2.939	1.958	1.552	1.192	1.010	29,15	47,58	61,34	71,48	77,72
Cândido Mota	23.583	19.707	25.344	29.241	29.891	9.298	13.518	21.689	26.514	28.103	14.285	6.189	3.655	2.727	1.788	39,43	68,59	85,58	90,67	94,02
Cruzália	7.478	4.716	5.247	2.611	2.268	476	2.025	3.146	1.595	1.501	7.002	2.691	2.101	1.016	767	6,37	42,94	59,96	61,09	66,18
Florínia	5.649	2.737	2.992	3.126	2.830	1.626	1.600	2.379	2.636	2.513	4.023	1.137	613	490	317	28,78	58,46	79,51	84,33	88,80
Ibirarema	5.507	4.834	5.484	5.699	6.711	2.290	3.199	4.432	5.091	6.199	3.217	1.635	1.052	608	512	41,58	66,18	80,82	89,33	92,37
Lutécia	4.417	3.004	2.646	2.895	2.703	1.111	1.337	1.510	2.143	2.150	3.306	1.667	1.136	752	553	25,15	44,51	57,07	74,02	79,54
Maracá	11.454	10.021	12.401	12.998	13.339	3.369	5.563	9.806	11.415	12.093	8.085	4.458	2.595	1.583	1.246	29,41	55,51	79,07	87,82	90,66
Palmital	20.066	17.099	18.636	20.681	21.245	8.321	10.903	13.833	16.776	19.487	11.745	6.196	4.803	3.905	1.758	41,47	63,76	74,23	81,12	91,73
Paraguaçu Paulista	21.892	23.465	33.643	39.559	42.244	13.858	17.792	29.883	36.570	38.285	8.034	5.673	3.760	2.989	3.959	63,30	75,82	88,82	92,44	90,63
Pedrinhas Paulista	*	*	*	2.858	2.933	*	*	*	2.312	2.476	*	*	*	546	457	*	*	*	80,90	84,42
Platina	2.966	2.272	2.822	2.867	3.189	665	901	1.760	2.119	2.511	2.301	1.371	1.062	748	678	22,42	39,67	62,37	73,91	78,74
Tarumã	*	*	*	10.731	12.862	*	*	*	9.635	12.104	*	*	*	1.096	758	*	*	*	89,79	94,11
RG Bauru	280.460	364.489	462.667	543.462	597.577	199.813	301.399	419.012	512.475	564.860	80.647	63.090	43.655	30.987	32.717	71,24	82,69	90,56	94,30	94,53
Agudos	18.543	24.482	31.560	32.459	34.511	12.803	19.712	27.897	30.668	32.979	5.740	4.770	3.663	1.791	1.532	69,00	80,50	88,40	94,50	95,56
Arealva	6.519	6.790	6.866	7.240	7.837	2.658	3.262	4.181	5.242	6.173	3.861	3.528	2.685	1.998	1.664	40,80	48,00	60,90	72,40	78,77
Avaf	5.252	5.358	4.651	4.597	4.957	1.684	1.961	2.452	3.197	3.329	3.568	3.397	2.199	1.400	1.628	32,10	36,60	52,70	69,50	67,16
Balbinos	1.116	1.173	1.219	1.312	3.929	278	437	763	1.061	1.190	838	736	456	251	2.739	24,90	37,30	62,60	80,90	30,29
Bauru	131.936	186.664	259.504	315.493	343.659	120.930	180.761	254.075	309.881	338.517	11.006	5.903	5.429	5.612	5.142	91,70	96,80	97,90	98,20	98,50
Borebi	*	*	*	1.927	2.292	*	*	*	1.473	1.999	*	*	*	454	293	*	*	*	76,40	87,22
Cabrália Pta.	3.267	3.453	3.860	4.648	4.368	1.548	1.778	2.838	3.985	3.780	1.719	1.675	1.022	663	588	47,40	51,50	73,50	85,70	86,54
Duartina	10.840	12.189	11.896	12.470	12.242	6.035	7.433	8.873	10.779	10.989	4.805	4.756	3.023	1.691	1.253	55,70	61,00	74,60	86,40	89,76
Iacanga	7.171	6.596	7.540	8.275	9.998	3.829	4.388	5.998	7.068	8.713	3.342	2.208	1.542	1.207	1.285	53,40	66,50	79,50	85,40	87,15
Lençóis Pta.	22.423	35.007	46.020	54.936	61.385	14.093	29.259	42.889	52.249	60.010	8.330	5.748	3.131	2.687	1.375	62,90	83,60	93,20	95,10	97,76
Lucianópolis	2.213	2.632	2.341	2.156	2.253	644	941	1.138	1.651	1.787	1.569	1.691	1.203	505	466	29,10	35,80	48,60	76,60	79,32
Macatuba	7.733	10.861	13.417	15.729	16.227	1.756	6.361	10.043	14.971	15.745	5.977	4.500	3.374	758	482	22,70	58,60	74,90	95,20	97,03
Paulistânia	*	*	*	1.778	1.780	*	*	*	998	1.212	*	*	*	780	568	*	*	*	56,10	68,09
Pederneiras	18.399	26.105	31.833	36.567	41.487	11.778	19.963	26.729	34.048	38.573	6.621	6.142	5.104	2.519	2.914	64,00	76,50	84,00	93,10	92,98
Pirajuf	20.344	19.422	18.842	20.083	22.718	11.801	13.156	15.522	16.257	18.506	8.543	6.266	3.320	3.826	4.212	58,00	67,70	82,40	80,90	81,46
Piratininga	10.232	10.054	9.638	10.575	12.066	5.003	5.833	6.741	8.849	10.342	5.229	4.221	2.897	1.726	1.724	48,90	58,00	69,90	83,70	85,71
Pres. Alves	5.117	4.858	4.511	4.319	4.122	1.537	1.820	3.049	3.317	3.430	3.580	3.038	1.462	1.002	692	30,00	37,50	67,60	76,80	83,21
Reginópolis	4.472	4.619	4.777	4.742	7.321	2.011	2.455	3.211	3.784	4.360	2.461	2.164	1.566	958	2.961	45,00	53,20	67,20	79,80	59,55
Ubirajara	4.883	4.226	4.192	4.156	4.425	1.425	1.879	2.613	2.997	3.226	3.458	2.347	1.579	1.159	1.199	29,20	44,50	62,30	72,10	72,90

(Continua)

RG Dracena	108.755	106.538	107.523	108.041	116.102	54.611	64.872	85.432	92.960	102.369	54.144	41.666	22.091	15.081	13.733	50,21	60,89	79,45	86,04	88,17
Dracena	35.347	35.912	39.527	40.491	43.244	25.128	28.740	34.659	37.145	39.928	10.219	7.172	4.868	3.346	3.316	71,09	80,02	87,68	91,74	92,33
Junqueirópolis	22.638	21.425	17.757	17.012	18.704	8.723	11.007	12.761	13.426	15.381	13.915	10.418	4.996	3.586	3.323	38,53	51,37	71,86	78,92	82,23
Monte Castelo	6.376	6.134	4.742	4.095	4.065	1.721	1.928	2.896	3.008	3.213	4.655	4.206	1.846	1.087	852	26,99	31,44	61,07	73,46	79,04
Nova Guataporanga	2.379	2.729	2.141	2.087	2.174	1.062	1.249	1.526	1.728	1.890	1.317	1.480	615	359	284	44,64	45,77	71,28	82,80	86,94
Ouro Verde	7.706	5.839	7.078	7.147	7.786	2.550	3.048	5.630	6.344	7.163	5.156	2.791	1.448	803	623	33,09	52,19	79,54	88,76	92,00
Panorama	6.568	8.019	12.260	13.636	14.596	3.449	5.708	10.606	12.653	14.161	3.119	2.311	1.654	983	435	52,51	71,18	86,51	92,79	97,02
Paulicéia	3.385	2.353	4.124	5.290	6.338	1.256	894	3.032	3.925	5.268	2.129	1.459	1.092	1.365	1.070	37,10	38,01	73,52	74,20	83,12
Santa Mercedes	4.903	4.137	2.997	2.805	2.835	1.874	1.507	2.042	2.233	2.461	3.029	2.630	955	572	374	38,22	36,43	68,13	79,61	86,81
São João do Pau d'Alho	3.733	3.604	2.824	2.185	2.104	950	1.163	1.670	1.615	1.706	2.783	2.441	1.154	570	398	25,45	32,27	59,14	73,91	81,08
Tupi Paulista	15.720	16.386	14.073	13.293	14.256	7.898	9.628	10.610	10.883	11.198	7.822	6.758	3.463	2.410	3.058	50,24	58,75	75,39	81,87	78,55
RG Lins	121.545	125.735	138.988	153.859	166.881	77.376	86.978	111.540	135.482	151.863	44.169	38.757	27.448	18.377	15.018	63,66	69,18	80,25	88,06	91,00
Cafelândia	17.592	17.514	15.409	15.789	16.598	8.532	9.054	9.437	13.053	14.411	9.060	8.460	5.972	2.736	2.187	48,50	51,69	61,24	82,67	86,82
Getulina	12.067	11.073	10.130	10.368	10.770	5.030	5.888	6.991	7.533	8.334	7.037	5.185	3.139	2.835	2.436	41,68	53,17	69,01	72,66	77,38
Guaíçara	5.174	5.307	6.337	9.179	10.650	1.991	2.405	4.607	8.042	9.679	3.183	2.902	1.730	1.137	971	38,48	45,32	72,70	87,61	90,88
Guaimbê	5.037	5.144	5.140	5.206	5.426	2.331	2.301	3.549	4.265	4.741	2.706	2.843	1.591	941	685	46,28	44,72	69,05	81,92	87,38
Guarantã	5.771	5.718	5.542	6.315	6.393	2.133	2.409	3.892	4.842	5.453	3.638	3.309	1.650	1.473	940	36,96	42,13	70,23	76,67	85,30
Lins	45.555	50.902	59.098	65.886	71.448	38.115	44.624	54.865	64.154	70.614	7.440	6.278	4.233	1.732	834	83,67	87,66	92,84	97,37	98,83
Pongaf	3.283	3.537	3.590	3.692	3.481	1.322	1.659	2.490	2.908	2.925	1.961	1.878	1.100	784	556	40,27	46,91	69,36	78,76	84,03
Promissão	20.544	20.115	27.831	31.073	35.645	15.593	15.803	21.981	25.609	30.048	4.951	4.312	5.850	5.464	5.597	75,90	78,56	78,98	82,42	84,30
Sabino	5.048	4.835	4.557	4.947	5.222	1.994	2.378	3.035	4.087	4.580	3.054	2.457	1.522	860	642	39,50	49,19	66,60	82,62	87,71
Uru	1.474	1.590	1.354	1.404	1.248	335	457	693	989	1.078	1.139	1.133	661	415	170	22,73	28,75	51,18	70,44	86,38
RG Marília	220.826	236.176	273.869	313.408	334.395	129.517	172.147	230.323	283.787	310.561	91.309	64.029	43.546	29.621	23.834	58,65	72,89	84,10	90,55	92,87
Álvaro de Carvalho	4.200	3.931	3.140	4.099	4.649	1.152	1.715	1.793	2.431	2.951	3.048	2.216	1.347	1.668	1.698	27,43	43,63	57,10	59,31	63,48
Alvilândia	3.020	3.479	2.553	2.834	3.001	1.208	1.354	1.899	2.428	2.694	1.812	2.125	654	406	307	40,00	38,91	74,38	85,67	89,77
Echaporã	7.684	5.674	6.294	6.822	6.318	2.236	3.316	4.142	5.182	5.032	5.448	2.358	2.152	1.640	1.286	29,10	58,44	65,81	75,96	79,65
Fernão	*	*	*	1.434	1.563	*	*	*	678	850	*	*	*	756	713	*	*	*	47,28	54,38
Gália	12.628	11.812	10.513	7.862	7.022	4.452	4.536	5.394	5.595	5.233	8.176	7.276	5.119	2.267	1.789	35,25	38,40	51,31	71,17	74,52
Garça	37.358	39.910	41.363	43.145	43.109	22.609	27.228	32.359	36.372	39.184	14.749	12.682	9.004	6.773	3.925	60,52	68,22	78,23	84,30	90,90
Júlio Mesquita	4.661	4.595	3.860	4.163	4.425	1.165	2.080	3.186	3.847	4.209	3.496	2.515	674	316	216	24,99	45,27	82,54	92,41	95,12
Lupércio	4.588	3.488	4.059	4.228	4.350	1.003	1.068	1.630	2.108	3.862	3.585	2.420	2.429	2.120	488	21,86	30,63	40,16	49,86	88,78
Marília	98.176	121.236	160.229	196.965	216.431	75.953	106.832	149.553	189.357	207.494	22.223	14.404	10.676	7.608	8.937	77,36	88,11	93,34	96,14	95,87
Ocaçu	5.955	4.839	4.304	4.165	4.164	1.246	1.469	2.066	2.915	3.325	4.709	3.370	2.238	1.250	839	20,92	30,37	48,00	69,99	79,85
Oriente	8.781	6.463	6.793	5.892	6.094	2.097	2.538	3.778	5.069	5.692	6.684	3.925	3.015	823	402	23,88	39,26	55,62	86,03	93,40
Oscar Bressane	4.199	3.076	2.542	2.552	2.541	1.069	1.090	1.620	1.927	2.103	3.130	1.986	922	625	438	25,46	35,43	63,73	75,51	82,76
Pompéia	17.877	16.240	17.184	18.162	19.951	9.563	12.050	14.912	16.714	18.562	8.314	4.190	2.272	1.448	1.389	53,49	74,20	86,78	92,03	93,04
Vera Cruz	11.699	11.433	11.035	11.085	10.777	5.764	6.871	7.991	9.164	9.370	5.935	4.562	3.044	1.921	1.407	49,27	60,10	72,42	82,67	86,94

(Continua)

RG Presidente Prudente	425.929	416.852	494.553	549.355	579.321	229.872	311.816	413.345	469.781	520.043	196.057	105.036	81.208	79.574	59.278	53,97	74,80	83,58	85,52	89,77
Alfredo Marcondes	6.867	4.318	3.503	3.695	3.890	2.019	2.107	2.289	2.671	3.254	4.848	2.211	1.214	1.024	636	29,40	48,80	65,30	72,30	83,65
Álvares Machado	17.305	14.594	18.790	22.622	23.492	6.441	8.894	15.278	20.061	21.167	10.864	5.700	3.512	2.561	2.325	37,20	60,90	81,30	88,70	90,10
Anhumas	5.609	3.415	3.247	3.409	3.736	1.023	1.438	1.874	2.506	3.057	4.586	1.977	1.373	903	679	18,20	42,10	57,70	73,50	81,83
Caiabu	7.012	3.689	3.852	4.075	4.067	1.243	1.172	2.380	3.113	3.311	5.769	2.517	1.472	962	756	17,70	31,80	61,80	76,40	81,41
Caiuá	5.271	2.958	3.335	4.183	5.031	1.238	1.241	1.456	1.765	1.927	4.033	1.717	1.879	2.418	3.104	23,50	42,00	43,70	42,20	38,30
Emilianópolis	*	*	*	2.893	3.024	*	*	*	2.191	2.497	*	*	*	702	527	*	*	*	75,70	82,57
Estrela do Norte	3.322	3.297	2.785	2.626	2.662	488	1.032	1.648	1.787	2.103	2.834	2.265	1.137	839	559	14,70	31,30	59,20	68,10	79,00
Euclides da Cunha Paulista	*	*	*	10.207	9.580	*	*	*	6.427	6.108	*	*	*	3.780	3.472	*	*	*	63,00	63,76
Iepê	12.586	9.345	10.005	7.258	7.626	4.544	5.989	7.563	5.959	6.774	8.042	3.356	2.442	1.299	852	36,10	64,10	75,60	82,10	88,83
Indiana	5.156	4.356	4.619	4.929	4.829	2.162	2.874	3.456	4.059	4.127	2.994	1.482	1.163	870	702	41,90	66,00	74,80	82,30	85,46
Marabá Paulista	7.041	3.877	3.507	3.697	4.801	1.083	1.279	1.899	2.047	2.137	5.958	2.598	1.608	1.650	2.664	15,40	33,00	54,10	55,40	44,51
Martinópolis	23.072	19.656	19.671	22.320	24.243	9.582	12.626	15.149	17.954	20.365	13.490	7.030	4.522	4.366	3.878	41,50	64,20	77,00	80,40	84,00
Mirante do Paranapanema	21.909	15.459	15.176	16.203	17.054	7.191	8.527	10.520	9.827	10.041	14.718	6.932	4.656	6.376	7.013	32,80	55,20	69,30	60,60	58,88
Nantes	*	*	*	2.272	2.705	*	*	*	1.661	2.429	*	*	*	611	276	*	*	*	73,10	89,80
Narandiba	4.008	3.518	3.144	3.737	4.287	738	1.513	1.921	2.278	3.104	3.270	2.005	1.223	1.459	1.183	18,40	43,00	61,10	61,00	72,40
Piquerobi	5.357	3.548	3.275	3.476	3.541	1.103	1.497	2.296	2.453	2.673	4.254	2.051	979	1.023	868	20,60	42,20	70,10	70,60	75,49
Pirapozinho	15.922	17.874	20.952	22.093	24.694	8.807	14.305	18.966	20.705	23.454	7.115	3.569	1.986	1.388	1.240	55,30	80,00	90,50	93,70	94,98
Presidente Bernardes	25.590	15.767	16.254	14.650	13.543	8.199	8.401	10.800	10.146	10.472	17.391	7.366	5.454	4.504	3.071	32,00	53,30	66,40	69,30	77,32
Presidente Eptácio	26.428	29.529	34.764	39.254	41.306	17.374	23.331	30.608	36.314	38.534	9.054	6.198	4.156	2.940	2.772	65,70	79,00	88,00	92,50	93,29
Presidente Prudente	105.707	136.425	164.980	188.949	207.461	92.711	129.255	159.701	184.997	203.209	12.996	7.170	5.279	3.952	4.252	87,70	94,70	96,80	97,90	97,95
Presidente Venceslau	25.976	30.072	36.038	37.335	37.909	18.490	26.648	34.281	34.543	36.269	7.486	3.424	1.757	2.792	1.640	71,20	88,60	95,10	92,50	95,67
Rancharia	22.041	23.284	26.869	28.754	28.767	14.486	17.902	23.010	24.973	25.796	7.555	5.382	3.859	3.781	2.971	65,70	76,90	85,60	86,90	89,67
Regente Feijó	10.366	11.037	14.899	16.977	18.491	6.186	8.004	12.225	15.247	17.043	4.180	3.033	2.674	1.730	1.448	59,70	72,50	82,10	89,80	92,17
Ribeirão dos Índios	*	*	*	2.221	2.187	*	*	*	1.759	1.850	*	*	*	462	337	*	*	*	79,20	84,59
Rosana	*	*	*	24.192	19.713	*	*	*	6.189	15.876	*	*	*	18.003	3.837	*	*	*	25,60	80,54
Sandovalina	3.090	2.748	2.409	3.082	3.695	973	1.120	1.642	1.746	2.578	2.117	1.628	767	1.336	1.117	31,50	40,80	68,20	56,70	69,77
Santo Anastácio	25.332	21.646	22.043	20.741	20.490	14.793	16.265	18.983	19.037	19.093	10.539	5.381	3.060	1.704	1.397	58,40	75,10	86,10	91,80	93,18
Santo Expedito	4.148	2.261	2.222	2.523	2.804	1.244	1.279	1.624	1.999	2.482	2.904	982	598	524	322	30,00	56,60	73,10	79,20	88,52
Taciba	7.101	4.540	4.750	5.216	5.709	885	2.299	3.298	4.238	4.848	6.216	2.241	1.452	978	861	12,50	50,60	69,40	81,30	84,92
Tarabá	3.599	3.558	4.691	5.775	6.600	1.552	2.155	3.898	5.217	6.101	2.047	1.403	793	558	499	43,10	60,60	83,10	90,30	92,44
Teodoro Sampaio	26.114	26.081	48.773	19.991	21.384	5.317	10.663	26.580	15.912	17.364	20.797	15.418	22.193	4.079	4.020	20,40	40,90	54,50	79,60	81,20

(Continua)

RG São José do Rio Preto	331.746	400.688	526.629	647.725	740.889	205.733	309.318	462.962	585.699	682.967	126.013	91.370	63.667	62.026	57.922	62,02	77,20	87,91	90,42	92,18
Adolfo	3.969	3.615	3.275	3.680	3.555	1.126	1.757	2.430	3.068	3.198	2.843	1.858	845	612	357	28,40	48,60	74,20	83,40	89,96
Bady Bassit	2.684	2.806	5.659	11.475	14.589	485	1.063	3.893	10.207	13.646	2.199	1.743	1.766	1.268	943	18,10	37,90	68,80	88,90	93,54
Bálsamo	5.746	5.696	6.734	7.334	8.148	2.753	3.741	5.442	6.333	7.463	2.993	1.955	1.292	1.001	685	47,90	65,70	80,80	86,40	91,59
Cedral	6.530	6.203	5.707	6.690	7.957	1.830	2.372	3.511	4.973	6.294	4.700	3.831	2.196	1.717	1.663	28,00	38,20	61,50	74,30	79,10
Guapiaçu	5.193	6.711	10.572	14.049	17.852	1.519	3.386	7.985	11.851	15.789	3.674	3.325	2.587	2.198	2.063	29,30	50,50	75,50	84,40	88,44
Ibirá	7.286	8.252	8.722	9.440	10.857	3.906	5.504	6.941	8.297	10.018	3.380	2.748	1.781	1.143	839	53,60	66,70	79,60	87,90	92,27
Icém	5.981	5.174	6.100	6.766	7.465	4.121	4.446	5.348	5.742	6.407	1.860	728	752	1.024	1.058	68,90	85,90	87,70	84,90	85,83
Ipiguá	*	*	*	3.461	4.451	*	*	*	1.936	2.685	*	*	*	1.525	1.766	*	*	*	55,90	60,32
Jaci	3.494	3.810	3.248	4.108	5.643	618	1.213	1.803	2.967	4.859	2.876	2.597	1.445	1.141	784	17,70	31,80	55,50	72,20	86,11
José Bonifácio	20.738	22.916	26.407	28.662	32.747	8.255	14.232	20.885	24.974	29.671	12.483	8.684	5.522	3.688	3.076	39,80	62,10	79,10	87,10	90,61
Mendonça	3.594	4.011	3.483	3.756	4.638	716	1.285	1.878	2.762	3.791	2.878	2.726	1.605	994	847	19,90	32,00	53,90	73,50	81,74
Mirassol	20.579	28.167	39.085	48.233	53.755	16.678	25.239	36.430	46.484	52.405	3.901	2.928	2.655	1.749	1.350	81,00	89,60	93,20	96,40	97,49
Mirassolândia	2.966	2.695	3.015	3.734	4.289	485	739	1.290	3.118	3.487	2.481	1.956	1.725	616	802	16,40	27,40	42,80	83,50	81,30
Monte Aprazível	14.964	16.424	17.496	18.404	21.733	8.458	10.481	13.901	15.929	19.791	6.506	5.943	3.595	2.475	1.942	56,50	63,80	79,50	86,60	91,06
Neves Paulista	8.199	7.804	8.311	8.901	8.774	3.960	4.381	6.422	7.739	7.918	4.239	3.423	1.889	1.162	856	48,30	56,10	77,30	86,90	90,24
Nipoã	3.058	2.722	2.784	3.262	4.265	1.020	1.534	2.079	2.801	3.789	2.038	1.188	705	461	476	33,40	56,40	74,70	85,90	88,84
Nova Aliança	4.577	4.279	4.199	4.762	5.887	1.509	1.850	2.646	3.614	4.878	3.068	2.429	1.553	1.148	1.009	33,00	43,20	63,00	75,90	82,86
Nova Granada	12.032	11.396	14.815	16.998	19.163	6.012	8.531	12.463	15.020	17.759	6.020	2.865	2.352	1.978	1.404	50,00	74,90	84,10	88,40	92,67
Onda Verde	2.180	2.011	2.818	3.407	3.878	689	820	1.771	2.315	3.038	1.491	1.191	1.047	1.092	840	31,60	40,80	62,80	67,90	78,34
Orindiúva	2.448	2.106	3.007	4.149	5.668	717	1.165	2.355	3.672	5.217	1.731	941	652	477	451	29,30	55,30	78,30	88,50	92,04
Palestina	12.129	9.024	8.981	9.099	11.034	4.419	5.162	6.002	7.227	9.174	7.710	3.862	2.979	1.872	1.860	36,40	57,20	66,80	79,40	83,14
Paulo de Faria	9.463	6.617	8.277	8.470	8.585	4.903	4.941	6.798	7.441	7.746	4.560	1.676	1.479	1.029	839	51,80	74,70	82,10	87,90	90,23
Planalto	7.250	6.051	5.467	3.668	4.466	1.774	2.812	3.519	2.827	3.770	5.476	3.239	1.948	841	696	24,50	46,50	64,40	77,10	84,42
Poloni	5.105	4.779	4.503	4.771	5.396	2.906	3.137	3.608	4.261	4.803	2.199	1.642	895	510	593	56,90	65,60	80,10	89,30	89,01
Potirendaba	9.880	10.698	11.189	13.631	15.438	3.893	5.585	8.011	11.663	13.873	5.987	5.113	3.178	1.968	1.565	39,40	52,20	71,60	85,60	89,86
São José do Preto	122.134	187.403	281.663	357.705	407.929	109.807	177.882	273.338	336.519	383.083	12.327	9.521	8.325	21.186	24.846	89,90	94,90	97,00	94,10	93,91
Tanabi	20.437	20.275	21.500	22.577	24.046	9.343	11.436	15.171	17.981	21.727	11.094	8.839	6.329	4.596	2.319	45,70	56,40	70,60	79,60	90,36
Ubarana	*	*	*	4.204	5.276	*	*	*	3.797	4.832	*	*	*	407	444	*	*	*	90,30	91,58
Uchóa	7.403	7.806	8.287	9.028	9.475	3.531	4.273	6.203	7.876	8.798	3.872	3.533	2.084	1.152	677	47,70	54,70	74,90	87,20	92,85
União Paulista	1.727	1.237	1.325	1.354	1.600	300	351	839	973	1.225	1.427	886	486	381	375	17,40	28,40	63,30	71,90	76,56
Zacarias	*	*	*	1.947	2.330	*	*	*	1.332	1.833	*	*	*	615	497	*	*	*	68,40	78,67

(Continua)

RG Votuporanga	132.677	129.817	142.744	154.877	169.171	63.763	86.182	113.470	134.931	152.326	68.914	43.635	29.274	19.946	16.845	48,06	66,39	79,49	87,12	90,04
Álvares Florence	8.334	6.615	5.066	4.322	3.902	1.549	1.840	2.392	2.658	2.653	6.785	4.775	2.674	1.664	1.249	18,59	27,82	47,22	61,50	67,99
Américo de Campos	6.148	6.897	5.611	5.594	5.707	2.142	3.362	3.661	4.388	4.789	4.006	3.535	1.950	1.206	918	34,84	48,75	65,25	78,44	83,91
Cardoso	17.296	12.010	12.269	11.611	11.799	8.650	8.742	9.820	10.361	10.724	8.646	3.268	2.449	1.250	1.075	50,01	72,78	80,04	89,23	90,89
Cosmorama	10.231	8.642	7.838	7.376	7.215	2.086	2.674	3.462	4.306	4.946	8.145	5.968	4.376	3.070	2.269	20,39	30,95	44,17	58,38	68,55
Floreal	4.683	3.598	3.545	3.226	3.003	1.430	1.812	2.340	2.471	2.439	3.253	1.786	1.205	755	564	30,54	50,36	66,01	76,60	81,22
Macaubal	6.996	6.373	7.370	7.385	7.659	2.701	3.445	5.167	6.248	6.769	4.295	2.928	2.203	1.137	890	38,61	54,05	70,11	84,60	88,38
Magda	4.217	3.565	3.677	3.423	3.200	1.005	1.373	2.498	2.730	2.655	3.212	2.192	1.179	693	545	23,83	38,51	67,94	79,75	82,97
Monções	2.500	2.403	2.121	2.056	2.136	939	1.072	1.451	1.744	1.840	1.561	1.331	670	312	296	37,56	44,62	68,41	84,82	86,14
Nhandeara	10.996	10.209	10.359	10.196	10.725	4.494	5.935	7.219	7.881	8.688	6.502	4.274	3.140	2.315	2.037	40,87	58,13	69,69	77,30	81,01
Parisi	*	*	*	1.944	2.030	*	*	*	1.504	1.641	*	*	*	440	389	*	*	*	77,37	80,84
Pontes Gestal	3.447	2.855	2.964	2.543	2.518	1.004	1.372	1.944	1.938	2.124	2.443	1.483	1.020	605	394	29,13	48,04	65,59	76,21	84,35
Riolândia	9.640	6.830	7.737	8.552	10.568	4.197	4.902	6.808	6.854	8.360	5.443	1.928	929	1.698	2.208	43,54	71,77	87,99	80,14	79,11
Sebastianópolis do Sul	3.002	2.357	2.503	2.546	3.033	441	741	1.210	1.649	2.349	2.561	1.616	1.293	897	684	14,69	31,45	48,34	64,77	77,45
Valentim Gentil	5.744	5.378	5.866	8.575	11.015	2.679	3.415	4.480	7.501	10.059	3.065	1.963	1.386	1.074	956	46,64	63,50	76,37	87,48	91,32
Votuporanga	39.443	52.085	65.818	75.528	84.661	30.446	45.497	61.018	72.698	82.290	8.997	6.588	4.800	2.830	2.371	77,19	87,35	92,71	96,25	97,20

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010

(*) Dados não disponíveis para o período

(Continua)

**Anexo 14 – Crescimento Populacional (% a.a.) e Distribuição da População (%)
Regiões de Governo e Municípios do Oeste paulista, 1970/2010**

Regiões de Governo e Municípios	Taxa de Crescimento (% a a)												Distribuição Relativa na População Total				
	1970/1980			1980/1991			1991/2000			2000/2010			1970	1980	1991	2000	2010
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural					
RG Adamantina	-0,79	1,33	-3,05	-0,47	2,07	-5,55	-0,05	1,08	-4,57	0,55	0,69	-0,21	100	100	100	100	100
Adamantina	0,07	1,00	-2,32	0,01	1,19	-4,92	0,47	1,06	-3,89	0,09	0,51	-5,13	21,34	23,26	24,55	25,72	24,57
Flora Rica	-4,96	1,57	-7,58	-1,25	2,74	-5,22	-1,01	0,7	-4,38	-2,15	-0,99	-5,85	3,06	1,99	1,83	1,67	1,28
Flórida Paulista	-1,54	0,38	-2,80	-1,73	1,94	-6,03	-1,33	0,97	-7,53	1,45	1,2	2,46	11,90	11,03	9,59	8,54	9,34
Inúbia Paulista	-1,93	0,72	-3,32	-2,21	3,42	-9,18	-0,17	1,28	-5,3	0,89	1,39	-1,99	3,51	3,13	2,58	2,55	2,64
Irapuru	-2,08	-0,10	-3,66	-1,5	1,01	-4,79	-1,14	0,49	-4,91	0,42	-0,23	2,23	8,09	7,10	6,33	5,73	5,66
Lucélia	-0,90	1,21	-4,13	0,28	2,01	-4,71	-0,57	0	-3,44	0,82	0,93	0,17	13,74	13,58	14,74	14,07	14,45
Mariápolis	-3,39	3,11	-5,91	-1,82	1,72	-4,97	-1,37	1,31	-6,19	0,15	1,13	-2,96	5,06	3,88	3,34	2,96	2,85
Osvaldo Cruz	1,10	2,38	-1,10	0,93	2,7	-4,18	0,29	1,15	-4,49	0,42	0,61	-1,11	15,69	18,93	22,09	22,77	22,48
Pacaembu	-0,87	1,57	-2,41	-2,15	1,65	-6,73	0,09	1,49	-3,35	0,33	0,26	0,54	11,55	11,45	9,50	9,62	9,41
Pracinha	*	*	*	*	*	*	*	*	*	7,17	1,43	19,81	*	*	*	1,10	2,08
Sagres	-3,01	2,97	-4,28	-1,11	4,88	-4,08	-0,95	2,99	-5,61	-0,17	1,44	-3,93	2,74	2,18	2,03	1,88	1,74
Salmourão	-0,37	2,09	-0,98	-0,6	10,37	-9,22	-0,17	1,22	-4,54	0,91	1,95	-5,11	3,32	3,47	3,42	3,38	3,50
RG Andradina	-1,47	2,07	-7,88	0,81	1,73	-2,89	0,47	0,97	-2,63	0,62	0,41	2,05	100	100	100	100	100
Andradina	-0,82	-0,36	-3,71	0,87	1,12	-1,25	0,58	0,76	-1,33	0,03	0,16	-1,58	28,39	30,30	30,49	30,79	29,04
Castilho	-2,25	-0,23	-5,20	1,62	2,7	-0,86	0,28	1,14	-2,58	1,87	1,28	3,97	8,419	7,775	8,492	8,347	9,449
Guaraçaf	-1,96	1,06	-3,93	-0,11	2,79	-3,54	0,77	2,69	-3,47	-0,52	-0,04	-2,14	5,623	5,347	4,834	4,964	4,429
Ilha Solteira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	0,44	0,13	7,13	*	*	*	13,39	13,16
Itapura	-2,93	-1,50	-7,72	1,47	1,87	-0,77	0,32	0,35	0,15	1,28	0,45	5,64	2,35	2,02	2,17	2,14	2,29
Lavinia	-3,07	0,57	-6,16	-1,06	1,36	-5,23	-0,66	0,55	-4,53	5,51	0,36	16,24	4,60	3,90	3,18	2,87	4,61
Mirandópolis	-0,91	1,27	-3,93	1,16	3,05	-3,68	0,68	1,55	-3,43	0,58	0,93	-1,87	12,93	13,68	14,21	14,48	14,42
Muritinga do Sul	-1,66	0,63	-3,47	-1,67	-0,24	-3,32	0,5	1,76	-1,52	0,53	-0,08	1,6	2,96	2,91	2,21	2,22	2,20
Nova Independência	-0,95	3,21	-4,03	0,6	2,46	-1,95	0,38	1,82	-2,68	4,04	0,1	1,07	1,13	1,19	1,16	1,15	1,61
Pereira Barreto	-1,23	7,50	-16,20	0,68	1,04	-2,42	-7,38	-7,26	-8,66	-0,03	0,04	-0,89	28,79	29,49	29,07	13,98	13,11
Sud Menucci	-4,85	5,00	-7,88	2,74	9,59	-6,12	0,28	1,49	-4,9	0,1	0,13	-0,06	4,81	3,40	4,18	4,11	3,91
Suzanópolis	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1,93	1,52	2,82	*	*	*	1,56	1,77

(Continua)

RG Araçatuba	0,66	3,15	-4,66	1,70	2,91	-3,85	1,25	1,81	-3,52	1,00	1,25	-2,31	100	100	100	100	100
Alto Alegre	-2,03	1,9	-3,67	-2,16	1,58	-5,15	-1,32	1,62	-6,1	-0,38	0,7	-3,54	2,17	1,66	1,09	0,86	0,75
Araçatuba	1,77	2,97	-5,06	1,93	2,38	-3,55	1,19	0,99	-6,41	0,71	0,81	-3,11	31,52	35,18	36,03	34,26	33,29
Auriflora	-0,97	3,16	-5,66	0,54	2,43	-4,35	0,64	1,77	-5,11	0,5	0,86	-2,54	3,85	3,27	2,89	2,74	2,60
Avanhandava	0,7	2,51	-3,14	2	3,37	-3,58	1,17	1,89	-4,53	2,51	1,68	9,15	1,74	1,74	1,80	1,79	2,07
Barbosa	1,38	3,4	-1,15	-0,34	1,16	-3,34	0,89	2,5	-4,71	1,22	1,35	0,57	1,14	1,52	1,22	1,18	1,21
Bento de Abreu	-2,12	-0,88	-3,08	1,46	6,34	-6,48	0,03	0,52	-1,88	1,09	2,27	-6,45	0,73	0,56	0,54	0,49	0,49
Bilac	-1,14	3,61	-6,68	0,21	1,87	-4,51	1,21	2,22	-4,2	1,47	1,89	-2,31	1,74	1,45	1,24	1,23	1,29
Birigui	3,82	5,27	-3,42	3,6	4,1	-1,77	2,6	2,92	-3,66	1,45	1,5	-0,11	10,16	13,84	16,92	19,07	19,92
Braúna	-1,01	1,36	-2,92	-0,59	1,90	-4,00	0,29	2,13	-4,37	1,36	2,54	-4,19	1,46	1,24	0,97	0,89	0,92
Brejo Alegre	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1,08	1,70	-1,31	*	*	*	0,47	0,47
Buritama	1,46	5,26	-6,78	0,86	1,69	-3,85	0,96	1,26	-1,70	1,08	1,14	-3,08	2,91	3,15	2,88	2,80	2,83
Clementina	-1,98	2,25	-4,32	1,18	7,24	-9,59	1,14	2,23	-6,44	2,71	3,10	-2,94	1,52	1,17	1,10	1,09	1,29
Coroados	-1,54	4,11	-5,14	0,56	2,66	-2,26	-3,40	-1,69	-7,08	1,72	2,52	-1,06	1,91	1,54	1,36	0,89	0,96
Gabriel Monteiro	-1,07	3,78	-2,64	-1,76	2,76	-4,80	1,06	5,50	-6,31	-0,07	0,94	-3,92	0,97	0,82	0,56	0,55	0,50
Gastão Vidigal	-1,62	3,36	-5,36	0,18	2,79	-4,30	-0,73	0,63	-5,25	1,57	2,48	-3,89	1,28	1,02	0,87	0,73	0,77
Gal. Salgado	-3,60	2,74	-6,16	1,06	6,46	-5,25	0,58	-0,33	-6,73	-0,14	0,38	-2,66	4,82	3,13	2,92	2,19	1,96
Glicério	-0,46	0,99	-1,43	-1,37	1,59	-4,41	0,48	2,29	-2,78	0,33	0,83	-0,96	1,50	1,34	0,96	0,90	0,84
Guararapes	-0,35	2,06	-5,70	1,56	2,43	-2,23	0,88	1,58	-4,12	0,60	0,81	-1,75	6,78	6,13	6,03	5,84	5,61
Guzolândia	-5,52	6,22	-11,11	1,45	3,29	-1,36	-1,75	0,02	-6,32	1,00	1,78	-2,37	2,21	1,17	1,14	0,87	0,87
Lourdes	*	*	*	*	*	*	*	*	*	0,56	1,17	-1,82	*	*	*	0,41	0,39
Luiziânia	-1,47	7,66	-8,53	0,71	2,66	-4,49	0,32	1,16	-3,90	1,63	2,20	-3,01	1,30	1,05	0,94	0,87	0,92
Nova Castilho	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1,30	4,36	-2,76	*	*	*	0,20	0,21
Nova Lusitânia	-3,09	4,17	-6,31	2,73	7,45	-3,53	0,46	2,16	-5,26	2,25	3,02	-2,63	0,78	0,54	0,60	0,56	0,63
Penápolis	1,64	2,74	-1,73	1,61	2,56	-3,34	1,44	2,00	-3,80	0,70	1,00	-4,14	9,95	10,97	10,87	11,06	10,73
Piacaçu	-1,23	-0,44	-1,70	-0,37	5,48	-7,52	0,19	1,58	-4,52	1,34	2,04	-2,67	1,55	1,29	1,03	0,94	0,97
Rubiácea	-4,18	0,28	-6,09	1,65	3,50	0,33	-1,30	0,51	-3,09	1,53	2,08	0,85	0,98	0,60	0,60	0,47	0,50
Santo Antonio do Aracanguá	*	*	*	*	*	*	*	*	*	0,96	2,79	-3,65	*	*	*	1,40	1,40
Santópolis do Aguapeí	-0,36	-0,16	-0,59	0,95	5,90	-12,56	-0,08	0,41	-5,61	1,15	1,43	-4,34	1,04	0,94	0,87	0,77	0,78
São João de Iracema	*	*	*	*	*	*	*	*	*	0,65	2,3	-4,37	*	*	*	0,34	0,33
Turiúba	-2,20	4,43	-5,55	-0,59	2,49	-4,35	-1,05	-5,26	-12,35	0,18	0,57	-1,40	1,45	1,09	0,85	0,38	0,35
Valparaíso	-0,94	0,54	-4,34	2,01	3,15	-2,54	1,31	1,54	-0,03	1,99	2,95	-7,79	4,24	3,62	3,74	3,76	4,15

(Continua)

RG Assis	-0,35	2,91	-6,26	2,04	3,28	-3,10	1,40	1,96	-2,75	0,66	0,89	-1,79	100	100	100	100	100
Assis	1,61	2,51	-4,45	2,17	2,46	-1,26	0,28	0,49	-3,50	0,88	0,88	0,74	34,81	42,28	42,87	38,80	39,64
Campos Novos Paulista	-1,04	3,93	-3,98	0,66	3,01	-2,09	0,45	2,17	-2,89	0,82	1,67	-1,64	2,52	2,35	2,03	1,86	1,89
Cândido Mota	-1,78	3,81	-8,02	2,31	4,39	-4,68	1,60	2,26	-3,20	0,22	0,58	-4,13	14,35	12,42	12,79	13,02	12,46
Cruzália	-4,51	15,58	-9,12	0,97	4,09	-2,22	-7,46	-7,27	-7,76	-1,40	-0,61	-2,77	4,55	2,97	2,65	1,16	0,95
Florínia	-6,99	-0,16	-11,87	0,81	3,67	-5,46	0,49	1,15	-2,46	-0,99	-0,48	-4,26	3,44	1,72	1,51	1,39	1,18
Ibirarema	-1,29	3,40	-6,54	1,15	3,01	-3,93	0,43	1,55	-5,91	1,65	1,99	-1,70	3,35	3,05	2,77	2,54	2,80
Lutécia	-3,78	1,87	-6,62	-1,15	1,11	-3,43	1,02	3,97	-4,48	-0,68	0,03	-3,03	2,69	1,89	1,33	1,29	1,13
Maracáí	-1,33	5,14	-5,78	1,96	5,29	-4,80	0,52	1,70	-5,34	0,26	0,58	-2,37	6,97	6,31	6,26	5,79	5,56
Palmital	-1,59	2,74	-6,20	0,79	2,19	-2,29	1,16	2,17	-2,27	0,27	1,51	-7,67	12,21	10,77	9,40	9,21	8,86
Paraguaçu Paulista	0,70	2,53	-3,42	3,33	4,83	-3,67	1,82	2,27	-2,52	0,66	0,46	2,85	13,32	14,79	16,97	17,61	17,61
Pedrinhas Paulista	*	*	*	*	*	*	*	*	*	0,26	0,69	-1,76	*	*	*	1,27	1,22
Platina	-2,63	3,08	-5,05	1,99	6,28	-2,29	0,18	2,08	-3,82	1,07	1,71	-0,98	1,80	1,43	1,42	1,28	1,33
Tarumã	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1,83	2,31	-3,62	*	*	*	4,78	5,36

(Continua)

RG Bauru	2,66	4,20	-2,43	2,19	3,04	-3,29	1,80	2,26	-3,74	0,95	0,98	0,54	100	100	100	100	100
Agudos	2,82	4,41	-1,83	2,34	3,21	-2,37	0,31	1,06	-7,64	0,61	0,73	-1,55	6,61	6,72	6,82	5,97	5,78
Arealva	0,41	2,07	-0,90	0,10	2,28	-2,45	0,59	2,54	-3,23	0,80	1,65	-1,81	2,32	1,86	1,48	1,33	1,31
Avaí	0,20	1,53	-0,49	-1,28	2,05	-3,88	-0,13	2,99	-4,89	0,76	0,41	1,52	1,87	1,47	1,01	0,85	0,83
Balbinos	0,50	4,63	-1,29	0,35	5,20	-4,26	0,82	3,73	-6,42	11,59	1,15	27,00	0,40	0,32	0,26	0,24	0,66
Bauru	3,53	4,10	-6,04	3,04	3,14	-0,76	2,19	2,23	0,37	0,86	0,89	-0,87	47,04	51,21	56,09	58,05	57,51
Borebi	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1,75	3,10	-4,28	*	*	*	0,35	0,38
Cabrália Pta.	0,56	1,39	-0,26	1,02	4,34	-4,39	2,09	3,84	-4,69	-0,62	-0,53	-1,19	1,16	0,95	0,83	0,86	0,73
Duartina	1,18	2,11	-0,10	-0,22	1,62	-4,04	0,52	2,19	-6,25	-0,18	0,19	-2,95	3,87	3,34	2,57	2,29	2,05
Iacanga	-0,83	1,37	-4,06	1,22	2,88	-3,21	1,04	1,84	-2,68	1,91	2,11	0,63	2,56	1,81	1,63	1,52	1,67
Lençóis Pta.	4,56	7,58	-3,64	2,52	3,54	-5,37	1,99	2,22	-1,68	1,12	1,39	-6,48	8,00	9,60	9,95	10,11	10,27
Lucianópolis	1,75	3,87	0,75	-1,06	1,74	-3,05	-0,91	4,22	-9,19	0,44	0,79	-0,80	0,79	0,72	0,51	0,40	0,38
Macatuba	3,46	13,74	-2,80	1,94	4,24	-2,58	1,78	4,54	-15,29	0,31	0,51	-4,43	2,76	2,98	2,90	2,89	2,72
Paulistânia	*	*	*	*	*	*	*	*	*	0,01	1,96	-3,12	*	*	*	0,33	0,30
Pedemeiras	3,56	5,42	-0,75	1,82	2,69	-1,67	1,55	2,73	-7,55	1,27	1,26	1,47	6,56	7,16	6,88	6,73	6,94
Pirajuí	-0,46	1,09	-3,05	-0,28	1,51	-5,61	0,71	0,52	1,59	1,24	1,30	0,97	7,25	5,33	4,07	3,70	3,80
Piratinga	-0,18	1,55	-2,12	-0,38	1,32	-3,36	1,04	3,07	-5,59	1,33	1,57	-0,01	3,65	2,76	2,08	1,95	2,02
Pres. Alves	-0,52	1,70	-1,63	-0,67	4,80	-6,43	-0,48	0,94	-4,11	-0,47	0,34	-3,63	1,82	1,33	0,97	0,79	0,69
Reginópolis	0,32	2,01	-1,28	0,31	2,47	-2,90	-0,08	1,84	-5,31	4,44	1,43	11,95	1,59	1,27	1,03	0,87	1,23
Ubirajara	-1,43	2,80	-3,80	-0,07	3,04	-3,54	-0,10	1,54	-3,38	0,63	0,74	0,34	1,74	1,16	0,91	0,76	0,74

(Continua)

RG Dracena	-0,21	1,74	-2,59	0,08	2,53	-5,61	0,05	0,94	-4,15	0,72	0,97	-0,93	100	100	100	100	100
Dracena	0,16	1,35	-3,48	0,80	1,72	-3,46	0,27	0,77	-4,08	0,66	0,73	-0,09	32,50	33,71	36,76	37,48	37,25
Junqueirópolis	-0,55	2,35	-2,85	-1,69	1,35	-6,46	-0,48	0,57	-3,62	0,95	1,37	-0,76	20,82	20,11	16,51	15,75	16,11
Monte Castelo	-0,39	1,14	-1,01	-2,31	3,77	-7,21	-1,62	0,42	-5,71	-0,07	0,66	-2,41	5,86	5,76	4,41	3,79	3,50
Nova Guataporanga	1,38	1,64	1,17	-2,18	1,84	-7,67	-0,28	1,39	-5,81	0,41	0,90	-2,32	2,19	2,56	1,99	1,93	1,87
Ouro Verde	-2,74	1,80	-5,95	1,76	5,74	-5,79	0,11	1,34	-6,34	0,86	1,22	-2,51	7,09	5,48	6,58	6,62	6,71
Panorama	2,02	5,17	-2,95	3,93	5,79	-2,99	1,19	1,98	-5,62	0,68	1,13	-7,83	6,04	7,53	11,40	12,62	12,57
Paulicéia	-3,57	-3,34	-3,71	5,23	11,74	-2,60	2,81	2,91	2,51	1,82	2,99	-2,41	3,11	2,21	3,84	4,90	5,46
Santa Mercedes	-1,68	-2,16	-1,40	-2,89	2,80	-8,80	-0,73	1,00	-5,54	0,11	0,98	-4,16	4,51	3,88	2,79	2,60	2,44
São João do Pau d'Alho	-0,35	2,04	-1,30	-2,19	3,34	-6,58	-2,81	-0,37	-7,54	-0,38	0,55	-3,53	3,43	3,38	2,63	2,02	1,81
Tupi Paulista	0,42	2,00	-1,45	-1,37	0,89	-5,90	-0,63	0,28	-3,95	0,70	0,29	2,41	14,45	15,38	13,09	12,30	12,28
RG Lins	0,34	1,18	-1,30	0,92	2,29	-3,09	1,14	2,18	-4,36	0,82	1,15	-2,00	100	100	100	100	100
Cafelândia	-0,04	0,60	-0,68	-1,16	0,38	-3,12	0,27	3,67	-8,31	0,50	0,99	-2,21	14,47	13,93	11,09	10,26	9,95
Getulina	-0,86	1,59	-3,01	-0,81	1,57	-4,46	0,26	0,83	-1,13	0,38	1,02	-1,51	9,93	8,81	7,29	6,74	6,45
Guaçara	0,25	1,91	-0,92	1,63	6,09	-4,59	4,20	6,39	-4,56	1,50	1,87	-1,57	4,26	4,22	4,56	5,97	6,38
Guaimbê	0,21	-0,13	0,50	-0,01	4,02	-5,14	0,14	2,06	-5,67	0,41	1,06	-3,13	4,14	4,09	3,70	3,38	3,25
Guarantã	-0,09	1,22	-0,94	-0,28	4,46	-6,13	1,46	2,46	-1,25	0,12	1,20	-4,39	4,75	4,55	3,99	4,10	3,83
Lins	1,12	1,59	-1,68	1,37	1,90	-3,52	1,22	1,75	-9,45	0,81	0,96	-7,05	37,48	40,48	42,52	42,82	42,81
Pongá	0,75	2,30	-0,43	0,14	3,76	-4,75	0,31	1,74	-3,69	-0,59	0,06	-3,38	2,70	2,81	2,58	2,40	2,09
Promissão	-0,21	0,13	-1,37	3,00	3,05	2,81	1,23	1,71	-0,76	1,38	1,61	0,24	16,90	16,00	20,02	20,20	21,36
Sabino	-0,43	1,78	-2,15	-0,54	2,24	-4,26	0,92	3,36	-6,15	0,54	1,15	-2,88	4,15	3,85	3,28	3,22	3,13
Uru	0,76	3,15	-0,05	-1,45	3,86	-4,78	0,40	4,03	-5,04	-1,17	0,87	-8,54	1,21	1,26	0,97	0,91	0,75

(Continua)

RG Marília	0,67	2,89	-3,49	1,40	2,70	-3,40	1,50	2,30	-4,20	0,70	0,90	-2,20	100	100	100	100	100
Álvaro de Carvalho	-0,66	4,06	-3,14	-2,00	0,40	-4,40	3,00	3,40	2,40	1,30	2,00	0,20	1,90	1,66	1,15	1,31	1,39
Alvilândia	1,42	1,15	1,61	-2,80	3,10	-10,20	1,20	2,80	-5,20	0,60	1,00	-2,80	1,37	1,47	0,93	0,90	0,90
Echaporã	-2,99	4,02	-8,03	0,90	2,00	-0,80	0,90	2,50	-3,00	-0,80	-0,30	-2,40	3,48	2,40	2,30	2,18	1,89
Fernão	*	*	*	*	*	*	*	*	*	0,90	2,30	-0,60	*	*	*	0,46	0,47
Gália	-0,67	0,19	-1,16	-1,10	1,60	-3,10	-3,20	0,40	-8,70	-1,10	-0,70	-2,30	5,72	5,00	3,84	2,51	2,10
Garça	0,66	1,88	-1,50	0,30	1,60	-3,10	0,50	1,30	-3,10	0,00	0,70	-5,30	16,92	16,90	15,10	13,77	12,89
Júlio Mesquita	-0,14	5,97	-3,24	-1,60	4,00	-11,30	0,80	2,10	-8,10	0,60	0,90	-3,70	2,11	1,95	1,41	1,33	1,32
Lupércio	-2,70	0,63	-3,85	1,40	3,90	0,00	0,50	2,90	-1,50	0,30	6,20	-13,70	2,08	1,48	1,48	1,35	1,30
Marília	2,13	3,47	-4,24	2,60	3,10	-2,70	2,30	2,70	-3,70	0,90	0,90	1,60	44,46	51,33	58,51	62,85	64,72
Ocaçu	-2,05	1,66	-3,29	-1,10	3,10	-3,70	-0,40	3,90	-6,30	0,00	1,30	-3,90	2,70	2,05	1,57	1,33	1,25
Oriente	-3,02	1,93	-5,18	0,50	3,70	-2,40	-1,60	3,30	-13,40	0,30	1,20	-6,90	3,98	2,74	2,48	1,88	1,82
Oscar Bressane	-3,06	0,19	-4,45	-1,70	3,70	-6,70	0,00	1,90	-4,20	0,00	0,90	-3,50	1,90	1,30	0,93	0,81	0,76
Pompéia	-0,96	2,34	-6,62	0,50	2,00	-5,40	0,60	1,30	-4,90	0,90	1,10	-0,40	8,10	6,88	6,27	5,80	5,97
Vera Cruz	-0,23	1,77	-2,60	-0,30	1,40	-3,60	0,10	1,50	-5,00	-0,30	0,20	-3,10	5,30	4,84	4,03	3,54	3,22

(Continua)

RG Presidente Prudente	-0,22	3,10	-6,05	1,57	2,60	-2,31	1,17	1,43	-0,23	0,53	1,02	-2,90	100	100	100	100	100
Alfredo Marcondes	-4,53	0,43	-7,55	-1,88	0,76	-5,30	0,59	1,73	-1,87	0,52	1,99	-4,65	1,61	1,04	0,71	0,67	0,67
Álvares Machado	-1,69	3,28	-6,25	2,32	5,04	-4,31	2,08	3,07	-3,45	0,38	0,54	-0,96	4,06	3,50	3,80	4,12	4,06
Anhumas	-4,84	3,46	-8,07	-0,46	2,44	-3,26	0,54	3,28	-4,55	0,92	2,01	-2,81	1,32	0,82	0,66	0,62	0,64
Caiabu	-6,22	-0,59	-7,96	0,39	6,65	-4,76	0,63	3,03	-4,62	-0,02	0,62	-2,38	1,65	0,88	0,78	0,74	0,70
Caiuá	-5,61	0,02	-8,18	1,10	1,46	0,82	2,55	2,16	2,84	1,86	0,88	2,53	1,24	0,71	0,67	0,76	0,87
Emilianópolis	*	*	*	*	*	*	*	*	*	0,44	1,32	-2,83	*	*	*	0,53	0,52
Estrela do Norte	-0,08	7,78	-2,22	-1,52	4,35	-6,07	-0,65	0,90	-3,32	0,14	1,64	-3,98	0,78	0,79	0,56	0,48	0,46
Euclides da Cunha Paulista	*	*	*	*	*	*	*	*	*	-0,63	-0,51	-0,85	*	*	*	1,86	1,65
Iepê	-2,93	2,80	-8,37	0,62	2,14	-2,85	-3,50	-2,61	-6,77	0,50	1,29	-4,13	2,95	2,24	2,02	1,32	1,32
Indiana	-1,67	2,89	-6,79	0,53	1,69	-2,18	0,72	1,80	-3,17	-0,20	0,17	-2,12	1,21	1,04	0,93	0,90	0,83
Marabá Paulista	-5,79	1,68	-7,96	-0,91	3,66	-4,27	0,59	0,84	0,29	2,65	0,43	4,91	1,65	0,93	0,71	0,67	0,83
Martinópolis	-1,59	2,80	-6,31	0,01	1,67	-3,93	1,41	1,91	-0,39	0,83	1,27	-1,18	5,42	4,72	3,98	4,06	4,18
Mirante do Paranapanema	-3,43	1,72	-7,25	-0,17	1,93	-3,55	0,73	-0,75	3,55	0,51	0,22	0,96	5,14	3,71	3,07	2,95	2,94
Nantes	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1,76	3,87	-7,64	*	*	*	0,41	0,47
Narandiba	-1,30	7,44	-4,77	-1,02	2,19	-4,39	1,94	1,91	1,98	1,38	3,14	-2,08	0,94	0,84	0,64	0,68	0,74
Piquerobi	-4,04	3,10	-7,04	-0,73	3,96	-6,50	0,66	0,74	0,49	0,19	0,86	-1,63	1,26	0,85	0,66	0,63	0,61
Pirapozinho	1,16	4,97	-6,67	1,45	2,60	-5,19	0,59	0,98	-3,90	1,12	1,25	-1,12	3,74	4,29	4,24	4,02	4,26
Presidente Bernardes	-4,73	0,24	-8,23	0,28	2,31	-2,70	-1,15	-0,69	-2,10	-0,78	0,32	-3,76	6,01	3,78	3,29	2,67	2,34
Presidente Epitácio	1,12	2,99	-3,72	1,49	2,50	-3,57	1,36	1,92	-3,77	0,51	0,60	-0,59	6,20	7,08	7,03	7,15	7,13
Presidente Prudente	2,58	3,38	-5,77	1,74	1,94	-2,74	1,52	1,65	-3,17	0,94	0,94	0,73	24,82	32,73	33,36	34,39	35,81
Presidente Venceslau	1,47	3,72	-7,52	1,66	2,32	-5,89	0,39	0,08	5,28	0,15	0,49	-5,18	6,10	7,21	7,29	6,80	6,54
Rancharia	0,55	2,14	-3,33	1,31	2,31	-2,98	0,76	0,91	-0,23	0,01	0,32	-2,38	5,17	5,59	5,43	5,23	4,97
Regente Feijó	0,63	2,61	-3,16	2,77	3,93	-1,14	1,46	2,48	-4,72	0,86	1,12	-1,76	2,43	2,65	3,01	3,09	3,19
Ribeirão dos Índios	*	*	*	*	*	*	*	*	*	-0,15	0,51	-3,11	*	*	*	0,40	0,38
Rosana	*	*	*	*	*	*	*	*	*	-2,03	9,88	-14,32	*	*	*	4,40	3,40
Sandovalina	-1,17	1,42	-2,59	-1,19	3,54	-6,61	2,78	0,68	6,36	1,83	3,97	-1,77	0,73	0,66	0,49	0,56	0,64
Santo Anastácio	-1,56	0,95	-6,50	0,17	1,41	-5,00	-0,67	0,03	-6,30	-0,12	0,03	-1,97	5,95	5,19	4,46	3,78	3,54
Santo Expedito	-5,89	0,28	-10,28	-0,16	2,19	-4,41	1,42	2,34	-1,46	1,06	2,19	-4,75	0,97	0,54	0,45	0,46	0,48
Taciba	-4,37	10,02	-9,70	0,41	3,33	-3,87	1,05	2,83	-4,30	0,91	1,35	-1,27	1,67	1,09	0,96	0,95	0,99
Tarabá	-0,11	3,34	-3,71	2,55	5,54	-5,05	2,34	3,29	-3,83	1,34	1,58	-1,11	0,84	0,85	0,95	1,05	1,14
Teodoro Sampaio	-0,01	7,21	-2,95	5,86	8,66	3,37	-9,43	-5,54	-17,16	0,68	0,88	-0,15	6,13	6,26	9,86	3,64	3,69

(Continua)

RG São José do Rio Preto	1,91	4,16	-3,16	2,52	3,73	-3,23	2,33	2,65	-0,29	1,35	1,55	-0,68	100	100	100	100	100
Adolfo	-0,93	4,55	-4,16	-0,89	2,99	-6,91	1,30	2,62	-3,52	-0,34	0,42	-5,25	1,20	0,90	0,62	0,57	0,48
Bady Bassit	0,45	8,16	-2,30	6,58	12,53	0,12	8,17	11,30	-3,61	2,43	2,95	-2,92	0,81	0,70	1,07	1,77	1,97
Bálsamo	-0,09	3,11	-4,17	1,53	3,47	-3,70	0,95	1,70	-2,80	1,06	1,66	-3,72	1,73	1,42	1,28	1,13	1,10
Cedral	-0,51	2,63	-2,02	-0,75	3,63	-4,93	1,78	3,94	-2,70	1,75	2,38	-0,32	1,97	1,55	1,08	1,03	1,07
Guapiaçu	2,60	8,35	-0,99	4,22	8,11	-2,26	3,21	4,48	-1,79	2,42	2,91	-0,63	1,57	1,67	2,01	2,17	2,41
Ibirá	1,25	3,49	-2,05	0,50	2,13	-3,87	0,88	2,00	-4,81	1,41	1,90	-3,04	2,20	2,06	1,66	1,46	1,47
Icém	-1,44	0,76	-8,95	1,51	1,69	0,30	1,16	0,79	3,49	0,99	1,10	0,33	1,80	1,29	1,16	1,04	1,01
Ipigúá	*	*	*	*	*	*	*	*	*	2,55	3,32	1,48	*	*	*	0,53	0,60
Jaci	0,87	6,98	-1,02	-1,44	3,67	-5,19	2,64	5,69	-2,59	3,23	5,06	-3,68	1,05	0,95	0,62	0,63	0,76
José Bonifácio	1,00	5,60	-3,56	1,30	3,55	-4,03	0,91	2,01	-4,39	1,34	1,74	-1,80	6,25	5,72	5,01	4,43	4,42
Mendonça	1,10	6,02	-0,54	-1,27	3,51	-4,70	0,84	4,38	-5,18	2,13	3,22	-1,59	1,08	1,00	0,66	0,58	0,63
Mirassol	3,19	4,23	-2,83	3,02	3,39	-0,89	2,36	2,74	-4,53	1,09	1,21	-2,56	6,20	7,03	7,42	7,45	7,26
Mirassolândia	-0,95	4,30	-2,35	1,03	5,19	-1,14	2,40	10,30	-10,81	1,40	1,12	2,67	0,89	0,67	0,57	0,58	0,58
Monte Aprazível	0,94	2,17	-0,90	0,58	2,60	-4,47	0,56	1,52	-4,06	1,68	2,19	-2,40	4,51	4,10	3,32	2,84	2,93
Neves Paulista	-0,49	1,02	-2,12	0,57	3,54	-5,26	0,76	2,09	-5,26	-0,14	0,23	-3,01	2,47	1,95	1,58	1,37	1,18
Nipoã	-1,16	4,17	-5,25	0,20	2,80	-4,63	1,78	3,37	-4,61	2,72	3,07	0,32	0,92	0,68	0,53	0,50	0,58
Nova Aliança	-0,67	2,06	-2,31	-0,17	3,31	-3,98	1,41	3,52	-3,30	2,14	3,04	-1,28	1,38	1,07	0,80	0,74	0,79
Nova Granada	-0,54	3,56	-7,16	2,41	3,51	-1,78	1,54	2,10	-1,91	1,21	1,69	-3,37	3,63	2,84	2,81	2,62	2,59
Onda Verde	-0,80	1,76	-2,22	3,11	7,25	-1,16	2,13	3,02	0,47	1,30	2,76	-2,59	0,66	0,50	0,54	0,53	0,52
Orindiúva	-1,49	4,97	-5,91	3,29	6,61	-3,28	3,64	5,06	-3,41	3,17	3,57	-0,56	0,74	0,53	0,57	0,64	0,77
Palestina	-2,91	1,57	-6,68	-0,04	1,38	-2,33	0,15	2,09	-5,03	1,95	2,41	-0,06	3,66	2,25	1,71	1,40	1,49
Paulo de Faria	-3,51	0,08	-9,52	2,06	2,94	-1,13	0,26	1,01	-3,95	0,13	0,40	-20,20	2,85	1,65	1,57	1,31	1,16
Planalto	-1,79	4,71	-5,12	-0,92	2,06	-4,52	-4,34	-2,40	-8,91	1,99	2,92	-1,87	2,19	1,51	1,04	0,57	0,60
Poloni	-0,66	0,77	-2,88	-0,54	1,28	-5,37	0,64	1,87	-6,06	1,24	1,20	1,52	1,54	1,19	0,86	0,74	0,73
Potirendaba	0,80	3,67	-1,57	0,41	3,33	-4,23	2,22	4,26	-5,19	1,25	1,75	-2,27	2,98	2,67	2,12	2,10	2,08
São José do Preto	4,37	4,94	-2,55	3,77	3,98	-1,21	2,69	2,34	10,94	1,32	1,30	1,61	36,82	46,77	53,48	55,22	55,06
Tanabi	-0,08	2,04	-2,25	0,53	2,60	-2,99	0,54	1,91	-3,49	0,63	1,91	-6,61	6,16	5,06	4,08	3,49	3,25
Ubarana	*	*	*	*	*	*	*	*	*	2,30	2,44	0,87	*	*	*	0,65	0,71
Uchôa	0,53	1,93	-0,91	0,55	3,45	-4,69	0,96	2,69	-6,37	0,48	1,11	-5,18	2,23	1,95	1,57	1,39	1,28
União Paulista	-3,28	1,58	-4,65	0,63	8,24	-5,31	0,24	1,66	-2,67	1,68	2,33	-0,16	0,52	0,31	0,25	0,21	0,22
Zacarias	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1,81	3,24	-2,11	*	*	*	0,30	0,31

(Continua)

RG Votuporanga	-0,22	3,06	-4,47	0,87	2,53	-3,56	0,91	1,94	-4,17	0,89	1,22	-1,68	100	100	100	100	100
Álvares Florence	-2,28	1,74	-3,45	-2,40	2,41	-5,13	-1,75	1,18	-5,13	-1,02	-0,02	-2,83	6,28	5,10	3,55	2,79	2,31
Américo de Campos	1,16	4,61	-1,24	-1,86	0,78	-5,26	-0,03	2,03	-5,20	0,20	0,88	-2,69	4,63	5,31	3,93	3,61	3,37
Cardoso	-3,58	0,11	-9,27	0,19	1,06	-2,59	-0,61	0,60	-7,20	0,16	0,34	-1,50	13,04	9,25	8,60	7,50	6,97
Cosmorama	-1,67	2,51	-3,06	-0,88	2,38	-2,78	-0,67	2,45	-3,86	-0,22	1,40	-2,98	7,71	6,66	5,49	4,76	4,26
Floreal	-2,60	2,40	-5,82	-0,13	2,35	-3,51	-1,04	0,61	-5,06	-0,71	-0,13	-2,87	3,53	2,77	2,48	2,08	1,78
Macaubal	-0,93	2,46	-3,76	1,33	3,75	-2,55	0,02	2,13	-7,09	0,36	0,80	-2,42	5,27	4,91	5,16	4,77	4,53
Magda	-1,67	3,17	-3,75	0,28	5,59	-5,48	-0,79	0,99	-5,73	-0,67	-0,28	-2,37	3,18	2,75	2,58	2,21	1,89
Monções	-0,39	1,33	-1,58	-1,13	2,79	-6,05	-0,35	2,06	-8,14	0,38	0,54	-0,53	1,88	1,85	1,49	1,33	1,26
Nhandeara	-0,74	2,82	-4,11	0,13	1,80	-2,76	-0,18	0,98	-3,33	0,51	0,98	-1,27	8,29	7,86	7,26	6,58	6,34
Parisi	*	*	*	*	*	*	*	*	*	0,43	0,88	-1,22	*	*	*	1,26	1,20
Pontes Gestal	-1,87	3,17	-4,87	0,34	3,22	-3,35	-1,69	-0,03	-5,64	-0,10	0,92	-4,20	2,60	2,20	2,08	1,64	1,49
Riolândia	-3,39	1,56	-9,86	1,14	3,03	-6,42	1,12	0,07	6,93	2,14	2,01	2,66	7,27	5,26	5,42	5,52	6,25
Sebastianópolis do Sul	-2,39	5,33	-4,50	0,55	4,56	-2,01	0,19	3,50	-3,98	1,77	3,60	-2,67	2,26	1,82	1,75	1,64	1,79
Valentim Gentil	-0,66	2,46	-4,36	0,79	2,50	-3,11	4,31	5,89	-2,79	2,54	2,98	-1,16	4,33	4,14	4,11	5,54	6,51
Votuporanga	2,82	4,10	-3,07	2,15	2,70	-2,84	1,54	1,97	-5,70	1,15	1,25	-1,75	29,73	40,12	46,11	48,77	50,04

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010

(*) Dados não disponíveis para o período

**Anexo 15 – Crescimento Absoluto, Vegetativo e Saldo Migratório
Regiões de Governo e Municípios do Oeste Paulista, 1970/2009**

Regiões de Governo e Municípios	Crescimento Absoluto				Crescimento Vegetativo				Saldo Migratório			
	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
RG Adamantina	-11.310	-7.000	-1.993	7.589	29.305	24.266	11.566	5.741	-40.615	-31.266	-13.525	1.848
Adamantina	238	52	1.396	310	6.571	5.741	2.695	1.319	-6.333	-5.689	-1.299	-1.009
Flora Rica	-1.819	-355	-208	-424	490	353	200	58	-2.309	-708	-408	-482
Flórida Paulista	-2.544	-2.654	-1.425	1.714	3.010	2.388	1.172	639	-5.554	-5.042	-2.597	1.075
Itúbia Paulista	-929	-941	-50	309	1.357	712	298	207	-2.286	-1.653	-348	102
Irapuru	-2.285	-1.501	-808	322	1.986	1.208	428	156	-4.271	-2.709	-1.236	166
Lucélia	-1.775	578	-964	1.557	4.297	3.831	1.866	1.128	-6.072	-3.253	-2.830	429
Mariápolis	-2.200	-977	-508	57	1.279	817	339	161	-3.479	-1.794	-847	-104
Oswaldo Cruz	2.694	2.809	761	1.265	5.146	5.006	2.694	1.103	-2.452	-2.197	-1.933	162
Pacaembu	-1.436	-3.358	100	703	3.439	2.604	1.060	426	-4.875	-5.962	-960	277
Pracinha	*	*	*	1.410	*	*	34	56	*	*	*	1.354
Sagres	-1.075	-348	-219	-46	599	468	269	150	-1.674	-816	-488	-196
Salmourão	-179	-305	-68	412	1.131	1.138	511	338	-1.310	-1.443	-579	74
RG Andradina	-25.037	14.575	-19.331	11.333	39.465	30.957	18.531	11.564	-64.502	-16.382	-11.100	-231
Andradina	-4.108	4.742	2.812	199	10.372	8.247	5.438	3.178	-14.480	-3.505	-2.626	-2.979
Castilho	-3.119	2.364	371	3.030	2.883	2.326	1.767	1.528	-6.002	38	-1.396	1.502
Guaraçai	-1.842	-101	592	-449	1.783	1.314	847	469	-3.625	-1.415	-255	-918
Ilha Solteira	*	*	*	1.079	*	*	2.246	1.812	*	*	*	-733
Itapura	-1.098	552	110	515	151	694	387	264	-1.249	-142	-277	251
Lavínia	-2.245	-677	-316	3.606	1.178	797	467	184	-3.423	-1.474	-783	3.422
Mirandópolis	-2.064	2.906	1.530	1.549	5.355	4.858	2.188	1.474	-7.419	-1.952	-658	75
Muritinga do Sul	-831	-771	173	0	794	471	220	0	-1.625	-1.242	-47	0
Nova Independência	-187	127	70	996	384	316	214	157	-571	-189	-144	839
Pereira Barreto	-6.109	3.585	-24.856	-70	15.396	10.622	3.539	1.525	-21.505	-7.037	-28.395	-1.595
Sud Menucci	-3.434	1.848	183	0	*	1.312	1.003	0	*	536	-820	0
Suzanópolis	*	*	*	0	*	*	215	0	*	*	*	0

(Continua)

RG Araçatuba	23.322	75.042	38.201	51.496	62.199	73.429	48.347	34.745	-38.877	1.613	-10.146	16.751
Alto Alegre	-1.385	-1.298	-542	0	1.246	1.012	366	0	-2.631	-2.310	-908	0
Araçatuba	20.792	30.195	10.060	12.386	21.114	25.687	15.890	10.126	-322	4.508	-5.830	2.260
Auriflama	-1.237	732	753	690	3.098	2.836	1.664	890	-4.335	-2.104	-911	-200
Avanhandava	433	1.557	880	2.467	932	1.312	1.172	946	-499	245	-292	1.521
Barbosa	713	-203	448	753	944	963	699	582	-231	-1.166	-251	171
Bento de Abreu	-488	352	6	278	333	328	238	204	-821	24	-232	74
Bilac	-650	124	626	957	1.069	856	460	323	-1.719	-732	166	634
Birigui	15.913	24.218	19.417	14.501	7.456	12.161	9.146	7.833	8.457	12.057	10.271	6.668
Braúna	-486	-287	112	633	981	778	337	280	-1.467	-1.065	-225	353
Brejo Alegre	*	*	*	265	*	*	93	198	*	*	*	67
Buritama	1.563	1.141	1.138	1.561	1.524	2.176	1.368	875	39	-1.035	-230	686
Clementina	-953	590	524	1.650	700	865	501	664	-1.653	-275	23	986
Coroados	-949	359	-1.586	820	791	608	530	326	-1.740	-249	-2.116	494
Gabriel Monteiro	-341	-534	247	-16	497	324	167	118	-838	-858	80	-134
Gastão Vidigal	-667	77	-245	600	755	672	302	356	-1.422	-595	-547	244
Gal. Salgado	-5.094	1.411	-2.069	0	2.282	2.147	1.078	0	-7.376	-736	-3.147	0
Glicério	-233	-692	187	138	701	489	351	385	-934	-1.181	-164	-247
Guararapes	-805	4.177	2.193	1.760	4.062	4.728	2.965	1.910	-4.867	-551	-772	-150
Guzolândia	-3.294	740	-739	449	1.178	1.173	678	409	-4.472	-433	-1.417	40
Lourdes	*	*	*	123	*	*	117	61	*	*	*	62
Luiziânia	-615	310	120	750	796	735	513	326	-1.411	-425	-393	424
Nova Castilho	*	*	*	134	*	*	45	65	*	*	*	69
Nova Lusitânia	-726	679	111	0	578	427	281	0	-1.304	252	-170	0
Penápolis	6.059	7.768	6.598	3.907	6.380	7.659	5.351	3.791	-321	109	1.247	116
Piacatu	-623	-189	80	657	708	731	435	321	-1.331	-920	-355	336
Rubiácea	-1.173	435	-292	385	367	377	190	160	-1.540	58	-482	225
Santo Antonio do Aracanguá	*	*	*	690	*	*	449	555	*	*	*	135
Santópolis do Aguapeí	-128	379	-26	457	635	746	434	392	-763	-367	-460	65
São João de Iracema	*	*	*	108	*	*	122	86	*	*	*	22
Turiúba	-994	-252	-1.855	33	606	368	130	41	-1.600	-620	-1.985	-8
Valparaíso	-1.310	3.253	2.055	3.985	2.466	3.271	2.275	1.729	-3.776	-18	-220	2.256

(Continua)

RG Assis	-5.686	39.515	26.371	15.208	29.427	33.628	23.848	17.224	-35.113	5.887	2.523	-2.016
Assis	9.883	17.876	2.156	7.940	12.769	14.766	8.520	6.008	-2.886	3.110	-6.364	1.932
Campos Novos Paulista	-412	279	164	357	592	629	336	371	-1.004	-350	-172	-14
Cândido Mota	-3.876	5.637	3.897	638	4.274	3.990	3.396	2.105	-8.150	1.647	501	-1.467
Cruzália	-2.762	531	-2.636	-334	1.285	1.077	348	119	-4.047	-546	-2.984	-453
Florínia	-2.912	255	134	-295	565	550	374	221	-3.477	-295	-240	-516
Ibirarema	-673	650	215	1.017	1.069	844	603	474	-1.742	-194	-388	543
Lutécia	-1.413	-358	249	-180	503	406	203	238	-1.916	-764	46	-418
Maracáí	-1.433	2.380	597	331	425	2.597	1.554	1.079	-1.858	-217	-957	-748
Palmital	-2.967	1.537	2.045	501	3.403	2.588	1.782	1.157	-6.370	-1.051	263	-656
Paraguaçu Paulista	1.573	10.178	5.916	2.696	4.150	5.730	4.909	3.540	-2.577	4.448	1.007	-844
Pedrinhas Paulista	*	*	*	81	*	NA	272	161	*	*	*	-80
Platina	-694	550	45	322	392	451	280	319	-1.086	99	-235	3
Tarumã	*	*	*	2.134	*	NA	1.271	1.432	*	*	*	702

(Continua)

RG Bauru	84.019	98.178	80.795	53.803	55.729	75.325	53.747	47.066	28.290	22.853	27.048	6.737
Agudos	5.929	7.078	899	2.047	4.161	5.443	4.257	3.231	1.768	1.635	-3.358	-1.184
Arealva	271	76	374	596	1.157	916	430	312	-886	-840	-56	284
Avai	106	-707	-54	359	504	606	406	381	-398	-1.313	-460	-22
Balbinos	57	46	93	2.358	66	63	96	43	-9	-17	-3	2.315
Bauru	54.728	72.840	55.989	28.202	25.968	36.997	28.800	27.301	28.760	35.843	27.189	901
Borebi	*	*	*	363	*	*	*	212	*	*	*	151
Cabrália Pta.	186	407	788	0	305	645	531	0	-119	-238	257	0
Duartina	1.349	-293	574	-217	2.394	2.395	1.100	647	-1.045	-2.688	-526	-864
Iacanga	-575	944	735	1.722	1.263	1.170	599	619	-1.838	-226	136	1.103
Lençóis Pta.	12.584	11.013	8.916	0	6.725	9.989	7.124	0	5.859	1.024	1.792	0
Lucianópolis	419	-291	-185	92	599	442	180	188	-180	-733	-365	-96
Macatuba	3.128	2.556	2.312	526	1.658	3.666	2.354	1.758	1.470	-1.110	-42	-1.232
Paulistânia	*	*	*	1	*	*	*	101	*	*	*	-100
Pederneiras	7.706	5.728	4.734	4.887	3.627	5.432	4.327	3.482	4.079	296	407	1.405
Pirajuf	-922	-580	1.241	2.598	3.199	3.362	1.597	871	-4.121	-3.942	-356	1.727
Piratiniga	-178	-416	937	1.484	1.773	1.739	925	689	-1.951	-2.155	12	795
Pres. Alves	-259	-347	-192	0	751	713	294	0	-1.010	-1.060	-486	0
Reginópolis	147	158	-35	2.555	853	844	322	254	-706	-686	-357	2.301
Ubirajara	-657	-34	-36	269	726	903	405	339	-1.383	-937	-441	-70

(Continua)

RG Dracena	-2.217	985	518	8.038	22.531	20.265	10.909	5.627	-24.748	-19.280	-2.848	2.411
Dracena	565	3.615	964	2.743	7.163	6.871	3.466	1.713	-6.598	-3.256	-713	1.030
Junqueirópolis	-1.213	-3.668	-745	1.699	4.328	3.362	1.577	770	-5.541	-7.030	115	929
Monte Castelo	-242	-1.392	-647	-32	244	997	356	145	-486	-2.389	-386	-177
Nova Guataporanga	350	-588	-54	89	615	422	207	24	-265	-1.010	-120	65
Ouro Verde	-1.867	1.239	69	647	1.865	1.451	903	679	-3.732	-212	-264	-32
Panorama	1.451	4.241	1.376	939	1.721	2.243	2.133	1.494	-270	1.998	-1.173	-555
Paulicéia	-1.032	1.771	1.166	1.040	789	838	809	526	-1.821	933	239	514
Santa Mercedes	-766	-1.140	-192	26	883	607	259	167	-1.649	-1.747	-229	-141
São João do Pau d'Alho	-129	-780	-639	0	1.174	927	286	0	-1.303	-1.707	-367	0
Tupi Paulista	666	-2.313	-780	968	3.749	2.547	913	84	-3.083	-4.860	50	884
RG Lins	4.190	13.253	14.871	12.954	23.587	23.429	15.178	11.584	-19.397	-10.176	-307	1.370
Cafelândia	-78	-2.105	380	811	3.375	2.725	1.440	1.067	-3.453	-4.830	-1.060	-256
Getulina	-994	-943	238	394	2.345	1.732	952	621	-3.339	-2.675	-714	-227
Guaíçara	133	1.030	2.842	1.478	424	597	1.022	980	-291	433	1.820	498
Guaimbê	107	-4	66	217	1.289	1.209	718	579	-1.182	-1.213	-652	-362
Guarantã	-53	-176	773	88	1.269	1.442	835	618	-1.322	-1.618	-62	-530
Lins	5.347	8.196	6.788	5.499	9.176	9.488	6.130	4.211	-3.829	-1.292	658	1.288
Pongai	254	53	102	-209	684	818	253	59	-430	-765	-151	-268
Promissão	-429	7.716	3.242	4.560	3.863	4.411	3.393	3.188	-4.292	3.305	-151	1.372
Sabino	-213	-278	390	268	994	869	380	243	-1.207	-1.147	10	25
Uru	116	-236	50	-152	168	138	55	18	-52	-374	-5	-170

(Continua)

RG Marília	15.350	37.693	39.539	21.124	48.505	49.387	33.284	24.757	-33.155	-11.694	6.255	-3.633
Álvaro de Carvalho	-269	-791	959	546	656	456	369	324	-925	-1.247	590	222
Alvilândia	459	-926	281	0	836	540	332	0	-377	-1.466	-51	0
Echaporã	-2.010	620	528	-500	1.442	1.278	954	578	-3.452	-658	-426	-1.078
Fernão	*	*	*	128	*	*	30	96	*	*	*	32
Gália	-816	-1.299	-2.651	-844	2.502	1.557	865	331	-3.318	-2.856	-3.516	-1.175
Garça	2.552	1.453	1.782	-30	8.611	8.263	4.586	2.885	-6.059	-6.810	-2.804	-2.915
Júlio Mesquita	-66	-735	303	265	896	822	499	416	-962	-1.557	-196	-151
Lupércio	-1.100	571	169	124	830	822	629	427	-1.930	-251	-460	-303
Marília	23.060	38.993	36.736	19.611	22.851	27.170	20.709	16.771	209	11.823	16.027	2.840
Ocaçu	-1.116	-535	-139	0	1.306	882	466	0	-2.422	-1.417	-605	0
Oriente	-2.318	330	-901	203	1.342	1.658	517	354	-3.660	-1.328	-1.418	-151
Oscar Bressane	-1.123	-534	10	-15	151	540	192	52	-1.274	-1.074	-182	-67
Pompéia	-1.637	944	978	1.786	4.449	3.546	1.903	1.282	-6.086	-2.602	-925	504
Vera Cruz	-266	-398	50	-313	2.633	1.853	1.233	586	-2.899	-2.251	-1.183	-899

(Continua)

RG Presidente Prudente	-9.077	77.701	54.802	29.932	80.655	88.570	58.817	45.846	-89.732	-10.869	-4.015	-15.914
Alfredo Marcondes	-2.549	-815	192	194	1.172	494	221	98	-3.721	-1.309	-29	96
Álvares Machado	-2.711	4.196	3.832	884	2.841	2.047	2.329	2.190	-5.552	2.149	1.503	-1.306
Anhumas	-2.194	-168	162	326	781	588	371	262	-2.975	-756	-209	64
Caiabu	-3.323	163	223	-3	1.207	782	422	287	-4.530	-619	-199	-290
Caiuá	-2.313	377	848	848	706	523	278	324	-3.019	-146	570	524
Emilianópolis	*	*	*	126	*	*	*	196	*	*	*	-70
Estrela do Norte	-25	-512	-159	32	586	607	401	250	-611	-1.119	-560	-218
Euclides da Cunha Paulista	*	*	*	-617	*	*	*	1.105	*	*	*	-1.722
Iepê	-3.241	660	-2.747	367	2.423	1.729	996	499	-5.664	-1.069	-3.743	-132
Indiana	-800	263	310	-103	804	734	417	233	-1.604	-471	-107	-336
Marabá Paulista	-3.164	-370	190	1.104	605	597	381	326	-3.769	-967	-191	778
Martinópolis	-3.416	15	2.649	1.883	3.556	3.381	2.120	1.622	-6.972	-3.366	529	261
Mirante do Paranapanema	-6.450	-283	1.027	849	4.433	2.859	1.474	1.070	-10.883	-3.142	-447	-221
Nantes	*	*	*	431	*	*	*	307	*	*	*	124
Narandiba	-490	-374	593	546	740	581	481	454	-1.230	-955	112	92
Piquerobi	-1.809	-273	201	61	572	418	275	199	-2.381	-691	-74	-138
Pirapozinho	1.952	3.078	1.141	2.578	2.791	3.644	2.170	1.868	-839	-566	-1.029	710
Presidente Bernardes	-9.823	487	-1.604	-1.071	3.993	2.547	1.402	514	-13.816	-2.060	-3.006	-1.585
Presidente Epitácio	3.101	5.235	4.490	2.047	4.257	7.134	4.430	3.928	-1.156	-1.899	60	-1.881
Presidente Prudente	30.718	28.555	23.969	18.500	25.067	30.983	20.225	16.369	5.651	-2.428	3.744	2.131
Presidente Venceslau	4.096	5.966	1.297	570	6.508	6.334	3.734	2.266	-2.412	-368	-2.437	-1.696
Rancharia	1.243	3.585	1.885	50	5.225	4.912	2.898	2.110	-3.982	-1.327	-1.013	-2.060
Regente Feijó	671	3.862	2.078	1.504	1.814	2.163	1.622	1.274	-1.143	1.699	456	230
Ribeirão dos Índios	*	*	*	-34	*	*	*	114	*	*	*	-148
Rosana	*	*	*	-4.467	*	*	*	2.541	*	*	*	-7.008
Sandovalina	-342	-339	673	611	440	441	428	385	-782	-780	245	226
Santo Anastácio	-3.686	397	-1.302	-264	3.889	4.355	2.407	1.315	-7.575	-3.958	-3.709	-1.579
Santo Expedito	-1.887	-39	301	278	557	284	199	161	-2.444	-323	102	117
Taciba	-2.561	210	466	494	913	824	570	505	-3.474	-614	-104	-11
Tarabaí				825				667				158
Teodoro Sampaio	-33	22.692	-28.782	1.383	3.650	8.218	7.591	2.407	-3.683	14.474	-36.373	-1.024

(Continua)

RG São José do Rio Preto	72.146	126.593	111.484	92.949	56.912	71.707	50.014	46.090	15.234	54.886	61.657	46.859
Adolfo	-358	-342	405	-122	432	594	297	141	-790	-936	108	-263
Bady Bassit	-2.909	2.991	5.816	0	467	578	704	0	-3.376	2.413	5.112	0
Bálsamo	3.027	1.039	600	819	878	823	520	311	2.149	216	80	508
Cedral	-334	-497	983	1.270	860	654	186	287	-1.194	-1.151	797	983
Guapiaçu	1.565	3.885	3.477	3.785	954	1.400	1.067	1.120	611	2.485	2.410	2.665
Ibirá	975	466	718	1.443	1.071	1.198	699	581	-96	-732	19	862
Icém	-793	926	666	690	933	811	622	707	-1.726	115	44	-17
Ipiruá	*	*	*	993	*	*	97	257	*	*	*	736
Jaci	-198	-563	860	1.534	475	577	277	308	-673	-1.140	583	1.226
José Bonifácio	2.232	3.489	2.255	4.065	3.692	4.151	3.311	2.394	-1.460	-662	-1.056	1.671
Mendonça	-203	-528	273	876	613	566	203	60	-816	-1.094	70	816
Mirassol	7.734	10.953	9.148	5.511	3.872	5.296	3.952	3.408	3.862	5.657	5.196	2.103
Mirassolândia	-265	318	719	556	451	425	291	245	-716	-107	428	311
Monte Aprazível	-562	1.066	908	3.312	2.107	2.139	1.215	872	-2.669	-1.073	-307	2.440
Neves Paulista	-386	504	590	-128	1.418	1.243	505	77	-1.804	-739	85	-205
Nipoã	-334	60	478	1.002	416	430	224	264	-750	-370	254	738
Nova Aliança	1.500	-82	563	1.119	642	535	304	227	858	-617	259	892
Nova Granada	-589	3.428	2.183	2.163	1.834	2.065	1.594	1.364	-2.423	1.363	589	799
Onda Verde	-159	810	589	473	343	325	279	341	-502	485	310	132
Orindiúva	-331	905	1.142	1.511	265	505	452	561	-596	400	690	950
Palestina	-3.104	-47	118	1.934	1.518	1.243	551	340	-4.622	-1.290	-433	1.594
Paulo de Faria	-2.823	1.663	193	118	995	962	894	735	-3.818	701	-701	-617
Planalto	-1.207	-585	-1.799	788	644	842	381	431	-1.851	-1.427	-2.180	357
Poloni	309	-278	268	619	781	675	278	179	-472	-953	-10	440
Potirendaba	1.965	488	2.442	1.802	1.454	1.599	712	721	511	-1.111	1.730	1.081
São José do Preto	66.467	94.742	76.042	0	25.331	37.318	27.985	0	41.136	57.424	48.057	0
Tanabi	-140	1.217	1.077	1.465	2.983	3.316	1.466	1.009	-3.123	-2.099	-389	456
Ubarana	*	*	*	1.075	*	*		549	*	*	*	526
Uchôa	1.316	477	741	439	1.155	1.212	745	343	161	-735	-4	96
União Paulista	-249	88	29	243	328	225	113	108	-577	-137	-84	135
Zacarias	*	*	*	384	*	*	90	109	*	*	*	275

(Continua)

RG Votuporanga	-2.860	12.927	10.189	14.222	21.361	23.023	12.074	7.308	-24.221	-10.096	-1.885	6.914
Álvares Florence	-1.719	-1.549	-744	-422	1.077	706	255	20	-2.796	-2.255	-999	-442
Américo de Campos	749	-1.286	-17	111	1.312	1.065	399	162	-563	-2.351	-416	-51
Cardoso	-5.286	259	-658	192	2.259	2.007	940	532	-7.545	-1.748	-1.598	-340
Cosmorama	-1.589	-804	-462	-161	1.069	969	451	87	-2.658	-1.773	-913	-248
Floreal	-1.085	-53	-319	-221	709	539	202	-10	-1.794	-592	-521	-211
Macaubal	-623	997	15	276	1.117	1.108	487	190	-1.740	-111	-472	86
Magda	-652	112	-254	-221	619	590	275	143	-1.271	-478	-529	-364
Monções	-97	-282	-65	75	389	435	145	60	-486	-717	-210	15
Nhandeara	-787	150	-163	524	1.590	1.592	703	252	-2.377	-1.442	-866	272
Parisi	*	*	*	87	*	*	*	93	*	*	*	-6
Pontes Gestal	-592	109	-421	-25	449	401	238	121	-1.041	-292	-659	-146
Riolândia	-2.810	907	815	2.004	718	1.234	785	716	-3.528	-327	30	1.288
Sebastianópolis do Sul	-645	146	43	481	480	434	197	103	-1.125	-288	-154	378
Valentim Gentil	-366	488	2.709	2.438	1.107	917	629	714	-1.473	-429	2.080	1.724
Votuporanga	12.642	13.733	9.710	9.084	8.466	11.026	6.368	4.125	4.176	2.707	3.342	4.959

Fonte: Fundação SEADE; Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2010

Nota: O saldo migratório estimado considera a diferença entre o crescimento populacional proveniente dos Censos Demográficos (IBGE) e o crescimento vegetativo calculado a partir da diferença entre nascimento e óbitos.

(*) Dados não disponíveis para o período.

**Anexo 16. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Andradina, 2000**

Município de Residência Atual: Andradina		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	270	36,19
Araçatuba	41	5,50
Bauru	21	2,82
Campinas	21	2,82
Osasco	21	2,82
São Bernardo do Campo	21	2,82
São José do Rio Preto	21	2,82
Sumaré	21	2,82
Votorantim	21	2,82
Piauí (sem especificação)	12	1,61
Araras	11	1,47
Avanhandava	11	1,47
Codó	11	1,47
Garujá	11	1,47
General Salgado	11	1,47
Itapira	11	1,47
Limeira	11	1,47
Miracatu	11	1,47
Moji das Cruzes	11	1,47
Mongaguá	11	1,47
Monte Alto	11	1,47
Presidente Epitácio	11	1,47
Princesa Isabel	11	1,47
Santo André	11	1,47
São José de Espinharas	11	1,47
Valentim Gentil	11	1,47
Birigui	10	1,34
Capivari	10	1,34
Charqueada	10	1,34
Conchal	10	1,34
Cordeirópolis	10	1,34
Franco da Rocha	10	1,34
Hortolândia	10	1,34
Miji-Mirim	10	1,34
Penápolis	10	1,34
Santos	10	1,34
Total	746	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

**Anexo 17. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Assis, 2000**

Município de Residência Atual: Assis		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	302	45,76
Ribeirão Preto	30	4,55
Santos	30	4,55
Marília	22	3,33
Pederneras	22	3,33
Bauru	21	3,18
Rio Claro	21	3,18
Moji das Cruzes	20	3,03
Hortolândia	13	1,97
Araraquara	11	1,67
Campinas	11	1,67
Cruzeiro	11	1,67
Guarulhos	11	1,67
Itanhém	11	1,67
Mauá	11	1,67
Mirandópolis	11	1,67
Pirajuí	11	1,67
Planita	11	1,67
Queluz	11	1,67
São Pedro	11	1,67
São Vicente	11	1,67
Taquarituba	11	1,67
Xique-Xique	9	1,36
Palmital	9	1,36
Sorocaba	9	1,36
Valinhos	9	1,36
Total	660	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

**Anexo 18. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Getulina, 2000**

Município de Residência Atual: Getulina		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	248	31,04
Assis	40	5,01
Campinas	34	4,26
São Paulo (sem especificação)	29	3,63
Lorena	22	2,75
Guarulhos	19	2,38
Carapicuíba	17	2,13
Americana	15	1,88
São José do Rio Preto	15	1,88
Santos	13	1,63
Lins	12	1,50
Rio de Janeiro	11	1,38
Cotia	11	1,38
Mogi-Guaçu	11	1,38
Piracicaba	11	1,38
Sorocaba	11	1,38
Guarujá	10	1,25
Jacará	10	1,25
Marília	10	1,25
Ponta	10	1,25
Promissão	10	1,25
São Bernardo do Campo	10	1,25
Recife	6	0,75
Arujá	6	0,75
Bariri	6	0,75
Barueri	6	0,75
Diadema	6	0,75
Itapeçerica da Serra	6	0,75
Itapeva	6	0,75
Itapira	6	0,75
Itaquaquecetuba	6	0,75
Mairiporã	6	0,75
Mogi-Mirim	6	0,75
Sabino	6	0,75
Santo André	6	0,75
São Caetano do Sul	6	0,75
São José dos Campos	6	0,75
Suzano	6	0,75
Taboão da Serra	6	0,75
Amparo	5	0,63

(Continua)

Araçatuba	5	0,63
Atibáia	5	0,63
Barretos	5	0,63
Bauru	5	0,63
Franca	5	0,63
Garça	5	0,63
Guaímbe	5	0,63
Indaiatuba	5	0,63
Lençóis Paulista	5	0,63
Nova Granada	5	0,63
Peruíbe	5	0,63
Pompéia	5	0,63
Praia Grande	5	0,63
Riolândia	5	0,63
São Sebastião	5	0,63
Sumaré	5	0,63
Tupi Paulista	5	0,63
Cruzeiro	4	0,50
Dracena	4	0,50
Embu	4	0,50
Guaratingueta	4	0,50
Itapevi	4	0,50
Osasco	4	0,50
Tremembé	4	0,50
Total	799	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

**Anexo 19. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Junqueirópolis, 2000**

Município de Residência Atual: Junqueirópolis		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	237	30,19
São Bernardo do Campo	50	6,37
Jacareí	23	2,93
Cotia	22	2,80
Piracicaba	22	2,80
Campinas	19	2,42
Bezerros	17	2,17
Limeira	13	1,66
Moji das Cruzes	13	1,66
Pacoti	12	1,53
Cajazeiras	12	1,53
Auriflama	12	1,53
Hortolândia	12	1,53
Itaquaquecetuba	12	1,53
São Caetano do Sul	12	1,53
Tupã	12	1,53
Umarizal	10	1,27
Conceição	10	1,27
Pesqueira	10	1,27
Arapiraça	10	1,27
Santana do Mundau	10	1,27
Itarantim	10	1,27
Jeremoabo	10	1,27
Araraquara	10	1,27
Dracena	10	1,27
Francisco Morato	10	1,27
Guarujá	10	1,27
Guarulhos	10	1,27
Jardinópolis	10	1,27
Lorena	10	1,27
Mauá	10	1,27
Mogi Guaçú	10	1,27
Porto Ferreira	10	1,27
Santo André	10	1,27
São José do Rio Preto	10	1,27
Sorocaba	10	1,27
Sumaré	10	1,27

(Continua)

Taboão da Serra	10	1,27
Cambé	10	1,27
Foz do Iguaçu	10	1,27
Cabedelo	9	1,15
Traipu	9	1,15
Barueri	9	1,15
Caraguatatuba	9	1,15
Poá	9	1,15
Total	785	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

**Anexo 20. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Lucélia, 2000**

Município de Residência Atual: Lucélia		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	316	41,74
São José do Campos	32	4,23
Piracicaba	30	3,96
Tupã	25	3,30
Santos	22	2,91
Catanduva	20	2,64
Guarulhos	19	2,51
Itaquaquecetuba	19	2,51
Panorama	13	1,72
Embu	12	1,59
São Bernardo do Campo	12	1,59
Aparecida	10	1,32
Barueri	10	1,32
Bauru	10	1,32
Ipeuna	10	1,32
Itapira	10	1,32
Mauá	10	1,32
Moji das Cruzes	10	1,32
Osvaldo Cruz	10	1,32
Presidente Prudente	10	1,32
Santa Cruz do Rio Pardo	10	1,32
São Vicente	10	1,32
Sumaré	10	1,32

(Continua)

Campos dos Goytacazes	9	1,19
Campinas	9	1,19
Capivari	9	1,19
Carapicuíba	9	1,19
Cotia	9	1,19
Limeira	9	1,19
Lorena	9	1,19
Moji-Mirim	9	1,19
Pracinha	9	1,19
Ribeirão Preto	9	1,19
Santa Barbara D'oeste	9	1,19
Sorocaba	9	1,19
Taboão da Serra	9	1,19
Total	757	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

**Anexo 21. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Mirandópolis, 2000**

Município de Residência Atual: Mirandópolis		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	569	30,92
Araçatuba	87	4,73
São José do Rio Preto	60	3,26
Penápolis	50	2,72
Piracicaba	39	2,12
Avaré	31	1,68
Osasco	31	1,68
Franco da Rocha	29	1,58
Jundiaí	29	1,58
Ribeirão Preto	29	1,58
Pereira Barreto	28	1,52
São Bernardo do Campo	28	1,52
Taubaté	22	1,20
Campinas	21	1,14
Pirajuí	21	1,14
Praia Grande	21	1,14
Santo André	21	1,14
Barretos	20	1,09
Birigui	20	1,09
Novo Horizonte	20	1,09
Presidente Venceslau	20	1,09
São Paulo (sem especificação)	19	1,03
Andradina	19	1,03

(Continua)

Carapicuíba	19	1,03
Guarujá	19	1,03
Ituverava	19	1,03
Moji-Mirim	19	1,03
Santos	19	1,03
Hortolândia	18	0,98
Suzano	18	0,98
Cajueiro	12	0,65
Cardoso	12	0,65
Matão	12	0,65
Ibitinga	11	0,60
Cabrobó	10	0,54
Campo Belo	10	0,54
Cocoal	10	0,54
Uberlândia	10	0,54
Batatais	10	0,54
Caraguatatuba	10	0,54
Casa Branca	10	0,54
Catanduva	10	0,54
Embu	10	0,54
Ferraz de Vasconcelos	10	0,54
Guaiúba	10	0,54
Guarulhos	10	0,54
Ilha Solteira	10	0,54
Itapira	10	0,54
Itapólis	10	0,54
Itaquaquecetuba	10	0,54
Jaboticabal	10	0,54
José Bonifácio	10	0,54
Lavínia	10	0,54
Limeira	10	0,54
Mairiporã	10	0,54
Mauá	10	0,54
Oswaldo Cruz	10	0,54
Ourinhos	10	0,54
Presidente Bernardes	10	0,54
Sales	10	0,54
Santa Bárbara D'Oeste	10	0,54
Sertãozinho	10	0,54
Taboão da Serra	10	0,54
Tremembé	10	0,54
Mandaguari	10	0,54
Três Lagoas	10	0,54
Brumado	9	0,49
Cajuru	9	0,49
Cosmópolis	9	0,49

(Continua)

Itapecerica da Serra	9	0,49
Itapeva	9	0,49
Jacareí	9	0,49
Jales	9	0,49
Leme	9	0,49
Monte-Mor	9	0,49
Pedreira	9	0,49
Sumaré	9	0,49
União da Vitória	9	0,49
Total	1840	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Anexo 22. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995 Pacaembu, 2000

Município de Residência Atual: Pacaembu		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	293	35,86
Tupã	36	4,41
Guarujá	28	3,43
São Paulo (sem especificação)	25	3,06
Moji-Mirim	25	3,06
Jaú	24	2,94
Mogi Guaçú	20	2,45
Moji das Cruzes	14	1,71
Sumaré	14	1,71
Taubaté	14	1,71
Osasco	12	1,47
Campinas	11	1,35
Mineiros do Tietê	11	1,35
Piracicaba	11	1,35
Garça	10	1,22
Mirandópolis	10	1,22
Ponta Porã	10	1,22
Americana	9	1,10
São Bernardo do Campo	9	1,10
Bastos	6	0,73
Bauru	6	0,73
Caraguatatuba	6	0,73
Dracena	6	0,73
Miracatu	6	0,73
Jataí	6	0,73

(Continua)

Juazeiro do Norte	5	0,61
Água Preta	5	0,61
Cabo de Santo Agostinho	5	0,61
Teixeira de Freitas	5	0,61
Aracuai	5	0,61
Poços de Caldas	5	0,61
Pouso Alegre	5	0,61
Rio de Janeiro	5	0,61
Adamantina	5	0,61
Araçatuba	5	0,61
Araraquara	5	0,61
Carapicuíba	5	0,61
Conchas	5	0,61
Guarulhos	5	0,61
Itanhaém	5	0,61
Itapeçerica da Serra	5	0,61
Itapevi	5	0,61
Itapira	5	0,61
Itaquaquecetuba	5	0,61
Itu	5	0,61
Jacareí	5	0,61
Jaguariúna	5	0,61
Mauá	5	0,61
Monguagá	5	0,61
Paraibuna	5	0,61
Pirassununga	5	0,61
Praia Grande	5	0,61
Rio Claro	5	0,61
Santa Barbara D'oeste	5	0,61
Santo André	5	0,61
Santos	5	0,61
São José do Rio Preto	5	0,61
São Manuel	5	0,61
Sorocaba	5	0,61
Tabatinga	5	0,61
Tupi Paulista	5	0,61
Valinhos	5	0,61
Campo Grande	5	0,61
Nova Andradina	5	0,61
Total	817	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

**Anexo 23. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Pirajuí, 2000**

Município de Residência Atual: Pirajuí		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	468	29,25
Bauru	177	11,06
São Bernardo do Campo	71	4,44
Mirandópolis	41	2,56
Taboão da Serra	38	2,38
Santo André	32	2,00
Americana	31	1,94
Mauá	31	1,94
São Vicente	31	1,94
Lins	29	1,81
Araras	28	1,75
Santos	27	1,69
Itu	23	1,44
Francisco Morato	21	1,31
Ribeirão Preto	21	1,31
Agudos	20	1,25
Araraquara	20	1,25
Guarujá	20	1,25
Moji das Cruzes	20	1,25
Suzano	20	1,25
Carapicuíba	19	1,19
Franco da Rocha	19	1,19
Hortolândia	19	1,19
Presidente Venceslau	19	1,19
Guarulhos	17	1,06
Jaguariúna	13	0,81
São Paulo (sem especificação)	11	0,69
Atibaia	11	0,69
Barueri	11	0,69
Birigui	11	0,69
Jacareí	11	0,69
Limeira	11	0,69
Cafelândia	10	0,63
Campinas	10	0,63
Duartina	10	0,63
Guaratinguetá	10	0,63
Itápolis	10	0,63
Itaquaquecetuba	10	0,63
Jandira	10	0,63
Marília	10	0,63
Mogi Guaçu	10	0,63

(Continua)

Pederneras	10	0,63
Praia Grande	10	0,63
Registro	10	0,63
Ribeirão Bonito	10	0,63
Rio Claro	10	0,63
Salesópolis	10	0,63
São José do Rio Preto	10	0,63
Ubatuba	10	0,63
Capão Bonito	9	0,56
Diadema	9	0,56
Guararapes	9	0,56
Itanhaém	9	0,56
Paraguaçu Paulista	9	0,56
Paulo de Farias	9	0,56
Penápolis	9	0,56
Santa Barbara D' oeste	9	0,56
Sorocaba	9	0,56
Taquaritinga	8	0,50
Total	1600	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

**Anexo 24. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Presidente Venceslau, 2000**

Município de Residência Presidente Venceslau		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	441	33,28
Santos	59	4,45
Barueri	39	2,94
Campinas	39	2,94
Guaratingueta	30	2,26
Ribeirão Preto	30	2,26
Sorocaba	22	1,66
Diadema	20	1,51
Guarulhos	20	1,51
Hortolândia	20	1,51
São Paulo (Sem Especificação)	19	1,43
Itanhaem	19	1,43
São Bernardo Do Campo	19	1,43
Taubate	19	1,43
Bauru	18	1,36
Presidente Bernardes	18	1,36
Ribeirao Pires	12	0,91

(Continua)

Ji-Parana	11	0,83
Piquet Carneiro	11	0,83
Sao Bento Do Una	11	0,83
Baependi	11	0,83
Ferraz De Vasconcelos	11	0,83
Moji Das Cruzes	11	0,83
Paraguacu Paulista	11	0,83
Sao Sebastiao	11	0,83
Taquaritinga	11	0,83
Custodia	10	0,75
Ferreiros	10	0,75
Tacaratu	10	0,75
Divisa Nova	10	0,75
Entre Rios De Minas	10	0,75
Linhares	10	0,75
Adamantina	10	0,75
Aracatuba	10	0,75
Mauá	10	0,75
Peruibe	10	0,75
Piracicaba	10	0,75
Pirajui	10	0,75
Rio Claro	10	0,75
Rosana	10	0,75
Santa Barbara D'Oeste	10	0,75
Santo André	10	0,75
Sao João Da Boa Vista	10	0,75
Sao Vicente	10	0,75
Suzano	10	0,75
Taboão Da Serra	10	0,75
Marilandia Do Sul	10	0,75
Porecatu	10	0,75
Missao Velha	9	0,68
Palmares	9	0,68
Pintadas	9	0,68
Belo Horizonte	9	0,68
Guaxupe	9	0,68
Montalvania	9	0,68
Arapei	9	0,68
Araraquara	9	0,68
Capivari	9	0,68
Caraguatatuba	9	0,68
Carapicuiiba	9	0,68
Guararapes	9	0,68

(Continua)

Jacaré	9	0,68
Marília	9	0,68
São José Do Campos	9	0,68
Nova Londrina	9	0,68
Paranavai	9	0,68
Brasil - Sem Especificação	9	0,68
Total	1325	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

**Anexo 25. Municípios de Residência Anterior em 31/07/1995
Riolândia, 2000**

Município de Residência Presidente Riolândia		
Municípios de Residência Anterior	População	Dist. (%)
São Paulo	164	21,49
Ribeirão Preto	101	13,24
São José Do Rio Preto	85	11,14
Votuporanga	55	7,21
Catanduva	37	4,85
Franca	33	4,33
Mogi Guaçu	16	2,10
Campinas	15	1,97
Santo Anastacio	15	1,97
Santo André	15	1,97
Sao Carlos	15	1,97
Araraquara	11	1,44
Frutal	10	1,31
Nova Granada	10	1,31
Cuiaba	10	1,31
Piracicaba	9	1,18
Sertãozinho	9	1,18
Caconde	6	0,79
Sao João Da Boa Vista	6	0,79
Colorado	6	0,79
Carneirinho	5	0,66
Pouso Alegre	5	0,66
Uberlândia	5	0,66
Cariacica	5	0,66
Americo Brasiliense	5	0,66
Barretos	5	0,66

(Continua)

Barueri	5	0,66
Bebedouro	5	0,66
Bertioga	5	0,66
Buritama	5	0,66
Cardoso	5	0,66
Cravinhos	5	0,66
Fernandópolis	5	0,66
Guariba	5	0,66
Hortolândia	5	0,66
Itapeva	5	0,66
Limeira	5	0,66
Marília	5	0,66
Mirassol	5	0,66
Olímpia	5	0,66
Osasco	5	0,66
Pirassununga	5	0,66
Tambau	5	0,66
Tanabi	5	0,66
Taquaritinga	5	0,66
Maringá	5	0,66
Catalão	5	0,66
Total	763	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.